



# MASCULINIDADES EM DEBATE

Disputas contemporâneas  
e epistemologias feministas

Soraya Barreto Januário  
Mateus de Melo Albuquerque  
Paloma de Castro  
Carolina Cavalcanti Falcão  
Danyelle Alves da Paixão

ORGANIZADORES







# MASCULINIDADES EM DEBATE

Disputas contemporâneas  
e epistemologias feministas

Soraya Barreto Januário  
Mateus de Melo Albuquerque  
Paloma de Castro  
Carolina Cavalcanti Falcão  
Danyelle Alves da Paixão

ORGANIZADORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitor: Alessandro Fernandes Moreira

Vice-Reitor: Alamanda Kfoury Pereira

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: Thais Porlan de Oliveira

Vice-Diretor: Rogério Duarte do Pateo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Coordenador: Carlos Frederico de Brito d'Andréa

Sub-Coordenadora: Ana Carolina Vimieiro

SELO EDITORIAL PPGCOM

Coordenação editorial acadêmica:

Ângela Cristina Salgueiro Marques

Tiago Barcelos Pereira Salgado

#### CONSELHO CIENTÍFICO

|                                  |                                      |
|----------------------------------|--------------------------------------|
| Ana Carolina Escosteguy (PUC-RS) | Jorge Cardoso (UFRB   UFBA)          |
| Benjamim Picado (UFF)            | Kati Caetano (UTP)                   |
| Cezar Migliorin (UFF)            | Luis Mauro Sá Martino (CasperLíbero) |
| Elizabeth Duarte (UFSM)          | Marcel Vieira (UFPB)                 |
| Eneus Trindade (USP)             | Mariana Baltar (UFF)                 |
| Fátima Regis (UERJ)              | Mônica Ferrari Nunes (ESPM)          |
| Fernanda Duarte (NCSU/EUA)       | Mozahir Salomão (PUC-MG)             |
| Fernando Gonçalves (UERJ)        | Nilda Jacks (UFRGS)                  |
| Frederico Tavares (UFOP)         | Renato Pucci (UAM)                   |
| Iluska Coutinho (UFJF)           | Rosana Soares (USP)                  |
| Itania Gomes (UFBA)              | Rudimar Baldissera (UFRGS)           |

Esta obra foi selecionada pelo Conselho Editorial do Selo PPGCOM/UFMG após avaliação por pareceristas ad hoc.

O acesso e a leitura deste livro estão condicionados ao aceite dos termos de uso do Selo PPGCOM/UFMG, disponíveis em:

<https://seloppgcomufmg.com.br/termos-de-uso/>

---

[www.seloppgcomufmg.com.br](http://www.seloppgcomufmg.com.br)

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, sala 4234, 4º andar  
Pampulha, Belo Horizonte - MG. CEP: 31270-901

Telefone: (31) 3409-5072

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

M395

Masculinidades em Debate [livro eletrônico] : disputas contemporâneas e epistemologias feministas / Organizadora Soraya Barreto Januário... [et al.]. — 1. ed. — Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFGM, 2026.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-85915-55-7

1. Masculinidades. 2. Feminismo 3. Estudos de gênero. I Januário, Soraya Barreto. II. Albuquerque, Mateus de Melo. III. Castro, Paloma de. IV. Falcão, Carolina Cavalcanti. V. Paixão, Danielle Alves da.

CDD 305.42

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI: <https://doi.org/10.64275/md09sm26>

CRÉDITOS DO E-BOOK

© PPGCOM/UFGM, 2026.

CO-COORDENAÇÃO EDITORIAL

Ettore Stefani de Medeiros

COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Ettore Stefani de Medeiros

Mariana Cardoso Carvalho

WEBSITE E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Daniel Melo Ribeiro

ASSISTENTE EDITORIAL

Marina Carrano Leis

Rannyson da Silva Moura

PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE

Bruno Guimarães Martins

DIAGRAMAÇÃO

Daniel Augusto Borges Silva

Iara Mendes dos Santos

Apoio:





## ■ SUMÁRIO

|                                                                      |    |
|----------------------------------------------------------------------|----|
| AGRADECIMENTOS                                                       | 11 |
| APRESENTAÇÃO                                                         | 13 |
| <i>Soraya Barreto Januário</i>                                       |    |
| <br><b>FUNDAMENTOS</b>                                               |    |
| Masculinidade, autoritarismo, violência:<br>estamos em uma nova era? | 21 |
| <i>Raewyn Connell</i>                                                |    |
| <br>Visualidades em jogo: aprendendo a ver masculinidades            | 31 |
| <i>Evandro Almeida Farias Filho, Maria Emilia Sardelich</i>          |    |
| <br>Elementos para uma genealogia das mitopoéticas masculinistas     | 59 |
| <i>Marlos Dick Hermes</i>                                            |    |

**SUBJETIVIDADES**

Masculinidades em três atos:  
homens, curso de vida e diversidade sexual 89  
*Mateus de Melo Albuquerque*

Masculinidades en disputa:  
afectividades, mandatos y salud mental en la modernidad tardía 115  
*María Gabriela Córdoba*

Necropolítica do silêncio:  
reflexões sobre transmasculinidades e suicídio 133  
*Bruno Latini Pfeil, Pol Iryo*

“*Criminals are made, not born*”:  
110 anos de ataques contra escolas e as expressões violentas das  
masculinidades pré-celibatários involuntários (1913-2023) 149  
*Isabella do Amaral Mendes*

**REPRESENTAÇÕES**

Gordofobia, masculinidades e ativismo:  
uma etnografia sobre ausências e presenças  
masculinas no ativismo antigordofóbico 179  
*Renata Argolo dos Santos*

Masculinidades e discurso na telenovela brasileira:  
disputas de gênero em Pantanal 199  
*Lyedson Enrique da Silva Oliveira, Cecília Almeida Rodrigues Lima*

A Performance Masculina em K-dramas:  
análise de Rainha das Lágrimas 225  
*Ana Rochele Barroso Moura*

|                                                                                                                                                                                  |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Masculinidades y consumos culturales:<br>¿Qué lugar ocupa el deporte en la vida cotidiana<br>de jóvenes argentinos en tiempos de neoliberalismo?<br><i>María Laura Schaufler</i> | 247 |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

## EMANCIPAÇÃO

|                                                                                                                                                                                       |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| “Ninguém vai definir o que eu preciso ser”:<br>reflexões sobre os processos de subjetivação<br>e emancipação política do ex-jogador Richarlyson<br><i>Rafaela Souza, Olívia Pilar</i> | 275 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

## POSFÁCIO

|                                                        |     |
|--------------------------------------------------------|-----|
| Após três décadas<br><i>Mateus de Melo Albuquerque</i> | 295 |
|--------------------------------------------------------|-----|



## ▮ AGRADECIMENTOS

A Raewyn Connell, por ter tornado incontornável o debate sobre masculinidades para os estudos de gênero, e pela gentileza de partilhar deste evento conosco. A Sofia Aboim e a Izadora Xavier pelas suas contribuições durante o Simpósio.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco pelo apoio.

Aos autores e autoras desta obra e às 130 pessoas pesquisadoras que apresentaram seus trabalhos no 3º Simpósio Internacional de Estudos Críticos de Feminismos, Gênero, Consumo e Capitalismo, estabelecendo um recorde de participação no nosso evento.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) pelas bolsas de pesquisa concedidas e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento e suporte à pesquisa através da bolsa de Produtividade em Pesquisa Nível C, para a coordenadora do projeto.



## APRESENTAÇÃO

SORAYA BARRETO JANUÁRIO<sup>1</sup>

O livro *“Masculinidades em Debate: disputas contemporâneas e epistemologias feministas”* apresenta uma coletânea acadêmica que investiga, numa perspectiva crítica, interseccional e interdisciplinar, as masculinidades contemporâneas e as suas disputas, articulando dimensões políticas, culturais e midiáticas. A obra parte do pressuposto de que masculinidades não constituem essências estáveis, mas construções históricas e relacionais, atravessadas por regimes de poder, práticas culturais e desafios estruturais — como a reconfiguração neoliberal da vida social, os rearranjos pós-coloniais e os deslocamentos na ordem de gênero impulsionados por feminismos e agendas de direitos.

Dividida em quatro eixos — Fundamentos, Subjetividades, Representações e Emancipação —, a coletânea dialoga com a tradição que compreende as masculinidades como categorias relacionais, nas quais as posições hegemônicas permanecem em permanente tensão com subordinadas e dissidentes. Assim, assumindo que a disputa pelo sentido de “ser homem” é também disputa por hegemonia cultural e por reconhecimento social. Este debate, inaugurado pela socióloga australiana Raewyn

Connell, autora que abre o livro com o primeiro capítulo, é resultado de sua palestra de abertura no 3º Simpósio Internacional de Estudos Críticos de Feminismos, Gênero, Consumo e Capitalismo.

A contribuição do volume é diversa. Em primeiro lugar, oferece um diagnóstico situado das expressões autoritárias, violentas e reacionárias das masculinidades, examinando sua relação com crises sociais e com projetos políticos. Em segundo lugar, identifica fissuras e alternativas, defendendo a necessidade de pensar modelos contra hegemônicos de masculinidades — emocionalmente sustentáveis, socialmente responsáveis e compatíveis com a equidade de gênero, de raça e de sexualidade. Ao reunir pesquisas com recortes nacionais e internacionais distintos, o livro apresenta uma cartografia ampla das masculinidades como campo de disputa simbólica, afetiva e institucional, particularmente relevante para a Comunicação, por sua atenção ao tratar das mídias e suas diferentes dinâmicas.

No primeiro capítulo *“Masculinidade, autoritarismo, violência: estamos em uma nova era?”*, Raewyn Connell, pesquisadora precursora dos estudos de masculinidades no mundo, reflete sobre a intersecção entre masculinidades autoritárias e movimentos políticos contemporâneos. O texto argumenta que a novidade do fenômeno não reside na matriz do modelo, historicamente vinculada às estéticas fascistas, mas nas contingências contemporâneas que o potencializam, tais como o avanço neoliberal, o contexto pós-colonial e as reações às reconfigurações da ordem de gênero. Para além do diagnóstico, o capítulo problematiza a fragilidade desses projetos e propõe a construção de masculinidades democráticas como uma agenda política e pragmática urgente.

No âmbito das pedagogias culturais, o segundo capítulo, *“Visualidades em jogo: aprendendo a ver masculinidades”*, de Evandro Farias Filho e Maria Sardelich, investiga como o entendimento de masculinidade é forjado na infância a partir de repertórios visuais que transitam entre desenhos, filmes e redes sociais. Os autores propõem as noções de “visualidades” e “contra-visualidades” para compreender como as crianças

tanto reproduzem estereótipos quanto operam leituras que tensionam a hegemonia imagética.

O terceiro capítulo propõe uma genealogia das mitopoéticas masculinistas. O texto *“Elementos para uma genealogia das mitopoéticas masculinistas”*, de Marlos Hermes, rastreia as raízes históricas desses discursos e seus desdobramentos contemporâneos — como as comunidades *red pill* —, analisando a recorrente retórica da “crise da masculinidade” enquanto um mito mobilizado para sustentar reações conservadoras frente à conquista de direitos e à equidade de gênero.

Dando continuidade à reflexão sobre a construção do sujeito, o quarto capítulo, *“Masculinidades em três atos: homens, curso de vida e diversidade sexual”*, de Mateus de Melo Albuquerque, analisa como homens não heterossexuais significam suas masculinidades ao longo do curso de vida. Por meio da análise de 38 entrevistas em profundidade, o autor discute os processos de socialização sob o regime da masculinidade hegemônica e as estratégias de negociação ou rejeição de normas culturais, conectando as esferas da subjetividade, da família e do reconhecimento social.

A perspectiva internacional da obra é reforçada no quinto capítulo, com o texto *“Masculinidades en disputa: afectividades, mandatos y salud mental en la modernidad tardía”*, de María Gabriela Córdoba, que apresenta um estudo sobre as masculinidades em disputa na Argentina. O foco recai sobre o impacto dos mandatos de gênero na saúde mental de homens entre 25 e 45 anos, evidenciando como a repressão afetiva e o isolamento geram somatizações, ao mesmo tempo em que identifica fissuras que possibilitam transições para modelos mais relacionais.

A urgência de uma crítica às estruturas de exclusão radicaliza-se no sexto capítulo, com o texto *“Necropolítica do silêncio: reflexões sobre transmasculinidades e suicídio”*, de autoria de Bruno Pfeil e Pol Iryo, que mobiliza o conceito de necropolítica do silêncio para discutir transmasculinidades e suicídio no Brasil. O debate vincula o sofrimento psíquico à invisibilidade institucional, à carência de dados sobre o tema e à transmasculinofobia, reivindicando que a produção de conhecimento e

as políticas públicas atuem como ferramentas de enfrentamento à violência estrutural.

A violência escolar é o objeto central do sétimo capítulo “*Criminals are made, not born’: 110 anos de ataques contra escolas e as expressões violentas das masculinidades pré-celibatários involuntários (1913-2023)*”, de Isabella Mendes, que historiciza ataques contra instituições de ensino em um arco temporal de 110 anos (1913—2023). O argumento recusa a patologização individual isolada, conectando tais eventos a configurações de masculinidade que buscam reconhecimento por meio de gramáticas violentas *incel*, utilizando a longa duração histórica para complexificar explicações centradas exclusivamente no fenômeno da internet.

O texto do oitavo capítulo, “*Gordofobia, Masculinidades e Ativismo: Uma etnografia sobre ausências e presenças masculinas no ativismo antigordofóbico*”, de Renata Santos, investiga uma questão pouco explorada na literatura sobre ativismo corporal no Brasil: onde estão os homens gordos no ativismo antigordofóbico e por que sua participação tende a ocorrer em proporções menores quando comparada à presença de mulheres e de agendas feministas. O texto parte da constatação — sustentada por um percurso de aproximadamente dez anos de envolvimento empírico e acadêmico da autora com o tema — de que o ativismo gordo se constitui, em larga medida, como um campo de predominância feminina, atravessado por gramáticas feministas e interseccionais.

A telenovela brasileira, enquanto “tecnologia de gênero”, é analisada por Lyedson Oliveira e Cecília Lima no nono capítulo, “*Masculinidades e Discurso na Telenovela Brasileira: disputas de gênero em Pantanal (2022)*”, através de discussões sobre o *remake* de Pantanal (2022). Ao comparar a obra com sua versão original de 1990, os autores examinam como o discurso televisivo reencena as tensões entre tradição e modernidade, o rural e o urbano, e as disputas entre masculinidades hegemônicas e modelos alternativos de sensibilidade.

A dimensão transnacional e midiática é explorada no décimo capítulo, “*A Performance Masculina em K-dramas: Análise De 'Rainha Das Lágrimas'*”,

de Ana Rochelle Moura, que se debruça sobre a performance masculina na dramaturgia sul-coreana. Ao analisar o K-drama Rainha das Lágrimas, o texto discute a coexistência entre traços hegemônicos e a chamada *soft masculinity*, tratando o produto cultural como uma arena de negociação de gênero, desejo e poder no cenário da Hallyu.

Voltando ao contexto argentino, Maria Laura Schaufler apresenta o texto *“Masculinidades y consumos culturales: ¿Qué lugar ocupa el deporte en la vida cotidiana de jóvenes argentinos en tiempos de neoliberalismo?”*, décimo primeiro capítulo do livro, no qual investiga o esporte como eixo central do consumo cultural de jovens sob o neoliberalismo. A análise conecta as práticas de espetatorialidade às mídias digitais e ao mercado de apostas online, demonstrando a persistência de valores hegemônicos no discurso esportivo e as novas economias do desejo produzidas pela mediação tecnológica.

Fechando a obra, no décimo segundo capítulo, *“Ninguém vai definir o que eu preciso ser’: reflexões sobre os processos de subjetivação e emancipação política do ex-jogador Richarlyson”*, Rafaela Souza e Olívia Pilar tomam como objeto de análise a figura pública do ex-jogador Richarlyson para discutir, em chave comunicacional, como se articulam subjetivação e emancipação política quando um sujeito historicamente capturado por regimes normativos de masculinidade (especialmente no futebol) passa a tomar a palavra sobre a própria trajetória. A análise desloca o foco do “fato” esportivo para o ato de fala e para o modo como a narrativa em primeira pessoa pode produzir fissuras no que é socialmente inteligível como “homem”, “atleta” e “ídolo” no campo futebolístico.

O livro foi organizado pelo Núcleo de Estudos Críticos de Feminismos, Gênero, Consumo e Capitalismo (Fegeccap), grupo de pesquisa registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e alocado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Boa leitura!

## Notas

Clique sobre o número para retornar ao texto

1. Pós-doutorado na McGill University, Institute of Gender, Sexuality and Feminisms (IGSF), Montreal, Canadá. Doutora em Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Publicitária e professora do Departamento de Comunicação da UFPE. Professora dos Programas de Pós-Graduação e de Comunicação (PPGCOM) da UFPE. Pesquisadora em temáticas ligadas aos Estudos de Gênero, Feminismos, Esportes e Mídia. Líder dos GPs CNPq Obmidia/UFPE: Observatório de Mídia: gênero, democracia e direitos humanos da UFPE e do Fegeccap - Núcleo de Estudos Críticos de Feminismos, Gênero, Consumo e Capitalismo. Presidenta da Rede de Mulheres Pesquisadoras de Futebol. Bolsista Produtividade CNPq - Nível C.





## MASCULINIDADE, AUTORITARISMO, VIOLÊNCIA: ESTAMOS EM UMA NOVA ERA?

RAEWYN CONNELL<sup>1</sup>

A palestra de abertura do 3º Simpósio Internacional de Estudos Críticos de Feminismos, Gênero, Consumo e Capitalismo, transcrita neste capítulo,<sup>2</sup> foi proferida por Raewyn Connell, professora emérita da Universidade de Sydney, e apresenta uma reflexão central para os estudos contemporâneos das masculinidades. A autora, considerada uma das fundadoras deste campo do conhecimento, trama, em diálogo com as transformações sociais, políticas e tecnológicas do século 21, uma análise dos novos desafios que cruzam os estudos das masculinidades, iniciando com uma discussão acerca de movimentos autoritários e chegando ao que ela defende como “modelos democráticos de masculinidade”.

### **Autoritarismo e masculinidade**

Eu gostaria de discutir as condições de existência do novo autoritarismo, as implicações para homens e masculinidades e, então, voltar para a questão de se estamos em uma nova era social e política. Aqui, estou indo além dos dados imediatamente disponíveis, para especular um pouco.

Se considerarmos qual tipo ideal de masculinidade se encaixaria nesses diferentes movimentos, partidos e espaços masculinos autoritários e de extrema direita, eu acredito que se pareceria com isso: é uma forma de masculinidade que enfatiza ser duro, ao invés de flexível e emocionalmente comunicativo — com a exceção de que pode comunicar ódio e medo. Seria uma masculinidade que é definitivamente combativa, e uma masculinidade que enfatiza ser dominante, que deseja estar no topo das hierarquias, que se sente confortável com hierarquias, já que está no topo.

A combatividade é importante. A imaginação de que o mundo é, conforme encontramos nos novos autoritarismos, um lugar de lutas sem fim. Esses movimentos dizem, com efeito: “Sempre há inimigos por aí, aos quais precisamos combater constantemente, infinitamente”. Esses inimigos podem ser outras raças, como é o caso dos negros para os racistas nos Estados Unidos ou na América do Sul. Podem ser de outra religião, como são os mulçumanos para o movimento *Hindutva* na Índia. Eles podem ser os infiéis, do ponto de vista dos movimentos islâmicos. Podem ser negros, muçulmanos, e migrantes, do ponto de vista dos movimentos de direita na Europa, e em alguma medida nos Estados Unidos. Mas quem quer que eles sejam, os movimentos estão dizendo com efeito: “Sempre temos inimigos, sempre temos que estar mobilizados e dispostos a enfrentá-los”.

Então, há uma imagem militar que está constantemente vindo à tona. Agora, isso implica em uma certa ordem de gênero, em um certo arranjo de relações de gênero. Em particular, isso significa manter as mulheres no seu lugar, de fato, manipulando e dominando as mulheres. Por vezes isso não é tão brutal quanto a versão de misoginia do Andrew Tate, mas é comum, em movimentos de direita, ver homens como batalhadores, supostamente *protegendo* as mulheres, que devem permanecer sob comando masculino. Isso pode significar a total marginalização de homens gays, deslegitimando masculinidades homossexuais. Por isso, vemos tentativas de banir o casamento gay. E embora a legislação se aplique igualmente às mulheres lésbicas, as campanhas da extrema direita contra a igualdade de matrimônio têm sido dominadas por imagens hostis de homens gays.

Por outro lado, a visão de masculinidade em movimentos autoritários se admira de numerosas coisas. Caracteristicamente, haverá admiração por pessoas poderosas. Pode haver admiração por riqueza, e isso é muito interessante porque se choca contra a retórica populista, nas quais os movimentos se afirmam ser contra as “élites”. Donald Trump às vezes fala esse tipo de linguagem, embora outros autoritários a utilizem mais. Mas é complicado tentar se apresentar como antielite quando se tem Elon Musk sentado no seu gabinete, ou outros bilionários espalhados pelo seu regime, ou torcendo por você nos bastidores. Assim como poder e riqueza, existe admiração por alta tecnologia e máquinas poderosas: por voar até o espaço, por ter os computadores mais poderosos, a criptomoeda mais críptica, e por aí vai.

Voltarei a esse tipo ideal em um momento. Mas, antes de fazer isso, quero refletir sobre algumas das condições de existência que permitem a esse modelo de masculinidade aparecer e se tornar proeminente. Sugiro três condições de existência. A primeira será extremamente familiar para vocês: a ascensão da organização neoliberal da economia. Isso inclui a desregulação das moedas e das finanças, as privatizações, o abandono da tributação progressiva, uma mudança para a tributação indireta, que incide mais pesadamente sobre os pobres, e assim por diante. Temos tido o neoliberalismo como forma econômica dominante por 30 ou 40 anos. Podemos voltar aos anos 1970, no Chile, para ver as ideias neoliberais tornando-se manifestas enquanto políticas econômicas no mundo real. Agora estamos vendo efeitos de longo prazo dessas políticas, amplamente difundidas e muito visíveis.

Um desses efeitos é a precariedade em massa: o crescimento de empregos precários, da terceirização, de várias formas do que se chama de *gig-economy* ou *gig employment*.<sup>3</sup> A precariedade é muito comum em várias partes do mundo pós-colonial, mas agora também é parte da economia de países ricos, incluindo países ricos na periferia, como a Austrália. Ao mesmo tempo, de forma surpreendente, há um novo nível de concentração de riqueza. Há pelo menos um século não tínhamos tamanha con-

centração de riqueza no topo da distribuição de riqueza. A combinação de precariedade em massa e riqueza extrema existe em muitas partes do mundo, e muitos analistas a veem como parte do contexto para a ascensão de movimentos políticos autoritários.

Não é surpreendente, dadas as desregulações e extremas concentrações de riqueza, que haja também um aumento da corrupção. Um grande número dos regimes autoritários mais estabelecidos são agora chamados de *kleptocracies* [cleptocracias], nas quais a elite política e seus compar-sas nos negócios são massivamente ricos. Os detalhes de suas riquezas normalmente são mantidos em segredo. Esse é o caso surpreendente da China. O poder dos “oligarcas” é mais visível na Rússia, e eu diria que agora também é manifestamente o caso da Índia. E está emergindo nos Estados Unidos, embora a situação lá seja mais fluida.

Como segunda condição de existência, eu apontaria a situação pós-imperial (situação “pós-colonial” é, provavelmente, a forma mais comum de chamá-la). Em meados do século 20, mais da metade da população mundial alcançou algum tipo de autonomia do controle imperialista direto ou indireto. Mais espetacularmente no Sul da Ásia, Leste da Ásia e na África; partes do Caribe e do Pacífico também. Houve uma grande expectativa de que essa volumosa onda de liberações nacionais levaria a transformações na vida de populações anteriormente colonizadas ao redor do mundo.

Isso não aconteceu para a maior parte das populações envolvidas. Então, houve desilusão política com muitos dos regimes pós-coloniais e com as agendas de “desenvolvimento” que foram adotadas pelos regimes pós-coloniais, ou por regimes que foram politicamente independentes durante mais tempo, especialmente na América do Sul. As agendas de desenvolvimento baseadas no Estado acabaram se cruzando com a virada neoliberal, e a maioria delas foi extinta.

Ao mesmo tempo, tem havido desilusão nos velhos regimes imperiais no Norte global. Aqui, a desilusão diz respeito aos regimes centristas, social-democratas ou liberais que pareciam estar solidamente no con-

trole da América do Norte e da Europa Ocidental em meados do século 20. Tendo acabado de ganhar (com a ajuda de Stálin) a guerra mundial contra o fascismo, esses regimes pareciam estar consolidados em um grande crescimento econômico durante os anos 1950 e 1960. Em especial, o conflito de classes foi silenciado e os Estados de bem-estar social foram criados. Mas, depois disso, a situação começou a estagnar. Hoje, temos um nível realmente impressionante de desconfiança em relação aos partidos e Estados de bem-estar social estabelecidos no Norte global.

Finalmente, retornamos ao tópico das masculinidades e relações de gênero. A terceira condição fundamental do novo autoritarismo, eu sugiro, são as rupturas no padrão de corporificação social. Elas se manifestam como mudanças disruptivas na ordem de gênero de muitas sociedades ao redor do mundo. O advento dos novos movimentos feministas, como o movimento de liberação das mulheres, foi central para isso. A maioria desses movimentos não se denominava “[movimento de] liberação das mulheres”, mas fazia parte da mesma mudança, que produziu, por exemplo, uma enorme mudança global nos níveis de alfabetização das mulheres. O aumento dos níveis de participação educacional entre as meninas, a crescente participação de mulheres na força de trabalho remunerada e o aumento da participação na política e na tomada de decisões organizacionais estão entre as mudanças sociais mais espetaculares no mundo nos últimos 50, 60 ou 70 anos.

De variadas formas, a incoerência das ordens patriarcais de gênero foi revelada. O patriarcado certamente existe, mas é impossível que ele siga sem ser *desafiado*. Essa é agora uma condição das nossas vidas. E isso, penso eu, nos dá uma forma de compreender o nível de histeria (não posso pensar em uma palavra melhor para isso) no discurso e nas performances públicas dos líderes do novo autoritarismo. Certamente vemos isso na *Manosphere* online. Vemos isso no discurso de políticos como Trump, vemos isso nas explosões de executivos como Musk. Há um nível de perturbação emocional aqui, que é profundamente enraizado nos ganhos históricos alcançados pelas mulheres, na contestação do

patriarcado ao longo dos últimos 60 ou 70 anos. Eu não consigo provar isso, mas é o que eu penso. Certamente precisamos de uma análise aprofundada, conectando economia, política, emoções e mudanças na vida cotidiana, se quisermos compreender um fenômeno tão amplo quanto o novo autoritarismo.

### **Estamos em uma nova era?**

Permitam-me retornar à questão posta em meu título: estamos em uma nova era, no que diz respeito à masculinidade? E aqui retorno às minhas sugestões acerca de um tipo ideal de masculinidade, que, em várias formas empíricas, parece estar disseminado no novo autoritarismo.

Um colega da sociologia chamado Cardoso<sup>4</sup> — alguém que vocês no Brasil conhecem bem — foi perguntado uma vez por um jornalista para comentar sobre o novo autoritarismo. Cardoso disse: esse é dificilmente um fenômeno novo. E eu tenho que dizer, em termos de modelo de masculinidade, ele está certo. O tipo ideal de masculinidade que eu desenhei do novo autoritarismo parece muito com aquele feito por comentadores da primeira onda do fascismo 90 ou 100 anos atrás. É muito parecido com o modelo ideal de masculinidade do movimento fascista na Itália, que deu início à onda europeia do fascismo e deu nome ao movimento. Vemos esse ideal de masculinidade explicitamente no movimento nazista. E se infiltra em outros movimentos fascistas, com diversas variações nacionais, é claro. Esse modelo de masculinidade não é novo. O movimento indiano que mencionei, RSS, a milícia *Hindutva*, se originou na década de 1920, contemporânea ao fascismo europeu, a ideologia é antiga assim. Contudo, o autoritarismo existe em novas condições e, na maioria das vezes, toma novas formas políticas.

Se não há nada de muito novo no modelo de masculinidade, podemos aprender com sua história. E há uma lição muito importante: este modelo é vulnerável. As maiores potências fascistas foram derrotadas na guerra. Os regimes fascistas que tiveram o bom senso de não se juntarem

à guerra de Hitler, como Espanha e Portugal, não se sustentaram depois que os ditadores originais saíram de cena.

Eu diria que as formas contemporâneas do autoritarismo também são vulneráveis. Muitos comentadores parecem apresentar o novo autoritarismo como se fosse imparável, um movimento global que cresceu e continua a crescer. E certamente ele teve sucessos espetaculares. Mas também teve falhas e precisamos prestar atenção a elas. Bolsonaro, é claro, perdeu a reeleição. Trump perdeu sua primeira tentativa de reeleição. Assad recentemente perdeu poder na Síria, apesar do suporte militar do regime de Putin. O Partido da Lei e da Justiça na Polônia, que caminhava em direção a um regime autoritário, também perdeu a última eleição. Partidos de direita no Canadá e na Austrália, que pareciam estar se modelando ao regime de Trump, recentemente perderam feio as eleições nacionais.

Então, o novo autoritarismo é vulnerável de variadas formas. Atualmente não há uma eleição em que um regime opositor ganharia na China ou na Rússia, é claro. Mas há bastante contra-ataques acontecendo; numerosos regimes autoritários falharam (não só em eleições, mas também em referendos), o que me faz olhar para uma outra imagem do que está acontecendo no mundo. Esta não é uma força irrefreável do autoritarismo como novo poder no mundo, mas uma disputa, que tem seus altos e baixos. De modo grosseiro, essa é uma disputa por hegemonia, pela influência cultural e pelo imaginário de mundo das pessoas. Em termos de gênero, está acontecendo uma disputa pela definição de masculinidade hegemônica, na qual diferentes construções de masculinidade estão reivindicando legitimação e uma posição central.

Esta disputa não foi ganha pelos autoritários de maneira decisória. Pode haver um regime autoritário que ascende ao poder por meios democráticos e então se consolida como uma ditadura. Isso, de certa forma, é o que aconteceu na Rússia, está acontecendo, até onde pode-se dizer, na Hungria e parece ter falhado na Polônia.

Entender o presente histórico como uma disputa contínua por hegemonia nos ajuda a dar sentido à linguagem e ao pensamento autoritário. É importante para o papel dos inimigos na mobilização de movimentos de direita, é importante para a necessidade dos autoritários de se apresentarem constantemente como fortes. E, paradoxalmente, é importante para o modo como esses movimentos constantemente se apresentam como oprimidos, mesmo quando estão no poder. A retórica continua dizendo: “Estamos lutando contra o sistema, contra a elite, contra o Estado profundo”, para usar a terminologia da extrema direita dos Estados Unidos. Essa luta envolve definições de masculinidade em grande parte.

Se alguém se engajar nessa luta, e observando não apenas de um ponto de vista acadêmico, essa análise reforça a necessidade de modelos democráticos de masculinidade. Existe uma necessidade de modelos de masculinidade que sejam tão emocionalmente satisfatórios quanto os modelos que parecem satisfazer os homens engajados nos movimentos de direita. Formas de masculinidade que sejam emocionalmente satisfatórias a longo prazo precisam estar conectadas a propósitos práticos no mundo. Elas não podem ser meras reconfigurações de identidades ou ideias, mas, de fato, precisam ter um impacto nos modos de vida, nas arenas econômicas e políticas, nas arenas domésticas e nos relacionamentos pessoais.

Temos muitas fontes de inspiração para uma agenda que desenvolva modelos mais democráticos de masculinidade. Por exemplo, existem movimentos sociais em várias partes do mundo que defendem um maior envolvimento dos homens nos cuidados com as crianças. Em alguns países, incluindo todos os países escandinavos, isso se transformou em apoio econômico para que os pais se envolvam no cuidado das crianças pequenas.

Temos outras ideias vindas de movimentos feministas, sobre famílias mais sustentáveis e equitativas: famílias com distribuição igualitária do trabalho doméstico, famílias que apoiam as carreiras de múltiplos cuidadores. Temos movimentos em prol de formas cooperativas de produção, que dispensam as hierarquias gerenciais, uma das fontes do autoritarismo

moderno. Temos homens engajados com o feminismo de maneira prática: a rede online *MenEngage* é uma fonte valiosa de informações sobre eles. Um número muito grande de homens, se perguntados sobre questões específicas em questionários, apoiarão os princípios feministas. Há muitos aliados em potencial, tanto entre mulheres quanto entre homens, para movimentos desenvolverem relações de gênero mais igualitárias e democráticas.

## Notas

Clique sobre o número para retornar ao texto

1. Professora emérita da Universidade de Sydney, na Austrália.
2. Este capítulo trata da transcrição da palestra de abertura do 3º Simpósio Internacional de Estudos Críticos de Feminismos, Gênero, Consumo e Capitalismo, disponível em: <https://youtu.be/IvQjTF-v8GE?si=LQpvLfLUjHoccsQ6>. Acesso em: 11 ago. 2025. A palestra foi adaptada pela própria Raewyn Connell para publicação em formato de texto, que foi traduzido por Mateus de Melo Albuquerque, Doutorando em Comunicação, PPGCOM/UFPE, bolsista FACEPE, e-mail: mateusmeloalb@gmail.com.
3. Economia do “bico”, trabalho informal normalmente mediado por plataformas digitais, como Uber e iFood.
4. Fernando Henrique Cardoso, 34º presidente do Brasil.

# Visualidades em jogo: aprendendo a ver masculinidades

EVANDRO ALMEIDA FARIAS FILHO<sup>1</sup>

MARIA EMILIA SARDELICH<sup>2</sup>

O Grupo de Pesquisa em Ensino das Artes Visuais (GPEAV), vinculado ao Programa Associado de Pós-graduação em Artes Visuais (PP-GAV) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), vem investigando sobre os repertórios visuais entre crianças da Educação Básica com a finalidade de compreender como essas crianças constroem seus modos de existir e ver o mundo com as “visualidades e contravisualidades” (Sardelich, 2022) presentes em seus cotidianos. Desde 2015, diversos colaboradores do GPEAV vêm constatando as transformações nos repertórios visuais de crianças que frequentam as escolas públicas de Educação Básica das cidades de João Pessoa, capital da Paraíba, e Recife, capital de Pernambuco. Nessas investigações, buscamos identificar como as crianças se relacionam com os artefatos visuais disponíveis em seus contextos de existência e se tais artefatos podem favorecer determinadas visões de mundo.

As investigações realizadas entre 2015 e 2025 situam-se no marco teórico pós-estruturalista dos Estudos da Cultura Visual, optando por uma abordagem narrativa, a fim de priorizar um “encontro de conversa” (Benites, 2020) entre crianças e docentes investigadores, a partir do entendimento de que as crianças não apenas consomem artefatos visuais variados, mas são, também, produtoras de imagens, produtoras culturais. Assumimos as possibilidades para a reflexividade e o empoderamento que uma investigação narrativa oferece devido a nossa intenção de compreender o significado da experiência de aprender/ensinar/investigar e como esse processo ocorre; de lidar com vidas, valores, atitudes, crenças diferentes e como sistemas sociais, instituições e estruturas atravessam as aprendizagens, sem perder de vista que a narrativa de investigadoras e investigadores é sempre dual, pois está imersa na experiência que pretende compreender (Clandinin; Connelly, 2015).

Dentre os quatro lugares possíveis identificados por Rose (2019) para o trabalho de investigar a partir de, sobre ou com artefatos visuais: o lugar da produção; o lugar do artefato em si; o lugar da circulação e o lugar da recepção, priorizamos o lugar da recepção sem desvinculá-lo dos demais, pois as complexas mediações entre esses lugares também afetam a recepção. Como docentes, e investigadores, nos identificamos com o posicionamento de uma “metodologia visual crítica” (Rose, 2019), entendendo-a como um enfoque que pensa a experiência visual como prática social imersa em relações de poder, relações que se produzem, se articulam e, também, podem ser desafiadas por formas de ver e imaginar.

O recorte da experiência que relatamos nesta publicação está organizado do seguinte modo: a caracterização do campo de estudo da Cultura Visual e a rede conceitual que fundamenta esta investigação; os repertórios visuais identificados em trabalhos publicados pelo GPEAV entre 2015 a 2025, enfatizando a última coleta realizada em uma escola da rede pública da Região Metropolitana do Recife (RMR), Pernambuco, em 2025; e, por fim, as considerações transitórias alcançadas até o momento.

## Visualidades e contravisualidades

Para articularmos nossas investigações, partimos do entendimento de que o sujeito está imerso em relações de controle e/ou dependência, ao mesmo tempo em que participa de práticas sociais que lhe provocam a olhar para si mesmo e construir narrativas sobre si (Foucault, 1995). Dessa forma, os modos de subjetivação não estão dirigidos a um sujeito particular, mas são construções sociais que nos posicionam em relação aos nossos afetos e aos nossos valores, indicando modos de agir, sentir, pensar, de ser criança, adolescente, jovem, adulto, mulher, homem, entre outras possibilidades de identificação. Nesse entendimento, a subjetividade refere-se aos pensamentos e emoções conscientes e inconscientes do sujeito, ao sentido de si, suas formas de entender sua relação com o mundo. Para Guattari e Rolnik (1996), a produção da subjetividade é social, pois ela acontece no cruzamento de inúmeros agenciamentos de enunciação, definidos como mecanismos de expressão que podem ser de natureza extrapessoal, como os sistemas econômico, social, político, entre outros, e intrapessoal, como os sistemas de percepção, sensibilidade, afetos, desejos. A produção da subjetividade não é estática nem acabada, ela está em movimento constante e revela modos de relação de si com o mundo. Isso significa que as subjetividades são atravessadas pelos vários agenciamentos coletivos. Guattari e Rolnik (1996) indicam que as subjetividades não estão determinadas por esses agenciamentos coletivos, mas que existem brechas possíveis para desencadear modos de se reapropriar dos componentes da subjetividade coletiva, na busca de outros sentidos ao que lhe acontece, em uma relação de expressão e criação singular. É a partir desse entendimento que buscamos pensar sobre como somos subjetivados pelos artefatos visuais com os quais interagimos em nossos cotidianos.

A partir da década de 1980, começou a circular no âmbito da História da Arte, Comunicação e Educação, a expressão Cultura Visual, que ampliou a discussão sobre o papel da imagem nos processos de simbolização

e produção do conhecimento (Sardelich; Garcia; Alves, 2016). Há muitas divergências entre seus estudiosos, tanto em relação à delimitação de um campo acadêmico quanto ao seu objeto de estudo, reunindo variadas posições teóricas. Nos alinhamos em torno de posicionamentos como os de Bal (2004), Mitchell (2009), Mirzoeff (2011), entre outros que argumentam pela heterogeneidade da visão e do visual, compreendendo que não há fatos, objetos, fenômenos, meios de visualidade puros, mas sim atos de ver extremamente complexos, que resultam de uma espessa urdidura de operadores verbais, mentais, mnemônicos, técnicos, e de uma densa trama de interesses de representação em confronto, como os de raça, gênero, classe, diferença cultural.

Compreendemos que o conceito de visualidade, entendido como modo de ver socialmente construído, articula a Cultura Visual como campo de estudo próprio. Desse modo, se diferencia da História da Arte por compreender que a visão não é um dado natural e, também, questionar a universalidade da experiência visual. Por isso, a Cultura Visual admite a especificidade cultural dos modos de ver em tempos e espaços que necessitam ser contextualizados (Sardelich; Nascimento; Paiva, 2015). Diferentemente da tradição disciplinar da História da Arte Ocidental, que tem privilegiado o que se vê, o objeto, e o produtor do objeto visto, por meio de uma visão disciplinadora, buscamos indagar sobre como artefatos visuais contribuem para pensarmos sobre nós mesmos no mundo em que estamos (Hernández, 2011).

Nesse sentido, adotamos o conceito de visualidade como modo de ver socialmente construído e nos co-implicamos em questões sobre como vemos e também como somos capazes, autorizados ou levados a ver (Jay, 2003). Nas e pelas práticas de ver e ser visto, inscritas em relações de poder, vão se instituindo nossos modos de ver o mundo a partir dos e com os artefatos visuais que vemos. Hall (2016) destaca a tipificação como uma prática para classificar objetos, pessoas e eventos de maneira simples, vívida e memorável que enfatiza certos traços característicos tanto quanto enrijece a possibilidade de mudança dessa tipificação. Des-

sa forma, a tipificação não apenas simplifica a percepção da realidade, mas também legitima e reproduz as hierarquias sociais, ao alinhar os critérios de classificação com os padrões que definem quem pertence à um grupo e quem é relegado ao status de “outro”. Assim, ao reduzir as múltiplas dimensões de indivíduos a um conjunto limitado de traços, a complexidade acaba sendo simplificada em sua representação. Esse processo de estereotipização reduz, essencializa, naturaliza e fixa a diferença, perpetuando a ideia de que determinadas características são naturais e imutáveis. É pela estereotipização que os integrantes de um grupo se distanciam dos outros, apontando-os como diferentes e outros adjetivos como incapazes, indolentes e inferiores.

Hall (2016) refere-se a um regime racializado de representação, devido às representações elaboradas pelas pessoas brancas sobre as pessoas negras durante a história, observando que estas: “Eram representados como suplicantes por liberdade ou cheios de gratidão por terem sido libertados e, conseqüentemente, ainda eram mostrados ajoelhando-se perante seus benfeitores brancos” (Hall, 2016, p. 175). Para o autor, a representação das populações negras como suplicantes ou eternamente dependentes não é acidental, mas parte de um sistema que utiliza essas representações para consolidar uma ordem social desigual. A partir de Hall (2016), compreendemos que o regime de representação pode ser racializado como também, ser atravessado por outros marcadores sociais como classe, gênero e sexualidade.

Apesar do grande esforço da estratégia de estereotipagem tratar de fixar determinados significados, “Palavras e imagens carregam conotações não totalmente controladas por ninguém, e esses significados marginais ou submersos vem à tona e permitem que diferentes significados sejam construídos, coisas diversas sejam mostradas e ditas” (Hall, 2016, 211). Desse modo, representações estereotipadas também podem fazer vir à tona o “direito de olhar”, que se recusa a ser segregado e tem uma genealogia persistente, desde a oposição à escravidão de todos os tipos até a política anticolonial, anti-imperialista e antifascista, agenciando suas

novas formas “que emergem no confronto com a visualidade”<sup>3</sup> (Mirzoeff, 2011, p. 4, tradução nossa). Portanto, práticas de ver e ser visto se constroem no jogo entre visualidades e contravisualidades.

### **Repertórios visuais**

Entre visualidades e contravisualidades, vamos compondo nossos repertórios visuais. Utilizamos a expressão repertório visual como um conjunto de artefatos visuais que abrange todo tipo de artefato que se coloca diante de nossos olhos, sejam as imagens das capas dos cadernos escolares, as imagens da Arte presentes em livros didáticos e outros lugares de frequência de estudantes, as estampas das camisetas, os grafites dos muros da cidade, as histórias em quadrinhos, os vídeos, os filmes, entre tantos outros, que constroem nosso modo de ver o mundo e a nós mesmos (Sardelich, 2019).

Em uma de nossas primeiras investigações sobre como as crianças dos primeiros anos do Ensino Fundamental das redes públicas de João Pessoa, entre seis e doze anos de idade, se relacionam com os artefatos visuais disponíveis em seus contextos de existência, e se esses artefatos poderiam favorecer determinadas visões de mundo, notamos que a tecnologia visual,<sup>4</sup> fonte de seus repertórios visuais era, em 2015, predominantemente a televisão aberta, destacando-se artefatos como desenhos animados e programas infantis, que foram cedendo espaço para o telefone celular, plataformas digitais de vídeos e jogos online.

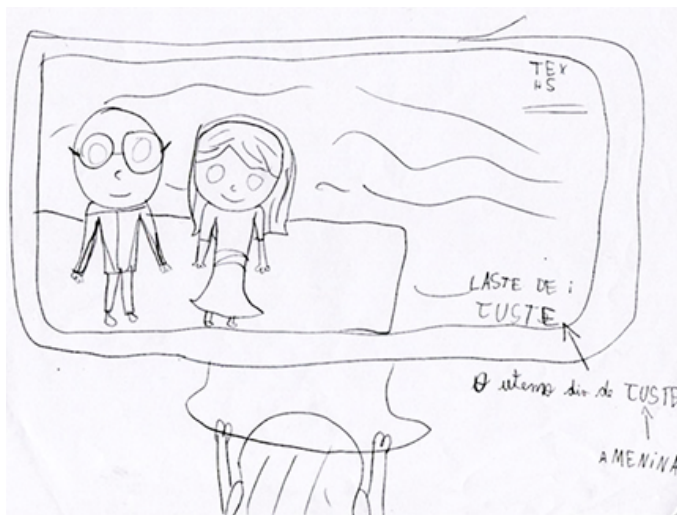


Figura 1: Desenho de menino de 9 anos sobre como ocupa seu tempo fora da escola.  
Fonte: Santos (2018).

Sardelich et al. (2016) constataram que os repertórios visuais de crianças entre nove e dez anos, de uma escola pública de João Pessoa, estavam repletos de desenhos animados como Barbie, Bob Esponja, Pink e o Cérebro, e também por filmes de terror, como Annabelle, Motoqueiro Fantasma, acessados via televisão aberta como atividades de lazer e entretenimento nos momentos em que não estavam na escola. A partir desses dados, as autoras tecem uma reflexão sobre o Sistema de Classificação Indicativa Brasileiro, criado na década de 1990 para auxiliar pais na escolha do conteúdo midiático que seus filhos podem ter acesso. Esse sistema é de responsabilidade da Coordenação de Política de Classificação Indicativa (Cocind), do Departamento de Promoção de Políticas de Justiça (DPJUS), da Secretaria Nacional de Justiça (SENAJUS) e do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Os critérios que sustentam essa política pública se alicerçam em três grandes temas: sexo, violência e drogas, considerados inadequados à formação de crianças e adolescentes. A análise pondera a frequência, relevância, contexto, intensidade

e importância dos três temas para a trama de produtos para televisão, cinema, vídeo, videogames, aplicativos e os *role playing games* (RPG) ou jogos de interpretação de papéis.

Annabelle, um dos filmes mencionados pelas crianças que colaboraram nessa investigação, tem classificação indicativa para 14 anos, assim como o filme Motoqueiro Fantasma, de 2007, e 12 anos para a segunda versão do filme produzida em 2011. As autoras observam como as crianças colaboradoras mencionam com familiaridade artefatos visuais de uma faixa de idade superior às suas e enumeram as dificuldades para garantir ambientes seguros e adequados ao desenvolvimento das crianças, devido ao fato de que estas nem sempre estão acompanhadas de adultos ao acessarem artefatos visuais no ambiente doméstico. Também mencionam que as preferências das crianças em relação aos artefatos visuais apresentavam diferenças em relação ao gênero,<sup>5</sup> pois meninas indicavam os desenhos animados da Barbie, telenovelas e os programas de culinária, e meninos a série de animação Bob Esponja, jogos como Pro Evolution Soccer<sup>6</sup> (PES), Kid Games<sup>7</sup> e Lucky Block.<sup>8</sup>

Sardelich e Paiva (2016) chegaram a resultados similares aos de Sardelich et al. (2016) observando que, apesar de um regime generificado de representação, baseado nos estereótipos atribuídos aos papéis sociais de mulheres e homens, indicando como meninas e meninos devem regular suas percepções e sentimentos, as meninas que colaboraram nessa investigação sinalizaram algumas transgressões, pequenas brechas contra possíveis formas de submissão de suas subjetividades, indicando preferência por filmes de terror de uma faixa de idade bem superior às suas, além de torneios de Mixed Martial Arts (MMA), artefatos que, em geral, têm sido selecionados e indicados por e para meninos. As autoras concluem que essas pequenas brechas poderiam anunciar outras feminilidades,<sup>9</sup> pois os processos de subjetivação são históricos.

Bizerra (2017) teve como colaboradoras de sua investigação crianças de seis e sete anos, da Escola de Educação Básica da UFPB, campus João Pessoa, que indicaram majoritariamente preferência pelos desenhos ani-

mados e filmes de super-heróis produzidos por duas das mais influentes editoras estadunidenses a DC Comics e a Marvel Comics, famosas por publicar histórias em quadrinhos e deter a propriedade intelectual das narrativas dos super-heróis mais citados pelas crianças, dentre eles: Capitão América, Homem de Ferro, Thor, Homem-Aranha, Wolverine, Super-Homem, Flash, Hulk, Batman, Mulher-Maravilha, Batgirl.



Figura 2: Repertórios visuais de menino e menina de 7 anos.

Fonte: Bizerra (2017).

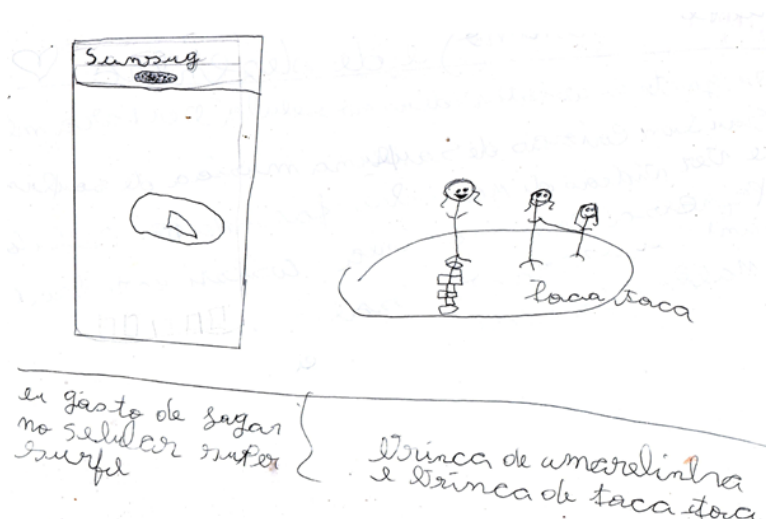


Figura 3: Desenho de menina de 9 anos sobre como ocupa seu tempo fora da escola.

Fonte: Lima (2017).

Na investigação de Lima (2017), o telefone celular e o *tablet* foram tão mencionados quanto a televisão aberta como fontes de visualidades para as crianças, sendo que meninas se dividiam entre as telenovelas Chiquititas,<sup>10</sup> Carinha de Anjo<sup>11</sup> e, também, brincadeiras tradicionais, como amarelinha e toca-toca.

O YouTube foi mencionado entre os meninos, além da série de animação Dragon Ball Z, os jogos Grand Theft Auto (GTA), Minecraft, e a rede social Facebook. A autora observa o descompasso entre a classificação indicativa do jogo GTA, para maiores de 18 anos, devido à violência do tema do jogo, o Roubo Qualificado de Automóveis, um crime tipificado pelo Código Penal Brasileiro, além dos riscos que o acesso à rede social Facebook poderia oferecer para crianças entre 9 e 10 anos, que colaboraram com a sua investigação. As redes sociais, sem regulamentação para as crianças na época do estudo realizado, ofereciam, e ainda continuam a oferecer, riscos à exposição de conteúdos impróprios, mesmo com a regulamentação da Lei n. 15.211/2025, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Digital, que, atualmente, proíbe que crianças criem contas em redes sociais sem consentimento dos responsáveis.

Sobre como crianças de 11 e 12 anos ocupavam seus tempos fora da escola, Costa (2018) recebeu indicações genéricas como: “*ver desenhos na televisão*”, “*ver coisas na Internet*”, “*ver filmes de terror*”, “*ver o Youtuber Felipe Neto*”, “*ver filmes de fada*”, “*ver Netflix*”, “*ver vídeos de maquiagem*”. Ao notar que a maioria das crianças fazia referência ao artefato visual filme, questionou sobre filmes que já haviam assistido, obtendo o seguinte resultado: “*It: a Coisa*”, seguido da série La casa de Papel, Peppa Pig e Elena de Avalor. A autora também apresenta uma reflexão sobre o Sistema de Classificação Indicativa Brasileiro, destacando que tanto o filme It A Coisa, como a série La casa de papel, os dois mais citados pelas crianças que colaboraram com a sua investigação, não são recomendados para menores de 16 anos, o que seria inapropriado para as crianças de 11 e 12 anos com as quais investigou. Por outro lado, os outros dois filmes mencionados, *Peppa Pig* e *Elena de Avalor*, são destinados a crianças

de dois a sete anos. A autora avalia que os dois resultados extremos, fora da faixa etária das crianças colaboradoras, poderiam sinalizar os fenômenos sociais da adultização e infantilização das crianças, o que poderia comprometer o desenvolvimento integral dessas crianças, expondo precocemente a conteúdos de difícil elaboração com impactos na saúde emocional, cognitiva e social. Conclui sobre as dificuldades de escolha do filme adequado para as crianças, tanto no ambiente escolar como no familiar, bem como sobre a necessidade de acompanhamento dos adultos sobre as atividades com os artefatos visuais, recomendando que os mesmos sejam discutidos com respeito pelas escolhas infantis, criando ambientes emocionais seguros, estabelecendo relações afetivas e de confiança, seja no ambiente familiar ou escolar.



Figura 4: Desenho de menina de 11 anos sobre seu repertório visual.  
Fonte: Costa (2018).

Crianças de 9 e 10 anos, da Escola de Educação Básica da UFPB, campus João Pessoa, colaboraram com Santos (2018) em sua investigação informando que as atividades que realizavam durante seus tempos fora da escola eram: “*ver vídeos no YouTube*”, “*jogar Minecraft*”, “*jogar Cut não*

*sei o resto*” “jogar *Clash Royale*”, “jogar *Free Fire*”. Sobre os vídeos que as crianças afirmavam ter acesso via *YouTube*, a autora identificou tratar-se de canais de videojogadores que compartilham suas estratégias, sendo os mais citados: Minguado<sup>12</sup> e Júlia MineGirl<sup>13</sup>.

O videogame mais comentado pelas crianças que colaboraram com Santos (2018), foi o *Minecraft*, sobre o qual a autora apresenta uma reflexão a respeito da sua enunciação visual. Considera que esse videogame explora a metáfora da mineração como uma atividade necessária a sobrevivência do jogador que atua individualmente para a sua defesa contra seres malignos que tentam eliminá-lo. Observa que a enunciação visual do *Minecraft* dá ênfase a um mundo no qual elimina-se algum tipo de vida para a sobrevivência do jogador, tendo em vista que para o jogador conseguir alimento ou para passar de um dia para o outro, precisa eliminar algum ser vivo do jogo para continuar sobrevivendo, o que pode intensificar a construção de significados acerca da necessidade de eliminar vida para subsistência individual. Conclui sugerindo videogames para crianças que priorizem outras narrativas, exemplificando com o jogo “Huni Kuin: os caminhos da jiboia”<sup>14</sup> desenvolvido com a participação de trinta indígenas da etnia Huni Kuin, sob a coordenação do antropólogo Guilherme Meneses. A missão desse jogo é salvar a floresta e, para isso, o jogador necessita produzir conhecimento sobre os animais e as plantas. A autora enfatiza a possibilidade de oferecer às crianças outras visualidades além da visualidade hegemônica, uma contravisualidade, como videogames que se alinhem a uma enunciação visual de preservação e cooperação, contrapondo-se a construção de um mundo individualista e solitário no qual se mata para sobreviver, como a visualidade apresentada pelo jogo *Minecraft*.

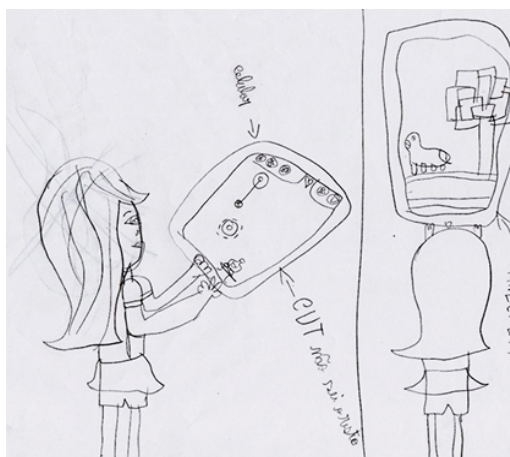


Figura 5: Desenho de menina de 9 anos e menino de 10 anos sobre seus tempos fora da escola.  
Fonte: Santos (2018).

## Aprendendo a ver masculinidades

Em uma investigação realizada com crianças de 9 e 10 anos, de uma escola pública da Região Metropolitana do Recife (RMR), Pernambuco,

em maio de 2025, também indagamos sobre as atividades que realizavam durante seus tempos fora da escola. Enfatizamos que as interações com as crianças acontecem em um “encontro de conversa” como “um espaço de negociação para que haja compreensão da linguagem do outro, caso contrário, sempre vai existir disputa de poder e dominação” (Benites, 2020, p. 193).

Ao longo das conversas, as crianças foram mencionando o acesso ao “celular” dos familiares e o desejo de “*mexer no celular*” para “*ver coisas na Internet*”, “*passar o tempo na Internet*”, posto que afirmam “*não poder passar o tempo na rua*”. São crianças da “geração alpha”,<sup>15</sup> segundo a denominação dada pelo sociólogo australiano Mark McCrindle para nascidos entre 2010 e 2024 e expostos à saturação da era das telas e que se entretêm com aplicativos dos smartphones. As crianças que colaboraram com esta investigação não manifestaram uma predileção por um aplicativo para executar uma tarefa específica nos dispositivos que têm acesso, mas sim por uma plataforma online de criação de jogos na qual os próprios usuários também podem criar e compartilhar suas experiências, a plataforma Roblox<sup>16</sup>. As crianças colaboradoras desta investigação revelaram intimidade e frequência com a atividade de jogar online, corroborando os resultados da pesquisa TIC Kids Online Brasil 2024,<sup>17</sup> pois jogar online foi a atividade mais realizada pelos usuários de 9 a 10 anos (81%), seguida por outras práticas como assistir a vídeos, programas, filmes ou séries na Internet (75%) e ouvir música online (75%). Fortim (2025) observa que as oportunidades, como também os riscos e danos em jogos online, podem depender de uma série de variáveis que se referem ao contexto da criança, não somente em relação aos tipos de jogos com os quais interagem, o engajamento em plataformas adjacentes, mas também à diversidade das experiências infantis, que são entremeadas por gênero, faixa etária, classe social, raça/etnia, habilidades digitais e sexualidade. Meninas e meninos colaboradores desta investigação jogam online com constância na plataforma Roblox, porém identificamos que preferem

jogos diferentes. O jogo mais citado por meninas foi o Brookhaven RP e por meninos o Blox Fruits.



Figura 6: Reprodução da página oficial do jogo.

Fonte: Brookhaven RP, Roblox.

De acordo com a plataforma global online de dados estratégicos empresariais Statista, Brookhaven RP tem sido o jogo mais visitado ou jogado na plataforma Roblox, por 69 bilhões de usuários até julho de 2025. A sigla RP adicionada ao título do jogo é uma abreviação de *Role-Playing Game* (RPG), ou seja, classifica-se na tipologia em que jogadores assumem um papel criado por eles mesmos, sem uma narrativa previamente estabelecida a ser seguida. Em Brookhaven RP é possível simular a vida, criar um mundo, criar uma família. Cada segundo de jogadores em Brookhaven RP equivale a um minuto do cronômetro do mundo físico, o que acelera a noção de passar o tempo nesse ambiente. Uma das possibilidades que o jogo oferece é interagir com outros usuários, o que permite que crianças jogadoras busquem outros jogadores para serem “adotadas” e viverem outras vidas que poderão ser similares, ou não, de suas realidades. Os desenvolvedores do jogo o descrevem como:

*“Um lugar para se divertir com pessoas parecidas e fazer RP. Tenha e viva em casas incríveis, dirija veículos legais e explore a cidade. Seja quem você quiser em Brookhaven RP”.*

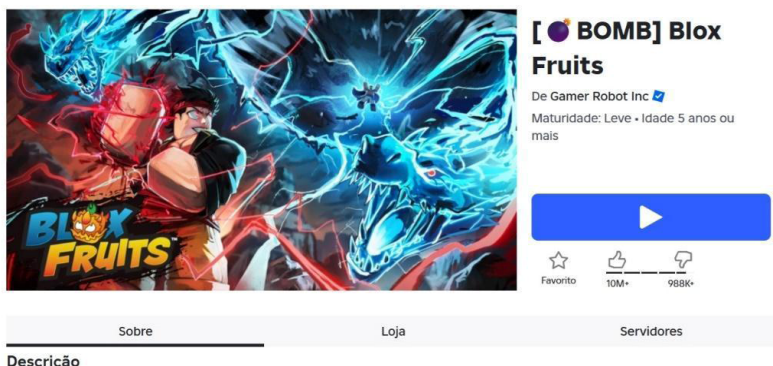


Figura 7: Reprodução da página oficial do jogo.

Fonte: Blox Fruits - Third Sea, Roblox.

Blox Fruits é o segundo jogo mais visitado, ou jogado na plataforma Roblox, por 52 bilhões de usuários até julho de 2025, de acordo com os dados da plataforma Statista. Os desenvolvedores do jogo convidam usuários do seguinte modo:

Bem vindo ao Blox Fruits! Torne-se um mestre espadachim ou um poderoso usuário de Blox Fruit enquanto você treina para se tornar o jogador mais forte de todos os tempos. Você pode escolher lutar contra inimigos difíceis ou ter batalhas poderosas contra chefes enquanto navega pelo oceano para encontrar segredos ocultos. Limite de nível atual: 2450 Frutas atuais no jogo: Bomba, Espinho,

Ao que tudo indica, *Blox Fruits* adapta para o videogame a série de história em quadrinho japonesa *One Piece*, escrita e ilustrada pelo mangaká Eiichiro Oda. Segundo os dados da Editora Shueisha,<sup>18</sup> o mangá *One Piece* é o mais vendido no planeta, com mais de 570 milhões de cópias

até julho de 2025. *One Piece* narra as aventuras de um jovem que tem seu corpo transformado por comer a fruta do poder e, junto com sua tripulação, busca um grande tesouro enfrentando toda série de perigos, que, resumidamente, atualiza a “jornada do herói”, também denominada de monomito pelo estadunidense Joseph John Campbell (1904-1987). Enquanto o *Brookhaven RP* tem como objetivo a construção de mundos, *Blox Fruits* visa uma jornada heroica de aventuras e batalhas para conquista de seus objetivos. Ao utilizar os termos no gênero masculino e adjetivos como “forte” em sua sinopse, por exemplo, é perceptível a tentativa de atrair usuários pela “força” e “conquista”, o que nos remete a discussão levantada por Connell (1997) sobre as masculinidades.

Connell (1997) observa que ao discutirmos a questão das masculinidades estamos fazendo o gênero a partir da cultura, ou seja, estamos observando os gestos e comportamentos a partir de uma performance de gênero. Tais gestos são vistos como tipos, as características simplórias e imutáveis que se naturalizam. Para a autora, a masculinidade não é um termo exclusivo para aquilo que os homens são e fazem, pois vai além das diferenças biológicas entre homens e mulheres que limitaria a masculinidade ao ser homem. Por isso, podemos descrever uma mulher como masculina e um homem como feminino. Assim, as masculinidades e feminilidades não são determinadas pela sequência que define o sexo como biológico, mas são construções sociais que variam entre pessoas dentro do próprio grupo de homens e de mulheres.

Quando a masculinidade se liga ao que o homem deveria ser, ela está passando pela definição normativa. Logo, a masculinidade se fixa como uma norma social para o comportamento dos homens. No entanto, nem todo homem deixará de ser homem por não estar conforme as regras da masculinidade. Sendo assim, a autora afirma que, se a masculinidade pudesse ser brevemente definida, poderíamos compreender a masculinidade como “ao mesmo tempo a posição nas relações de gênero, as práticas pelas quais homens e mulheres se engajam nessa posição de gênero, e os efeitos dessas práticas na experiência corporal, na personalidade e na

cultura” (Connell, 1997, p. 35). Portanto, não é possível englobar toda a manifestação da masculinidade em uma só, existem masculinidades, no plural. No entanto, considerando os contextos de classe e raça, as relações de gênero podem ser analisadas pelas associações entre esses marcadores. Desse modo, Connell (1997) apresenta uma classificação possível em torno de quatro tipos de masculinidades que considera como as mais dominantes no Ocidente: a masculinidade hegemônica, a masculinidade subordinada, a masculinidade cúmplice e a masculinidade marginal.

A masculinidade hegemônica está ligada ao conceito de hegemonia. Ela se refere “[...] à dinâmica cultural pela qual um grupo exerce uma posição de liderança na vida social” (Connell, 1997, p. 39). É a masculinidade que domina, que institui a norma e estabelece o padrão a ser seguido. É a forma em que o poder é aceito e prestigiado definindo que este é o padrão social dominante entre os homens. Tem um caráter autoritário e está associada atualmente a padrões de virilidade, autoridade e violência. Ela pode ser mutável, tendo representações históricas e particulares de figuras masculinas dominantes que seguiam e estabeleciam um certo padrão hegemônico de comportamento para a performance masculina. Por sua vez, a hegemonia passa a dominar culturalmente a sociedade, impulsionando uma relação de dominação e subordinação. Assim, na classificação de Connell (1997), se estabelece a masculinidade subordinada que está ligada a esta relação domínio. São os homens que não se encaixam na ideia de virilidade proposta pela masculinidade hegemônica, tendo características de sensibilidade, emotividade e falta de agressividade. Enquanto a masculinidade hegemônica é idealizada e mantém o poder social, a masculinidade subordinada serve como um *Outro* que reforça os limites do que é considerado aceitável ou desejável para os homens. A subordinação desses homens ajuda a sustentar a hegemonia dos homens que se encaixam no modelo dominante. Connell (1997) traz, como um exemplo, a dominação dos homens heterossexuais sobre os homens homossexuais. Essa rejeição não se manifesta apenas pela violência física, mas por questões políticas, culturais e nas estruturas

familiares. No entanto, não são apenas os homens que se identificam como homossexuais que sofrem desta violência e são expulsos do círculo hegemônico. Alguns homens heterossexuais que também não seguem os padrões normativos, passam a serem tratados com ataques homofóbicos pela confusão simbólica entre a masculinidade e a feminilidade.

Existem os homens que também não seguem o padrão de agressividade e autoritarismo, mas não estão contra as normas da masculinidade hegemônica. Estes são cúmplices dela e fomentam a masculinidade cúmplice. Eles não estão na linha de frente da dominação masculina, mas aproveitam os privilégios que o patriarcado oferece aos homens em geral, como maior acesso a recursos, poder e status social. Diferentemente da masculinidade hegemônica, a masculinidade cúmplice não é o fator principal da construção de normas sociais, nem de impor ou manter a ordem patriarcal, mas se beneficia dos seus privilégios e da sua estrutura sem questionar ou desafiar, quase como uma admiração homoafetiva reprimida das representações hegemônicas. Eles podem, por exemplo, ser pais presentes e parceiros afetuosos, mas ainda assim se beneficiar de uma divisão desigual do trabalho doméstico ou de expectativas sociais que privilegiam os homens no mercado de trabalho. Por último, Connell (1997) nomeia como masculinidade marginalizada, apesar de criticar o termo, pois a relação associada nessa masculinidade inclui nessa classificação as questões de classe social, orientação sexual e, principalmente, de raça. Ao falar sobre essa masculinidade, a autora foca na divisão das estruturas sociais e grupos que estão à margem da sociedade, sem ocupar o centro de poder. Se a masculinidade hegemônica impulsiona um pensamento de que homens brancos estão ocupando os locais de poder, a masculinidade marginalizada visibiliza os que não estão ocupando, por exemplo, e, em sua maioria, são homens negros, não-heterossexuais e ou de classes sociais mais baixas. As masculinidades marginalizadas são frequentemente estereotipadas como inferiores ou desviantes. Os homens negros são estereotipados como hipermasculinos ou perigosos; os homens indígenas, como primitivos ou atrasados; os da classe trabalhadora, como

brutos e não refinados; e os de orientação sexual diferente da heterossexualidade, desviados. Connell (1997) afirma que as masculinidades não são termos fixos, mas construções sociais que se modificam conforme o tempo, o contexto social e as relações de poder. São configurações sociais, fluídas, e não características fixas e individuais dos homens.

Portanto, ao longo dessa investigação constatamos que os videojogos indicados pelas crianças colaboradoras fazem parte de um regime generificado de representação, pois “Todo o repertório de imagens e efeitos visuais por meio dos quais a ‘diferença’ é representada em um dado momento histórico pode ser descrito como um regime de representação” (Hall, 2016, p. 150). Louro (2020) observa que a conceituação sobre generificação vem se estabelecendo a partir do enunciado da Agência Europeia de Igualdade de Género (EIGE, 2016) como construção social que ocorre em conformidade com as normas de gênero dominantes. Debater a generificação implica debater o que se pretende estabelecer como norma e a fixação de significados que condicionam a performance das subjetividades de acordo com as normas de gênero dominantes, o que afeta a construção das subjetividades. As marcas generificadas estão presentes nos artefatos visuais indicados pelas crianças, nas caracterizações dos ambientes, suas personagens e ações praticadas pelas personagens.

### **Considerações transitórias**

O recorte das várias investigações realizadas pelo GPEAV, entre 2015 e 2025, nos permite constatar a generificação no regime de representação, baseado nos estereótipos atribuídos aos papéis sociais de mulheres e homens indicando como meninas e meninos devem regular suas percepções e sentimentos. Esse regime generificado de representação se assenta em uma lógica binária de oposição, reducionista, simplificadora, excluindo todas as variações existentes entre os pólos opostos, pois há sempre uma relação de poder entre os pólos de oposição binária. Um regime generificado de representação se constrói a partir dos estereótipos de gênero e

não de tipos humanos, naturaliza as diferenças entre humanos a partir de papéis sociais destinados aos gêneros. A estereotipagem é uma forma de violência simbólica. A naturalização dessas diferenças é uma estratégia que procura fixar a diferença e ancorá-la para sempre em um mesmo papel, na tentativa de deter o inevitável deslocamento do significado para assegurar o fechamento discursivo.

Essas representações generificadas são exibidas para nós como tão “naturais” a ponto de parecer que não precisam de comentários, como se a representação falasse por si só, pois fariam parte de uma suposta ordem natural das coisas. Assim como tantas vezes acontece com a representação das mulheres, a biologia não é o seu destino, tampouco é o destino dos homens. As representações generificadas, mesmo que estereotipadas, muitas vezes são idealizadas e sentimentalizadas, porque a estereotipagem é parte da manutenção da ordem social e simbólica. O poder de representar dentro de um determinado regime de representação é o poder de marcar, atribuir, classificar, excluir. Também damos sentido a quem somos e a quais grupos pertencemos quando fazemos uso ou nos apropriamos de determinados artefatos visuais, porque investimos valor e significado nesses artefatos, quando criamos narrativas em torno deles. Essa é a questão que conduz nosso interesse pelos repertórios visuais de crianças, de como esse repertório visual posiciona as crianças em relação ao gênero/raça/classe/sexualidade, como busca fixar significados sobre o que as crianças podem pensar sobre si.

As crianças que têm colaborado conosco em nossas diversas investigações têm oferecido múltiplos exemplos de artefatos visuais que fazem circular a feminilidade e a masculinidade hegemônica. Em relação às feminilidades, notamos que meninas têm aberto pequenas brechas para vislumbrar outras feminilidades em artefatos visuais tradicionalmente atribuídos ao gênero masculino. Em relação às masculinidades, notamos que há uma persistente opção pela representação da masculinidade hegemônica, de caráter autoritário, viril, violento e dominante.

Sabemos que o sentido não é inerente às coisas. Nenhum artefato visual aliena ou empodera por si mesmo, apesar das intencionalidades dos seus produtores. É a ação das pessoas com os artefatos visuais, o que nós fazemos com e a partir deles para nossas vidas. Os artefatos visuais que foram destacados pelas crianças oferecem modos de não ver a diversidade do mundo, a si e a alteridade. Daí nosso interesse pelo repertório visual das crianças que, sabemos, é pleno de visualidades, do modo de olhar hegemônico, mas também sabemos que, apesar do grande esforço da ancoragem desses significados, não se detém o inevitável deslizar dos significados que emergem das constravisualidades, permitindo que outras coisas sejam vistas e ditas.

## Notas

Clique sobre o número para retornar ao texto

1. Mestre em Artes Visuais pelo Programa Associado de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), [evandro.farias@ufpe.br](mailto:evandro.farias@ufpe.br).
2. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Associada Universidade Federal da Paraíba (UFPB), PPGAV UFPB/UFPE, [emisardelich@gmail.com](mailto:emisardelich@gmail.com).
3. “The constitutive assemblages of countervisuality that emerged from the confrontation with visibility sought to match and overcome its complex operations” (Mirzoeff, 2011, p. 4).
4. Mirzoeff (2003) define tecnologia visual como qualquer forma de dispositivo para aumentar a visão natural ou para ser observado abarcando da pintura a óleo até a televisão e Internet.
5. Gênero como construção social que normatiza, diferencia e subordina mulheres e homens, produzindo formas assimétricas nas relações, estabelecendo o que pertence ao feminino e masculino (Scott, 1990).
6. Série de videogame de simulação de futebol desenvolvido e publicado pela Konami desde 1995.
7. Website genérico com jogos online.
8. Lucky Block, ou bloco da sorte, é um arquivo de modificação, um “mod”, para o jogo Minecraft que adiciona um bloco aleatório no jogo que, ao ser quebrado, gera resultados aleatórios.
9. Feminilidade com o conjunto de atributos próprios a todas as mulheres (Kehl, 2008).
10. As crianças não identificaram se seria a telenovela argentina *Chiquititas*, escrita por Cris Morena, ou a versão brasileira, adaptada por Íris Abravanel para o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), exibida de julho de 2013 a agosto de 2015.
11. Baseada na trama da telenovela argentina *Papá corazón*, escrita por Abel Santa Cruz, em 1973, e adaptada como *Carita de ángel*, no México em 1999. A versão brasileira,

foi exibida de novembro de 2016 a junho de 2018, pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).

12. Canal do YouTuber de Minecraft “@Minguado”, identidade do brasileiro Leonardo Veiga.

13. Canal da YouTuber Júlia MineGirl, identidade da brasileira Isabel Tenan, conhecida pelo seu conteúdo no mundo dos videojogos.

14. Jogo Huni Kuin: Beya Xinã Bena. Disponível em: [https://store.steampowered.com/app/1064250/Huni\\_Kuin\\_Beya\\_Xin\\_Bena/?l=brazilian](https://store.steampowered.com/app/1064250/Huni_Kuin_Beya_Xin_Bena/?l=brazilian).

15. Ver McCrindle (2025). Disponível em: <https://mccrindle.com.au/article/perceptions-of-gen-alpha/>.

16. Plataforma de jogos online estadunidense desenvolvida pela Roblox Corporation, lançada em 2006. Disponível em: <https://www.roblox.com/pt/login>.

17. Desde 2012 o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) realiza a pesquisa TIC Kids Online Brasil, produzindo indicadores que caracterizam o acesso e o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) por indivíduos de 9 a 17 anos no Brasil. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/kids-online/>.

18. Plataforma online da editora japonesa Shueisha, com capítulos de mangás gratuitos, em português, para leitores fora do Japão. Disponível em: <https://mangaplus.shueisha.co.jp/titles/100149>.

## Referências

- BAL, Mieke. El esencialismo visual y el objeto de los estudios visuales. *Estudios Visuales*, n. 2, dic. 2004.
- BENITES, Sandra. Educação Guarani e interculturalidade: a(s) História(s) Nhandeva e o Teko. *Caracol*, São Paulo, n. 20, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/caracol/article/view/173554> Acesso em: 25 set. 2025.
- BIZERRA, Helane Crystina de Araújo Ideião. *Educação e Cultura Visual: um olhar reflexivo sobre as visualidades entre estudantes do Ensino Fundamental*. 2017. TCC (Graduação) – Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/3539?&locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/3539?&locale=pt_BR). Acesso em: 25 set. 2025.
- BLOX FRUITS – THIRD SEA. *Roblox*, [s.d.]. Disponível em: <https://www.roblox.com/pt/games/7449423635/Blox-Fruits-Third-Sea>. Acesso em: 16 mar. 2026.
- BROOKHAVEN RP. *Roblox*, [s.d.]. Disponível em: <https://www.roblox.com/pt/games/492492222/Brookhaven-RP>. Acesso em: 16 mar. 2026.
- CGI.br. COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. *Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids Online Brasil 2024*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2025. Disponível em: [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20250512154312/tic\\_kids\\_online\\_2024\\_livro\\_eletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20250512154312/tic_kids_online_2024_livro_eletronico.pdf). Acesso em: 25 set. 2025.
- CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. *Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa*. 2 ed. Uberlândia, MG: EDUFU, 2015.
- CONNELL, Raewyn. La organización social de la masculinidad. In: VALDES, Teresa; OLAVARRÍA, José (eds.). *Masculinidad/es: poder y crisis*. Santiago, Chile: Ediciones de las Mujeres, 1997. p. 31-48. Disponível em: [https://www.diariofemenino.com.ar/documentos/01079\\_00.pdf](https://www.diariofemenino.com.ar/documentos/01079_00.pdf). Acesso em: 25 set 2025.
- COSTA, Aline Freire. Que coisa é essa? Visualidades que circulam entre estudantes da rede municipal de João Pessoa. 2018. TCC (Graduação) – Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14163?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14163?locale=pt_BR). Acesso em: 25 set. 2025.
- EIGE. EUROPEAN INSTITUTE FOR GENDER EQUALITY. *Glossary*. 2016. Disponível em: [https://eige.europa.eu/publications-resources/thesaurus#letter\\_g](https://eige.europa.eu/publications-resources/thesaurus#letter_g). Acesso em: 25 set. 2025.

FORTIM, Ivelise. Oportunidades, riscos e danos em jogos digitais. In: CGI.br. COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. *Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids Online Brasil 2024*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2025. p. 123-135. Disponível em: [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20250512154312/tic\\_kids\\_online\\_2024\\_livro\\_eletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20250512154312/tic_kids_online_2024_livro_eletronico.pdf). Acesso em: 25 set. 2025.

FOUCAULT, Michel O sujeito e o poder. In: DREYFUSS, Hubert; RABINOW, Paul. *Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense, 1995. p. 231-249.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016.

HERNANDEZ, F. A Cultura Visual como um convite à deslocalização do olhar e ao reposicionamento do sujeito. In: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene. *Educação da Cultura Visual: conceitos e contextos*. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2011.

JAY, Martin. Relativismo Cultural e a Virada Visual. *Aletria*, Revista de Estudos de Literatura, v. 10/11, p. 14 - 28, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17974>. Acesso em: 25 set. 2025.

KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do feminino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

LIMA, Alessandra Oliveira de. *Visualidades em jogo: uma experiência pedagógica no Ensino Fundamental*. 2017. TCC (Graduação) – Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/3418>. Acesso em: 25 set. 2025.

LOURO, Guacira Lopes (org). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MCCRINDLE, Mark. Perceptions of Gen Alpha. *McCrindle Research 2025*. Disponível em: <https://mccrindle.com.au/article/perceptions-of-gen-alpha/>. Acesso em: 25 set. 2025.

MIRZOEFF, Nicolás. *The Right to Look: A Counterhistory of Visuality*. Durham: Duke University Press, 2011. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/books/book/1522/The-Right-to-Look-A-Counterhistory-of-Visuality>. Acesso em: 25 set. 2025.

MIRZOEFF, Nicolás. *Una Introducción a la Cultura Visual*. Barcelona: Paidós, 2003.

MITCHELL, William John Thomas. *Teoria da imagem: ensayos sobre representación verbal y visual*. Madrid: Akal, 2009.

ROSE, Gillian. *Metodologías Visuales*. Murcia: VISUM, 2019.

SANTOS, Ana Paula da Silva. *Minerando visualidades com estudantes do Ensino Fundamental de João Pessoa*. 2018. TCC (Graduação) – Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14161>. Acesso em: 25 set. 2025.

SARDELICH, Maria Emilia. Visualidades e contravisoriedades na formação docente. In: BASQUEROTE, Adilson Tadeu; BIHRINGER, Katiúscia Raika Brandt. (Org.). *Práticas pedagógicas e docentes na contemporaneidade: um (re)pensar dos processos de ensinar e aprender numa perspectiva emancipatória*. Foz do Iguaçu: Editora CLAEAC, 2022. p. 66-81. Disponível em: <https://publicar.claec.org/index.php/editora/catalog/view/61/60/667>. Acesso em: 25 set. 2025.

SARDELICH, Maria Emilia. Educação Científica e Arte em Ubiquidade: Agora eu não saio do museu quando estou no ônibus ou aprendendo com e sobre arte em espaços de hipermobilidade. *Boletim GEPEM*, n. 75, p. 104-118, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/gepem/article/view/188>. Acesso em: 19 out. 2025.

SARDELICH, Maria Emilia *et al.* Cultura visual e modos de subjetivação em narrativas de escolares pessoenses. *Anais [...] III CONEDU...* Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/20603>. Acesso em: 25 set. 2025.

SARDELICH, Maria Emilia; GARCIA, Ana; ALVES, Bianca Tatiana S.L. Cultura Visual no Brasil: um panorama sobre a construção do campo de estudo. *Revista Discurso & Imagem Visual*, João Pessoa, v.1, n. 1, p. 158-175, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rdive/article/view/30407>. Acesso em: 25 set. 2025.

SARDELICH, Maria Emilia; NASCIMENTO, Erinaldo A. do; PAIVA, Camylla R. M. Projetos de cultura visual na educação básica: Outros modos de ver a cultura escolar. *Palíndromo*, n. 14, p. 147-162, ago. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/palindromo/article/view/6741>. Acesso em: 25 set. 2025.

SARDELICH, Maria Emilia; PAIVA, Camylla Ranylly Marques. *Imagens da TV: referências visuais entre estudantes do Ensino Fundamental de João Pessoa*. VI ENCONTRO DE EDUCAÇÃO E VISUALIDADES: LENDO CRITICAMENTE IMAGENS VISUAIS, 2016. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. 2 ed. Recife: SOS Corpo, 1995.

# Elementos para uma genealogia das mitopoéticas masculinistas

MARLOS DICK HERMES<sup>1</sup>

No início de 2025, testemunhamos a popularização de — mais — um movimento de homens que se unem para responder a alguma “crise” da masculinidade. O “Legendários” (Redação g1, 2025), grupo que imbrica a instrumentalização da fé cristã,<sup>2</sup> partes de um ideário masculinista que ressalta aspectos tidos como viris da masculinidade, um regime de “homem selvagem”,<sup>3</sup> elementos de autoajuda (sob o signo do *coach*), e busca, em seus próprios termos, “a transformação de homens, famílias e comunidades por meio de experiências que levam os homens a encontrar a melhor versão de si mesmos e seu novo potencial” (Legendários, 2025).

Não foi o primeiro, certamente não será o último grupo organizado em torno da proposta de recuperação de uma masculinidade mítica perdida e que urgiria ser, através da fusão do corpo em corpo coletivo, recuperada pelos homens. Do João de Ferro de Robert Bly (Bly, 2004) aos contemporâneos, no *game* de Neil Strauss (Strauss, 2008), nos *red pills* de Rollo Tomassi (Tomassi, 2013) e *incels* de Andrew Tate (BBC

Brasil, 2025), dentre inúmeros outros grupos, organizações e discursos, chegando finalmente no exemplo mais recente dos “Legendários”.

Connell (1995) já havia observado que a contemporaneidade é ciosa das diversas possibilidades de ação sobre as relações de gênero. Há, como a autora nos lembra, toda uma cosmovisão ligada aos diversos movimentos de liberação pós-1968. E se há, por um lado e ainda que com atrasos e sujeitos a críticas, um engajamento crescente dos homens nas demandas ligadas aos feminismos, há, por outro, um horizonte de conservadorismos buscando renovar as prescrições de gênero, em tentativas de (re)conformação androcêntrica da sociedade.

No entanto, mesmo esses espaços conservadores estão dialogando com a historicidade da masculinidade, empreendimento dos estudos de gênero, uma vez que “aceitam o fato da transformação social do gênero, embora deplorem ou tentem revertê-lo” (Connell, 1995, p. 187). É dessa consciência sobre o gênero e, logo, sobre as masculinidades enquanto produtos históricos, que nasce a possibilidade do acontecimento dos “analistas populares sobre a masculinidade” (Id. Ibid.): toda sorte de gurus, *coaches* e outras figuras talvez menos palatáveis, que habitam especialmente os novos espaços surgidos nas/das/pelas mídias sociais digitais e que têm, como a própria autora trouxera, na figura de Robert Bly<sup>4</sup> um importante germinal.

Haverá uma recuperação do diálogo com o pensamento de Robert Bly e com esta forma de organizar a masculinidade, que Connell chamara de “terapia da masculinidade”,<sup>5</sup> parte dos “Movimentos dos Direitos dos Homens” (ver Nota 4). Ou seja, uma tendência a ignorar questões de natureza social, como desigualdades de gênero e as tensões com o feminismo, em prol de uma recuperação psicológica de sujeitos desconfortáveis em suas relações com as incertezas de gênero. No entanto, neste momento é necessário circunscrever que esta espécie de genealogia da masculinidade mitopoética, como se propõe neste trabalho, está inserido todo o espectro desses “Movimentos dos Direitos dos Homens” como em diálogo (para não dizer derivativos) de uma lógica que lhe é anterior,

que com eles se comunica a partir das formas mitopoéticas de se pensar a masculinidade, que alimentará diferentes imaginários sobre uma ou outra formação da masculinidade, sempre a ser “recuperada”.<sup>6</sup>

Percebendo justamente esse elo, que se plasma em elementos mitopoéticos de compreensões acerca de uma masculinidade, que urge de ser recuperada e que articula diversos movimentos, grupos e discursos na contemporaneidade, resolveu-se, neste artigo, revisitar a própria teorização sobre a masculinidade mitopoética que se propusera para explicar uma formação discursiva que envolvia, justamente, os discursos *red pill* e outras expressões masculinistas nas mídias sociais (Hermes, 2023).

Foi sobre esse trabalho anterior que se propôs a chave analítica que ora se desdobra, propondo, sobre ela, esta espécie de reconstrução histórica de uma ideia, de um conjunto de pensamentos, inserindo esses novos discursos/movimentos no bojo de uma formação discursiva<sup>7</sup> que lhe é anterior, que envolve, pelo menos, as fraternidades do começo do século XX,<sup>8</sup> suas consequências no pós-Guerras, o diálogo com os movimentos culturais a partir dos anos 1960-70 e o surgimento de um pensamento/movimento a se chamar de mitopoético.

Entende-se que a mistura das compreensões mitopoéticas sobre a masculinidade e a ascensão dessa forma de reação aos feminismos pós-1960 formou a condição de emergência dos discursos masculinistas deste século XXI, orientados tanto em uma nova mitopoética da masculinidade, quanto em uma reação ao reposicionamento simbólico das mulheres na sociedade, a partir das lutas feministas e, enfim, especialmente imbricados sob o signo da “crise da masculinidade”. Em linhas gerais, é essa a trajetória que se busca aqui recuperar.

## **Estudos de gênero e as masculinidades como campo de pesquisa**

Geralmente são divididos em dois campos distintos os primeiros estudos sobre masculinidades, nos anos 1970. O primeiro deles debruçou-se sobre a construção social da masculinidade a partir da vinculação à crítica

feminista que os fizera emergir (Viveros-Vigoya, 2018). O segundo relaciona-se com a difusão de uma ampla literatura inspirada no movimento mitopoético, que surgira em torno do livro “Iron John”, de Robert Bly (Bly, 2004), a qual envolvia uma certa naturalização dos elementos lidos como masculinos, plasmados na ideia que vem sempre se renovando, de um “retorno à origem”, a uma identidade masculina a ser “recuperada” — pois está em constante crise.

É sobre essa segunda tradição que se está propondo uma leitura das noções ligadas à masculinidade como aqui trabalhada, tomando, como hipótese, que é nesse conjunto de ideias que se inauguram as condições de possibilidade de emergência das mitopoeses contemporâneas ligadas à masculinidade.<sup>9</sup> Assim, na masculinidade se inscreve um mito sobre o qual se erigem novas formas de masculinidade ou, dito de outra forma, um novo repositório simbólico que atualiza as práticas identitárias de alguns grupos de homens.

A bifurcação epistemológica nas perspectivas que guiaram os estudos das masculinidades não é rememorada sem razão. No Brasil, a análise de Pedro Paulo de Oliveira acerca da construção social das masculinidades nos oferece diversas pistas sobre como esse movimento mitopoético ainda sorve o imaginário acerca de uma masculinidade alçada ao místico/espiritual, fundando o que chamou de ideal contemporâneo de masculinidade, mobilizando o futuro na direção de um passado glorioso que, no entanto, existe apenas no próprio mito (Oliveira, 2004).

Nesta chave de pensamento, o “retorno à origem”, ou seja, a busca pelo passado glorioso masculino, seria menos uma busca mítica por uma identidade fundamental aos indivíduos, e mais um retorno à sua posição de privilégio inquestionável que vem sendo sacudida desde a modernidade e abalada mais fundamentalmente desde os anos 1960, inclusive com e a partir dos estudos de gênero,<sup>10</sup> retorno esse construído a partir de um vocabulário de “crise”.

## **“Crise da masculinidade” e suas apropriações**

Dentre os significantes privilegiados do repositório cultural que estrutura as masculinidades, está a ideia de crise. A obra “História da virilidade”, em três volumes, organizada por Corbin et al. (2013), procura abordar a relação entre o histórico da virilidade ocidental desde o império romano até as grandes guerras da primeira metade do século XX, relacionando-a com a tão referida “crise da masculinidade”. Essa “crise” pode ser tomada, em linhas gerais, como a percepção de que haveria uma disposição de diversas forças e formas de contestação do sistema de representações, valores e normas que constituem as masculinidades.

Acerca disso, Pinho (2014) pontua que uma “crise do masculino” teria que ser pensada em relação à crise da própria sociedade e como essa faz funcionar seus vetores de diferenciação social, entendendo que o que se chama de crise da masculinidade está diretamente ligado à crise de transição dos modelos sociais, na relação entre a modernidade e o capitalismo industrial e, na contemporaneidade, entre o capitalismo neoliberal.<sup>11</sup>

Isso inaugura uma certa confusão entre crise e a própria historicização do masculino e, com ela, sua constituição em um campo de pesquisas. Como se a interrogação sobre os processos históricos de constituição das masculinidades colocasse (ou tivesse o poder de colocar) em crise a própria masculinidade. Isso é confundir a detecção do fenômeno com sua causa, na medida em que uma das principais revelações contidas em sua historicização, é a de que as masculinidades estão sempre histórica e geopoliticamente situadas. Ou seja, elas sempre responderam — respondem e responderão — às mudanças sociais.

Se quiser chamar esse processo de crise, é uma outra questão, mas o constante tratamento sob a chave de uma “crise” parece ocultar a necessidade de um elemento ontológico ligado às masculinidades, como se houvesse um exterior estável fora da própria história. Nesse sentido, o léxico crise, ancorado na masculinidade, tende a funcionar, parece-nos,

ainda como um ponto de ancoragem em relação àquele “dever ser” da masculinidade.

Não se chamam usualmente de “crise da feminilidade” as mudanças paradigmáticas nas condições das mulheres no tempo, analisadas pelos feminismos, mas tão somente “história”. Há um certo pressuposto de que as transformações sociais são constantes e, se a crise é constante, ela talvez não seja realmente crise, mas parte integrante do que se poderia convir chamar de estrutura social (lida aqui como parte do que socialmente é reproduzido). Isso significa dizer, trocando em miúdos, que as identidades estão sempre em transformação e sempre em diálogo com o repositório simbólico disponível, que é modulado, por sua vez, por tudo que componha a inteligibilidade cultural em uma determina época.

Nessa chave, uma “crise da masculinidade” seria uma crise dos símbolos que referenciam — ou referenciavam — determinadas masculinidades. As mitopoéticas masculinistas tendem a se estruturar sobre essa ideia de crise, construindo, em reação a ela, diferentes regimes de “retropia”, ou seja, um passado referencial — imaginado — que organiza perspectivas identitárias de futuro (Bauman, 2017).

Nesse sentido, para além de um mito mobilizado desde há muito na civilização ocidental, como lembra Dupuis-Déri (2022), a “crise” tem a ver, parece-nos, com a reconfiguração dos discursos e dos signos referenciais, como sói acontecer de tempos em tempos na cultura e, especificamente neste caso, do repositório do que seja o ideal da masculinidade, as forças que o determinam, as representações e expectativas sociais que lhe sejam impingidas, ou, trocando em miúdos e ainda que sujeito a críticas, uma conformação hegemônica da masculinidade.

Tanto que a ideia de representações, em Pinho (2014), é trabalhada em sentido semelhante à de hegemonia<sup>12</sup> como proposta por Connell (2005), estruturando um sistema — de representações — no qual “a virilidade é antes de tudo um atributo do homem maduro, esposo, pai e chefe de família” (Baubérot, 2013, p. 191). Tal afirmação é quase uma obviedade se nos atermos ao sentido etimológico da palavra “virilidade”, no entanto

ela nos recorda proveitosamente que o jovem macho só é considerado viril quando sua entrada na comunidade dos homens adultos tiver sido preparada por diversas etapas e validada por diferentes ritos. Toda essa construção é conglobada em Corbin et al. (2013) através da “honra”.

É essa ideia de “honra”, que em certo sentido se confunde mesmo com “virilidade” (Corbin et al., 2013) e mesmo quando não informada diretamente, o que parece orientar muitas das compreensões acerca da sociabilidade na formação das masculinidades em nossos tempos, funcionando como o eixo organizador daquelas diferentes temporalidades que a tensionam (um passado mítico como referencial, um presente em crise e um futuro que envolve a recuperação daquele passado, mas onde se inscrevem, inevitavelmente, novos sentidos).

Machado (2004) já observara na “honra” um mecanismo de imbricação entre os valores de gênero identificados como antigos ou tradicionais e as características que orientam a construção de uma masculinidade contemporânea. Ou seja, a divisão androcêntrica de poder está inscrita em um código relacional de honra a ser reproduzido pelos sujeitos. O conteúdo do “código de honra” será atualizado, mas a ideia de “honra” como sustentáculo da masculinidade remanesce.

E se há, de um lado, um rosto direcionado ao passado, seja aquele passado da “natureza”, seja o passado mítico masculino, há, de outro, outra face voltada para o futuro e, a partir do presente, para a “crise” pela qual passaria a masculinidade em nosso tempo. Silva (2006) já pontuara que a já referida — e suposta — crise da masculinidade decorre justamente de não se encontrarem, no universo sociocultural disponível aos sujeitos, modelos identitários que consigam descrever a identidade masculina em seu tempo.

E a relação paradoxal que se forma entre esse referencial de virilidade/masculinidade e suas práticas, lidas como de coragem demonstrativa dos signos visíveis da virilidade (exercício das aptidões à violência e das qualidades ditas viris) e, de outro lado, a vergonha decorrente da perseguição de um ideal impossível de virilidade, que vai construir “uma

enorme vulnerabilidade”, não passa despercebida por Bourdieu. O autor entende que a vergonha, diferentemente da culpa, “é experimentada diante dos outros”. Ou seja, “a virilidade tem que ser validada pelos outros homens [...] e atestada pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo de ‘verdadeiros homens’” (Bourdieu, 2012, p. 65).

Essas considerações revelam-se bastante interessantes para pensar as construções mitopoéticas ligadas às masculinidades, visto que é a partir da ideia de Bourdieu de que “a virilidade [...] é uma noção eminentemente *relacional*, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade” (Bourdieu, 2012, p. 65) que tende a se articular todo o cosmos de pensamentos das retropias masculinistas que reagem àquela “crise”, inscrevendo sentidos ordenadores do conteúdo simbólico ligado à masculinidade nas maneiras como os sujeitos a compreendem.

Assim, pensar em como são produzidos, organizados, mobilizados e articulados os discursos ligados à produção de determinadas masculinidades, pode significar pensar, justamente, as fronteiras daquele “universo sociocultural” mencionado por Silva (2006). Universo esse marcado por retropias que se assentam em diversas temporalidades, marcadas, por sua vez, também por diversas compreensões acerca da masculinidade. Mas o perfil ligado à confraria parece persistir, ao menos nisto que se tem chamado masculinidade mitopoética.

Norbert Elias, olhando para a transição de modelos de sociabilidade entre o século XIX e XX, em seu *Os alemães* (Elias, 1997), percebeu a adoção, por parte de segmentos da sociedade civil burguesa, do alto funcionalismo público e do universo acadêmico, dos valores aristocráticos referentes ao *ethos* guerreiro, com uma nova roupagem, um “aburguesamento” dos códigos aristocráticos de defesa da honra.

A fraternidade, a confraria, os grupos nacionalistas, os clubes, a instituição do duelo,<sup>13</sup> tudo dotado de uma combinação de formalidade rígida e informalidade bem delimitada, em códigos de conduta severos e ritualísticos, para fortalecer um sentimento de pertencimento pela honra, em “modelos sancionados socialmente de violência e de desigualdade”

(Elias, 1997, p. 30), conformando aquilo que Haroche (2013) chama de dispositivo viril, que opera uma “exclusão das mulheres” e conforma uma “solidariedade compacta entre homens-irmãos, indissociável de uma hierarquização entre iguais e, a partir daí, de traços do modelo patriarcal autoritário” (p. 22-23).

Nesse processo, uma noção de masculinidade vai se cristalizando enquanto mito, em termos semelhantes aos propostos por Durkheim ao trabalhar o mito como representação (Monteiro, 2014), ou seja, uma ordenação idealizada, em um sistema de representações sociais ligadas ao sagrado, que se formula a partir da visão que uma coletividade projeta em relação a si mesma, negociando com diferentes temporalidades de valores. A própria noção de modernidade e o cultivo de características que se tomem por masculinas têm uma relação de reciprocidade, podendo ser evidenciada neste processo de transição da nobreza de espada em nobreza de corte e, então, em burguesia, em um processo de depuração da compreensão anterior sem, contudo, rompê-la (Oliveira, 2004).

Estes grupos de homens organizados em diferentes fraternidades no início do século XX foram amplamente analisados por profissionais das humanidades, dentre sociólogos, antropólogos, filósofos e psicanalistas, até por coincidir com um período de marcadas transformações sociais no contexto de uma forte industrialização e urbanização, de crises econômicas, sociais e políticas que vão culminar, em meados do século XX, com os fenômenos autocráticos totalitários de massa.

O próprio Weber teria apontado, em alguns escritos do início do século XX, seu pessimismo acerca destas novas ligações sociais e do funcionamento de “pequenos círculos” organizados através de “processos paradoxais feitos de desprezo, de rejeição, de estigmatização, de repulsa, por um lado, e de mistificação, de atração, de fascinação, de veneração, por outro”, sublinhando que dentre esses pequenos círculos imperam os propósitos que impregnarão a própria época, “o apagamento das distâncias, o ‘contato de homem com homem’, a pesquisa fusional do corpo a

corpo aí coexiste com o culto do chefe” (Weber 1959; 1995 apud Haroche, 2013, p. 23-24).

Os processos ritualísticos desses grupos organizados em uma estrutura de fraternidade, embora as razões e a origem da organização fossem múltiplas, envolviam em regra um “desejo de fusão que se apoia explicitamente nos ideais viris” (Haroche, 2013, p. 24). Essas fraternidades expõem fundamentalmente as formas de angústia arcaica que circunscreveria a masculinidade. Isso fica ainda mais marcado em uma sociedade com arranjos sociais muito mais complexos e em constante mutação, já que “diante das incertezas de um mundo que muda, se tenta reencontrar, reestabelecer o corpo, fundir [em] um corpo coletivo macho as forças e as energias de cada um” (Haroche, 2013, p. 24), para esquecer o medo da impotência que espreita individualmente.<sup>14</sup>

Tacey (1997) também vê uma espécie de contiguidade de sentidos entre as fraternidades do início do século XX e as ideias mitopoéticas ligadas à masculinidade,<sup>15</sup> ao observar o desejo de reencontro com o arquétipo do guerreiro, ligado ao mito do herói naquelas leituras mitopoéticas da psicologia junguiana, galvanizada nos retiros terapêuticos para homens em “crise”, como aponta Humberstone (2007).

Chama a atenção que nas respostas mitopoéticas, do passado e da contemporaneidade, aos sofrimentos tipicamente “viris”, também se inscrevam reações que envolvem formas de solidariedade masculinistas, com a constituição de si em um grupo, fundido também em um “corpo coletivo macho”, a partir de um construto ideológico comum.

Esses sofrimentos, no entanto, não estão produzindo apenas a solidariedade entre os “impotentes”, mas também um tipo de reacionarismo, plasmando masculinismos com as forças da extrema-direita (Cocco, 2019; Brown, 2021), além de possibilitar, conforme apontado por Bujalka et. al. (2022), a monetização desse mesmo sofrimento por determinados atores, que tanto o intensificam quanto comercializam “respostas” para ele.

Há uma franca esperança política que se inscreve neste trabalho, de que, a partir das articulações teóricas aqui propostas, seja possível auxiliar

e estimular outros empreendimentos de pesquisa que busquem analisar, explicar e criticar essas “respostas”, comercializadas em um “museu de grandes novidades” dos salvacionismos mitopoéticos da masculinidade.

Essa mitologia, que plasma grupos masculinistas hoje, parece encontrar eco desde aquelas fraternidades, organizadas com a aspiração de tornar os homens fortes e duros para, assim, gozar de um prestígio social. O movimento ocasionado pelas fraternidades tanto revela um anseio social quanto repercute tal anseio na própria sociedade, o que virá a instaurar relações sociais pautadas na força, seja em relações de força e fraqueza, no plano do corpo a corpo, que mais tarde será absorvido pelo aparato simbólico, seja no plano dos afetos dominantes, do amor e do ódio (Haroche, 2013).

Pedro Paulo de Oliveira também traz a relação entre a figura do duelo e a transição entre modelos de masculinidades (e de sociedade, nação etc.). Demonstrações de coragem e defesa da honra foram valores que acompanharam cada um dos momentos daquela transição. A questão remanescente era o significado que preenchia esses signos de coragem e honra.

Nesse movimento, os significados de honra e coragem vão despersonalizando-se, movendo sua significação para, de um lado, o grupo (confraria, clube, fraternidade) e, de outro, o estado nacional no modelo que nos legou os séculos XIX e XX (Oliveira, 2004). E ainda que se afigure bastante relevante pensar a noção de militarização e nacionalismo a partir desse eixo, de uma — então — nova masculinidade que vinha sendo formulada, interessa-nos mais, para os fins ora buscados, concentrar-se nos caminhos que essa masculinidade passou a trilhar em sua construção posterior.

Uma das razões de ser da manutenção da dominação masculina contemporaneamente e, ao mesmo tempo, da sensação de crise que a própria masculinidade carrega para os seus, parece estar em uma convergência tensa e paradoxal. De um lado, a manutenção das exigências de formação da masculinidade viril ainda carregadas em nossas tradições e, de outro,

os princípios das sociedades democráticas em que hoje vivemos, pautadas em numerosas disposições acerca da igualdade.

Esta perspectiva é certamente limitante,<sup>16</sup> mas afigura-se um ponto de partida interessante para a continuidade deste percurso que ora se mean-dra. O estudo de Corbin et al. (2013) é prolífico em sugerir, justamente, uma convergência tensa e paradoxal entre, de um lado, a manutenção das exigências de formação da masculinidade e, de outro, os princípios das sociedades democráticas pautadas na persecução da igualdade, como caminho para compreensão dos aspectos que dão base à permanência das desigualdades derivadas do poder androcêntrico<sup>17</sup> e das mudanças para um perfil, para usar o termo proposto pelos autores, mais “insidioso” de manutenção das masculinidades (Haroche, 2013, p. 18).

Isso se daria, também, em razão da centralidade da exclusão das mulheres das fraternidades durante o período, que se revelaria um elemento essencial no processo de formação e compactação de uma solidariedade entre os “homens-irmãos” (Haroche, 2013, p. 22-23). A partir daí, de uma hierarquização a partir dos “iguais”, que se perpetua o modelo patriarcal autoritário de cuja fonte bebemos e cujas manifestações seculares ainda testemunhamos, criam-se as condições de possibilidade que repercutirão na mitopoese masculinista.

### **Os mitopoéticos e as mitopoéticas da masculinidade**

Tentou-se expor, até aqui, a base, ao menos na modernidade ocidental,<sup>18</sup> das solidariedades viris que perduram até hoje, bem como uma parcial historiografia da posição dos masculinismos, das construções mitopoéticas masculinistas e, em especial, da ideia de crise da masculinidade como aqui mobilizada. Essas, por sua vez, serão também a força motriz da mudança na forma de dominação masculina para uma dominação insidiosa, com traços mais eufemísticos, ou, noutros termos, “uma maneira de constituir um bloco, de fornecer, nas formas de agregação coletiva, uma resposta à impotência, diante da qual cada indivíduo iso-

lado pode sentir a inquietação” (Haroche, 2013, p. 25), que se afiguram, afinal, elementos centrais da organização das masculinidades a partir de uma mitopoética própria.

Relembra-se que, ao se falar de uma “crise da masculinidade”, se está falando de algo longe de ser novo, havendo evidências de que a própria ideia seja mobilizada de maneira intermitente no ocidente desde a antiga civilização romana. Dessa constatação, o cientista político Francis Dupuis-Déri, inclusive, passa a analisar as “crises” pelas quais passou a masculinidade como um mito persistente, consistindo, em última análise, em um discurso de crise. Ou seja, um discurso criado e mobilizado para mover certos afetos, para capturar certos sentimentos e produzir determinados sujeitos sob o afã da pretensa conservação de suas masculinidades “em crise” (Dupuis-Déri, 2022).

O sentimento de impotência a que Haroche (2013) se referia, experimentado pelos indivíduos e por seus grupos diante de mudanças sociais e, mais acentuadamente, nos momentos de crise, tende a mobilizar a significação deste mito simbólico que é a masculinidade, em sentidos estruturantes dos processos de subjetivação dos agentes, propondo um regresso utópico à — alguma — masculinidade perdida:

No período moderno, observou-se, com frequência, que durante momentos de crise social, instigadora de movimentos messiânicos de caráter político ou religioso, ocorre também um recrudescimento e renovada supervalorização de ideias constitutivas de uma masculinidade mítica. Normalmente, o messianismo costuma ser a reação a uma situação de mudanças rápidas e afiança promessas como a “volta ao solo natal, às fontes, às raízes, ao mito, aos mistérios, ao sagrado, ao segredo, à sabedoria do simples (...)” (Oliveira, 2004, p. 35).

Já em 1962, o historiador e crítico social Arthur Schlesinger teria afirmado que os homens estariam cada vez mais conscientes da masculinidade “não como um fato, mas como um problema” (Corbin et al., 2013, p. 7). Isso implica dizer que “crise da identidade” dos homens, ou, noutros termos, a “crise da masculinidade” não seria, como dito, um fato

novo, mas sim que já viria sendo discutida, na visão desse autor, em todo o ocidente desde, ao menos, meados do século XX.<sup>19</sup>

Isso teria se dado a partir da assunção da ideia de que a virilidade, ou seja, o conjunto simbólico que forma e sustenta as diferentes masculinidades, foi erigido sob “uma base antropológica de representações extremamente antigas” (Corbin et al., 2013, p. 8) que naturalizam o arbitrário dos gêneros inscrito a partir dos estados de uma determinada cultura, através da linguagem e das imagens, ou seja, do aparato simbólico, cujo processo de transmissão é, também, aquele processo de naturalização destas invariantes enquanto invariantes naturalizadas (Bourdieu, 2012).

Esse legado veio a colidir, a partir de meados do século passado, com os feminismos chamados de “segunda onda” (Viveros-Vigoya, 2018) e, mais especificamente a partir dos anos 1970, com as proposições reflexas dos movimentos feministas organizados e dos movimentos, hoje, LGBT-TQIAPN+, o que implicou uma rearticulação da busca de modelos que compreendessem a subjetividade masculina. Este estrato dá, em diversos sentidos, a tônica da noção de crise da masculinidade nos termos trabalhados contemporaneamente. Silva (2006) nos traz que desde então:

passou-se a observar alguns sinais dessa crise, como a criação de clubes de recuperação da masculinidade (bem mais próximo do modelo tradicional) e grupos de discussão e de psicoterapia constituídos exclusivamente por homens, em busca de um novo modelo de masculinidade (Silva, 2006, p. 119).

Oliveira (2004) também faz menção à ação de movimentos/discursos que se mobilizaram em relação a estes novos debates, em um sentido conservador/reacionário, buscando manter a dominação masculina em bases socialmente legítimas, crendo-se, para esta proposta, que é demasiado frequente que os pensamentos mitopoéticos da masculinidade sejam empreendidos justamente nessa direção. Logo, herdeiros, como se faz referência no título deste tópico, desse conjunto de discursos/movimentos que se está tentando circunscrever.

E ainda que a renovação periódica dos mitos que organizam as masculinidades tenha se operado em diversos momentos no pós-Segunda Guerra, seja através de um conservadorismo político (Oliveira, 2004, p. 151), seja na reorganização conservadora das religiões dominantes e, mais especificamente no cristianismo (p. 157-158), interessa-nos, particularmente, uma renovação em específico, a qual, parece-nos, os discursos atuais dos masculinismos são tributários: o movimento mitopoético. Raewyn Connell recompõe parte da trajetória desse movimento nos seguintes termos:

Nos anos 1990, na metrópole global, houve uma onda de preocupação popular quanto aos homens e meninos. O poeta estadunidense Robert Bly publicou o livro *Iron John: A Book About Men* (João de Ferro: Um Livro sobre Homens) (1990), que foi um sucesso enorme de vendas e desencadeou uma onda de imitações. O livro de Bly fez sucesso porque ofereceu, em linguagem profética, soluções simples para problemas que, cada vez mais, incomodavam a nossa cultura (Connell, 2016, p. 91).

Baseando-se livremente na psicologia junguiana e seus arquétipos de gênero<sup>20</sup> e a partir do fenômeno do *best seller* de Robert Bly,<sup>21</sup> os mitopoéticos, ainda que constituam um grupo específico, podem ser tidos, por extensão alegórica, como todos os indivíduos e/ou grupos que passam a buscar/estruturar a correspondência da imagem idealizada do masculino na modernidade com os arquétipos (guerreiro, herói, rei, amante etc.) nos mitos/fábulas e fantasias em geral.<sup>22</sup>

Oliveira (1998) colocará o movimento mitopoético como uma reação vitimária masculina, alinhando-se às reflexões de Michael Messner, ao trazer que o movimento mitopoético seria uma forma de trazer uma nova roupagem, como que uma etiqueta da masculinidade adequada aos novos tempos sem, contudo, implicar uma transformação do poder masculino. Sua descrição parcialmente etnográfica do fenômeno flagrantemente os aproxima daqueles grupos de homens buscando renovar suas masculinidades através de incursões na “natureza”, alegorizados na figura inicialmente abordada, do grupo “Legendários”:

Em suas reuniões nas florestas americanas, onde tocam tambores e procuram reconectarem-se com a essência masculina, ou o “masculino profundo”, o que se vê é um grupo de homens “white middle class almost all very successful men” que não desafiam nada e apenas esperam, através da “reconexão com a energia de Zeus”, revalorizar a masculinidade em bases menos dolorosas para eles. Messner acredita que este tipo de movimento é uma resposta a uma série de mudanças na estrutura de sociabilidade, provocadas pelo avanço tecnológico conjugado com a mercantilização de todas as esferas da vida social, mas que não toca na questão precípua, ou seja, o poder masculino ainda vigente (Oliveira, 1998, p. 111).

Os mitopoéticos — dos quais, considerando-se nossa proposta argumentativa, em diversos sentidos, descendem os masculinistas de hoje — reuniram-se em torno da noção de que o homem moderno estaria dilacerado pelos problemas da “pós-modernidade” e que o remédio seria um retorno aos arquétipos tradicionais/comportamentos idealizados que configurariam a figura do homem na modernidade,<sup>23</sup> através do mito (Oliveira, 2004).

Os efeitos mais notáveis desse movimento seriam, de um lado, a simplificação tanto dos problemas quanto das soluções para a “crise da masculinidade” experimentada e, de outro, a re-essencialização dos papéis sexuais,<sup>24</sup> que vinham sendo problematizados desde os anos 1960-70, pelas teóricas feministas/do gênero. Isso pois, para as ideias que se desenvolveram a partir desse movimento, “os aspectos socioestruturais contam pouco para esclarecer manifestações de insatisfação dos agentes em relação a sua identidade de gênero” e, assim, a solução estaria na reafirmação de uma masculinidade perdida e utópica (Oliveira, 2004, p. 161-162). Esse movimento:

permitiria ao adulto se apoderar dos valores masculinos, desenvolvendo assim uma sensibilidade viril perdida. Nesta concepção, a perda do sentimento de virilidade é o resultado dos escassos contatos com figuras masculinas, ao lado do colapso da mitologia e do cultivo reiterado dos valores femininos na era contemporânea, principalmente devido ao movimento das mulheres (Oliveira, 2004, p. 162).

E ainda que não ignore a heterogeneidade e a dispersão própria dos discursos, entende-se que os novos masculinismos que vêm surgindo na contemporaneidade sejam parte de uma formação discursiva comum, inscrita nesta trajetória que veio se reconstruindo, com claros pontos de convergência aos aspectos mencionados por Oliveira: culpabilização pela ausência de — determinadas — figuras masculinas, que redundaria também em uma espécie de sacralização de certas figuras (os santos/heróis homens bem-sucedidos do neoliberalismo); uma pretensa supervalorização do feminino em detrimento do masculino (a ideia de “ginocentrismo” mencionada por Lin (2017)), do que redundaria, também, a reiteração dos valores femininos em nossa era; e, nesse caldo, também a ideia de um desequilíbrio nas relações de gênero (em favor das mulheres), ou seja, “um excesso de valorização unilateral, com consequente depreciação dos valores masculinos”, que teria trazido “um infeliz desequilíbrio nas relações de gênero, com consequências imprevisíveis para a civilização” (Oliveira, 2004, p. 162).

### **Considerações finais**

Buscou-se, neste artigo, reconstruir, ainda que parcialmente e decerto com várias ausências, o que se convém, por fim, chamar de formação discursiva das mitopoéticas masculinistas, através de um percurso que envolveu um olhar desde a passagem da nobreza de espada em nobreza de corte para, enfim, o aburguesamento dos *habitus* masculinos, com a edificação, especialmente na primeira metade do século XX, das fraternidades, espaços típicos e unicamente masculinos, num modelo que será replicado de diferentes formas (dos esportes competitivos, às saunas, gangues etc.), mas que coloca no centro da formação da masculinidade aquela fusão de corpo em corpo coletivo.

Entende-se que esta reconstituição histórica responde a determinadas lacunas tanto nas análises sobre os diferentes movimentos mitopoéticos, quanto indica elementos de contiguidade com discursos, grupos e, enfim,

um conjunto de pensamentos que lhe seja anterior (daí a vantagem de se pensar em termos de formações discursivas, ainda que outras composições sejam certamente plausíveis).

Compreende-se aqui a ideia de um movimento mitopoético de modo amplo, não apenas ligado àquele conjunto de grupos dos anos 1980 e 1990, que têm na figura do João de Ferro de Robert Bly o principal elemento aglutinador. Mas sim como uma maneira de interpelar a masculinidade, ou seus problemas, suas contradições e, enfim, tudo aquilo que se convenha nomear suas “crises”, com base em promessas de retornos místicos a uma origem mítica, como forma de responder — ou comercializar respostas — àquelas inseguranças diante das incertezas do presente e do futuro, o que consubstancia um pensamento pouco crítico, pouco reflexivo, não raro reacionário às formas de socialização da contemporaneidade e ao eventual reposicionamento de determinados sujeitos na arena social.

Não se quer aqui tampouco descartar o bebê com a água do banho. Nem todos os movimentos mitopoéticos ligados à masculinidade serão necessariamente reacionários, ou oferecerão apenas leituras retrógradas que se fundam em expectativas de gênero — por falta de melhor termo — arcaicas. Há, como mencionara Raewyn Connell, como condição mesma da emergência dessa mitopoética, um diálogo com perspectivas de gênero. As pretensões políticas deste trabalho são as de tornar mais robustas as críticas que possam se fazer a esses movimentos, tanto em leituras acadêmicas quanto leituras internas aos próprios grupos, para vê-los como parte de um longo percurso pelo qual passa a renovação do repositório simbólico do gênero, um olho no passado e outro no futuro.

A questão que emerge, portanto, é: ao que se pretende vincular as masculinidades ou a mitopoética de uma masculinidade futura? Quais são os compromissos éticos que ela assume e quais deveria saber dispensar? Questões que também podem servir — espera-se — como possibilidades de interpelar iniciativas concretas que mobilizem elementos mitopoéticos para pensar a construção das masculinidades.

## Notas

Clique sobre o número para retornar ao texto

1. Doutorando em Ciências Humanas e Sociais, UFABC. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Email: marlos.dick@ufabc.edu.br.

2. Pensar como as masculinidades mitopoéticas se imbuem de significados religiosos não é novidade (Woodhead, 2013). Souza (2006) faz uma avaliação interessante das correlações entre religião e masculinidade, articulada a partir de uma “crise” desta, pensada, também, à guisa das transformações promovidas pelos feminismos.

3. Pois, à semelhança de outros grupos organizados em torno de uma mitopoética da masculinidade, promove uma coesão do grupo a partir de incursões por espaços “selvagens”, “florestais”, que apelam para um tipo de “natureza enquanto terapia”, que tenderia a reconectar os sujeitos com suas próprias “naturezas”. Humberstone (2007) discute uma construção ideológica da “natureza” e a maneira como ela é usada para inscrever regimes de gênero, ou seja, como se desenvolvem a masculinidade e as ideias ligadas ao gênero em — e em relação a — espaços naturais, e como mobilizam a própria ideia de “natureza” em sua relação formativa, dispensando atenção especial, também, às compreensões mitopoéticas ligadas à masculinidade e como elas mobilizam um determinado ideário que funde a “natureza” do gênero masculino com aquelas compreensões sobre a própria “natureza”, plasmando-as na figura do “homem selvagem” como lugar de retorno da “masculinidade perdida”, onde a “natureza” “fornece um lugar seguro onde são retomadas e mantidas hierarquias de gênero (...)” (Humberstone, 2007, p. 30-31).

4. Connell (1995) lembra também de Walter Hollstein, sociólogo suíço radicado na Alemanha, responsável tanto por contribuir inicialmente na inserção dos estudos de gênero com as contribuições da teoria feminista estadunidense no contexto alemão, quanto, posteriormente, propor um ideário mítico de uma masculinidade, em chaves de pensamento como a de que os problemas de desagregação social entre jovens seriam uma consequência da crise dos próprios modelos de masculinidade, cuja solução passaria pela reativação e reconstrução de arquétipos tradicionalmente ligados à masculinidade. Até onde se tem notícia, sua obra não teve repercussão no Brasil, mas Hollstein tem produzido desde o início dos anos 1990, sobre temáticas que envolvem homens e masculinidade(s), com um viés ligado ao que se convém chamar de “ativismo de direitos dos homens”, que são grupos de homens, organizados ou não, que defendem que os homens constituiriam hoje um grupo vulnerável, em consequência do desenvolvimento do feminismo e as evoluções legislativas em termos de proteções específicas baseadas no gênero e, grosso modo, nas diferentes identidades (Fitzgerald, 2020). Viveros-Vigoya (2018) pontua que os primeiros “Movimentos dos Direitos dos Homens” surgiram já nos

anos 1970, em um diálogo tenso com o feminismo de segunda onda e as compreensões mitopoéticas, organizando-se, ao menos em parte, como sua reação. Para os fins aqui explorados, toma-se a obra de Hollstein também como parte do conjunto de pensamento mitopoético, até porque, no contexto germânico, o próprio autor é tratado nesses termos (Hafner, 2013). Por fim, Connell (1995) lembra que, a despeito desta ordem que se está chamando de mitopoética, existe todo um movimento, que a autora chamara de “liberação gay”, mas que hoje está inscrito em todos os discursos de homens ligados aos movimentos LGBTQIAPN+, que têm interpelado de novas maneiras o gênero masculino, propondo outras formas de nele existir, construído novas masculinidades que “superem” sua “crise”, sem erigir um movimento de homens sobre uma base reacionarista de gênero. Todo esse último espaço de que fala a autora e suas perspectivas são comumente ignorados pelos movimentos mitopoéticos.

5. Chama a atenção que no espaço dos grupos reflexivos para homens haja uma constante tensão entre os discursos terapêuticos da masculinidade e aqueles que Connell (1995) chamara de “política de saída ou política transformativa”, ou seja, discussões e práticas que envolvem um diálogo mais franco com as ideias feministas. No sentido da crítica aos diferentes modelos em intervenções com homens autores de violência, ver Beiras et al. (2019).

6. Connell (1995) distingue as políticas “terapêuticas” das masculinidades daquelas a que chamara de “lobby das armas”, ligadas a um reacionarismo franco às políticas feministas. Neste trabalho os dois campos aparecem muito mais imbricados, porque se está, por um lado, tentando circunscrever um histórico de suas próprias ideias e, por outro, a contemporaneidade reservou uma aliança perversa em diferentes formas de reação aos feminismos, a despeito de se reconhecer ao menos a possibilidade de existência de grupos ligados por uma compreensão mitopoética da masculinidade e que não sejam, necessariamente, antifeministas.

7. Foucault trabalha a noção de formações discursivas a partir da ideia de que os enunciados, ainda que diferentes em forma e, em vários sentidos, também em conteúdo, além de dispersos no tempo, formarão um conjunto mais ou menos contínuo de significações, em se tratando de um mesmo objeto (Foucault, 2008). Ou seja, há uma continuidade discursiva, a qual o desenho de sua trajetória histórica visa auxiliar a compreensão, que funcionará como condição de produção dos novos discursos sobre um tema.

8. Muito embora se afigure possível aqui, ao menos à guisa de hipótese, pensar uma correlação entre esta formação discursiva que pensa a mitopoética das masculinidades e o conjunto de pensamentos místicos que aparecem desde o século XVIII, projeto provavelmente arqueológico e muito mais ambicioso do que estas linhas podem carregar.

9. Ao se pensar em mitopoética, é bom que se diga, não se está ignorando que exista todo um campo que se erige sobre a construção e análises dos mitos para além da

mitopoética da masculinidade. No entanto, interessa-nos aqui a maneira como formas de masculinidades se posicionam neste espaço do mítico (mito) e do diálogo com sua construção social reativa.

10. Gênero, aqui, é compreendido aqui como o conjunto de diferenças culturais (sociais e/ou psicológicas) que se assentam na divisão sexual — que também pode e deve ser questionada como uma construção discursiva — e sobre as quais toda uma estrutura simbólica de sentidos que estruturam os processos de subjetivação se assenta. Dentro dela, as masculinidades são tomadas como configurações de práticas “em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero” (Connell, 1995, p. 188).

11. Estou consciente de que essa “crise”, mobilizada dessa maneira, pode significar mais um discurso de crise que se liga à experiência de grupos específicos de homens, notadamente com marcadores sociais de privilégios, como estratos médios e altos de renda, brancos, cidadãos etc., o que Brown (2021) chama de masculinidade branca ferida. Ou seja, pode ser que a masculinidade que se busca recuperar não seja bem uma “irmandade comum de todos os homens” (léxico emprestado de Tithi Bhattacharya, falando de outro tema/contexto), mas sim uma irmandade bastante circunscrita a um grupo específico de homens. Por outro lado, há de se estar consciente também que não são apenas esses homens que mobilizam discursos de crise e respostas essencialistas sobre o gênero.

12. Entende-se que a noção de masculinidade hegemônica se afigura central para os estudos sobre masculinidades nas últimas décadas, especialmente ligada ao trabalho de Raewyn Connell, como já percebera Adrião (2005). No entanto, neste texto se optou pela tentativa de afastar a sedutora atração do conceito, ainda que seja comum uma visão que plasma masculinismo com masculinidade hegemônica, ou pensa o primeiro como decorrente da segunda. A própria Connell, em sua fala de abertura do “3º Simpósio Internacional de Estudos Críticos de Feminismos, Gênero, Consumo e Capitalismo”, no qual este artigo foi apresentado como resumo e ao qual a coletânea no qual se insere está vinculada, mencionou o fato de que desde o início observara uma certa imprecisão no — seu — uso da categoria *hegemonia* para os estudos de gênero. Relacionado a isso ou não, considera-se que se tratam de noções utilizadas por vezes sem a devida precisão e rigor ou sem um compromisso conceitual que lhes tornem suficientemente específicas, funcionando quase em sinonímia com outras noções como, talvez e por exemplo, tipo ideal, modelo ou estereótipo. Isso aponta para a necessidade, considerada ainda pendente nos estudos sobre masculinidades que mobilizam as noções de hegemonia e/ou masculinidade hegemônica, de um trabalho mais robusto na própria discussão sobre como se conforma e o que integra um regime hegemônico a se chamar como tal, como mencionara, também, Giffin (2005). Ainda que não se aborde aqui esse ponto que, espera-se, poderemos desdobrar noutra ocasião, entendeu-se por auspiciosa sua menção.

13. A questão que se está sugestionando aqui é justamente a contiguidade. Em semelhantes sentido, Isabela Venturoza, lembrando as perspectivas de Michael Kimmel

acerca das reações masculinas às transformações do século XX, posiciona aquelas que chamou de masculinistas justamente em relação aos *men's groups*, “baseados no fortalecimento de espaços e atividades ‘masculinas’ centradas na homossocialização entre homens”, dentre as quais menciona os “grupos de escoteiros compostos apenas por meninos, esportes organizados e fraternidades. (...) nesses espaços, meninos e homens devem desenvolver, fortalecer e celebrar elementos como a força física, a competitividade e, em certo sentido, a própria violência” (Oliveira, 2025, p. 58).

14. Parece-nos necessário fazer um adendo neste ponto, para problematizar essa ideia de fusão do corpo em corpo coletivo, o que os aproximaria de uma lógica fascista, pois há, por outro lado, um entrelaçamento de alguns dos grupos mitopoéticos da contemporaneidade com feições de uma sujeição neoliberal, o que envolve uma ultraindividualização. É difícil estabelecer as fronteiras entre esses dois processos/projetos, mas é importante destacá-los, inclusive em suas contrariedades e contradições.

15. Nesse sentido, o autor traça um paralelo entre a juventude hitlerista e os séquitos de Mussolini, que “eram ‘religiosos’, mesmo místicos sobre seu juramento ao ‘homem selvagem’ (...) da psique ariana” e que, a despeito das boas intenções de Robert Bly, “é bastante possível (...) que esse novo homem selvagem acabe como um clichê *new age* que apenas provê uma justificação para o retorno da masculinidade destrutiva” (Tacey, 1997, p. 87, traduzido do original). É, ao menos em parte, o alerta que se propõe realizar também neste trabalho.

16. Entende-se por limitante na medida em que nos parece uma simplificação grosseira e infantilizante colocar os problemas de certos homens na contemporaneidade em uma chave de dificuldades de adaptação às transformações sociais. Todas as populações — marcadas por outras identidades que não a do homem — foram sujeitas à toda sorte de transformações histórico-culturais, não lhes sendo rogada essa concessão de um conflito fundamental em cada uma delas, como se lhes fosse impossível adaptações (ainda que tensas). Porém, ao se tratar dos homens (em especial aqueles mais alinhados a uma configuração privilegiada da masculinidade: cis, branca, heterossexual, urbana, patriarcal, etc.), parece haver uma tendência a reificar sua posição, como se lhes fosse, por qualquer razão, uma impossibilidade ontológica experimentar qualquer transformação social.

17. Pensando a noção de poder androcêntrico nos termos de Bourdieu acerca da disposição, manutenção e perpetuação da distribuição simbólica do poder, oriunda da separação entre masculino e feminino, que continuamente será legitimada pelas práticas que ela própria determina (Bourdieu, 2012).

18. Aqui se está tanto circunscrevendo temporal e espacialmente a formação a que se faz referência, vez que outras perspectivas que ultrapassem esta visão ocidental e certamente centrada no norte global encontrarão outras construções sociais que pensem as masculinidades de maneiras outras, quanto dialogando com o trabalho de Le Rider (1993),

dada sua prolífica capacidade de perceber todo um esquema de transição transfigurada em crise dos valores e prescrições ligadas à identidade vienense em fins do século XIX, início do século XX, extensíveis, em muitos sentidos e dentro de muitos limites, a todo ocidente, ainda que potencialmente em temporalidades distintas.

19. Essa ideia se afigura um pouco limitada, especialmente considerando-se a ascensão, a partir dessa perspectiva, do que Oliveira (2004) vai chamar de discurso vitimário, posição essa que dialoga com as perspectivas dos discursos terapêuticos, mencionada nas Notas 5 e 6. Porém, opta-se aqui por assumir a premissa apresentada no parágrafo, em prol da coerência interna do argumento ora apresentado.

20. Os arquétipos, para Jung, seriam parte de uma camada na noção, também cunhada por ele, de inconsciente coletivo, constituída de estruturas e imagens compartilhadas pela humanidade e cujo repositório seriam os sonhos, religiões, mitos e afins (Serbena, 2010; Jung, 2021). Assim, alguns teóricos e analistas de orientação junguiana, nos quais incluem-se os mitopoéticos e suas ramificações, “recomendam aos homens que busquem atingir um estado de equilíbrio e maturidade, a partir da harmonização de seus comportamentos com os arquétipos e padrões típicos da masculinidade, caracterizada de acordo com os modelos inscritos no inconsciente coletivo” (Oliveira, 2004, p. 161). Tacey (1997) oferece um interessante panorama que conecta aspectos da “crise” contemporânea da masculinidade, com as contradições inscritas pela “feminização” da sociedade, com as respostas junguianas dos mitopoéticos, cuja proposta formaria uma “revolução da alma” do homem moderno.

21. O livro possui uma edição em português, com o título “João de Ferro: Um livro sobre homens”, lançado em 1991 pela editora Campus, a qual encontra-se esgotada. Além disso, “João de Ferro” ou “Iron John” constrói uma intertextualidade com o conto 136 dos Irmãos Grimm, “João de Ferro” ou, em alemão, “Der Eisenhans” (Viveros-Vigoya, 2018, p. 42), que narra, justamente, a trajetória de um personagem que simboliza o homem selvagem, primitivo, não civilizado, que se buscava alcançar.

22. Note-se que se utiliza o termo fantasia aqui menos enquanto ficção e mais enquanto faculdade de criar a partir da imaginação, em uma estrutura, novamente, aproximada à ideia de mito anteriormente posicionada. Entendo que, dentro de certos limites, essa compreensão nos aproxima inadvertidamente do trabalho de Bottici, ao trabalhar a categoria do mito como uma espécie de base narrativa contínua, que responde às necessidades de significação para a vida e para as identidades. Espera-se poder desdobrar essa perspectiva em trabalhos futuros.

23. Manifesto uma insegurança em utilizar a expressão “homem da modernidade”, na medida em que, nas retropias masculinistas, muitas temporalidades distintas são mobilizadas sem que sequer se deem conta. No entanto, o referente principal ainda parece ser uma espécie de ideal de homem burguês moderno, o que torna a relação curiosa,

visto que há evidências que dão conta de que movimentos como o fascismo seriam uma reação, justamente, ao “homem moderno” e seu aburguesamento, pretendendo revalorizar o “homem de verdade” de outra temporalidade. Nesse sentido, lembra-se novamente de Le Rider (1993).

24. A expressão “papéis sexuais” nos coloca quase sem querer em relação à uma perspectiva funcionalista, a qual, em nosso ver, tanto merece quanto foi duramente criticada (Oliveira, 2004). Optou-se por esse enunciado e não outro para sublinhar, justamente, o aspecto funcionalista da re-essencialização projetada pelos discursos mitopoéticos, que se encontra também nas perspectivas masculinistas contemporâneas (Hermes, 2023).

## Referências

ADRIÃO, Karla Galvão. Sobre os estudos em masculinidades no Brasil: revisitando o campo. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, v. 1, n. 3, UTFPR, 2005.

BAUBÉROT, Arnaud. Não se nasce viril, torna-se viril. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História da virilidade*, vol. 3, A virilidade em crise?: o século XX e XXI. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013. p. 189-220.

BAUMAN, Zygmunt. *Retrotopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BBC Brasil. Andrew Tate: quem é o influenciador misógino e réu por estupro citado em 'Adolescência'. *Portal BBC News Brasil*. 27 mar. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cvge2n5n8zro>. Acesso em: 30 mar. 2025.

BEIRAS, Adriano; NASCIMENTO, Marcos; INCROCCI, Caio. Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. *Saúde e Sociedade*, v. 28, n. 1, p. 262-274, jan./mar., 2019.

BLY, Robert. *Iron John: A book about men*. Boston, MA, EUA: Addison-Wesley Publishing Company, 2004.

BOTTICI, Chiara. *A philosophy of political myth*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2021.

BUJALKA, Eva; RICH, Ben; BENDER, Stuart. The Manosphere as an Online Protection Racket: How the Red Pill Monetizes Male Need for Security in Modern Society. *Fast Capitalism*, v. 19, n. 1, p. 1-16, 2022.

COCCO, Giuseppe. A moeda entre o cinismo e o fascismo (Alt Right). *Revista Lugar Comum*, n. 54, p. 33-52, jul., 2019.

CONNELL, Raewyn W. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 185-206, jul./dez., 1995.

CONNELL, Raewyn W. *Masculinities*. Berkeley e Los Angeles, CA, EUA: University of California Press, 2005.

CONNELL, Raewyn W. *Gênero em termos reais*. São Paulo: nVersos, 2016.

DUPUIS-DÉRI, Francis. *A crise da masculinidade: anatomia de um mito persistente*. São Paulo: Blucher, 2022.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FITZGERALD, Kelly C. *Mapping the manosphere: a social network analysis of the manosphere on reddit*. Tese apresentada à Naval Postgraduate School, Monterey, CA, USA. Dezembro de 2020.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GIFFIN, Karen. A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. *Ciênc. Saúde coletiva*, v. 10, n. 1, p. 47-57, 2005.

HAFNER, Gerhard. Der Kampf gegen lila Pudel. *Portal der Freitag*, 09 abr. 2013. Disponível em: <https://www.freitag.de/autoren/gerhard-hafner/der-kampf-gegen-lila-pudel>. Acesso em 21 jan. 2025.

HAROCHE, Claudine. Antropologias da virilidade: o medo da impotência. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História da virilidade: A virilidade em crise? O século XX e XXI*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 15-34.

HERMES, Marlos Dick. *“Crise da masculinidade” e discursos masculinistas na internet através da análise de um podcast “red pill”*: do reacionarismo mítico à sujeição neoliberal. 2023. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do ABC, 2023.

JUNG, Carl G. *Aspectos do masculino*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

LEGENDÁRIOS. *Legendários* - Página principal. Site oficial da organização. Disponível em: <https://legendarios.org.br/>. Acesso em: 07 abr. 2025.

LE RIDER, Jacques. *A modernidade vienense e as crises de identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1993.

LIN, Jie Liang. Antifeminism Online: MGTOW (Men Going Their Own Way). In: FRÖMMING, Urte Undine; KÖHN, Steffen; FOX, Samantha; TERRY, Mike (Eds.). *Digital Environments: Ethnographic perspectives across global online and offline spaces*. Germany: Transcript Verlag (publisher), 2017. p. 77-96.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violências: Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, Mônica Raisa (Org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

MONTEIRO, Paula. A teoria do simbólico de Durkheim e Lévi-Strauss: desdobramentos contemporâneos no estudo das religiões. *Novos estudos CEBRAP*, n. 98, mar., 2014.

OLIVEIRA, Isabela Venturoza de. “*Traidores de gênero?*”: aproximações e tensionamentos entre homens e feminismos no cenário brasileiro. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2025.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. Discursos sobre a masculinidade. *Revista Estudos Feministas*, v. 6, n. 1, p. 91-112, 1998.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

PINHO, Osmundo. Um enigma masculino: Interrogando a masculinidade da desigualdade racial no Brasil. *Universitas humanística* (Bogotá, Col.), v. 77, p. 227-250, jan./jun., 2014.

Redação g1. Legendários: como é o movimento cristão para homens que atraiu Eliezer, Thiago Nigro e Neymar pai. *Coluna Pop & Arte do portal G1*. 07 abr. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2025/04/07/legendarios-como-e-o-movimento-cristao-para-homens-que-atraiu-eliezer-thiago-nigro-e-neymar-pai.ghtml>. Acesso em: 14 abr. 2025.

SERBENA, Carlos Augusto. Considerações sobre o inconsciente: mito, símbolo e arquétipo na psicologia analítica. *Revista da Abordagem Gestáltica*, XVI (1), p. 76-82, jan./jul., 2010.

SILVA, Sergio Gomes da. A crise da Masculinidade: Uma Crítica à Identidade de Gênero e à Literatura Masculinista. *Psicologia, Ciência e Profissão*, n. 26, v. 11, p. 118-131, 2006.

SOUZA, Sandra Duarte de. Masculinidade e religião: trajetórias de gênero no Brasil. *Revista Mandrágora*, v. 12, n. 12, p. 15-20, 2006.

STRAUSS, Neil. *O jogo: A bíblia da sedução*. Rio de Janeiro: Best Seller, 2008.

TACEY, David J. *Remaking men: Jung, spirituality and social change*. London and New York: outledge, 1997.

TOMASSI, Rollo. *The Rational Male: Positive Masculinity*. Nevada, EUA: Counterflow Media LLC, 2013.

VIVEROS-VIGOYA, Mara. *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América*. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2018.







# Masculinidades em três atos: homens, curso de vida e diversidade sexual

MATEUS DE MELO ALBUQUERQUE<sup>1</sup>

No seu livro-protocolo de auto intoxicação voluntária por testosterona, *Testo junkie*, Paul B. Preciado oferece uma lista, ao mesmo tempo real e debochada, de elementos (ou ingredientes) dos “códigos semiótico-técnicos da masculinidade” (Preciado, 2018, p. 130). Entre estes códigos estão produtos/personas midiáticas, como James Bond, Rocky Balboa e Bruce Lee; eventos geopolíticos, como guerra, terrorismo e a Operação Tempestade no Deserto; e hábitos diários, como evitar consultas médicas, a precariedade paterna e o adultério. A lista é, obviamente, carregada de elementos irônicos, mas possui um caráter real de formalizar o que faz parte, concretamente, das vivências de masculinidades normativas. Em um livro antecessor de *Masculinities*, chamado *Gender and power*, Raewyn Connell conecta masculinidade a uma perspectiva de classe. Para a socióloga, existe uma ordem subjacente às dinâmicas de masculinidade que criam relações de subordinação entre diferentes grupos de homens. Aqueles sujeitos que conseguem gabaritar a lista de Preciado

(2018) poderiam, com maior facilidade, participar da “masculinidade hegemônica” (Connell, 1987), aquela masculinidade que, se consolida como dominante a partir do domínio das masculinidades alternativas a esta e de todos os tipos de feminilidade (Connell, 1987).

Uma das classes de masculinidades subjugadas seria a que engloba as masculinidades não heterossexuais, ou seja, as masculinidades de homens gays, bissexuais, transgêneros, entre outras, objeto deste estudo. Com este artigo, pretendemos analisar de que maneira homens não heterossexuais compreendem suas posições de masculinidade em diferentes fases da vida a partir dos resultados de uma formação de pós-graduação (mestrado e doutorado) cujo foco tem sido compreender relações entre masculinidades, performance de gênero e autonomia financeira. A análise que apresentaremos advém de um processo de entrevistas em profundidade (Fontes, 2019) conduzido pelo autor com 38 homens não heterossexuais participantes de dois projetos de pesquisa distintos, um que resultou em seu mestrado e em publicações posteriores, e outro, ainda em andamento, que integra a sua atual pesquisa de doutorado.

A realização das entrevistas de ambos projetos foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco (CEP) e as entrevistas foram coletadas de maneira remota, em períodos distintos entre junho de 2022 e janeiro de 2024, para o primeiro projeto, e entre novembro de 2024 e outubro de 2025, para o segundo projeto, seguindo um roteiro prévio, mas flexível de perguntas. As entrevistas foram gravadas, transcritas e posteriormente analisadas tematicamente (Braun; Clarke, 2006). Os entrevistados são citados por meio de nomes fictícios, têm entre 22 e 47 anos e são de diversos estados brasileiros, localizados entre as regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. 37 deles são homens cis, um deles é um homem trans e nenhum deles é heterossexual.

O texto está dividido em três partes, aqui chamadas de “Atos”, representando diferentes fases da vida e fazendo referência a uma ideia de “teatralidade”. Na primeira parte, nos interessa compreender como os sujeitos entrevistados reconstroem as lembranças de aprendizados de

masculinidade na infância. Nessa vereda, os entrevistados relembram episódios em que a convivência com seus pais, familiares e colegas marcaram uma distinção clara entre o que significa “ser homem” e o que está colocado de maneira deslocada dessa categoria. Os entrevistados contam quais práticas de socialização familiar e escolar os ensinaram “modos certos de ser homem”, baseado no espelhamento de comportamentos hegemônicos e nos aprendizados de “formas corretas” de se comunicar. Durante a segunda parte, buscaremos analisar como esses indivíduos interpretam seu papel como homens hoje, na vida adulta. Nesta fase da vida, os sujeitos revelam descobrir a possibilidade de utilizar as suas masculinidades de diferentes formas, para alcançar objetivos variados, além de entenderem o caráter político da heterossexualidade na formação masculina e relataram a sua necessidade de afastamento das “coisas masculinas”. Na última parte, discutimos como os entrevistados projetam o futuro e encaram a ideia de velhice. Nesse momento, é possível perceber como a compreensão de produtividade e desejabilidade baseadas em juventude passa pela consciência desses sujeitos.

### **Ato um: Infâncias e adolescências**

Nas entrevistas, ao refletirem sobre suas infâncias e adolescências, os entrevistados apontam que aprenderam o que é “ser homem” como um ideal ao qual foi imposta uma obrigação de correspondência. Este ideal sempre escapa às vontades pessoais destes sujeitos e está condicionado a uma norma social. A correspondência em questão é duplamente expressa pelo espelhamento de comportamentos (dos) familiares e pela consequente repetição e manutenção de uma fórmula de maneirismos comunicativos. Em primeiro lugar, as entrevistas demonstram como ser homem é, em parte constituído por, copiar o comportamento de um outro homem tomado como referência (na maioria das vezes, o próprio pai, mas também outras figuras). Ou seja, é necessário que esses meninos passem por um processo de violência simbólica, por meio do qual

deverão aprender a refletir as imagens de masculinidade que fizeram parte dos seus cotidianos:

Beto: O “ser homem” pra mim apareceu como uma obrigação e como a imposição de um ideal de como eu devia me comportar, de como eu devia agir, de como eu devia falar, de tudo. Então eu acho que sempre foi imposto um “seja homem”, “seja macho”, “fale como homem”, “fale como macho”.

Na fala de Beto, que à época da entrevista tinha 26 anos e relembra-va episódios da sua infância, vemos como a masculinidade se expressa como uma relação de sentido produzida por meio de uma relação social. No livro que deu corpo aos estudos sobre homens e masculinidades, *Masculinities*, a socióloga australiana Raewyn Connell propõe que “A masculinidade não é apenas uma ideia na cabeça ou uma identidade pessoal. Ela também se estende ao mundo, emergindo em relações sociais organizadas” (Connell, 2005, p. 29, tradução nossa). Em outras palavras, há de se reconhecer uma relação social, para que daí possa emergir aquilo que virá a ser concebido como masculinidade. Dentro do contexto da entrevista, estas relações sociais se expressam na cobrança que Beto, à época do relato, uma criança, sofreu para expressar-se como “macho”. Na fala de Beto, esta relação social aparece como uma obrigação relacionada aos modos de se expressar no mundo através de “modos macho” de comunicação, que evidentemente seriam opostos àqueles que Beto costumava utilizar, mas esta não é uma experiência individual:

Ariel: Eu tive uma criação muito mediana do Brasil, digamos assim. Eu tive um pai muito machista, com uma ideia de masculinidade super pesada e que, no momento em que ele viu que eu estava desviando aquele normativo, foi o caos. Ele tentou começar a me puxar pra um lado mais padrão hétero, especialmente ao ver as diferenças que eu tinha em relação aos meus amigos. Tipo, “Ah, tá vendo fulaninho? Tá vendo como ele é?”.

Gabriel: Eu acho que eu aprendi o que é essa ideia de ser homem com o meu pai, porque ele sempre tava me cobrando uma masculinidade que eu não tinha, não tenho, nunca tive e nunca apresentei. Também

aprendi com a sociedade no geral, por exemplo, eu morava em um condomínio quando era pequeno e lá os meninos da minha idade na época percebiam que eu era diferente deles. Tanto eu, quanto outro amiguinho meu éramos diferentes. Então foi nesse momento, acredito que a partir dos meus 8 ou 9 anos, que eu comecei a perceber o que é que as pessoas esperam de um homem e que eu não era aquilo [risos].

Pedro: E eu vejo que isso era isso era uma coisa super errada, eu acho que é meio que um teatro de crianças adultas, sabe? Provavelmente meus pais, minha família, chegaram nesse lugar emulando o que os mais faziam, que emulavam o que os avós faziam, mas todas essas coisas, foram se afrouxando.

As entrevistas demonstram que ser homem não é apenas um ideal utópico, mas uma realização pessoal baseada em atitudes materiais concretas, refletidas em maneiras específicas de se comportar, utilizando maneirismos associados ao universo “macho”, como voz grave, ser forte, não demonstrar sentimentos e, principalmente, não ser feminino. Na perspectiva de Pierre Bourdieu (2019, p. 31), isso acontece porque o “princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas”, e, nesse sentido, meninos são ensinados a buscar “glória e a distinção na esfera pública” (Bourdieu, 2019, p. 89). As atitudes narradas em entrevista acerca do que pode significar ser homem não estão apenas no campo das ideias, mas são práticas reais de masculinidade ensinadas a esses garotos por seus pais, que repetiram o comportamento de gerações anteriores, e também reproduzidas por outros garotos em seus convívios que, mais adequados a essa norma, também irão realizar o papel fiscalizador de gênero em relação a outros meninos. Estas práticas, envolvem “modos masculinos” de comunicar o próprio gênero. Aqui, compreendemos “comunicação” como um termo amplo que dá conta dos vínculos intersubjetivos de produção de sentido. Estes “modos masculinos” são expressos pela delimitação de trejeitos, gestos, maneirismos e expressões que revelam “falhas” nas masculinidades destes garotos, na medida em que os trejeitos, gestos, maneirismos e expressões em questão deveriam ser exercidos apenas por mulheres.

Para analisar esse fenômeno, podemos retornar à perspectiva Connell (2005), no momento em que a autora aponta a existência de uma política de gênero interna das masculinidades para descrever o modo como alguns homens exercem poder sobre outros. Para a autora, os estudos sobre homens e masculinidades precisam reconhecer “as *relações* entre os diferentes tipos de masculinidade: as relações de aliança, dominância e subordinação” (Connell, 2005, p. 37, grifo da autora, tradução nossa). Deste modo, os próprios homens criam, entre si, dinâmicas de poder uns sobre os outros, por meio das quais é possível reconhecer as diferentes posições que grupos de indivíduos ocupam dentro da categoria “homens”. Na fala a seguir, de Omar, notamos como existe uma relação de dominação entre masculinidades que seguem a norma e aquelas desviantes, na medida em que Omar reconhece que a ideia de feminilidade é tão vexatória ou subordinada, que nenhum homem pode ser confundido com essa posição:

Omar: eu lembro que a questão dos meus trejeitos foi motivo de muita discussão. Porque não podia dobrar as pernas, porque “quem dobra as pernas é mulher” [parecia imitar o tom de voz ou jeito de falar], não podia gesticular muito, não podia fazer muitas caras e bocas, porque tudo isso era remetido à feminilidade e eu teria que ser o contrário disso, uma pessoa sempre séria, sem fazer piadinha, sem gesticular muito, travada. Meu pai é essa pessoa. Pra mim, masculinidade era aquilo.

Deste modo, ser homem é, também, repetir uma fórmula de comportamento comunicativo do gênero masculino, demarcada por maneiras específicas de falar, andar e se comunicar em público. Estas demonstrações públicas de masculinidade acontecem primariamente dentro da própria casa destes sujeitos, local no qual a família possui um poder regulador maior sobre o que estes meninos podem ou não fazer ou como podem ou não falar e expressar seus afetos. Um outro efeito é que a ideia “ser homem” passa a ser descrita pelos entrevistados como uma prática modulada. Isso quer dizer que eles reconhecem a possibilidade de exercer sua masculinidade de diferentes maneiras, variando sempre de acordo

com o ambiente e com as pessoas com quem esses indivíduos estão no momento.

Pergunta: O que significa ser homem para você? Como você aprendeu o que é ser homem?

Herbertt: Porra! Pergunta complicada, hein. Olha, eu não aprendi a ser homem, entendeu? Eu não aprendi a ser homem, tá ligado. Vai depender muito do local onde eu estou, o que é ser homem.

Em sua fala, Herbertt diz que não aprendeu a ser homem porque nunca atingiu efetivamente os mandatos da masculinidade. Ao invés disso, descobriu a possibilidade de se adaptar aos diferentes contextos em que se encontra através de variadas práticas de gênero e masculinidade. Se, para Herbertt, ser homem vai depender do local em que está, isso quer dizer que ele pode ser homem de diferentes formas a depender do círculo social em que está inserido. Enquanto prática comunicativa, a masculinidade, nesse contexto, permite ajustar a linguagem da sua expressão. Relembrando as suas infâncias e adolescências, os entrevistados revelam um controle exercido por parte das suas famílias em seus modos de expressão, especialmente no jeito de falar, mesmo que a sua intenção fosse a de demonstrar carinho, e de andar, visto que o “rebolado” a ser controlado tem em si uma associação à feminilidade e à sensualidade. É a reiteração de práticas associadas à masculinidade que deve criar a própria ideia do que significa ser homem.

Diogo: Em casa, os meus pais reprimiram muito o meu jeito de falar, porque, por exemplo, eu chamava minha mãe de “mami”, porque eu gostava, era uma coisa carinhosa, eu achava fofa. E eles me reprimiram porque menino, chamar mãe de “mami” era uma coisa de viado. Quando eu ia, por exemplo, pra uma festa de família, eu era aquela criança que queria dançar, que queria cantar, e eles não gostavam quando isso acontecia e tentavam me tirar daquele meio.

Júnior: O que não se encaixava eram as músicas, o jeito de se comportar, que era sempre, se por acaso eu andasse rebolando, era: “Anda direito!”. Ou se falasse com a voz um pouco mais gasguita, “Fala direi-

to!”. Então, eram sempre essas frases que eu escutava durante minha adolescência toda.

Na fala de Júnior, podemos ver como existe um “andar direito” para homens, marcado por pouco rebolado, e também um “falar direito”, expresso pela voz não esganiçada, masculina e potente. Embora os relatos de Diogo e de Júnior refiram-se ao âmbito doméstico, um dos efeitos desse sistema de poder está implicado na relação escolar, na qual as entrevistas demonstram como parte do “ser homem” é se relacionar com outros homens, mas não de maneira afetiva e/ou sexual. Ser homem é criar espaços masculinos, vínculos de convivência para o compartilhamento da própria experiência de ser homem, demarcada aqui não de um modo reflexivo sobre desafios e lutas da masculinidade (como faz o movimento global *MenEngage Alliance*),<sup>2</sup> mas a partir dos acordos mútuos de como a expressão de masculinidade aprendida em casa pode ser reproduzida em um ambiente público. Um destes modos pode ser visto por meio das práticas esportivas, especialmente o futebol, nas quais os meninos que conseguem reproduzir a normatividade ensinada irão relacionar-se uns com os outros, excluindo desta equação meninas, ou meninos com comportamento desviante.

João: Na minha experiência, eu não podia ter amiga mulher e eu não conseguia fazer amizade com os meninos porque eu não me identificava com o que os meninos faziam, eu odiava jogar futebol, odiava o tipo de coisa, o tipo de brincadeira que os meninos faziam, eu ficava muito mais com as meninas. Essa dificuldade, todo esse impedimento que me colocavam pra eu não ser a pessoa que eu sou hoje criou muitas coisas dentro de mim. Dificuldade de fazer amizade, dificuldade de me abrir pras pessoas, porque eu nunca fui ensinado a me abrir pras pessoas, dificuldade de me abrir pros meus próprios pais.

Kauê: É mais porque é mais fácil as meninas aceitarem a gente do que os garotos. Porque a gente não gosta de futebol na maioria das vezes. A gente não gosta dessas coisas que garoto gosta. Pelo menos pra mim era isso, eu tinha muito mais em comum com as meninas que com os meninos.

Leonardo Brito (2021) e Eduardo P. Archetti (2016) analisam, cada um à sua maneira, e em seu próprio campo, como os esportes, e especialmente o futebol, podem ser um espaço de disputa para as masculinidades, mas em nosso contexto de pesquisa, o futebol é marcado como uma das coisas que “garoto gosta”, expressão utilizada por Kauê, um dos entrevistados, para delimitar uma diferença entre aquilo que ele mesmo gosta e aquilo que ele deveria gostar por ser homem. Desta forma, nossos dados estão mais próximos daqueles analisados por Christopher R. Matthews e Alex Channon (2020, p. 374, tradução nossa), ao considerarem que:

os esportes forneceram aos homens um espaço no qual a exclusão formal das mulheres, e a manifestação celebratória de visões poderosas e agressivas da masculinidade, os permitiu continuar a construir visões idealizadas de si mesmos como legitimamente dominantes.

Bourdieu (2019, p. 89-90) descreve os esportes como espaços “mais adequados a produzir os signos visíveis da masculinidade, e para manifestar, bem como testar, as qualidades ditas viris”. O esporte é um dos espaços que produzem uma concepção da heterossexualidade como uma forma de interação social entre homens, e não apenas como uma dimensão da vida que inclui intimidade e prazer sexual. No âmbito escolar, estes espaços estão espalhados por outras dinâmicas que demarcam possibilidades de socialização e delimitam significados de masculinidade, indo além da materialidade da performance, mas também alcançando uma relação com o próprio corpo e com os signos que este possui de relação com as masculinidades, como os pêlos:

Arthur: eu acho que a definição que se tem do homem está muito atrelado a heterossexualidade, então acho que quando eu passei ele pela puberdade, eu lembro que eu rejeitei muitas características masculinas minhas.

Pergunta: Quais?

Arthur: Por exemplo, pêlos crescendo no corpo, eu lembro que foi uma coisa assim que eu não queria de forma alguma. Hoje em dia sou super tranquilo, mas porque a referência que eu tinha era os meninos héteros

da minha escola, eles não tinham nada a ver comigo. Não eram pessoas que eu gostava. Eram pessoas que praticavam bullying comigo. Então, eu rejeitava, eu falava: “Não sou que nem eles”. Eu era amigo das meninas.

Chegando à vida adulta, a leitura que os entrevistados farão sobre masculinidade ganha outras camadas, baseadas em uma espectralidade de gênero que analisaremos a seguir.

### **Ato dois: Vida adulta**

No documentário *Bichas*, Marlon Parente (2016) apresenta, em uma obra audiovisual, as vivências de seis jovens adultos da Região Metropolitana do Recife. Em seus relatos, esses indivíduos, homens gays, narram episódios de violência vividos em decorrência das suas sexualidades desviantes, mas também de empoderamento. Na obra, os sujeitos retratados apresentam-se como “bichas”, homens gays afeminados que não têm pudor de esconder a sua afetação. No nosso campo de pesquisa, os processos de opressão e exclusão relatados pelos entrevistados durante as suas infâncias e adolescências ocasionam na tentativa desses sujeitos de distanciar-se, durante a vida adulta, do que significa ser homem normativamente. Neste contexto, é importante destacar que os entrevistados não estão considerando a si mesmos em algum espectro das transgeneridades, incluindo a não binariedade, mas dizendo que as suas auto afirmações enquanto homens não fazem parte da mesma lógica heterossexual. Beto, assim como afirmaram outros entrevistados, incluindo Arthur, diz sentir a necessidade de afastamento de “coisas masculinas” em diferentes contextos da sua vida. Estas “coisas masculinas” são aquelas que já foram debatidas anteriormente: virilidade na voz, macheza no corpo e domínio sobre as mulheres e sobre outros homens.

Beto: E crescer com isso, sabendo que eu não conseguiria chegar nesse ponto, mas ele tava sendo imposto e eu tentava o máximo possível me adaptar a ele, fez com que depois que eu chegasse na vida adulta e entendesse que eu não precisava chegar nesse padrão, eu tivesse uma

relação de rejeição com o “ser homem” e com aspecto de coisas masculinas. Então eu passei a tentar me distanciar de coisas masculinas em vários aspectos da minha vida.

Arthur: eu acho que eu acho que a definição que se tem do homem está muito atrelado a heterossexualidade, então acho que quando eu passei ele pela puberdade, eu lembro que eu rejeitei muitas características masculinas minhas.

Arthur reconhece que a forma como definimos socialmente aquilo que se qualifica como “homem” é indissociável de uma leitura da heterossexualidade como sistema político. Reconhecer a heterossexualidade como sistema político quer dizer encará-la como um regime de produção de subjetividade baseado em ações concretas na vida material dos sujeitos, como a divisão sexual do trabalho, a regulação estatal do casamento e da família e o controle institucional da reprodução; os benefícios trabalhistas atrelados ao casamento heterossexual e o desigual acesso a crédito e herança em arranjos familiares não heterossexuais, para citar alguns exemplos. No livro *O pensamento hétero*, a pensadora feminista francesa Monique Wittig estabelece uma relação entre política e sexualidade quando afirma que “Lésbicas não são mulheres” (Wittig, 2022, p. 67). Na década de 1980, época do lançamento original do texto, esta afirmação causou um rebuliço no feminismo francês. O argumento de Wittig era ousado, mas simples: se as lésbicas não participam do sistema de trabalho doméstico e reprodutivo heterossexual, elas não são mulheres. Com isso, a francesa está afirmando que a sexualidade está indissociavelmente conectada a uma distribuição do trabalho baseada em dois únicos gêneros, opostos e necessariamente complementares.

Ao analisar a heterossexualidade sem considerá-la como um sistema político, corremos o risco de tomá-la como natural, neutra e universal. As entrevistas demonstram como o caráter histórico da heterossexualidade está construído em ligação direta à compreensão normativa de masculinidade. Para Wittig (2022, p. 59), “Os discursos que oprimem particularmente a todos nós, lésbicas, mulheres e homens homossexu-

ais, são os que pressupõem que o fundamento da sociedade, qualquer sociedade é a heterossexualidade”. Ao passo em que Wittig irá convidar gays e lésbicas a rejeitarem as categorias “homem” e “mulher”, os nossos entrevistados irão recuperar em suas falas elementos semelhantes àqueles propostos pela pensadora francesa para rejeitar a heteronormatividade da identidade “homem”, afirmando a sua orientação sexual enquanto identidade de gênero:

Anderson: Mas eu não sinto uma necessidade de me afirmar enquanto homem. É como se eu utilizasse a orientação sexual quase como uma identidade de gênero, sabe? “Ah, eu sou gay, ah, eu sou um viadinho”, porque parece que a masculinidade tá relacionada à heterossexualidade, na minha cabeça, apesar de eu saber que são coisas distintas.

No limite, assim como Wittig, Anderson não está afirmando reconhecer-se em alguma posição de não binaridade de gênero, mas analisando como a sua sexualidade torna turva a leitura estritamente binária do que significa ser homem. Em outras palavras, ser homossexual traz tantos problemas para a categoria “homem”, por esta última ser profundamente alicerçada na heterossexualidade, que é mais fácil denotar, de imediato, que o tipo de homem a que esses indivíduos se referem ao descreverem a si mesmos, é um homem do tipo “gay”, ou “viadinho”. Ainda assim, os indivíduos entrevistados não têm dúvida sobre serem homens, mesmo que o façam de forma diferente. No caso de João, que por alguns anos exerceu a profissão de *drag queen*, há um processo de reflexão sobre reafirmação da masculinidade. Quando abandonou a carreira *drag*, João conta que precisou se:

João: masculinizar novamente, pra me afirmar enquanto homem cis. Então, eu parei de usar maquiagem, parei de usar roupas femininas, parei de fazer várias coisas. Eu tinha vergonha de usar cropped, eu tinha vergonha de usar short curto, eu tinha vergonha de várias coisas. Eu retomei aquela vergonha que eu tinha lá no começo e tive que retomar ela novamente. E aí, quando eu entendi que a minha masculinidade tava muito mais dentro de mim do que na maneira que eu me

visto, foi aí que eu fui quebrando novamente o medo de, enfim, usar maquiagem, usar um cropped, um short curto, uma calcinha.

Uma nuance interessante das entrevistas, notada especialmente no caso de João, é que elas revelam a masculinidade como um significante que “desliza”, como um espectro que é acionado para alcançar propósitos específicos. Como algo que não está garantido pelo cumprimento de uma lista como aquela feita por Preciado (2018), mas como uma disputa de sentidos, em que em um dado momento os indivíduos irão se afirmar enquanto homens que usam maquiagem, *cropped*, short e calcinha, ou passarão processos de masculinização novamente, o que significa agregar novamente em suas práticas concretas de gênero elementos hegemônicos das masculinidades. Seja com a família, com os colegas de trabalho ou com desconhecidos, ser homem é uma prática modulada para adaptação ao contexto em que o sujeito se encontra, podendo servir muitas vezes para a própria proteção desses indivíduos, mesmo na vida adulta, de uma violência homofóbica:

Ariel: Isso é muito difícil porque eu trabalho com político, então o tempo inteiro eu me vejo num lugar onde ninguém me estimula a isso [ser bicha, livre], ninguém nunca falou nada. Eu trabalho numa empresa que caga [sic] pra isso. Tem um monte de bicha trabalhando lá e não é nem uma empresa brasileira, então eles nem têm essa ideia cristã de trabalho. Ao mesmo tempo, me podam o tempo todo, então é muito complicado porque não necessariamente é um lugar onde eu tô “autorizado” a ser bicha. Eu entro muito num modo [de comportamento] diferente.

Ao reconhecer que pode ser homem de maneiras diferentes no seu trabalho ou em outros ambientes, Ariel rejeita o “ser homem” como categoria natural e imutável. Dessa maneira, não se nasce homem, torna-se o que homem parece ser, a depender da perspectiva de quem se coloca como tal. Simone de Beauvoir, em meio ao turbilhão de acontecimentos do meio do século XX, sacudiu o feminismo ao descrever “mulher” como uma situação e não como condição no livro *O segundo sexo*, lançado

em 1949. A ideia de que não se nasce, apenas torna-se (Beauvoir, 2019) colocou uma trave incontornável sobre a qual os últimos (quase) 80 anos de produção de pesquisa sobre mulheres e, posteriormente, sobre gênero, precisaram encontrar o seu caminho. Leitora assídua de Beauvoir, Judith Butler (2018) considera os gêneros, masculinos ou femininos, como efeitos históricos e não causas naturais. Sendo assim, “Como uma materialidade intencionalmente organizada, o corpo é sempre uma corporificação de possibilidades tanto condicionadas quanto circunscritas por convenções históricas” (Butler, 2018, p. 5).

Para Butler, as circunstâncias situacionais que possibilitam o aparecimento e o reconhecimento de um corpo são chamadas de normas de gênero e diferenciam-se do poder de uma lei. Tais normas operam no “âmbito de práticas sociais sob o padrão comum implícito da normalização” (Butler, 2014, p. 252). Em Butler, a ideia de “tornar-se” ganha um novo nome, sob o seu escopo filosófico: performatividade de gênero. Ao realizar uma leitura conjunta do trabalho de Simone de Beauvoir com o de John L. Austin, a teoria da performatividade formulada por Judith Butler propõe que “O gênero é a estilização repetida do corpo, [...] a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (Butler, 2019, p. 69). Desse modo, no pensamento de Butler, o gênero é aquilo que ganha a aparência de tal, sendo que é a repetição dessa aparência que coloca o gênero como condição compartilhada da vida, inclusive como estatuto normativo. Os entrevistados relatam que, apesar das violências sofridas, encontraram maneiras de viver bem com suas masculinidades desviantes:

Richard: Eu diria que eu estou no momento que eu sou mais bem resolvido com a minha sexualidade. E exatamente com quem eu sou. E isso acho que influenciou bastante até no meu ciclo de amizades. Tipo, até uns três anos atrás, eu tinha poucos amigos LGBT. E, conforme eu fui me aceitando mais, me entendendo melhor nessa sigla, eu fui sendo mais feliz. Fui fazendo cada vez mais amizade e hoje, eu quase não tenho amigo hétero.

Pedro: na casa dos meus pais tinha que esconder todas essas coisas, não podia dar nenhum receio. Então, hoje eu tô sendo 100% resolvido, sei quem eu sou e sei que eu ainda estou me descobrindo muito mais

O processo das entrevistas revelou que existem dois pontos principais de inflexão para a mudança de postura dos sujeitos entrevistados em relação às suas masculinidades: ciclos de amizade e independência financeira. O primeiro oferece uma rede de apoio mútuo sobre a qual estes indivíduos podem encontrar políticas de cuidado anteriormente negadas no âmbito familiar, como acolhimento emocional diante de rejeição familiar, mediação de conflitos com família ou trabalho e cuidado coletivo em situações de adoecimento físico ou mental, para citar alguns exemplos. Além disso, muitos dos entrevistados vêm de contextos religiosos conservadores, o que agravou ainda mais o seu convívio familiar. Isso não significa negar que a comunidade LGBTQIAPN+ também reproduz racismo, violência de classe, gordofobia, ou outras violências, mas que os sujeitos entrevistados encontraram, na própria comunidade sexodiversa, a chance de produzir de espaços seguros de convivência. Já a independência financeira, dá as chances materiais da construção de uma vida fora, ou até longe, dos contextos familiares citados anteriormente. Os entrevistados citam a chance de entrar na faculdade, construir uma carreira e assim ganhar independência como um ponto distintivo para a vivência digna das suas masculinidades desviantes.

### **Ato três: Velhice**

Nenhum dos homens entrevistados ainda chegou à velhice; o mais velho deles tem 47 anos. O que iremos analisar nesta seção não é, portanto, como estes indivíduos falam sobre as suas dinâmicas de masculinidade na terceira idade, até porque isso seria impossível, mas como esses sujeitos supõem como deverá ser esta fase das suas vidas em termos de sexualidade e masculinidade, considerando toda a bagagem de acontecimentos que se sucederam entre suas infâncias, adolescências e vida adulta. Um

dados interessantes sobre a forma como os sujeitos da pesquisa constroem hipóteses sobre como deverá ser a sua terceira idade é que eles supõem que ela colocará um “prazo de validade” para os encontros e desejos sexuais de outras pessoas em direção a esses mesmos entrevistados:

Arthur: Mas eu acredito que ela deva acabar em algum momento, no sentido de que vou ficar velho. As pessoas vão perder o interesse.

Raphael: Vai chegar uma hora em que eu não vou mais ser bonito suficiente, que eu não vou mais ter idade suficiente, que eu já vou ser mais coroa e, conseqüentemente, não vai rolar mais.

Arthur, que à época da entrevista possuía 26 anos, e Raphael, que possuía 25, fazem o diagnóstico de que quando a velhice chegar, não serão mais bonitos nem jovens o suficiente para que haja procura sexual por eles. As falas retomam, em certa medida, o que já debatemos acerca da heterossexualidade enquanto sistema político, desta vez articulada ao etarismo. Este conjunto de fenômenos produz regimes específicos de valor também no interior das sociabilidades LGBT, neste caso entre homens gays. Tanto Arthur quanto Raphael associam a possibilidade de desejo, afeto e vivência da sexualidade a uma variável estética e etária que seria inevitavelmente perecível. Nesse sentido, os entrevistados revelam a ideia de que a velhice implicaria, inevitavelmente, em uma perda automática do interesse sexual que outras pessoas possam ter neles. A lógica contida em ambos os relatos é a de que há um certo privilégio ocupado pelos corpos jovens, produtivos e desejáveis, convertendo a juventude dos sujeitos em requisito primordial para uma vivência afetiva e sexual plena. Ao anteciparem o “fim” da vida útil das suas sexualidades com o envelhecimento, os entrevistados evidenciam como normas de gênero e sexualidade operam como tecnologias de subjetivação.

Herbertt: Vamos lá, primeiro, todo mundo envelhece, né? Uma hora você piscar, você tá que nem a Elizabeth Sparkle e quer ser uma Sue da vida. [...] Infelizmente, infelizmente, eu não sou uma pessoa burra, porque eu queria ser um pouquinho burro, desculpa [risos], pra pensar: “Ai, gente, meu corpo vai ser assim o resto da vida, eu vou continuar assim”.

A fala de Herbertt possui tanto elementos de consciência crítica, quanto de angústia diante da ideia de uma perda de atração pelo seu corpo, inevitável frente ao envelhecimento. Ao reconhecer que “todo mundo envelhece”, Herbertt rompe momentaneamente com a fantasia da excepcionalidade, mas imediatamente reinscreve novamente o envelhecimento como perda ao falar que “queria ser um pouquinho burro”, ou seja, inocente, em relação às demandas de beleza e juventude. Herbertt faz ainda uma referência ao filme *A substância* (2024), cujo enredo concentra-se em Elizabeth Sparkle, uma atriz outrora bem sucedida, mas agora largada ao ostracismo devido à chegada da velhice. O filme referenciado por Herbertt mobiliza uma ideia de substituição simbólica do corpo, segundo a qual a juventude é apresentada como um ideal incessantemente renovável, enquanto a velhice, inadequada.

Em seu estudo sobre imagens da velhice homossexual no Brasil, Fábio Ronaldo da Silva (2023, p. 490) afirma que o debate sobre este tema não pode estar reduzido à idade cronológica, mas é necessário prestar atenção às “questões sociais, econômicas e históricas” por meio das quais essa categoria se diferencia, com vistas de compreender como esse fenômeno “ganha contornos próprios em dado momento histórico, tornando-se um ‘problema social’”. O pesquisador Fábio Henrique Lopes (2023) coaduna com essa perspectiva, ao estudar como reportagens feitas pela imprensa independente gay criaram uma noção de “boa homossexualidade”, aqui pertencente a um padrão de juventude, corpo e masculinidade específicas, reiterando a norma heterossexual.

O culto à juventude e o consequente temor pela velhice relacionam-se com uma noção de produtividade erótico-econômica (Mieli, 2023) que se vê ameaçada ante o envelhecimento populacional. No contexto capitalista, o trabalho não é meramente um meio de subsistência ou a forma como as pessoas interagem com a natureza para garantir as formas de manutenção da vida, mas a base do valor social de um indivíduo. Aos olhos do capital, quando alguém envelhece e se torna “improdutivo”, ou, na verdade, contraprodutivo, esta pessoa perde o seu principal vínculo

social e, em consequência, a sua importância é diminuída. Mario Mieli (2023), grande ativista comunista italiano, fazia uma leitura radical da produtividade no capital ao considerar que o trabalhador possui uma dimensão erótica incontornável, cuja sublimação é indispensável para a estrutura econômica da sociedade. Isso porque o autor sustenta a ideia de que o poder não age só por proibição, mas por internalização, fazendo com que os sujeitos recalquem seus desejos, o que ocasiona em uma administração do corpo com expectativas de produtividade, exatamente o mecanismo que aparece quando os entrevistados projetam o “fim” de sua vida desejável.

é de todo modo errado considerar apenas como ‘superestrutural’ a temática sexual, tendo em vista que o próprio trabalho e, em consequência, toda a estrutura econômica da sociedade dependem da sublimação do Eros. Na base da economia está a sexualidade: Eros é infraestrutura. (Mieli, 2023, p. 25)

A partir de uma leitura de *Por um comunismo transexual*, livro no qual Mieli (2023) aborda os fenômenos aqui discutidos como estrutura capitalista e sublimação do desejo, analisamos as falas dos entrevistados não como desvios pontuais, mas efeitos estruturais do que Mieli identifica como a “norma heterossexual” articulada ao capitalismo. Para Mieli, o desejo é mutilado pela “educação” e reorganizado segundo critérios de utilidade, de modo que corpos passam a ser tornados consumíveis, inclusive no interior das sociabilidades homossexuais. A incorporação da lógica do mercado transforma a sexualidade dissidente em mercadoria tolerada, produzindo figuras de gays aceitáveis, aqueles jovens, masculinizados e desejáveis, e relegando ao descarte aqueles corpos que envelhecem, perdem valor erótico ou deixam de performar adequadamente a norma. Mieli nos oferece uma chave radical para entender que o medo da velhice, a centralidade da juventude e a economia do desejo não são questões individuais ou geracionais, mas expressões de um regime político-sexual que organiza quem pode ser desejado legitimamente.

Embora as falas sobre a velhice tenham aparecido em menor número do que aquelas sobre outras fases da vida, elas demonstram como os indivíduos entrevistados encaram o processo de envelhecimento de modo negativo. Preocupações sobre corpo, beleza, desejo, sobre afetividade e sexo vieram à tona o que, em nossa análise figura a centralidade destes temas nas vidas dos sujeitos entrevistados, e como estas questões são projetadas negativamente para o futuro. Na entrevista de Davi, uma outra perspectiva veio à tona: a da curiosidade sobre o que esta fase da vida trará. A fala de Davi se diferencia das demais por não tratar o envelhecimento como um destino já conhecido, mas como algo a ser experimentado e descoberto:

Davi: Vai ser curiosa a velhice da minha geração, sei lá, a gente não vê tantas pessoas de 80 anos em baladas gays ou baladas, porque é uma cultura de pessoas que estão na sua adolescência, na sua juventude, muito mais dentro do armário, mas a nossa velhice quando chegar a quantidade de bichas de 80 anos, vai ter muito mais uma profusão de lugares de espaços que a gente vai ter, que a gente vai viver.

A narrativa de Davi desloca o foco do nível individual para uma curiosidade genuína que ele possui acerca de um fenômeno histórico e geracional, abrindo uma brecha de imaginação política. Ao observar a ausência de pessoas idosas em baladas gays, ele identifica estes espaços de sociabilidade como relativamente recentes, o que não necessariamente é verdade, mas reconhece a ausência de pessoas mais velhas nestes lugares, associando estas ausências a possíveis trajetórias marcadas por repressão. Diferentemente das falas de Arthur, Raphael e Herbertt, Davi não naturaliza essa ausência como destino, mas a interpreta como resultado de um momento histórico específico. Sua aposta em uma “profusão de lugares e espaços” sugere a sua esperança na possibilidade de reconfiguração das normas do desejo e da convivência, deslocando o envelhecimento do momento em que a produtividade se perde para uma fase de possibilidades. Ainda assim, essa projeção feita por Davi revela o quanto o reconhecimento social segue atrelado a espaços específicos de consumo

e sociabilidade, já que a imaginação de futuro permanece tensionada por estruturas materiais existentes. O que aparece na fala de Davi não é o medo do desaparecimento, mas a expectativa de um futuro que ainda não foi vivido, e que pode tensionar os limites atuais entre juventude, desejo e pertencimento.

### **Considerações finais**

Na primeira parte do artigo, relembando suas infâncias e adolescências, percebemos que “ser homem” não é um ideal figurativo ou imaginativo, mas uma prática cotidiana baseada em ações concretas, que delimitam o uso de maneirismos entre os sujeitos masculinos, e tomam como princípio a sublimação de sentimentos. Figuras próximas às dos sujeitos entrevistados, notadamente seus pais e colegas, funcionam como fiscais de gênero, cuja tarefa é relembra-los a esses meninos como devem agir de modo a transparecer as suas verdadeiras masculinidades e dirimindo as dúvidas ou dubiedades em torno dessa categoria.

Durante a segunda parte, a análise da vida adulta mostra que as experiências de violência e exclusão vividas na infância e na adolescência levam muitos homens gays a reconfigurarem sua relação com a masculinidade, passando a rejeitar padrões normativos associados à virilidade, à heterossexualidade e ao domínio. Na vida adulta, a masculinidade aparece como algo não garantido e negociável, sendo acionada de formas distintas conforme os contextos sociais, profissionais e familiares, funcionando tanto como expressão de si quanto como estratégia de proteção. As narrativas revelam que ser homem não é vivido como uma condição fixa, mas como uma prática modulada, atravessada pela sexualidade, pela performatividade e pelas expectativas sociais, permitindo deslocamentos e rupturas ao longo do tempo. Os entrevistados relatam processos de maior aceitação e bem-estar, associados sobretudo à construção de redes de amizade, ao apoio comunitário e à conquista de independência

financeira, fatores que possibilitam formas mais autônomas e afirmativas de viver masculinidades dissidentes na vida adulta.

Na última parte, as entrevistas indicam que, embora nenhum dos entrevistados tenha alcançado a velhice, suas projeções sobre essa fase são marcadas majoritariamente por expectativas negativas, nas quais o envelhecimento aparece como um “prazo de validade” para o desejo, a atratividade e a vida sexual. As falas revelam a internalização de normas etárias e estéticas que associam juventude, beleza e masculinidade ao valor erótico, fazendo com que o envelhecimento seja antecipado como perda inevitável de reconhecimento afetivo e sexual. O medo da velhice é interpretado por nós como resultado da sublimação do desejo e da administração do corpo segundo expectativas de produtividade erótico-econômica.

Neste artigo, pudemos analisar as masculinidades por um ponto de partida diferente daquele utilizado por Preciado (2018) em sua lista de códigos semiótico-técnicos da masculinidade. As entrevistas nos revelam que as práticas de masculinidade manifestam-se como “espectros”. Na Física, “espectro” é o termo utilizado para criar uma representação da intensidade ou da energia de componentes ondulatórios (como é o caso das ondas de luz), como forma de descrever as suas frequências ou comprimentos de onda. As masculinidades dos nossos entrevistados não funcionam como listas, já que a ideia de concluir, sem sombra de erros, uma série de atributos arbitrários do masculino, não foi algo alcançável para esses sujeitos. Em vez disso, a masculinidade aparece aqui como um significante móvel, algo que pode ser acionado de diferentes maneiras práticas para atingir objetivos específicos.

Para a Física, a luz branca não representa a ausência de cor, mas a composição de múltiplos comprimentos de onda que, quando dispersos, revelam um espectro contínuo. De modo semelhante, o que compreendemos como masculinidade (Connell, 2005), não é um ponto zero, mas o resultado de uma combinação específica de práticas concretas, como gestos, maneirismos, entonações vocais, práticas culturais, práticas de so-

ciabilidade, entre outros componentes que se tornam invisíveis por serem hegemônicos através de um processo de ascensão social. Assim como o espectro luminoso não se organiza em cores únicas, mas em transições graduais, propomos, através da análise das entrevistas coletadas, que as masculinidades não se distribuem em categorias fixas, mas em variações contínuas, moduladas pelo contexto, mas sobretudo pela própria agência e consciência dos sujeitos no uso desses elementos.

## Notas

Clique sobre o número para retornar ao texto

1. Estudante de Doutorado em Comunicação, UFPE. Bolsista da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE). E-mail para contato: mateusmeloalb@gmail.com.

2. Rede global que trabalha para engajar homens e meninos na luta por igualdade de gênero, direitos humanos e justiça social. Site oficial: <<https://menengage.org/>>. Acesso em 29 dez. 2025.

## Referências

- ARCHETTI, Eduardo P. *Masculinidades: fútbol, polo y tango en la Argentina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Deldragón, 2016.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: A experiência vivida*. Rio de Janeiro: Fronteira, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.
- BRITO, Leonardo. Da masculinidade hegemônica à masculinidade queer/cuir/kuir: disputas no esporte. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 1-14, mai/ago, 2021.
- BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 42, n. 1, p. 249-274, jan/jun, 2014.
- BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. *Chão da Feira: Caderno de Leituras*, n. 78, p. 1-16, jun, 2018.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CONNELL, Rawyn. *Gender and power*. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- CONNELL, Raewyn. *Masculinities*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2005.
- FONTES, Baruc Correia. A entrevista biográfica na sociologia. *Revista Sociais e Humanas*, v. 32, n. 3, p. 83-97, 2019.
- LOPES, Fábio Henrique. “Masculinidades homossexuais afeminadas: hierarquias e virilização do(s) masculino(s) no Brasil, décadas de 1970 e 1980”. In: *Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil*. São Paulo: Elefante, 2023. cap. 23. p. 555-574.
- MATTHEWS, Christopher R.; CHANNON, Alex. The ‘male preserve’ thesis, sporting culture, and men’s power. In: *Routledge International Handbook of Masculinity Studies*. New York: Routledge, 2020. cap. 36. p. 373-383.

MIELI, Mario. *Por um comunismo transexual*. São Paulo: Boitempo: 2023.

PARENTE, Marlon. *Bichas, o documentário*. YouTube, 20 fev. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0cik7j-0cVU>. Acesso em: 26 dez. 2025.

PRECIADO, Paul B. *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SILVA, Fábio Ronaldo da. Velhices gays nas publicações homoeróticas brasileiras (1978-2013). In: *Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil*. São Paulo: Elefante, 2023. cap. 20. p. 489-512.

WITTIG, Monique. *O pensamento heterossexual*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.



# Masculinidades en disputa: afectividades, mandatos y salud mental en la modernidad tardía

MARÍA GABRIELA CÓRDOBA<sup>1</sup>

## La Modernidad Tardía: Incertidumbre y Desafío a la Identidad

La modernidad tardía, término acuñado por Anthony Giddens (1995), describe un período social caracterizado por la reflexividad institucional, la aceleración tecnológica y la glocalización (interconexión de lo global y lo local) que desdibujan los marcos estables de sentido. En este escenario, las estructuras sociales tradicionales se disuelven, cediendo paso a una incertidumbre profunda. Las certezas que sostenían las identidades colectivas se fragmentan, generando una presión inédita sobre el individuo en lo atinente a producir sentido de sí. En este escenario, la seguridad ontológica<sup>2</sup> (Giddens, 2007) se vuelve frágil y la subjetividad se ve forzada a sostenerse sin apoyos simbólicos sólidos.

Las investigaciones predominantes sobre modernidad tardía y globalización niegan o invisibilizan que este proceso ocurre en un terreno estructurado por relaciones de género (Baker, 1999). El enfoque de género, clave para analizar las formas de poder y desigualdad entre los

sexos, permite ver el impacto diferencial en varones y mujeres, que se explica por las posiciones estructurales que cada grupo ocupa dentro de la división sexual del trabajo y por las relaciones de poder que atraviesan la sociedad. Desde esta perspectiva, diversas autoras (Amorós, 2004; Valdivieso, 2009; Benería, 2018) coinciden en que el proceso globalizador sigue obedeciendo a una lógica androcéntrica, que induce a pensar, sentir y funcionar en clave típicamente masculina, aunque actualizado bajo los términos del neoliberalismo, redefiniendo las formas contemporáneas del patriarcado en clave global. Como advierte Amorós (2004), la universalidad moderna fue un proyecto androcéntrico que convirtió la experiencia viril en parámetro de lo humano. En la modernidad tardía, ese modelo no desaparece, sino que se reconfigura bajo la racionalidad neoliberal, donde la competencia, la productividad y el autocontrol se presentan como virtudes deseables tanto para hombres como para mujeres. Sin embargo, en los varones —socializados para sostener su identidad en la eficacia, el dominio y la autosuficiencia— la exigencia de rendimiento permanente refuerza los mandatos viriles y aumenta el costo subjetivo.

El neoliberalismo no solo reorganiza la economía, también redefine las emociones legítimas. Impone una gramática afectiva basada en la competencia, la autoexplotación y la resiliencia. En los varones, esto se traduce en la actualización del ideal del *self-made man*: un sujeto que se basta a sí mismo y cuyo valor se mide por su rendimiento. Este modelo genera precariedad emocional: vínculos inestables, temor a la dependencia y dificultad para sostener relaciones empáticas. La fragilidad de los lazos y la sobrecarga del yo producen soledad estructural, un cansancio de tener que “*poder con todo*” y una imposibilidad de mostrarse necesitados. La masculinidad neoliberal se presenta así como una forma de subjetivación donde el sufrimiento se privatiza y se niega.

## El Problema de los Mandatos Hegemónicos y la Salud Mental

Históricamente, la masculinidad se ha anudado a la promesa de control, autosuficiencia emocional y la negación de la vulnerabilidad (Baudinier, 1993). Estos mandatos, que definen la masculinidad hegemónica (Connell, 1995), colisionan de forma crítica con la incertidumbre estructural de la modernidad tardía. Mientras el entorno exige flexibilidad y adaptabilidad, el ideal viril demanda rigidez. Esta tensión crónica repercute fuertemente en la salud mental de los varones, generando un costo subjetivo que se manifiesta en la represión afectiva, el empobrecimiento vincular y, en última instancia, en síntomas psicossomáticos o desbordes emocionales.

En contextos donde los varones son socializados para evitar la dependencia afectiva y donde los vínculos tienden a ser funcionales o instrumentales, se vuelve aún más compleja la posibilidad de sostener rutinas afectivas que aporten sentido y continuidad al Yo. Esta carencia puede derivar en formas de sufrimiento psíquico que muchas veces no se manifiestan como malestar consciente, sino que se expresan a través del aislamiento, el consumo problemático de sustancias, prácticas auto-destructivas o bien mediante conductas violentas hacia otras personas.

Retamal (2006) sostiene que la inseguridad se convierte en un dato estructural de la modernidad tardía. Para los varones, acostumbrados a ser garantes de estabilidad, este entorno produce impotencia y sufrimiento silenciado. El estrés, la depresión y las somatizaciones aparecen como modos de padecer una precariedad emocional que no encuentran palabras en su universo simbólico. La hegemonía viril, entonces, se ve tensionada por un doble movimiento: el derrumbe de los soportes tradicionales y la persistencia del mandato de control.

La represión afectiva opera como dispositivo central de la hegemonía. Como plantea Bourdieu (1991), las estructuras sociales se inscriben en los cuerpos a través del habitus: esquemas de percepción, emoción y acción que se naturalizan. Los varones aprenden a “sentir poco” como forma

de mantener el orden simbólico. La autonomía emocional —aparente virtud masculina— se transforma en aislamiento, y la imposibilidad de pedir ayuda se convierte en un riesgo para la salud mental y la calidad de los vínculos.

La represión emocional, lejos de ser un problema individual, constituye un efecto estructural de la economía política de los afectos. En contextos de precariedad, la sensibilidad se vuelve un lujo y el cuidado, una tarea delegada. Esta privatización del malestar produce un círculo vicioso: cuanto más se exige fortaleza, mayor es la vulnerabilidad psíquica. Los varones viven una disonancia entre los valores igualitarios emergentes y los antiguos privilegios internalizados. Esta tensión genera culpa, desconcierto y resistencias defensivas que se expresan en nuevas formas de sufrimiento masculino: ansiedad, desborde emocional, violencia y desconexión afectiva.

### **Objetivos de la Investigación**

El presente trabajo tiene como objetivo principal analizar el impacto de las representaciones sociales de la masculinidad en la subjetividad de varones de 25 a 45 años, explorando sus prácticas afectivas y el modo en que el tono emocional se configura bajo la presión hegemónica. Los objetivos específicos son:

- Explorar las representaciones sociales sobre la masculinidad que circulan en el contexto de estudio (San Miguel de Tucumán, Argentina).
- Establecer la influencia de la masculinidad hegemónica en la configuración del tono afectivo de los varones.
- Describir el comportamiento, las actitudes y prácticas sociales vinculadas a los afectos y la expresión emocional de los varones.

## **Marco teórico**

### **Representaciones Sociales y Configuración del Sujeto Masculino**

El estudio se fundamenta en la Teoría de las Representaciones Sociales (Abric, 1994), que permite comprender la realidad como un sistema de conocimientos socialmente elaborados. Estas representaciones no solo describen el mundo sino que prescriben el comportamiento y delimitan los modos permitidos de sentir. En el caso de la masculinidad, actúan como guiones performativos que delimitan qué emociones son legítimas. Los varones no solo aprenden qué hacer, sino también qué no sentir. Goffman (1987) contribuye a este enfoque mostrando que la vida cotidiana es una escena donde los sujetos “actúan” roles según normas de presentación del yo. En la performance masculina, la emoción se gestiona como un riesgo: mostrar tristeza o ternura amenaza la credibilidad del rol viril. Así, la vida emocional se vuelve un campo minado por la vigilancia de los pares y el miedo a la sanción.

Judith Butler (2002) concibe el género como una serie reiterada de actos performativos que producen la ilusión de una identidad estable. La virilidad no es una esencia, sino un efecto de esas repeticiones. Cada acto de autocontrol, cada gesto de dureza o indiferencia, reactualiza la norma. Este disciplinamiento emocional no es solo interno: la burla, la injuria y la homofobia funcionan como mecanismos de control colectivo, reforzando la coherencia del orden viril. Este dispositivo de control fuerza al varón a mantener la compostura emocional y a rechazar cualquier expresión asociada a lo “femenino” o “débil”.

### **Aportes de la Epistemología Feminista**

La epistemología feminista (Scott, 1996; Segato, 2018) permite descentrar el punto de vista masculino como medida universal. Proporciona una herramienta crítica indispensable para deconstruir los sesgos androcéntricos que han dominado históricamente los estudios sobre

el varón. Interrogar quién produce el conocimiento sobre los varones y desde qué lugar es una operación política. Al cuestionar no solo qué se investiga, sino también quién produce el conocimiento y cómo se valida, se posibilita una mirada que trasciende el binarismo rígido y reconoce la diversidad y las jerarquías intragénero, visibilizando los costos que el sistema patriarcal impone a los propios varones.

Segato (2023) sostiene que el patriarcado contemporáneo ya no se sostiene únicamente en la dominación directa, sino en la interiorización del mandato de rendimiento, que captura la subjetividad desde adentro. La masculinidad neoliberal aparece entonces como una autogestión de sí mismo como empresa, donde la afectividad queda subordinada a la productividad.

## **Metodología**

Se adoptó un enfoque cualitativo con un diseño exploratorio-descriptivo, apropiado para la inmersión profunda en la complejidad de las subjetividades y la reconstrucción de significados sociales.

La recolección de datos se realizó mediante encuestas cualitativas y entrevistas en profundidad a varones de entre 25 y 45 años. El contexto de estudio fue San Miguel de Tucumán, Argentina, una provincia con estructuras sociales que, si bien están inmersas en la modernidad tardía global, conservan importantes trazas de tradicionalismo en sus expectativas de género. Los participantes fueron seleccionados buscando una diversidad de niveles educativos y sectores socioeconómicos. Ello con el fin de explorar sus experiencias, creencias y percepciones sobre la masculinidad y el mundo afectivo, teniendo también en cuenta las interacciones en torno a los mandatos de género y su relación con la emocionalidad.

El material discursivo obtenido se sometió a un riguroso análisis de contenido para identificar núcleos temáticos, representaciones sociales dominantes y emergentes, y la configuración del tono afectivo. Se destaca un aspecto descriptivo, que permitió reconstruir inductivamente catego-

rías generales socialmente compartidas mediante comparaciones de los contenidos particulares revelados por los varones participantes. También fue posible determinar un aspecto relacional para captar los lazos entre la representación social y los factores psicológicos y cognitivos, generando de este modo modelos comprensivos.

La adopción de un enfoque hermenéutico y crítico permitió articular los aspectos esenciales de los resultados en torno a la relación entre la masculinidad social internalizada y los modos afectivos que ponen en juego varones adultos tucumanos, así como interpretar su impacto en el desarrollo afectivo de los varones. La triangulación de fuentes garantizó la validez y confiabilidad de los hallazgos, favoreciendo el avance del conocimiento en el campo de los estudios de género y masculinidades.

## **Principales hallazgos**

### **Las Representaciones Dominantes: El Ideal Viril como Guion Prescriptivo**

El análisis reveló la persistencia de un conjunto de representaciones sociales dominantes que definen el ideal viril: ser proveedor/trabajador incansable, protector, fuerte e invulnerable, y sexualmente activo. Estos modelos no son meramente descriptivos, sino que ejercen una presión normativa extrema, orientando decisiones vitales (laborales, familiares) y delimitando la vida emocional de los varones.

Las prácticas derivadas de este ideal —la exaltación del riesgo, la omnipotencia, la negación del cuidado propio y ajeno, y la competencia como valor supremo— funcionan como dispositivos de legitimación (Bourdieu, 2000) que garantizan el mantenimiento del poder simbólico masculino. Sin embargo, también actúan como factores de riesgo para la salud física, psíquica y vincular. A menudo, esto implica reprimir emociones por temor al juicio, o priorizar el éxito profesional por sobre la vida afectiva.

## **El Tono Emocional Hegemónico: La Contención como Estrategia Identitaria**

El tono emocional masculino, el clima afectivo que regula las emociones permitidas y censuradas, está marcado por la rigidez, la contención y el distanciamiento afectivo. No se trata de la ausencia de sentimientos, sino de un silenciamiento forzado que se aprende y se refuerza socialmente para encarnar las expectativas del ideal viril dominante.

Los varones tucumanos tienden a interiorizar este tono emocional hegemónico en múltiples planos de su vida cotidiana: en cuerpos tensos y contenidos, en la necesidad constante de validación por parte de sus pares, en el rechazo a toda expresión asociada a lo femenino, en la actividad compulsiva como estrategia de desconexión emocional, y en la continua reafirmación de una posición jerárquica como sostén identitario. Esta virilidad, anudada a la autosuficiencia emocional, se aprende y se refuerza mediante formas de disciplinamiento cotidiano, en los que la burla y la injuria cumplen un rol central. La emocionalidad queda relegada al terreno de lo inapropiado, suprimida por una masculinidad que exige silencio ante el dolor, dureza frente al sufrimiento y reserva ante la ternura. Este silenciamiento forzado produce una suerte de empobrecimiento afectivo, erosionando la capacidad de introspección, empatía y registro emocional de los varones. La homofobia, ya sea explícita o encubierta, actúa como dispositivo clave de control, manteniendo a los varones alejados de su propio mundo emocional, reforzando límites estrictos entre lo permitido y lo prohibido. Solo ciertas emociones como la rabia, el orgullo o la competitividad son habilitadas, mientras que otras, como la tristeza, la angustia, el miedo o la ternura, son relegadas a la clandestinidad afectiva.

Se identifican tensiones entre los mandatos tradicionales -que promueven la represión emocional y la autosuficiencia-, y la emergencia de nuevas formas de masculinidad que valoran la expresión de la vulnerabilidad y la búsqueda de apoyo emocional. Se constata que los varones experimentan dificultades para conciliar estas expectativas contradicto-

rias, lo que impacta negativamente en su bienestar psicológico y en sus vínculos interpersonales. No se debe olvidar que esta represión sistemática produce un empobrecimiento afectivo, mermando la capacidad de introspección, empatía y registro emocional. Funciona así como un poderoso dispositivo de control que mantiene a los varones alejados de su mundo emocional, reforzando los límites de lo viril.

### **Costos Subjetivos y Somatización**

Para sostener la imagen del varón autosuficiente, el Yo debe recurrir a mecanismos de supresión afectiva que, si bien preservan la apariencia de control, empobrecen la vida psíquica. Los participantes reflejan esta lógica del “hacer, rendir, producir” propia de la maquinaria neoliberal. Esta exigencia constante los lleva a desconectarse de sus propias señales de malestar, operando con cuerpos tensos y contenidos.

Las emociones no expresadas, al perder su cualidad simbólica, tienden a retornar al cuerpo en forma de síntomas físicos o desbordes fisiológicos, afectando directamente la salud mental. El Yo recurre a mecanismos de supresión afectiva frente a los afectos displacenteros, que, aunque le permite preservar una apariencia de control, empobrece su vida psíquica. El ideal estoico, lejos de ser un signo de fortaleza, opera como una cárcel emocional que también afecta la calidad de los vínculos.

### **Masculinidades en Transición: Fisuras y Nuevos Ensayos**

A pesar de la persistencia de los mandatos, los hallazgos también revelan fisuras, tensiones y ensayos de transformación en las prácticas masculinas. Un sector de los varones entrevistados comienza a cuestionar las exigencias de la virilidad tradicional, reconociendo los altos costos subjetivos de la represión afectiva. Se observa una tensión entre el deseo de apertura y el temor a transgredir el guion oficial. Estos movimientos, aunque frágiles, indican que el ideal hegemónico ha dejado de operar

de forma incuestionada, propiciando la exploración de maneras más flexibles y genuinas de habitar sus cuerpos y vínculos.

Es fundamental considerar que la masculinidad no es monolítica. El estudio pone de relieve la importancia de las jerarquías intragénero y la diversidad de experiencias masculinas, que varían según el nivel educativo, el sector socioeconómico y las trayectorias vitales individuales. Algunos varones se encuentran en una posición de transición, buscando conciliar la necesidad de sostener su estatus social con el deseo de flexibilizar su vida afectiva. Este proceso es complejo y está mediado por miedos persistentes a la burla o a la exclusión social que penaliza la expresión de vulnerabilidad. Estos ensayos de cambio marcan un desplazamiento hacia masculinidades relacionales, donde el valor se redefine en torno a la empatía, el cuidado y la corresponsabilidad.

### **Consideraciones finales y proyecciones**

Los varones construyeron su estabilidad históricamente sobre la autosuficiencia emocional y la subordinación del sentir. La modernidad tardía exige a los varones repensar los pilares sobre los que construyen su identidad. La seguridad ontológica ya no puede sostenerse sobre la amputación afectiva y el silenciamiento del dolor.

Los actos performativos de nombrar los afectos, narrar la propia historia y reconocerse vulnerable tienen un enorme potencial transformador, capaz de dislocar los imperativos viriles tradicionales. Sin embargo, esta transformación requiere de contextos y vínculos que permitan la reapropiación de lo sensible. Tal vez aquí esté la posibilidad de una seguridad ontológica distinta: no la que reprime el dolor, sino la que lo reconoce y lo vuelve sentido, la que emerge en el reconocimiento de la vulnerabilidad y la palabra compartida. La transformación de las masculinidades implica una ética del reconocimiento: reconocer la propia fragilidad, la interdependencia y la responsabilidad afectiva como pilares de la salud

mental. La reapropiación emocional es también una forma de resistencia al capitalismo afectivo y al patriarcado neoliberal (Córdoba, 2024).

Por ello, crear espacios donde los varones puedan narrarse desde sus emociones es fundamental para subvertir las normas que históricamente han encorsetado su subjetividad. No se trata de “enseñar a los varones a sentir”, sino de abrir el espacio para que puedan reapropiarse de su vida afectiva, desandar los mandatos que la restringen y explorar modos más recíprocos y conscientes de habitar los vínculos. Solo así será posible avanzar hacia masculinidades más responsables afectivamente y más comprometidas con la salud mental propia y de los otros.

Este estudio contribuye a visibilizar las complejidades de la experiencia masculina en la modernidad tardía, aportando evidencia empírica sobre el impacto negativo de los mandatos de masculinidad en las prácticas afectivas y la salud mental de los varones en el contexto de Tucumán.

Los resultados subrayan la necesidad urgente de intervenciones y políticas públicas que promuevan la deconstrucción de estereotipos de género; fomenten el desarrollo de masculinidades más saludables y equitativas, que integren iniciativas de paternidad responsable y equidad en el cuidado; generen espacios seguros donde los varones puedan narrarse desde sus emociones sin temor a la exclusión, subvirtiendo las normas que han encorsetado su subjetividad e integren la salud mental masculina en las agendas de género y derechos humanos.

Los estereotipos de autosuficiencia, dominio, fortaleza y control emocional continúan actuando como dispositivos culturales de regulación afectiva. Desmontarlos implica un trabajo de reflexión colectiva que atraviese las instituciones educativas, los medios de comunicación, las políticas laborales y los sistemas de salud mental. Desde la teoría de las representaciones sociales, sabemos que los imaginarios compartidos orientan los modos de actuar y sentir. Intervenir en esos imaginarios supone revisar los discursos públicos y pedagógicos que refuerzan el modelo del varón proveedor, fuerte y racional. Las políticas educativas, por ejemplo, podrían incorporar contenidos sobre masculinidades plurales,

afectividad y ética del cuidado desde la educación inicial, integrando la dimensión emocional como parte de la socialización ciudadana. Asimismo, los medios de comunicación deben ser considerados agentes de subjetivación. La construcción mediática del varón como héroe, líder o consumidor refuerza los guiones de dominación. Las políticas culturales con enfoque de género podrían promover narrativas alternativas que visibilicen otras formas de ser varón: sensibles, cooperativas y solidarias, sin por ello perder agencia ni deseo.

En el campo clínico y comunitario, la deconstrucción de los estereotipos exige formación de profesionales en género y masculinidades, para evitar reproducir lógicas punitivas o moralizantes. Trabajar con varones requiere comprender la complejidad del mandato patriarcal y sus efectos psíquicos, más que culpabilizar o victimizar.

El patriarcado neoliberal ha erosionado el valor social del cuidado, asignándolo históricamente a las mujeres y desvalorizando su dimensión ética y política. Invertir esta lógica supone reconocer el cuidado como eje estructural de la vida social y promover su redistribución entre los géneros. Las masculinidades del cuidado implican la posibilidad de vincular poder y ternura sin que ello suponga pérdida de identidad o estatus. En esta línea, Bourdieu (2000) advertía que el capital simbólico masculino se sostiene en la negación de la dependencia. Romper esa negación es un acto político. Las políticas públicas podrían implementar licencias parentales igualitarias, programas de paternidad corresponsable y espacios de reflexión para padres y varones cuidadores, promoviendo una paternidad sensible y activa.

El fomento del cuidado masculino también requiere políticas laborales que desnaturalicen la sobrecarga productiva. El modelo del trabajador disponible veinticuatro horas por día refuerza la desconexión emocional y la exclusión del ámbito doméstico. La reorganización del tiempo de trabajo, la flexibilización horaria y la promoción de empresas con políticas de conciliación pueden facilitar la participación afectiva y doméstica de los varones.

Asimismo, la represión emocional masculina no se desarticula mediante discursos moralizantes, sino creando espacios de enunciación y reconocimiento. Los varones, históricamente, fueron socializados en el silencio emocional: aprender a nombrar lo que sienten constituye un acto de reappropriación subjetiva. Narrarse desde la emoción permite descomprimir los mandatos y recuperar la intimidad intersubjetiva como fuente de salud mental.

Los grupos de varones — de orientación terapéutica, educativa o comunitaria — ofrecen contextos de seguridad afectiva donde el relato de la propia experiencia rompe con la lógica del aislamiento. Estos espacios pueden funcionar como micropolíticas de transformación, en tanto habilitan la escucha, la empatía y la construcción de una comunidad emocional alternativa. Es crucial, sin embargo, que tales dispositivos estén guiados por profesionales formados en género, para evitar que se conviertan en lugares de mera catarsis o de reafirmación del privilegio. Las experiencias latinoamericanas muestran que cuando los varones se reconocen mutuamente desde la vulnerabilidad, comienzan a erosionar el mandato de dureza y a ensayar vínculos más horizontales. La intervención grupal puede complementarse con acciones artísticas, narrativas o teatrales —siguiendo la lógica goffmaniana de la performance—, que permitan ensayar públicamente otras masculinidades. La escena artística y cultural puede ser un espacio privilegiado para la desnaturalización de los guiones emocionales.

Integrar la salud mental masculina a la agenda de género no implica desviar el foco del feminismo, sino ampliar su alcance emancipador, incluyendo a quienes son también víctimas de los efectos del sistema patriarcal que perpetúan. La incorporación de esta perspectiva requiere diagnósticos diferenciales y dispositivos específicos en los sistemas de salud pública, que consideren la particular forma en que los varones tramitan el malestar: su tendencia al silenciamiento, la consulta tardía o la expresión del sufrimiento a través de síntomas físicos o conductas de riesgo. Formar equipos interdisciplinarios con enfoque de masculinidades

permitiría desarrollar estrategias de prevención, detección y atención que no patologicen la emocionalidad masculina, sino que la comprendan como un proceso social y cultural.

Asimismo, es fundamental vincular la salud mental con los derechos humanos, reconociendo que el bienestar emocional es una forma de justicia social. Las políticas de salud mental con enfoque de género deben promover la equidad en la distribución del cuidado y la expresión emocional como un derecho subjetivo.

Las transformaciones estructurales solo serán posibles si se acompañan de un cambio cultural profundo. La deconstrucción de los mandatos viriles y la incorporación del cuidado como valor universal requieren una ética de la corresponsabilidad afectiva: una ética que reconozca la interdependencia como rasgo constitutivo de la condición humana.

La salud mental de los varones — y por extensión, la salud relacional de nuestras sociedades— depende de que logremos articular políticas, saberes y prácticas que restituyan el derecho a sentir, a cuidar y a ser cuidados, pues no hay emancipación posible sin reconciliación con lo sensible.

## Notas

Clique sobre o número para retornar ao texto

1. Doctora en Humanidades, área psicología. Psicóloga, Docente e Investigadora Universitaria, Fac. de Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Tucumán (UNT), Argentina. Correo: mg.cordoba@filo.unt.edu.ar.

2. Seguridad ontológica, entendida como la confianza básica en la estabilidad del entorno y la coherencia narrativa del Yo.

## Referências

- ABRIC, Jean Claude. *Pratiques sociales et représentations*. Paris: PUF, 1994.
- AMORÓS, Celia. *La gran diferencia y sus pequeñas consecuencias... Para la emancipación de las mujeres*. Madrid: Cátedra, 2004.
- BADINTER, Elizabeth. *XY, la identidad masculina*. Madrid: Alianza Editorial, 1993.
- BAKER, Isabella. Dotar de género a la reforma de la política macroeconómica en la era de la reestructuración y el ajuste global. In: CARRASCO, C. *Mujeres y economía*. Barcelona: Icaria, 1999.
- BENERÍA, Lourdes. Género, desarrollo y globalización. Por una ciencia económica para todas las personas. In: BERIK, FLORO y BENERÍA. *Género, desarrollo y globalización. Una visión desde la economía feminista*. España: Bellaterra edicions, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. *El sentido práctico*. Madrid: Taurus, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. *La dominación masculina*. Madrid: Cátedra, 2000.
- BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan*. Sobre los límites materiales y discursivos del sexo. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- CONNELL, Raewyn. *Masculinities*. California: University of California Press, 1995.
- CÓRDOBA, María Gabriela. *Experiencias emocionales de varones*. Afectos e intimidad en sus vínculos de pareja. Buenos Aires: Entreideas, 2024.
- GIDDENS, Anthony. *La constitución de la sociedad*. Buenos Aires: Amorrortu, 1995.
- GIDDENS, Anthony. *Un mundo desbocado, los efectos de la globalización en nuestras vidas*. Madrid: Taurus, 2007.
- GOFFMAN, Erving. *Gender Advertisements*. New York: Harper Torchbooks, 1987.
- RETAMAL, Christian. La globalización en el contexto de la modernidad tardía. *Revista Observaciones Filosóficas* N°3, 2006.
- SCOTT, Joan. El género: Una categoría útil para el análisis histórico. In: LAMAS, M. (comp.). *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. México: PUEG, 1996.
- SEGATO, Rita. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de sueños, 2018.
- SEGATO, Rita. En torno a una nueva agenda feminista (y por qué el patriarcado se opondrá a ella). In: ARATA, N. [et al.]. *Hablemos de desigualdad* (sin acostumbrarnos a

ella). Ocho diálogos para inquietar al pensamiento progresista. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2023.

VALDIVIESO, Magdalena. *Género y globalización*. Buenos Aires: CLACSO, 2009.



# Necropolítica do silêncio: reflexões sobre transmasculinidades e suicídio

BRUNO LATINI PFEIL<sup>1</sup>

POL IRYO<sup>2</sup>

Este escrito se insere no âmbito do 3º Simpósio Internacional de Estudos Críticos de Feminismos, Gênero, Consumo e Capitalismo. Partimos da articulação entre as pesquisas de dois pesquisadores transmasculinos que se debruçam sobre as temáticas dos estudos de gênero, cujos interesses confluem quando o recorte incide sobre as transmasculinidades, o sofrimento psíquico e o comportamento suicida.

Adentrar o campo do sofrimento psíquico não é uma empreitada isenta de obstáculos, seja por já estarmos inseridos nele, de uma forma ou de outra, seja pelo cenário bio/necropolítico que faz do sofrimento o liame dos inúmeros fios que integram a teia de intersecções na qual invariavelmente nos encontramos. As transmasculinidades se encontram em uma encruzilhada no que diz respeito à (in)visibilidade e à saúde mental quando o assunto é a aplicação efetiva de políticas públicas para a comunidade transmasculina; políticas que impeçam os ciclos de morte que permeiam nossas existências.

Tendo como metodologia a revisão bibliográfica dos estudos aqui referenciados e discutidos, e nos alicerçando em referenciais teóricos dos estudos sobre trans/masculinidades, feminismos e capitalismo, almejamos evidenciar e refletir sobre os dados alarmantes com os quais nos defrontamos ao debruçar-nos no campo do sofrimento psíquico nas transmasculinidades. Tais dados nos mostram que as transmasculinidades, em suas multiplicidades e intersecções, residem em um cenário de precarização, caracterizando-se, nas palavras de Sayak Valencia (2010), como sujeitos deprimidos no capitalismo.

Com o conceito de capitalismo gore, desenvolvido pela autora, pensamos nos sujeitos deprimidos a partir de corpos transmasculinos que refletem, por meio de sua própria experiência, os efeitos da lógica bio/necropolítica de controle e mercantilização da vida. Se, por um lado, essa lógica regulamenta nossos corpos, transformando-os em objetos de consumo, por outro, transforma-os em vidas descartáveis, cujo luto não é passível de ser vivido, como Judith Butler (2019) trará posteriormente.

Em diálogo com Michel Foucault, em especial em *Os Anormais* (Foucault, 2001), obra na qual o autor discute sobre como a modernidade estabeleceu padrões de normalidade baseados em binarismos que se projetam sobretudo nos âmbitos da medicina e do direito, buscamos evidenciar que a invisibilização das transmasculinidades não constitui mero descuido social, mas se caracteriza, por sua vez, como uma forma estruturada de poder. Essa invisibilização estrutural resulta de um processo histórico que delimita quem pode existir legitimamente na esfera pública e simbólica e quem deve permanecer nas margens, nos guetos, nas fronteiras entre o humano e o não-humano.

O que buscamos compreender, aqui, é não o motivo das tentativas e das consumações de suicídio, tendo em vista que estes são fenômenos multifatoriais, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2012). Em consonância, para Fukumitsu e Scavacini (2013), as explicações ou as respostas fornecidas para os questionamentos suscitados por comportamentos suicidas são demasiadamente diversas para se restringirem a uma

única compreensão. O suicídio é um fenômeno multicausal, que agrega fatores psicológicos, culturais, econômicos, familiares, religiosos, territoriais, etc. Não buscamos, com isso, delimitar o motivo pelo qual mais da metade das pessoas transmasculinas contempladas pelas pesquisas em questão convivem com comportamentos suicidas, pois não existe um motivo, universal a todos os respondentes e às pessoas que participaram e que não participaram dos questionários. As reflexões aqui dispostas não podem abarcar a singularidade de cada sujeito. O que podemos fazer, porém, é buscar compreender como ocorrem processos de subjetivação transmasculinas, e como tais processos são invariavelmente atravessados pelo que chamamos de uma necropolítica do silêncio.

Quando se pensa em uma estrutura de violências que acomete corpos transmasculinos, e considerando que o fenômeno do suicídio é também atravessado por fatores biopsicossociais, deve-se compreender como as transfobias, ou, como veremos, as transmasculinofobias, entremeadas a demais violências estruturais, inferem sobre o fenômeno do suicídio, instaurando a necropolítica do silêncio: esta política de morte que se instaura no cerne de nossa constituição subjetiva; que não surge diretamente de fora, por assim dizer, mas que se manifesta a partir da interioridade.

Desse modo, procuramos compreender os atravessamentos da invisibilização das transmasculinidades na produção de subjetividades deprimidas, o que invariavelmente afeta a saúde mental e a percepção de perspectiva de vida de pessoas transmasculinas. Iniciamos este capítulo com dados estatísticos sobre o cenário das transmasculinidades em meio ao sofrimento psíquico e ao comportamento suicida, partindo, em seguida, para reflexões acerca do assoalho de tais dados, questionando-nos sobre os motores de estatísticas tão alarmantes e permanentes a cada estudo realizado neste campo: da necropolítica do silêncio.

## **Dados estatísticos sobre transmasculinidades e sofrimento psíquico**

Para falar sobre os impactos do sofrimento psíquico que atravessa a diversidade da população transmasculina no Brasil, recorremos aos dados do Observatório Anderson Herzer: das violências, mortes e suicídios contra as transmasculinidades (2023; 2024). O projeto homenageia o escritor e poeta transmasculino brasileiro, que escreveu sobre suas experiências na FEBEM na obra *A queda para o alto* (1982) e se apresenta como uma importante personalidade para a história das transmasculinidades brasileiras.

Fruto de um projeto do Núcleo de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades, as pesquisas do Observatório buscam publicar anualmente dados estatísticos sobre as violências que as transmasculinidades sofrem, tendo como metodologia uma pesquisa quantitativa via formulário online e uma pesquisa de notícias em sites e jornais. A primeira edição do Observatório foi publicada em 2023, com dados referentes ao ano de 2022, e a segunda em 2024, com dados referentes a 2023.

O Observatório surge pela incipiência de dados estatísticos oficiais sobre pessoas transmasculinas, motivo similar ao do surgimento dos dossiês que a Associação Brasileira de Travestis e Transexuais realiza anualmente, relatando dados sobre as violências e os obstáculos que pessoas trans sofrem no Brasil. Como exemplo, temos o último Dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais, publicado em 2025, como resposta e demanda à invisibilização contra pessoas trans (ANTRA, 2025). A Associação publica anualmente dados e notícias sobre o cenário social, institucional e político em que pessoas trans se encontram neste país.

Estes documentos, produzidos comumente por pessoas trans no contexto do movimento social, frequentemente sem financiamento, têm como objetivo dar visibilidade a violências há muito naturalizadas, de forma que possamos demandar, com urgência, a implementação de políticas públicas de combate às transfobias. No que tange às transmasculinidades, este exercício de mapeamento e identificação das violências

que sofremos se defronta com um forte obstáculo: a invisibilização social das transmasculinidades. No campo do suicídio, esta invisibilização se duplica, pois tanto as transmasculinidades são vítimas de um apagamento sistemático quanto o suicídio se percebe passível de um silenciamento atemorizante. Vejamos, então, os dados referentes à população transmasculina brasileira no que tange ao comportamento suicida.

Conforme os dados do Observatório de 2023, que coletou informações de 389 pessoas transmasculinas por meio de um formulário eletrônico disponibilizado no ano de 2022, 48% (186 respondentes) declararam que já pensaram e tentaram suicídio e 43% (167 respondentes) apenas pensaram, totalizando 91% (353 respondentes) de pessoas transmasculinas que convivem ou conviveram com pensamentos de autoexterminio.

A pesquisa do ano seguinte coletou 510 respostas, denotando um aumento do alcance do questionário. Nesta segunda edição, 18,6% (95 respondentes) chegaram a tentar suicídio, 53,3% (272 respondentes) apenas pensaram sobre e somente 28% (143 respondentes) nunca pensaram sobre suicídio. Das 510 respostas recebidas, 71,9% dos respondentes pensaram e/ou tentaram cometer suicídio em 2023 (367 respondentes).

Em comparação à edição anterior, a mudança das estatísticas (de 91% que pensaram e/ou tentaram suicídio a 71,9% que pensaram e/ou tentaram suicídio) pode transmitir uma sensação de melhora no cenário das transmasculinidades brasileiras no campo do sofrimento psíquico. Todavia, vale destacar que a segunda edição recebeu uma quantidade significativamente maior de respostas do que a primeira edição, de modo que a variabilidade das respostas seja mais marcante. Afinal, um número maior de pessoas relatou conviver com pensamentos suicidas na segunda edição em comparação à primeira.

Outra pesquisa, o Projeto Transexualidades e Saúde Pública no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans, publicado em 2015 pela Universidade Federal de Minas Gerais, realizou um questionário online em grupos de Facebook de homens trans e pessoas transmasculinas, constatando que, dos entrevistados, 71,45%

tiveram ou têm depressão e 85,7% já tentaram ou consideraram cometer suicídio. Denotamos que, embora o título da referente pesquisa mencione apenas homens trans, aqui compreendemos que as transmasculinidades não se reduzem a essa categoria, mas se expandem a pessoas não-binárias, boycetas e demais identidades de gênero que se identifiquem com o campo das transmasculinidades.

Deve-se ressaltar o distanciamento temporal em que estas pesquisas foram realizadas: a da UFMG, realizada em 2015, distancia-se em sete a oito anos das pesquisas do IBRAT, de 2022 e 2023. Observa-se um salto significativo. Além disso, a origem acadêmica da primeira pesquisa contrasta com o ativismo independente da segunda. São pesquisas que surgem de temporalidades e contextos distintos, e ainda assim revelam estatísticas semelhantes e alarmantes. A semelhança destes dados em períodos e contextos discrepantes nos mostra como o comportamento suicida é persistente em comunidades transmasculinas, o que necessariamente insere este comportamento no campo das políticas públicas, tendo em vista que não se trata de um fenômeno isolado, mas sim estrutural e sistêmico.

Desse modo, a despeito da variação das estatísticas, pode-se afirmar que, dos estudos aqui analisados, de 70% a 80% de pessoas transmasculinas brasileiras convivem ou conviveram com pensamentos e/ou tentativas de suicídio, o que se mostra como um dado alarmante. Nos resta, na seção seguinte, investigar a relação entre estes dados e as violências que atravessam as transmasculinidades, com o objetivo de refletir sobre o teor estrutural que impulsiona este fenômeno.

### **A necropolítica do silêncio: transmasculinofobia e seus impactos**

Os dados apresentados pelo Observatório Anderson Herzer e pelo projeto anteriormente descrito revelam não apenas um índice alarmante de sofrimento psíquico, como também a materialização de uma lógica de exclusão e regulação dos corpos transmasculinos. Tal lógica ecoa a

análise de Michel Foucault (2005) sobre a administração da anormalidade e do sofrimento, em que certos corpos são considerados normais e socialmente aceitos e outros, anormais e marginalizados. Foucault nos apresenta ao conceito de biopolítica, responsável pelo controle das massas, pela regulação das estatísticas sobre saúde e doença, natalidade e mortalidade. A biopolítica, caracterizada como uma política de regulação do corpo (bios), caracteriza-se pelo controle global dos corpos, inferindo na higienização da cidade. E tal higienização não se aplica somente a questões assépticas, como também sociais: pessoas em situação de rua são relegadas às margens, travestis não são vistas à luz do dia, segmentos sociais de baixa renda são empurrados a guetos e favelas.

O higienismo social surge como ferramenta de estigmatização e manutenção de hierarquias de poder. Trata-se de uma governamentabilidade da vida, que rege como a cidade deve ser segmentada, como cada corpo deve se portar conforme seus marcadores sociais da diferença. Em suma, a biopolítica diz respeito à manutenção de diferentes formas de vida, selecionando quais são aptas e quais são inaptas a integrar o cenário social ideal.

O conceito de biopolítica representou uma mudança histórica nas leituras acerca do exercício do poder. Se, antes, o soberano detinha o poder de deixar viver e fazer morrer, o poder moderno, que se instaura a partir do século XVIII, inverte essa lógica e passa a operar pelo princípio de fazer viver e deixar morrer. Ou seja, o foco do poder desloca-se para a vida da população como um todo, tendo como objetivo administrar, gerir, otimizar e fortalecer a vida biológica dos seres humanos. Esse poder se exerce por meio de mecanismos reguladores que incidem tanto sobre o corpo individual (anatomopolítica) quanto sobre a população em geral (biopolítica), com a finalidade de produzir corpos dóceis, úteis ao sistema capitalista, e uma população “saudável”, capaz de manter-se produtiva.

A teoria foucaultiana, entretanto, encontra limites quando confrontada com o conceito de necropolítica, desenvolvido por Achille Mbembe

(2018), no qual não está mais em jogo a governabilidade da vida, mas o governo da morte e a decisão sobre quem pode ser deixado para morrer.

Mbembe aponta para insuficiências do conceito de biopolítica em sua dissertação. Embora constitua uma chave de leitura importante, a biopolítica é limitada quando confrontada com as formas contemporâneas de poder, sobretudo em contextos coloniais, de guerra e de extrema desigualdade — como no caso que desenvolvemos neste artigo. Para Mbembe, o poder atual, associado sobretudo à figura do Estado, opera primordialmente pela decisão sobre quem pode viver e quem deve morrer; a gestão da morte torna-se, assim, o fator central.

Esta gestão não se realiza apenas por meio de violências físicas, como no caso da violência policial, como também ocorre de maneira subjetiva: insere-se no cerne dos processos de subjetivação de sujeitos deprimidos no capitalismo, como Sayak Valencia (2010) nos elucida ao trazer o conceito de capitalismo gore. O poder necropolítico cria zonas de morte ou estados de exceção, onde a lei não se aplica, ou melhor, onde a violência é a lei, algo que se percebe no capitalismo gore evidenciado por Sayak Valencia. O termo gore, inicialmente utilizado como um subgênero cinematográfico de terror e violência gráfica, diz respeito à exacerbação da violência, da brutalidade e da crueldade.

Referindo-se a territórios fronteiriços, Valencia descreve cenários em que a violência é exercida de maneira explícita, tornando-se o mecanismo por meio do qual as relações sociais, econômicas e políticas se delineiam. Por necropoder, a autora compreende:

la apropiación y aplicación de las tecnologías gubernamentales de la biopolítica para subyugar los cuerpos y las poblaciones que integra como elemento fundamental la sobreespecialización de la violencia y tiene como fin comerciar con el proceso de dar muerte (Valencia, 2010, p. 147).<sup>3</sup>

As tecnologias da biopolítica, portanto, são utilizadas por meio de uma lógica de morte. A regulamentação do corpo, da vida, não se

dissocia de sua mortificação. Quando pensamos em transmasculinidades e comportamento suicida, o necropoder atua por meio da invisibilização.

De acordo com Pfeil, Pfeil e Moura (2024), as transmasculinidades são sistematicamente excluídas de discussões sobre gênero e violência, até mesmo em círculos feministas, cis ou trans. Enquanto há um imaginário social que reconhece, ainda que de forma estigmatizante, a figura da mulher trans e da travesti — o que gera uma série de violências sistêmicas —, as transmasculinidades permanecem na invisibilidade, ocupando um lugar “inlocalizável”, sem uma significativa representação simbólica, histórica ou geográfica. Os autores denominam de transmasculinofobia o conjunto de violências transfóbicas direcionadas a corpos transmasculinos, abarcando seus entrecruzamentos de sexualidade, raça, territorialidade, deficiência e muitos mais. Pela nomeação da transmasculinofobia, pode-se identificar como pessoas transmasculinas são atingidas pelas violências do silenciamento e da invisibilização, por violências físicas, ridicularizações e inferiorizações. Frente a tamanha invisibilização, é preciso nomear, evidenciando o que constantemente se busca apagar.

A isso, questionamos: quais são os imaginários transmasculinos que habitam a tecitura simbólico-política da sociedade ocidental moderna? Há imaginários de transmasculinidades, que concebem a existência de homens trans, transmasculinos e transmasculines, e pessoas não-binárias com vulva? Quando pensamos em pessoas trans, qual é a imagem que nos vem à mente? Onde nos localizamos? Essa ausência de lugar, todavia, não indica a ausência de violências contra pessoas transmasculinas, mas sim a presença de violências insidiosas que operam pelo silêncio e pela omissão.

Se pensarmos no suicídio como a concretização da inexistência, podemos alegar que a profunda presença deste fenômeno na diversa comunidade transmasculina reflete justamente a deslocalização e o apagamento que a mesma sofre. A invisibilização é, em si, um projeto de morte. Observamos uma necropolítica do silêncio a partir dos alarmantes índices de suicídio na população transmasculina.

O suicídio, pensado de maneira estrutural, não se apresenta como uma escolha autônoma, tampouco como a soma de fatores biopsicossociais arbitrários e sem causa determinada, mas como a consequência de existências construídas sob o peso do apagamento. A necropolítica dirigida aos corpos transmasculinos opera de forma a evidenciar, por meio dos dados anteriormente expostos, que não é necessário matar ativamente, mas apenas deixar morrer, seja pelo silêncio, seja pela negação da possibilidade de formas de vida múltiplas.

### **Considerações finais**

A vida invisibilizada da transmasculinidade é uma vida que, socialmente, não é considerada passível de luto. Para Judith Butler (2019), uma vida passível de luto é aquela cuja perda pode ser publicamente reconhecida como digna de pesar. O luto, nesse sentido, é também uma afirmação de valor.

A capacidade de ser lamentado está intrinsecamente relacionada ao reconhecimento daquela vida como importante. O simples fato de não haver uma produção sistemática de dados acerca da população transmasculina, sobretudo no que se refere à questão urgente do suicídio — como denuncia o movimento social transmasculino —, evidencia o descaso de políticas públicas quanto ao valor dessas vidas, e também a violência constitutiva do Estado no que tange às transfobias que se emaranham em tecidos sociais, políticos e sociais.

Negar a produção de dados, e consequentemente impedir a formulação de políticas públicas eficazes e comprometidas com essa realidade, significa negar o luto a um grupo e, em última instância, desumanizá-lo. Tal processo aprofunda a solidão e o desespero, que se apresentam como fatores centrais para o alto índice de sofrimento psíquico entre pessoas transmasculinas.

Frisamos que o suicídio não pode ser tratado como um fenômeno individual, mas sim como a consequência estrutural da necropolítica que

atravessa os processos de subjetivação transmasculinos. Buscamos, nestas breves reflexões, visibilizar esse cenário de exclusão e morte, entrecruzando os dados aqui referidos com a violência explícita do capitalismo gore, com a política de morte que regulamenta a vida e com as negligências institucionais que corpos transmasculinos sofrem no que tange à emergência de políticas públicas voltadas ao fenômeno do suicídio. Propomos a urgência de políticas públicas que reconheçam a necessidade de preservar vidas transmasculinas, o que demanda que lutemos contra a transmasculinofobia e contra as diversas transfobias às quais pessoas trans estão sujeitas de maneira geral.

Mas o caminho ainda é obscuro. Esta pesquisa é uma tentativa de transformar em palavras aquilo que comumente é reservado ao silêncio — uma tentativa de agenciamento de corpos transmasculinos na construção de seus próprios saberes e no reconhecimento desse ato.

## Notas

Clique sobre o número para retornar ao texto

1. Doutorando em Filosofia, PPGF/UFRJ, e-mail: brunopfeil8@gmail.com.
2. Mestrando em Filosofia, PPGFIL/USP, bolsista CAPES, e-mail: pol.iryol@gmail.com.
3. Tradução para o português: a apropriação e aplicação de tecnologias governamentais da biopolítica para subjugar os corpos e as populações, que integra como elemento fundamental a superespecialização da violência e tem como objetivo comercializar com o processo da morte.

## Referências

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. *Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024*. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025.
- BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Os Anormais: Curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FUKUMITSU, Karina Okajuma; SCAVACINI, Karen. Suicídio e manejo psicoterapêutico em situações de crise: uma abordagem gestáltica. *Rev. abordagem gestalt.*, v. 19, n. 2, p. 198–204, dezembro, 2013.
- HERZER, Anderson. *A queda para o alto*. São Paulo: Editora Vozes, 1982.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE TRANSMASCULINIDADES. *Observatório Anderson Herzer das violências, mortes e suicídios contra transmasculinidades no Brasil: relatório 2022*. Fortaleza: IBRAT, 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE TRANSMASCULINIDADES. *Observatório Anderson Herzer: relatório das mortes e violências contra as transmasculinidades em 2023*. Curitiba: IBRAT, 2024.
- KOVÁCS, Maria Júlia. *Suicídio prevenção e posvenção: análise de políticas públicas de saúde. Práticas em pesquisa e pesquisa como prática: experimentações em psicologia*. Curitiba: CRV, 2019.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção e política de morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Ação de saúde pública para a prevenção do suicídio: uma estrutura*. Geneva: OMS, 2012.

PFEIL, Bruno Latini; PFEIL, Cello Latini. Sobre o aniquilamento de corpos invisíveis: reflexões sobre transmasculinidades e suicídio. *Revista Estudos Transviades*, v. 2, n. 4, p. 117-126, novembro, 2021.

PFEIL, Cello Latini; PFEIL, Bruno Latini; MOURA, Cauê Assis de. Pela nomeação da transmasculinofobia: uma análise transfeminista. *Revista Eletrônica Interações Sociais*, v. 8, n. 1, p. 120-138, janeiro, 2025.

VALENCIA, Sayak. *Capitalismo gore*. España: Editorial Melusina, S.L., 2010.





“*Criminals are made, not born*”:  
110 anos de ataques contra escolas  
e as expressões violentas das  
masculinidades pré-celibatários  
involuntários (1913-2023)

ISABELLA DO AMARAL MENDES<sup>1</sup>

Esta pesquisa de doutorado (em andamento) tem investigado os ataques contra escolas ocorridos no mundo entre 1913 e 2023 e sua relação com as masculinidades pré-celibatários involuntários, popularmente conhecidos como Incels. Para tanto, foi realizada pesquisa documental com fontes disponíveis em hemerotecas digitais (jornais nacionais e internacionais) e, principalmente, no repositório virtual *schoolshooters.info*. Foram reunidos documentos originais tais como cartas suicidas, diários pessoais, correio eletrônico, inquéritos policiais e relatórios judiciais referentes aos episódios; os dados levantados a partir da análise preliminar das fontes foram classificados e organizados em seções temáticas. Por fim, com amparo da literatura teórica, foram tecidos seus contextos sociopolíticos.

Tendo em vista que estudos sobre a relação entre ataques contra escolas e as masculinidades dos perpetradores são embrionários sobretudo os que examinam casos ocorrido em décadas anteriores à popularização da internet —, esta pesquisa pretende desnaturalizar e historicizar este

fenômeno de violência escolar com intuito de desconstruir a constante patologização dos autores feita em meio a ânsia coletiva por respostas rápidas sobre o porquê de acontecer e ser tão violento. Suspeitamos que a urgência em patologizar estes homens seja uma maneira de desresponsabilização coletiva das sociedades atingidas que, ao atribuírem a culpa individualmente ao perpetrador, evitam debater criticamente questões mais complexas que poderiam auxiliar na compreensão do acontecimento.

Aqui nos interessa os casos de ataques contra escolas que parecem seguir um roteiro em comum: um (ou mais) jovem ou adulto do gênero masculino arquiteta e executa um ataque contra uma escola (da qual ele pode ser aluno, ou não) empregando violência extrema e fatalmente vítima aleatoriamente as pessoas que ali estão (alunos, professores e funcionários) ou um grupo específico (mulheres, negros, comunidade LGBTQIAP+ e imigrantes). Ao fim, o algoz habitualmente perde a vida, seja por suicídio, seja por ter sido abatido pela polícia, mas há também aqueles que se entregam às autoridades e são severamente punidos. Embora os ataques contra escolas sejam um assunto em voga há quase 3 décadas, atualmente sua ocorrência está associada à radicalização de adolescentes e jovens do gênero masculino em comunidades (chamadas de *chans*), antes clandestinas na internet. Esta associação não está incorreta, entretanto consideramos incorreta a noção de que o fenômeno se originou na internet ou por causa dela. Efetivamente, ataques contra escolas acontecem há pelo menos 110 anos.

Os celibatários involuntários, ou Incel — sigla em inglês para *involuntary celibates* —, surgiram no início da década de 1990 em um fórum dos primórdios da internet chamado “*Alana’s Celibacy Project*”. Fundado por uma mulher bissexual do Canadá, o fórum era voltado para dar suporte emocional a pessoas — independentemente de gênero ou orientação sexual — que desejavam, mas não conseguiam estabelecer relações românticas e/ou sexuais (Kelly, DiBranco, DeCook, 2021). Com o avanço da popularização da internet, estas comunidades virtuais passaram a ser dominadas por um público masculino heterossexual que se percebe

como vítima desta sociedade contemporânea hierarquizada a partir da aparência física das pessoas e controlada pelas mulheres (Domingues, 2023). Ao se apropriarem do termo Incel, original da década de 1990, estes homens o transformaram em uma identidade que atualmente os une em torno de ideais de extrema-direita, especialmente a misoginia.

Os Incel despertaram interesse do público geral e acadêmico em maio de 2014, após um jovem de 22 anos abrir fogo em público e matar aleatoriamente 6 pessoas nos arredores do campus da Universidade de Santa Barbara (Califórnia, EUA). Originalmente, as vítimas deste atentado seriam as mulheres presentes na reunião de uma sororidade ligada àquela instituição universitária, mas o jovem atirador não conseguiu acesso ao local. Após o atentado, veio a conhecimento das autoridades notícias do jovem atirador, que cometeu suicídio no local do crime, ter frequentado os fóruns de internet mencionados anteriormente e publicado lá na véspera um manifesto autobiográfico de 140 páginas no qual se descreve como um homem raro e de alto valor injustamente rejeitado pelas mulheres (Rodger, 2014).

A intenção do jovem atirador era se vingar das mulheres, mas não aquelas que — supostamente — o rejeitaram diretamente ao longo da vida, e sim contra todas as mulheres. Seu manifesto misógino elevou o tom de sua raiva a nível de uma guerra de gênero e convocou outros homens que supostamente vivessem a mesma rejeição a também se vingarem das mulheres (Rodger, 2014). O “massacre de Isla Vista” — como este episódio ficou conhecido — e o manifesto autobiográfico do atirador são considerados a pedra fundacional da identidade Incel e entende-se que também ambos foram responsáveis por conectá-la à ocorrência de assassinatos em massa, principalmente os que têm mulheres como alvo. Entretanto, no passado pré-identidade Incel, outros atentados em massa contra escolas cometidos por jovens do gênero masculino também deixaram indícios semelhantes de premeditação e motivações extremistas como contaremos a seguir.

Captado em detalhes pelas lentes das câmeras de segurança da escola e das grandes emissoras de notícias 24h dos Estados Unidos, o atentado à Columbine High School foi executado por dois alunos da escola — respectivamente com 18 e 17 anos à época — e resultou no aterrador número de 13 pessoas assassinadas entre estudantes e professores. Os jovens premeditaram o atentado em conjunto por muitos meses, fabricaram e testaram explosivos com o auxílio de informações disponíveis online, tiveram acesso fácil a armas de fogo e deixaram registros escritos que contavam sobre suas frustrações pessoais, sofrimento subjetivo agudo e ódio contra minorias.

Ao longo de 10 anos de pesquisa sobre Columbine, o jornalista Dave Cullen (2019) desmontou a famosa explicação, inicialmente difundida pela mídia, sobre o ataque ter sido motivado por uma vingança dos jovens contra colegas que praticavam bullying com eles, defendendo que não havia um alvo específico pois o cada um deles tinha um objetivo particular: enquanto um desejava matar o maior número de pessoas como forma de autoafirmação de poder, o outro sofria subjetivamente em silêncio e tinha ideações suicidas. Como comentou a mãe de um dos atiradores, “muito já foi escrito ao longo dos anos sobre a cobertura jornalística do evento — em particular como a desinformação precoce sobre os garotos se solidificava rapidamente em verdade” (Klebold, 2016, p. 56).

Columbine não foi o primeiro episódio de ataques contra escolas nos Estados Unidos, nem foi o que vitimou mais pessoas. Contudo, por ter sido a primeira catástrofe escolar amplamente explorada e veiculada pela mídia, deixou marcas e traumas nas sociedades ocidentais.

O novo modelo nasceu: assassinato de espetáculo. A atuação sem uma causa, só demonstração de poder pessoal. (...) Estremeci depois de Columbine, quando adultos atacaram escolas também. Local mais intenso, melhor para a TV, espantosamente clínico, e a imprensa seguiu alimentando a fera (Cullen, 2019, p. 378).

À época, a intensa cobertura midiática pressionava autoridades por investigações rígidas ao mesmo tempo em que se apressava — de forma irresponsável — em dar respostas à sociedade sobre as motivações para um ato tão brutal. Criou-se assim uma retórica que moralizava e patologizava os indivíduos infratores, atribuindo-lhes um padrão de caráter: solitários, deprimidos, emocionalmente desequilibrados, psicopatas, fãs de violência gráfica, amantes de armas, frequentadores de fóruns de internet, filhos de famílias disfuncionais e vítimas de bullying na escola. Esta retórica está enraizada no senso comum e frequentemente é reafirmada sempre que um novo episódio de violência ocorre e reforça a estigmatização destes indivíduos, mas também

Sabemos agora que a cobertura da imprensa com detalhes excessivos — criando fetiches sobre o que os assassinos vestiam, por exemplo, ou fornecendo detalhes da movimentação deles durante o crime — inspira seguidores e lhes dá um modelo em cima do qual podem delinear seus próprios planos (Klebold, 2016, p. 56).

Duas décadas depois, no Brasil, Columbine inspirou diretamente o ataque ocorrido em março de 2019 contra a Escola Estadual Raul Brasil (Suzano, São Paulo), considerado como um dos mais chocantes ocorridos no país. Parte do plano revelado pelas investigações da polícia apontou que a dupla de jovens atiradores — ex-alunos da escola à época com 17 e 25 anos — sonhava em superar as matanças de Columbine e Realengo<sup>2</sup> (Rio de Janeiro, 2011) em relação a destaque midiático e potencial de letalidade. Além disso, eles também utilizaram o mesmo roteiro performativo de Columbine: tentar matar o maior número possível de pessoas e cometer suicídio no local ao fim do ato. A mídia brasileira também explorou o atentado em Suzano de forma sensacionalista e especulativa e até hoje não há esclarecimento preciso sobre a motivação para ter acontecido. Veio à tona, porém, a notícia<sup>3</sup> de que nas comunidades clandestinas frequentadas por Incels, o massacre fora celebrado como conquista de final de campeonato com direito aos jovens atiradores serem enaltecidos

como heróis. Segundo as informações divulgadas pelos investigadores, supostamente, a dupla planejou o ataque contra a Escola Raul Brasil na *dark web* e obteve auxílio de demais frequentadores.

Como mencionado anteriormente, a identidade e as comunidades Incel não foram criadas originalmente a partir da perspectiva misógina, sendo uma característica que parece ter se agravado conforme a globalização aproximou cada vez mais pessoas através da internet. O caráter hipermasculino que estas comunidades virtuais assumiram foi nomeado com o neologismo *manosphere*, ou machosfera, e elas compõem esse universo virtual masculinista de sites, fóruns, redes sociais e aplicativos de mensagens (Lima-Santos; Santos, 2021). A forma como os fóruns Incel (os *chans*) são desenhados garante anonimato absoluto ao usuário, pois não exigem cadastro prévio para postagens e não guardam histórico (permitem apenas uma quantidade limitada de conteúdo em seu domínio). Para Lima-Santos e Santos (2021) o exacerbado caráter efêmero que configura essa dinâmica dos fóruns traz sensação de segurança pessoal e impunidade aos frequentadores que utilizam o espaço para liberarem sua agressividade sem culpa. Uma das questões que movimentam esta pesquisa é justamente tentar compreender de onde vem tanto ódio e o porquê dos homens se sentirem autorizados a materializá-lo como atentados em massa, especialmente contra escolas.

Domingues (2023) demonstra em sua etnografia que os Incel sentem as pressões — principalmente vindas dos ambientes familiares e sociais — para corresponderem a um padrão de masculinidade idealizado socialmente, especialmente a respeito dos relacionamentos amorosos. A sociedade delega que os homens se envolvam em relacionamentos amorosos e heterossexuais — e eles são incentivados a entrarem em vários relacionamentos quase que de forma compulsiva —, caso contrário serão considerados homens inferiores. A virilidade é instrumentalizada de forma a validar a masculinidade. O título de homem é provisório e deve ser eternamente validado por seus pares a partir da exibição constante de evidências de sucesso pessoal como carreira profissional, relacio-

namentos amorosos, aparência física e condição socioeconômica, por exemplo. Homens também se tornam “mais” homens quando rebaixam outros homens. Os Incel se sentem socialmente desajustados no universo masculino por terem vivenciado episódios de bullying e rejeição amorosa, o que transforma negativamente a forma como percebem a si mesmos e internalizam estigmas. Assumir a identidade Incel é também aceitar um rótulo que socialmente marginaliza esses homens, ainda que eles detenham privilégios (Rodrigues, 2023). A narrativa de que são vítimas da sociedade acaba firmando raízes no imaginário coletivo e subjetividade individual destes homens.

A complexidade desta atual identidade Incel nos faz suspeitar que suas motivações para planejar e executar ataques contra escolas não se resumam apenas a transtornos psiquiátricos ou frustrações com a vida tal como ventilado para o senso comum. Ao tratar do tema, a mídia se ampara nos relatos de testemunhas — que nem sempre conhecem a fundo os detalhes — e nas abordagens de especialistas para construir sua própria narrativa sobre o fenômeno, não sendo raro o emprego de palavras do vocabulário biomédico e psiquiátrico em suas matérias sobre o assunto.

Coincidentemente, identificamos a partir de 1913, práticas e motivações análogas aos Incel em outros homens que cometeram ataques contra escolas em épocas anteriores ao advento da identidade e popularização da internet. Muitos destes casos estão esquecidos ou nunca foram conhecidos pelas novas gerações, que não fazem ideia de que, talvez, a prática de atacar escolas e matar pessoas aleatoriamente não tenha começado em Columbine ou pelos Incel em 2014.

### **Fontes e metodologia: a construção de uma cronologia sobre ataques contra escolas**

Os resultados preliminares obtidos durante os dois primeiros anos de investigação de doutorado se baseiam em um conjunto de fontes organizadas pelo psicólogo estadunidense Dr. Peter Langman. A biblioteca

virtual sobre tiroteios em escolas<sup>4</sup> organizada por ele está acessível no website *schoolshooters.info*. Todo o conteúdo está disponível gratuitamente, pois o site é mantido sem financiamento externo — o que indica que não é afiliado a nenhuma agência governamental, universidade ou organizações não-governamentais — e pede doações voluntárias aos seus frequentadores.

A primeira versão de *schoolshooters.info* data de 2008 e surgiu por iniciativa independente do Dr. Langman que se apresenta como seu fundador e administrador. Há uma pequena equipe de assessoramento creditada que fica responsável por pesquisa, transcrição, tradução, edição de texto e revisão das fontes. Em 2025, o site está em sua quarta versão.

Peter Langman se apresenta como psicólogo especialista em psicologia de atiradores em escolas e outros perpetradores de violência em massa,<sup>5</sup> entretanto, não especifica em quais instituições de ensino se formou ou lecionou, sabemos apenas que ele tem um título de doutor.<sup>6</sup> Além de ter publicado livros sobre o tema e ter ministrado palestras e treinamentos sobre segurança escolar, Langman também menciona que atuou no Comitê Consultivo para a Prevenção da Violência da Comissão Conjunta do Governo Estadual da Pensilvânia na década de 2010, o ano exato não é mencionado e o tempo de permanência no cargo também não.

O repositório virtual disponibiliza documentos originais valiosos. Encontramos digitalizados relatórios oficiais de investigação dos casos, relatórios de autópsia dos atiradores que eventualmente perdem a vida no atentado, fotocópias de páginas de diários, transcrições de cartas-suicidas, correio eletrônico, capturas de telas de perfis de atiradores em redes sociais e artigos escritos e publicados de forma independente pelo próprio Peter Langman sobre o perfil psiquiátrico dos autores de alguns episódios. Apesar de todo o material disponível estar organizado em ordem cronológica, nem todos os episódios possuem fontes disponíveis. Por exemplo, o primeiro *school shooting* mapeado pelo site aconteceu em 1913, na cidade de Bremen na Alemanha, mas nesta seção há apenas disponíveis o nome do perpetrador, sua idade à época do atentado, sua

raça, seu sexo, seu diagnóstico psicológico (feito por Langman a partir de sua interpretação das fontes), se sobreviveu ou cometeu suicídio após o ataque, quantas pessoas feriu e quantas pessoas matou.

A biblioteca do site tem registrados casos de *school shootings* (e alguns episódios que atingiram escolas sem utilização de armas de fogo) ocorridos na América do sul, América do norte, Europa e Oceania. O recorte feito por Langman prioriza os casos ocorridos em países ocidentais no hemisfério norte — com uma leve abertura para a América do sul ao mencionar apenas os casos ocorridos no Brasil — e em contextos anglo-saxões, excluindo qualquer eventual episódio ocorrido na Ásia ou África.<sup>7</sup> Para esta primeira fase de aproximação com o objeto de pesquisa, retiramos uma cronologia do banco de dados que continha 127 episódios de *school shootings* listados e destes selecionamos e examinamos 119 ocorridos entre 1913 e 2023. Para sanar a falta de fontes para muitos episódios, consultamos as hemerotecas digitais e sites de veículos de comunicação nacionais e internacionais.

A cronologia que consolidamos para este trabalho agrega informações dos episódios como data, local, nome dos algozes, seu gênero, idade à época do ataque, sua tipificação de algoz (por exemplo, se o algoz foi abatido ou se matou ou se rendeu), número de vítimas, gênero e idade das vítimas, se o algoz tinha ligação com o local do ataque, pequeno resumo do ocorrido e a forma como fora patologizado pela mídia/sociedade.

## Principais resultados obtidos

Primeiramente, é importante destacar que dos 127 casos de tiroteios em escolas retirados do site *schoolshooters.info*, apenas oito foram de autoria de mulheres e destes somente dois se encaixam nos critérios que estabelecemos como característicos do fenômeno (ataque contra uma escola com emprego de violência extrema e vítimas fatais). O número irrisório de mulheres como autoras deste tipo de violência nos concede abertura para caracterizar este fenômeno como prática de violência li-

gada às masculinidades, inclusive trans. Ao passo que identifiquei dois ataques contra escolas cometidos por homens trans (em 2019 e 2023 nos EUA), até o presente momento, não identifiquei nenhum caso de autoria de mulheres trans.

A partir da análise dos 121 casos selecionados, observamos que 97 ocorreram na América do Norte, seguidos por 13 na Europa, 9 na América do Sul e dois na Oceania. Percebemos também que os ataques passam a ser mais recorrentes nestas regiões a partir de 1999, ano do ataque à Columbine; entre 1913 e 1998 contabilizamos 39 episódios e entre 1999 e 2023 foram 82. O aumento da incidência do fenômeno coincide com os seguintes contextos: a década da popularização da internet, acirramento do neoliberalismo e desmonte de direitos sociais, surgimento da identidade Incel misógina e a ascensão política de forças da extrema-direita.

| Região           | Número de casos |
|------------------|-----------------|
| América do Norte | 97              |
| América do Sul   | 9               |
| Europa           | 13              |
| Oceania          | 2               |
| Período          | Número de casos |
| 1913–1998        | 39              |
| 1999–2023        | 82              |

Tabela 1: Distribuição de casos por regiões e períodos.  
Fonte: Adaptado de Langman, 2025.

Os dados sobre gênero, raça e faixa etária dos perpetradores nos mostraram os seguintes resultados: foram 117 casos de autoria de homens cisgênero e dois de homens trans;<sup>8</sup> 86 casos de autoria de homens brancos (caucasianos), 12 de homens negros, 10 de homens de origem asiática,

três de homens de origem indígena e dez casos para os quais não foi possível obter informações sobre a raça do atirador. Em 117 casos, os atiradores preferiram agir sozinhos e apenas 4 ataques foram realizados em dupla, até o momento não localizamos outros realizados por três pessoas ou mais.

Sobre a faixa etária dos atiradores: 62 ataques foram cometidos por adolescentes entre dez e 19 anos, ou seja, aproximadamente metade; 32 ataques cometidos por jovens entre 20 e 29 anos; nove ataques cometidos por homens adultos entre 30 e 39 anos, 13 entre 40 e 49 anos, três entre 50 e 59 anos e somente dois cometidos por homens entre 60 e 69 anos. Por fim, em 63 casos os atiradores escolheram pela rendição, em 49 casos os atiradores cometeram suicídio, o que equivale a mais de 40%; em 9 casos os atiradores foram abatidos pela polícia.

| Gênero de perpetradores       | Número de casos |
|-------------------------------|-----------------|
| Homens cis                    | 117             |
| Homens trans                  | 2               |
| Mulheres trans                | 2               |
|                               |                 |
| Raça de perpetradores         | Número de casos |
| Branços                       | 86              |
| Negros                        | 12              |
| Origem asiática               | 10              |
| Origem indígena               | 3               |
| "Sem raça identificada"       | 10              |
|                               |                 |
| Faixa etária de perpetradores | Número de casos |
| 10–19 anos                    | 62              |
| 20–29 anos                    | 32              |

|            |    |
|------------|----|
| 30–39 anos | 9  |
| 40–49 anos | 13 |
| 50–59 anos | 3  |
| 60–69 anos | 2  |

Tabela 2: Distribuição de casos pela identidade dos perpetradores.  
Fonte: Adaptado de Langman, 2025.

Também foi possível notar que as motivações para homens cometerem atentados tão violentos nem sempre são claras ou explícitas, porém, alguns contextos e práticas dos algozes se repetem em diferentes épocas e culturas e parecem se relacionar com aspectos em comum. Citamos, por exemplo: desejo de se vingar contra pessoas e/ou a escola após se sentirem prejudicados ou humilhados de alguma forma, seja após uma reprovação acadêmica, suspensão por indisciplina ou ser alvo de bullying; vontade de “aparecer” e ter seus nomes marcados na posteridade por sua violência grandiosa; sofrimento subjetivo agudo ligado a experiências traumáticas originadas em âmbitos familiares ou conflitos geopolíticos (veteranos de guerras); sentimento de frustração com fracasso amoroso e/ou profissional; antissemitismo; xenofobia; misoginia e até “simples” vontade de matar pessoas para “descobrir” como é. Os ataques também são majoritariamente premeditados por um longo período (semanas, meses ou até anos).

Não são apenas as motivações que se repetem ao longo de 110 anos, mas as práticas de ataque também. Dentre as diversas identificadas em nosso levantamento, o empenho em realizar um ataque com grande potencial de letalidade — mesmo que nem sempre isso se concretize — é um aspecto crucial do fenômeno. Há uma clara preferência dos algozes pela utilização de armamentos de guerra, como Ak-47, fuzis, rifles, metralhadoras, pistolas automáticas; costumam carregar grande quantidade de munição consigo no dia do ataque; também se utilizam de explosivos ou artefatos incendiários caseiros.

Ao olhar em perspectiva a cronologia de 110 anos de ataques contra escolas compreendemos que são episódios de violência extrema culturalmente solidificados nas adolescências e juventudes masculinas brancas (caucasianas) da América do Norte.<sup>9</sup> É possível afirmar também que a ocorrência aumenta consideravelmente a partir de abril 1999, após a cobertura sensacionalista da mídia sobre Columbine. Ou seja, nos parece que reduzir os ataques contra escolas ao estigma da depressão, insanidade ou “doença” mental interdita uma avaliação mais profunda que relacione sua ocorrência a como esses homens atuaram a partir da construção de suas masculinidades. Se patologias mentais fossem o principal determinante — assim como o *bullying* também é considerado — não teríamos uma demarcação ligada ao gênero masculino tão explícita e a ocorrência do fenômeno seria muito maior. Se o *bullying* também fosse uma causa determinante, o que explicaria atentados ocorridos em creches e jardins de infância executados por homens que nem sempre têm ligação com o local? Questionar a patologização dos atiradores não significa negar a existência do sofrimento psíquico destes homens. Pelo contrário, discutiremos a seguir como a manutenção da estrutura patriarcal contribui com o sofrimento psíquico dos homens ao mesmo tempo em que mantém seus privilégios e os autoriza a serem violentos.

### **Ataques contra escolas e as expressões de violência das masculinidades**

O patriarcado é um sistema político-social que determina que homens são superiores a tudo que é considerado “mais fraco”, em especial as mulheres, e a eles é atribuído o direito de dominar e governar os fracos. A manutenção dessa dita superioridade se dá através da violência e terrorismo psicológico, mas primeiro, para ser um homem dominante, é necessário “aprender a ser homem” por meio de um processo igualmente violento e perpetuado por outros homens em espaços específicos conceituados como “a casa dos homens” (Welzer-Lang, 2001).

A casa dos homens tem caráter pedagógico, ensinando aos homens as regras da virilidade, a hierarquia entre os pares e a dominação sobre as mulheres. A violência é a principal estratégia para expurgar tudo o que evoca o feminino: “essa aprendizagem se faz no sofrimento. Sofrimentos psíquicos de não conseguir jogar tão bem quantos os outros” (Welzer-Lang, 2001, p. 463). Esse lugar de aprendizagem é também excludente e hierárquico, já que em seu interior há um grupo de homens que são valorizados — o que Welzer-Lang chamará de “grandes-homens” (2001, p. 466) — pois são fortes, dominadores, heterossexuais; o outro grupo é marginalizado pois são considerados homens sensíveis, fracos e/ou homossexuais. Em termos simples, a socialização masculina é feita por intermédio do controle social entre os próprios homens. “Tonar-se homem” pressupõe mimetizar toda a violência ensinada desde a infância, seja a partir da socialização ou dos produtos midiáticos (noticiário sensacionalista, filmes, videogames etc.). Cada microcultura tem sua própria “casa dos homens” e aplicará aquilo que considera ser relevante para seu contexto particular de construção do homem.

bell hooks (2025) exemplifica a casa dos homens quando afirma que as posturas patriarcais são ensinadas a homens e mulheres, na maioria das vezes nos lares familiares de origem, mas também são reforçadas nas escolas e nas instituições religiosas. Ela sustenta que o patriarcado promove insanidade e está na raiz dos males psicológicos que afetam os homens, pois nega acesso ao bem-estar emocional pleno. Se sentir recompensado, bem-sucedido ou poderoso devido à capacidade de exercer controle sobre as pessoas não são, para ela, marcadores de boa saúde mental (hooks, 2025). A crise que se apresenta aos homens não é a crise da masculinidade; é a crise da masculinidade patriarcal;

O primeiro ato de violência que o patriarcado exige dos homens não é a violência contra mulheres, mas sim que todos os homens participem de atos de automutilação psíquica, que destruam as partes emocionais que carregam em si. Se um indivíduo não tem êxito em se mutilar emocionalmente, pode contar com homens patriarcais para encenar rituais de poder que ataquem sua autoestima [...] além disso, a grande mídia

conservadora também oferece lições diárias de pedagogia patriarcal e ensina aos meninos o que devem fazer para serem considerados homens. A mídia torna o flerte com a morte glamuroso e atraente [...] se você não pode provar ser “homem o bastante” se tornando presidente, ficando rico, virando líder público ou sendo chefe, então a violência é sua entrada no campeonato de virilidade do patriarcado, e sua capacidade de praticar violência equilibra o jogo. Nesse campo — o campo da violência — qualquer homem pode vencer (hooks, 2025, p. 99).

hooks considera que os programas infantis contribuem muito com a produção dos mitos machistas e explica sua teoria a partir da análise do programa *O Incrível Hulk* que, afirma a autora, foi muito eficiente na transmissão da ideia aos homens do emprego da força física brutal e grandiosa como solução para qualquer situação de crise. Bruce Benner, o personagem principal, era um cientista (personificação definitiva do homem racional) que, quando sente raiva, se transforma em uma imensa criatura verde que emprega violência brutal contra seus alvos de forma descontrolada. Depois de praticar a violência, Benner volta à sua personalidade racional de homem branco e não se recorda dos próprios atos, não podendo, portanto, assumir responsabilidade por eles (hooks, 2025, p. 166). A metáfora do Hulk é útil para demonstrar como funciona a estratégia de atribuir um diagnóstico psiquiátrico aos homens que cometeram ataques contra escolas como explicação para sua violência brutal. Um caminho para argumentarmos a favor da despatologização do fenômeno e refletir sobre esta autorização cultural dada aos homens para reagir com raiva grandiosa contra aquilo que despertou afetos negativos. O episódio narrado a seguir auxiliará nesta tentativa.

Em 1927, um homem de 55 anos vitimou mais de 103 pessoas após cometer um atentado suicida contra a Bath Consolidated School em Michigan, Estados Unidos. Este homem, um fazendeiro da região, havia sido eleito para o cargo de tesoureiro do conselho da escola em 1924 e ao longo de seu exercício entrou em conflito com os outros conselheiros do quadro, a quem acusava de má gestão financeira. No ano seguinte, em 1925, enquanto seu mandato no conselho escolar ainda estava vigente, o

homem fora nomeado por curto período como secretário do município de Bath, mas acabou derrotado nas eleições de 1926 para este cargo. A derrota pública e perda dos postos de poder que acumulava foram um golpe certeiro no ego deste homem, que então passou a planejar por meses a fio sua vingança contra a comunidade de Bath. Antes de executar seu atentado, o homem assassinou sua esposa e destruiu sua propriedade agrícola.

O atentado contra a Bath Consolidated School é até hoje considerado como o atentado em massa mais letal da história dos Estados Unidos: das 103 vítimas, 44 pessoas morreram sendo 38 crianças. O almoz se matou durante o atentado (feito a partir da implosão do prédio da escola), mas deixou um bilhete — encontrado pelos investigadores — com suas últimas palavras que indicam uma justificativa para seu ato: “*Criminals are made, not born*” (traduzimos como “criminosos são feitos, não nascem”).

Interpretamos que o almoz da Bath Consolidated School sentiu sua masculinidade — sua honra, seu título de homem — ser rebaixada após perder a eleição em 1926, provavelmente apreendida por ele como uma humilhação pública. A forma de recuperar o reconhecimento de sua virilidade e poder foi por meio da violência espetacular e brutal, grandiosa o suficiente para se tornar um marco para a história dos Estados Unidos da América. Ao afirmar que criminosos “são feitos”, o almoz tenta camuflar seus privilégios por meio da vitimização. Ele não nasceu criminoso, aquela comunidade em Bath o transformou em um. Em proporções menores em matéria de número de vítimas, mas semelhante em relação a práticas e tipo de motivações, o atentado tido como “ato fundacional” da identidade Incel em 2014, mencionado na introdução deste artigo, também corrobora minha teoria.

O presente trabalho tem o compromisso social e ético de não fortalecer o patriarcado e os ciclos de afirmação das masculinidades por meio da opressão e violência extrema. Por esse motivo, não divulgaremos os nomes dos perpetradores. Incentivamos que outras pesquisas que se aventurem por este tema também passem a omitir o nome dos atirado-

res, reforçando esta tentativa conjunta de negar visibilidade e fama viril a estes homens.

### **Considerações finais**

Após uma onda de ataques e ameaças contra escolas brasileiras em 2023, as maiores empresas privadas e estatais de comunicação do Brasil anunciaram em conjunto uma medida inédita. Seguindo orientações de entidades médicas, que apontaram conexão entre violência na mídia e comportamento agressivo em crianças, as empresas não mais divulgariam o nome dos autores de atentados contra escolas, imagens dos eventos, informações de suspeitos, vítimas ou da tragédia, com o objetivo de evitar o “efeito contágio” que estimularia novos ataques. Ainda que muito tardia, a medida é bem-vinda e futuramente poderemos investigar se foi efetiva para desmotivar novas tentativas de ataques.

A escolha da palavra “contágio” presente na nota para se referir aos ataques faz parte desse léxico que insiste em conectar a violência destes homens às patologias. Palavra semelhante aparece no título do artigo “‘Epidemia’ de violência nas escolas brasileiras e os efeitos na saúde dos sobreviventes: uma perspectiva a partir das experiências adversas na infância”, de Jural et al. (2024). O artigo publicado na renomada Revista Cadernos de Saúde Pública (CSP) propõe discussão sobre “os impactos dos ataques violentos às escolas na saúde dos estudantes sobreviventes e desenvolver reflexões acerca da abordagem preventiva do evento” (Jural et al., 2024. p. 1). A soma das palavras “contágio” e “epidemia” cria um alerta de perigo iminente para a população, mas ao mesmo tempo traz esperança e alívio, pois indica que a classe médica saberá remediar o problema. O artigo publicado na CSP desconsidera qualquer aspecto ligado ao tipo de gênero dos atiradores e transmite a autoridade de uma prescrição médica a ser seguida: para evitar novos casos devemos dar ambientes acolhedores para as crianças em casa, devemos ter escolas que combatam o bullying e identifiquem alunos deprimidos e suicidas — que

são considerados os assassinos em potencial — e, assim, combateremos a “epidemia” de ataques.

Entretanto, se crianças — de todos os gêneros — expostas a imagens, informações e cenas de violência relativas a ataques contra escolas estão sujeitas a se “contagiarem” e em seguida promoverem um novo, qual seria então a melhor explicação para mais de 90% dos casos — proporção<sup>10</sup> que demonstramos anteriormente — de ataques contra escolas terem sido cometidos por jovens e adultos do gênero masculino nos últimos 110 anos? Especificamente em relação ao Brasil, esta porcentagem é ainda mais explícita, pois 100% dos atentados neste mesmo período foram cometidos por homens cisgênero, adolescentes e jovens em prevalência. Sabemos que é altamente improvável que um vírus infecte apenas pessoas específicas de um gênero, mas sabemos que vírus se comportam de maneiras distintas nos organismos masculinos e femininos.

Os psicólogos especialistas em ataques contra escolas discordam da ideia de “contágio” para se referir ao aumento de ocorrência de casos e argumentam que o mais adequado é lidarmos com a ideia de imitação. A professora Marina Rezende Bazon (2023), do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (USP) afirmou em entrevista ao Jornal da USP que a imitação é um mecanismo de aprendizagem do comportamento humano que também se aplica ao comportamento criminoso. Segundo ela, podemos utilizar a hipótese da imitação para explicar o porquê dos ataques se replicarem e prosseguem,

Mesmo que tenhamos mais de um acontecimento, não podemos falar de contágio, porque ele não alcançou as características de um fenômeno de massa. Os crimes de contágio têm mais a ver com desordem pública, saquear mercados e lojas, por exemplo. No caso dos crimes nas escolas, falamos de imitação (Bazon, 2023).

Telma Vinha e Cléo Garcia (2025) contabilizam 42 ataques de violência extrema contra escolas no Brasil entre 2001 e 2024 dos quais 64,28% dos casos (27 total) ocorreram entre 2021 e 2024. Mesmo que tenha havido

um notável crescimento súbito de episódios nos últimos três anos, e que em alguns países os dados atuais sejam preocupantes<sup>11</sup>, a afirmação de Bazon se contrapõe à visão médica sobre o fenômeno. Entretanto, a psicologia, em nossa visão, muitas vezes escolhe caminhos de explicação insuficientes para lidar com o fenômeno, pois costuma dar ênfase ao indivíduo e aos efeitos de sua depressão, traumas de infância, ambientes familiares disfuncionais ou outros transtornos psiquiátricos sem levar em consideração questões ligadas a gênero e cultura patriarcal.

A exemplo, Vieira et al. (2008) ao refletirem sobre os possíveis determinantes para a expansão a nível mundial dos ataques contra escolas concluíram, a partir de dados empíricos oriundos de testes comportamentais realizados com crianças, que as famílias são determinantes para moldar o perfil de crianças e adolescente e, quanto mais elas forem expostas às cenas de violência e ambientes disfuncionais, maior será a tendência de desenvolverem uma personalidade violenta. Não concordamos com o pressuposto da forma como ele foi construído, pois consideramos pouco eficaz a tentativa de se estabelecer um padrão para este fenômeno que nitidamente não é homogêneo, principalmente no que diz respeito às suas motivações. Para ilustrar, oito anos após a publicação deste artigo, Sue Klebold (2016), mãe de um dos atiradores de Columbine, lançou um livro chamado "O acerto de contas de uma mãe: a vida após a tragédia de Columbine" no qual relata sua versão sobre a vida em família e o luto que viveu após se deparar com o ato extremo de seu filho caçula. Infelizmente, são poucos os relatos de familiares dos atiradores, afinal, normalmente são responsabilizados pela criação de "um monstro" e se preservam, mas eventualmente quando temos acesso a essas informações encontramos um outro lado, como descrito por ela:

Nossa vida em casa não era difícil nem pesada. Nosso filho mais novo nunca deu trabalho, e nós (nem ninguém que o conhecia) nunca o teríamos imaginado como um risco para si ou para outra pessoa (Klebold, 2016, p. 20).

Entretanto, Vieira et al. têm razão quando afirmam que a família influencia diretamente na formação do perfil de uma criança e é truísmo afirmar que um ambiente violento deixará marcas negativas profundas em sua saúde mental, mas não pelo fato do trauma invariavelmente gerar um potencial homicida, mas sim por esse ambiente familiar ser um tipo de “casa dos homens” na qual a cultura patriarcal será transmitida; aos meninos será ensinado que não devem demonstrar suas emoções e podem utilizar a raiva para conquistar sua dominação e às meninas será ensinado que devem ser subalternas e responsáveis pelo cuidado com os outros. A dimensão de gênero enriquece o debate.

Para os especialistas em comunicação e violência, quando mediada e espetacularizada pela mídia, a violência fascina e “se as imagens do terror não nos transformam em terroristas, transformam-nos em *voyeurs*” (Hikiji, 2012, p. 100). As imagens provocam emoções, mas não permitem que se vivencie a experiência retratada. Esta ausência de experiência seria um sintoma da modernidade, pois o espectador se identifica com a lente da câmera. É desta forma que a mídia ensina a violência e explica o que deve ser temido, pois

ao “agregar os fatos do cotidiano em editoriais” - roubos, homicídios e sequestros nas páginas policiais, e desemprego, corrupção e baixos salários em blocos de economia e política -, a rotina jornalística dissocia fatos que, muitas vezes, são interligados, “transformam os atos da criminalidade em epifenômenos” (Hikiji, 2012, p. 99).

Entretanto, apesar da mídia ser uma agente ativa nessa espécie de pedagogia da violência (Hikiji, 2012), não parece ser correto afirmar que apenas a violência representada influencia diretamente sobre a prática violenta:

Tal efeito pode ser produzido quando atos violentos aparecem associados a outros fatores como, por exemplo, predisposição psicológica e convívio em ambientes sociais cujo universo de valores propiciem a existência de frouxos controles à erupção de atos violentos, ou mesmo que os valorizem positivamente (Rondelli, 1995, p. 97 *apud* Hikiji, 2012, p. 99).

Flora Daemon (2015) chamou atenção para a dimensão da violência como performance comunicacional ligada ao desejo de alguns jovens de “inscrever” seus nomes na história a partir de atos infames — não apenas como crime, mas como gesto comunicacional. Daemon investigou especificamente 6 casos de ataques contra escolas (entre 2005 e 2012) que se encerraram com a morte dos atiradores e identificou essa vontade dos jovens homicidas-suicidas de deixarem um legado que pudesse incitar outros homens a partir da identificação com suas narrativas de dor, revolta e denúncia. Para tal, produzem “Pacotes midiáticos” (Daemon, 2015, p. 75) que são disponibilizados de muitas formas, incluindo upload em sites e envio direto para emissoras de TV. Dave Cullen segue raciocínio semelhante ao falar de Columbine e conclui que o espetáculo é um ingrediente vital para a receita da fama dos jovens executores: “o fascínio é proporcional à grandiosidade” (Cullen, 2019, p.380). Como demonstrado anteriormente na metodologia, somente 41% dos casos se encerram com o suicídio dos atiradores, o que significa que a maioria dos perpetradores se rendem às autoridades locais, por isso, consideramos que as investigações que se propuseram a analisar esta face homicida-suicida e espetacular do fenômeno sem considerar uma possível raiz comum optaram por trabalhar com as suas particularidades apenas.

Todos estes elementos expostos são caminhos interessantes que contribuem para uma eventual elucidação do fenômeno, mas, ao desconsiderarem a incontornável dimensão de gênero ligada à ocorrência dos ataques, muitos aspectos igualmente relevantes ficam pairando sem explicação. A conta não fecha. Acreditamos que os ataques contra escolas são acontecimentos complexos e multifatoriais, sendo muito difícil estabelecer um padrão específico para eles e seus autores, exceto pela única intersecção entre todos os episódios de ontem e de hoje: é uma expressão de violência ligada às masculinidades.

Em suma, com fundamento nas informações reunidas e contextualizadas neste primeiro momento da pesquisa de doutorado, avaliamos que os ataques contra escolas estão consolidados no imaginário coletivo

como um fenômeno de violência originado na era digital. Regularmente, observamos que tentativas de explicações sobre o fenômeno enveredam para a culpabilização dos indivíduos e suas famílias (que não vigiaram as atividades online dos filhos), dos jogos de videogame violentos (que ensinam como matar) e dos transtornos mentais. Jogar luz sobre os casos anteriores ao advento da internet se apresenta como uma nova proposta de análise para esses acontecimentos.

De toda forma, consideramos a internet um componente importante nesta soma. Ainda que não seja o cerne da questão, possibilitou a criação de mais um exemplar da “casa dos homens”, desta vez com a possibilidade de ser globalizada: as comunidades virtuais de Incels na machosfera. Muito se fala desses espaços como se fossem locais de acolhimento do sofrimento alheio, e realmente esta era sua função no passado, mas atualmente “enquanto alguns membros respondem a comentários suicidas com simpatia, outros incentivam os usuários a fazerem comentários prejudiciais, perguntando àqueles que expressaram ideação suicida por que ainda não tentaram” (Kelly; DiBranco; DeCook, 2021, p. 19). O suicídio é entendido nestas comunidades como um ato de coragem e sacrifício nobre por uma causa e é incentivado pela via do rebaixamento e questionamento da virilidade desses homens. Se um Incel comete suicídio após atacar uma escola, ele se transforma em herói (tentou mudar a sociedade por meio do extermínio) e em mártir (sofreu pelas mãos das feministas).

Estamos há pelo menos uma década testemunhando o refluxo de forças de extrema-direita, reacionárias e misóginas em escala global. A internet foi essencial para a superação das barreiras territoriais e possibilitaram a aproximação ideológica destes homens que refundaram a identidade Incel sob os cânones do ódio. A globalização digital explica como opera a intensa capilaridade e amplificação destas expressões de violência que podem vir a desaguar em um atentado em massa contra uma escola ou local público. Os atuais estudos sobre os Incel têm se debruçado sobre a análise de seus discursos, códigos, práticas e construção das masculinidades, porém, apesar de serem uma novidade, os Incel não

se diferem muito dos homens que cometeram atentados em massa ao longo dos últimos 110 anos. Os novos caminhos de investigação abertos até aqui visam fortalecer a tarefa de despatologização do fenômeno a partir do questionamento sobre a existência de outras possíveis maneiras de se pensar a violência e os ataques contra escolas para além das esferas da criminalidade e da negatividade.

## Notas

Clique sobre o número para retornar ao texto

1. Doutoranda em Saúde Coletiva, IMS/UERJ, e-mail: isabellamend@gmail.com.
2. Em abril de 2011, um jovem de 23 anos, ex-aluno da Escola Municipal Tasso da Silveira no bairro de Realengo no Rio de Janeiro, entrou na instituição e matou 10 meninas e 2 meninos, todos com idades entre 13 e 15 anos. O massacre de Realengo é considerado como o primeiro ataque de violência extrema contra escolas, ainda que a contagem oficial deste fenômeno no Brasil tenha se iniciado em 2001.
3. Disponível em: <https://www.vice.com/pt/article/j5y8q3/a-tristeza-infinita-dos-incels-um-retrato-da-juventude-em-crise-no-brasil>. Acesso em: 7 out. 2025.
4. Como se referem ao fenômeno em inglês.
5. Disponível em: <https://schoolshooters.info/about-dr-langman>. Acesso em 12 out. de 2025.
6. As únicas informações localizadas sobre a formação acadêmica do Dr. Langman foram localizadas em uma página da enciclopédia colaborativa Wikipedia. Segundo consta, Langman tem graduação em psicologia pela Clark University, mestrado e doutorado em psicologia de aconselhamento pela Lesley College e Lehigh University respectivamente.
7. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Peter\\_F.\\_Langman](https://en.wikipedia.org/wiki/Peter_F._Langman). Acesso em 18 out. 2025. Uma rápida verificação nos indicou que ataques contra escolas no continente africano parecem estar relacionados a contextos diferentes dos países ocidentais, como por exemplo, conflitos étnicos, políticos e guerras civis. O continente asiático tem registro de ataques contra escolas aparentemente semelhantes com os casos ocidentais a respeito das motivações, porém há menor letalidade devido ao restrito acesso a armas de fogo por civis. O aprofundamento destas questões será feito nas próximas etapas desta pesquisa.
8. Um dos episódios perpetrados por um homem trans aconteceu em março de 2023 na cidade de Nashville, no Tennessee (EUA). Inicialmente, a notícia que saiu na mídia informava que a autoria do ataque era de uma mulher de 28 anos, ex-aluna da *The Covenant school*. Entretanto, como menciona a nota do Editor do portal *Nashville Banner*, alguns anos antes do ataque, o atirador de Covenant começou a usar pronomes masculinos e o nome social, porém, ao longo do relatório sobre o tiroteio, o *Metro Nashville Police Department* (MNPd) se refere a ele pelo nome de registro e usa pronomes femininos. O departamento ofereceu a seguinte explicação: “Segundo a lei do Tennessee, a identidade

de gênero de uma pessoa deve corresponder ao seu sexo biológico ou às informações presentes em sua certidão de nascimento". Disponível em: <https://nashvillebanner.com/2025/04/02/covenant-school-shooting-report/>. Acesso em 19 out. 2025.

9. Dos 95 casos, 89 ocorreram nos Estados Unidos e 6 no Canadá.

10. Retiramos 127 episódios de ataques contra escolas na base de dados schoolshooters.info, selecionamos 119 cometidos por homens (94%) e separamos dos 8 (6%) cometidos por mulheres.

11. Entre 2021 e 2024 estima-se que ocorreram 319 incidentes de ataques contra escolas. Disponível em: [https://timesofindia.indiatimes.com/education/news/us-school-shootings-hit-decade-high-in-2024-a-grim-wake-up-call/amp\\_articleshow/116704345.cms?utm\\_source=chatgpt.com](https://timesofindia.indiatimes.com/education/news/us-school-shootings-hit-decade-high-in-2024-a-grim-wake-up-call/amp_articleshow/116704345.cms?utm_source=chatgpt.com). Acesso em 21 de out. 2025.

## Referências

- BAZON, Marina Rezende. Crimes graves tendem a se repetir por imitação ou contágio. *Entrevista concedida a Susanna Nazar*. Jornal da USP, São Paulo, 14 set. 2023. Disponível em <https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/crimes-graves-tendem-a-se-repetir-por-imitacao-ou-contagio/>. Acesso em 24 out. 2025.
- CULLEN, Dave. *Columbine*. Rio de Janeiro: Darkside Books, 2019.
- DAEMON, Flora. *Sob o signo da infâmia Das violências em ambientes educacionais às estratégias midiáticas de jovens homicidas-suicidas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- DECLERCQ, Marie. A tristeza infinita dos Incel. *Vice*. 21 ago. 2019. Disponível em: <https://www.vice.com/pt/article/a-tristeza-infinita-dos-incels-um-retrato-da-juventude-em-crise-no-brasil/>. Acesso em 24 out. 2025.
- HIKIJI, Rose. *Imagem e Violência Etnografia de um Cinema Provocador*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.
- HOOKS, bell. *A vontade de mudar homens, masculinidades e amor*. São Paulo: Elefante, 2025.
- JURAL, Lucas. RISSO, Patrícia. CUNHA, Antônio. FAGUNDES, Fábio. GONÇALVES, Andréa. PAIVA, Saul. MAIA, Lucianne. “Epidemia” de violência nas escolas brasileiras e os efeitos na saúde dos sobreviventes: uma perspectiva a partir das experiências adversas na infância. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n.3, p. 2-5, 2024.
- KELLY, Megan. DIBRANCO, Alex. DECOOK, Julia R. *Misogynist Incels and Male Supremacism Overview and Recommendations for Addressing the Threat of Male Supremacist Violence*. Washington D.C, 2021. Disponível em: <https://www.newamerica.org/political-reform/reports/misogynist-incels-and-male-supremacism/>. Acesso em 24 out. 2025.
- KLEBOLD, Sue. *O acerto de contas de uma mãe*. Campinas: Verus Editora, 2016.
- LANGMAN, Peter. *School Shooters. Info. Resources on school shootings, perpetrators and prevention*. [recurso eletrônico]. Langman Psychological Associates, 2025. Disponível em: <https://schoolshooters.info/>. Acesso em 24 de out. 2025.
- LIMA-SANTOS, André Villela de Souza. SANTOS, Manoel Antônio dos. Incels e Misoginia On-line em Tempos de Cultura Digital. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v.22, n.3, p. 1081-1102, setembro a dezembro, 2022.
- RODGER, Elliot. *My twisted world*, California, 23 mai. 2014, documento virtual. Disponível em: <https://l1nq.com/PSYdg>. Acesso em: 30 jan. 2025.

RODRIGUES, M. "Engoli a blackpill e deu porcaria": (Des)construção das masculinidades de Celibatários Involuntários. 2023. Dissertação (Mestrado em psicologia) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2023.

VIEIRA, Timoteo Madaleno. MENDES, Francisco Dyonísio Cardoso. GUIMARÃES, Leonardo Conceição. De Columbine à Virgínia Tech: Reflexões com Base Empírica sobre um Fenômeno em Expansão. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, v.22, n.3, p. 493-501. 2009,

VINHA, Telma. GARCIA, Cléo. NUNES, Cesar Augusto. ZAMBIANCO, Danila. MELO, Simone. LAHR, Talita. PARENTE, Elvira. FOGARIN, Beatriz. OLIVEIRA, Vitória. *Ataques de violência extrema em escolas no Brasil causas e caminhos*. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://d3e.com.br/relatorios/ataques-de-violencia-extrema-em-escolas-no-brasil-causas-e-caminhos-atualizacao/>. Acesso em: 24 out. 2025.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, p. 460-482, 2001.







# Gordofobia, masculinidades e ativismo: uma etnografia sobre ausências e presenças masculinas no ativismo antigordofóbico

RENATA ARGOLO DOS SANTOS<sup>1</sup>

Os movimentos, grupos e ações antigordofóbicas são uma resposta organizada contra a estigmatização e discriminação de pessoas gordas, especialmente as gordas maiores, classificadas pela biomedicina enquanto pessoas obesas. Identificada a partir do termo gordofobia, essa é uma violência expressa em diversos âmbitos sociais em nosso cenário contemporâneo, estruturada principalmente pela patologização dos corpos gordos, ela se expressa na falta de acessibilidade e deméritos estéticos e morais que afetam as relações interpessoais, carreiras profissionais, e o acesso a lazer e a saúde dessa população.

Me encontro nesse cenário tanto a partir de uma identificação pessoal e política enquanto mulher gorda, que também se engaja nesta pauta desde a adolescência, quanto, posteriormente, enquanto cientista social que inicia sua trajetória de pesquisa interessada em um olhar interseccional sobre a temática da gordofobia. Portanto, foi nesse percurso de cerca de 10 anos de envolvimento empírico e acadêmico com esse debate

que chego à constatação de uma predominância feminina e feminista na construção do ativismo gordo (Gonçalves; Souza, 2020; Jimenez-Jimenez, 2020; Rangel, 2017; 2018; Santos, 2021; 2024). Essa constatação é o que encaminha a formulação de uma inquietação: onde estão os homens gordos nesse cenário e porque não se engajam nas mesmas proporções no campo do ativismo antigordofóbico?

Questões estas que dão origem à minha pesquisa de pós-graduação, com uma dissertação que teve como objetivo analisar as possíveis relações entre construções de masculinidades e os níveis de engajamento de homens gordos com esse ativismo. Através de uma metodologia qualitativa, que tomou a etnografia como caminho de produção e análise de dados, a pesquisa se desenvolveu com a observação de uma comunidade virtual, o perfil de Instagram “Canal do Preto Gordo”. O percurso metodológico, contou as etapas de revisão bibliográfica; análise de dados produzidos diretamente no perfil, com observação de vídeos, lives, legendas, imagens postadas e interações entre os interlocutores; análise do material proveniente das entrevistas semiestruturadas e interações nos chats do Instagram e Whatsapp; e constantes anotações e reflexões feitas a partir da experiência em campo e elementos autobiográficos da minha própria experiência enquanto pesquisadora e ativista gorda.

A investigação se desenvolveu a partir da hipótese de que uma maior busca e proximidade de padrões hegemônicos de masculinidades pode se configurar enquanto barreira no acesso e engajamento de homens gordos com esse ativismo. Hipótese essa, que foi confirmada na realidade observada, visto que, na experiência do Canal do Preto Gordo se destacaram expressões de cisheteronormatividade como barreiras de expansão do envolvimento de mais homens com a proposta da comunidade. Ademais, também ganharam destaque nas narrativas analisadas, a dificuldades em se assumir vulnerabilidades, refletir e verbalizar sobre os próprios sentimentos, elementos presentes em ensinamentos de um padrão de masculinidade que impactaram negativamente nas possibili-

dades de diálogos a respeito de experiências de gordofobia sofridas por esses homens e, consequentemente, no seu engajamento com essa luta.

Ademais, destaco que esta pesquisa parte de uma abordagem que compreende as masculinidades como plurais, reafirmando que “[...] masculinidade não é uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos. Masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar” (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 250), uma diferenciação que identifiquei principalmente a partir das diferentes posições raciais, de sexualidade, classe, idade, território e diversidade corporal. Portanto, acionei nesta pesquisa a noção de masculinidades hegemônicas e subalternas a partir do entendimento de que a masculinidade hegemônica, de acordo com Connell e Messerschmidt (2013), não é “normal” em um sentido estatístico, mas normativa em sua aplicação de incorporação de um padrão de “ser homem” considerado mais honrado e desejável socialmente.

Posto isto, este artigo se dedica a compartilhar alguns resultados desta pesquisa, situando a comunidade pesquisada, os caminhos pelos quais ela construiu sua presença neste ativismo e elementos nas narrativas compartilhadas que ajudam a compreender as barreiras que também constroem as ausências de muitos homens no cenário da luta antigordofóbica.

### **Lócus de pesquisa: conhecendo o Canal do Preto Gordo**

A escolha dessa comunidade se deu a partir de uma fase inicial de campo que, após seleção na plataforma do Instagram, contou com a observação de cerca de 8 perfis de homens gordos que produziam conteúdo de forma pública e direcionada para debates acerca do próprio corpo. Contudo, no desenrolar da pesquisa, o Canal do Preto Gordo se destacou pela sua proposta coletiva, funcionando como uma comunidade que abrangia diversos homens e contava com uma extensa produção de conteúdo focado no debate acerca da gordofobia e das masculinidades negras.

Criado em janeiro de 2021, o perfil, que inicialmente se chamava “Ébanos em Fatura”, nasceu, segundo a própria descrição em sua apresentação na plataforma e a narrativa compartilhada pelo seu administrador, com a missão de ser um espaço de “empoderamento do homem preto e gordo”. Esse objetivo se desenvolve a partir de duas principais estratégias de busca por representação positiva, as *lives* e as fotografias compartilhadas no perfil. A respeito das fotografias, há no Canal do Preto Gordo uma chamada constante para que os integrantes enviem fotos suas para compor uma espécie de álbum coletivo, a proposta é de que esses homens negros e gordos possam ter referências de outros corpos parecidos com os seus em diversos contextos, reafirmando a diversidade da sua beleza e capacidades, através de imagens em ambientes de lazer e trabalho, por exemplo.

A outra estratégia é a produção de *lives* realizadas de forma semanal no perfil e que se apresentavam como uma ferramenta de comunicação muito relevante. Durante o processo etnográfico foi possível categorizá-las e destaco aqui duas dessas categorias, a primeira delas eram as “*lives* temáticas”, espaços que abrangiam reflexões focados em temáticas que interseccionavam principalmente o debate sobre antigordofobia e antirracismo, com *lives* sobre saúde, envelhecimento, relacionamentos amorosos, mercado de trabalho, entre outras.

Assim como, destaco uma segunda categoria que são as “*lives* dos pretos gordos”, um conjunto de encontros que traziam homens negros e gordos como convidados para falar de suas carreiras profissionais e trajetórias de vida, debatendo tanto sobre suas dificuldades, quanto sobre suas conquistas e reafirmando a capacidade de ocupar diferentes lugares, a exemplo de carreiras no esporte e nas artes, a fim de alimentar esse imaginário positivo para os integrantes da comunidade em seus próprios projetos e perspectivas de vida.

Contudo, além de contextualizar as principais dinâmicas do perfil, considero relevante destacar também outro elemento sobre a história da sua criação, pois essa trajetória nos ajuda a compreender algumas das

problemáticas presentes no contato com outros homens, integrantes ou possíveis integrantes da comunidade.

O administrador do Canal do Preto Gordo, além de demarcar seu pertencimento enquanto um homem negro e gordo, também se orgulha da sua identidade enquanto um homem gay, e essa vivência fez com que buscasse inicialmente um local de acolhimento e autoestima em perfis de “comunidades ursinas”. Os “Ursos”, tradução brasileira do termo original *Bear*, são uma nomenclatura de identidade usada de maneira geral para homens que se relacionam afetivo sexual com outros homens e que tem como características marcantes os pelos e uma composição física grande e/ou gordos. Na década de 1980, nos Estados Unidos, as comunidades ligadas aos Ursos surgiram como uma subcultura gay, e posteriormente também se estabeleceram no Brasil com suas especificidades, cultivando desde *sites* de relacionamentos, festas e outros encontros presenciais, a páginas em redes sociais como o Instagram, as quais o interlocutor da pesquisa se refere (Caroba, 2021; Hennen, 2005).

De acordo com relato dele e de outros integrantes do perfil, as comunidades, festas e perfis relacionadas aos Ursos, por mais que se apresentassem como um local inicialmente atrelado a um significado de pertencimento e valorização das suas identidades sexuais e corporalidades gordas, foram se mostrando também permeados por racismo e desigualdades de classe. Elementos que geraram o incômodo que foi motivador da criação do Canal do Preto Gordo como um espaço exclusivo para homens negros e gordos.

O perfil começou com... Digamos assim, um incômodo meu, um inconformismo meu. Porque assim, no Instagram tem vários perfis de homens gordos, né? Os Ursos, né? Que são os homens gordos e peludos, né? Mas quando a gente sempre via pretos nesses perfis [...] Sempre era o preto magro, ou era o preto musculoso, barriga tanquinho, ou seja, havia uma sexualização muito grande e incômoda com a imagem do preto, né? Mas os brancos tinham de todas as formas, tinha o magro, tinha a barriga tanquinho, tinha o Urso, tinha o chubby que é o gordo sem pelos, tinha todos os tipos E aí, mas cadê o preto gordo? [...] E aí eu vi isso em uma, em duas, em três, em quinze, vinte

páginas, o padrão era o mesmo, o preto magro ou preto musculoso, e aí eu falei, “Tá errado”. E aí eu comecei a perguntar na DM, para os administradores, né? Alguns amigos meus compartilhavam da mesma ideia e compartilhavam na DM, e a gente não tinha resposta. Como se diz antigamente, a gente ficava no vácuo, não tinha resposta nenhuma, visualizava e não respondia. E isso foi me dando uma agonia, uma revolta, que eu falei “Porra, isso é deliberado” (Transcrição de trechos de entrevista online realizada em 06 de maio de 2023).

Entretanto, diferente do foco das comunidades ursinas, a ideia era criar um perfil que não pretendia ser focado em um viés homoafetivo e sim ser aberto para homens de todas as sexualidades e expressões de gênero, unidos em torno dessas duas identidades de pretos e gordos. Assim nasceu essa comunidade, mas, com o passar do tempo, também foi ficando nítido que esse desejo de união seria atravessado por desafios e conflitos que também envolviam homofobia, transfobia e certas barreiras advindas das construções de masculinidades de homens aos quais o administrador tentava agregar ao perfil. Portanto, essas questões serão abordadas na pesquisa, especialmente no que diz respeito ao seu papel enquanto barreira de contato com o ativismo proposto pelo Canal do Preto Gordo.

### **Cisheteronormatividade como barreira: padrões de masculinidades e conflitos na comunidade do Canal do Preto Gordo**

O termo cisheteronormatividade busca explicitar a construção de um sistema normativo configurado pela condição da heterossexualidade e cisgêneridade, que expressam um processo socialmente construído de naturalização e normatização de apenas uma forma de existir, expressar gênero e se relacionar afetivo-sexualmente, guiada pelo binário masculino-feminino. Um sistema que atua em todo um conjunto de comportamentos, vestimentas, gostos e outros elementos que compõem nosso ser e estar no mundo através de regras culturalmente impostas que valorizam ou punem indivíduos desde suas infâncias (Costa et. al, 2023).

Esse sistema também guia o padrão de uma masculinidade hegemônica que deve atender a esses pré-requisitos e promove entre muitos homens a aversão aqueles que não se enquadram nesses ideais, e é esse tipo de sentimento que está embutido na pergunta que paira sobre o Canal do Preto Gordo em muitos momentos: “esse é um perfil gay?”.

De acordo com os relatos apresentados pelo administrador essa tensão é presente no contato com muitos homens cisheterossexuais que se aproximavam do perfil, em alguns caso havendo uma recusa geral do contato, quando não querem seguir ou ser seguidos pelo perfil, em outras, por mais que acompanhem os conteúdos se recusam a serem identificados ou interagirem de forma mais aprofundada, com o compartilhamento das suas fotos, por exemplo. O interlocutor relatou ainda, que em um dos casos foi procurado por um seguidor que já havia permitido a postagem da sua foto, mas pediu para retirasse assim que recebeu elogios de outros homens.

[...] E você sabe que isso passava até a ser argumento pros héteros, né? Que falava “Aí, isso é perfil de viado. Ai isso aí é coisa de viado!” Porque eles justificavam “Ah, você botou um gay” e sim às vezes, a maioria, por incrível que pareça, são gays, porque os héteros, eles têm toda essa normatividade tóxica, todo aquele machismo estrutural, né? [...] Então eles começam a ver com outros olhos e é uma das desculpas que eles utilizam, às vezes até pra não dar foto [...] Até que um falou pra mim “Isso é coisa de viado” e eu falei: “Porque que é coisa de viado? Porque olha só cara, sério que você tá dizendo que o perfil é de viado por que tem homem sem camisa? É essa a sua ligação, é esse seu link? [...] Não é porque você é hetero que você não possa receber um elogio de um outro homem com naturalidade [...] mas você não consegue, você tem pavor de ser identificado como viado, né? Então tudo que escapa desse machismo estrutural, tudo que escapa dessa heteronormatividade tóxica é “coisa de viado”, então você já fica em pânico e você já não quer mais fazer parte disso (Transcrição de trechos da entrevista online realizada com o administrador do perfil em 06 de maio de 2023).

Alguns elementos foram apresentados na construção dessas narrativas como motivadores dessa “desconfiança” com a comunidade, como a pró-

pria orientação sexual do administrador, elementos ligados a cultura *bear*, a presença visível e majoritária de homens gays e bissexuais integrando o perfil, o debate de temáticas que envolvem o combate a homofobia e transfobia no conteúdo postado, e por fim, as próprias fotografias. No caso das fotos, o incômodo estava tanto a presença daquelas que carregam abertamente símbolos de orgulho homoafetivo, ou apenas pelo foco nas fotografias de homens sem camisa, um convite reforçado pelo administrador no envio das fotos dos seguidores, visto que, acreditava que esse era um tabu entre homens gordos, que não se sentiriam confortáveis em posar sem camisa, e por isso seria importante apresentar essas fotografias a partir de uma representação de pretos gordos orgulhosos e seguros com seus corpos.

Ademais, abordar o próprio incômodo com a exposição do corpo gordo no contexto desses homens trouxe à tona outros elementos que dizem sobre diferentes significados da gordofobia que também são atravessados e atravessam a construção da dinâmica das masculinidades.

Portanto, destaco também diante desse cenário o fenômeno que pode ser identificado como “feminização da gordura” (Santos, 2021), no qual, além da associação de características físicas dos corpos gordos como femininas, a exemplo do aumento dos seios, quadris e nádegas, há também a propagação, desde dos anos de 1920 e 1930, do chamado “paradigma hormonal”, no qual o avanço de descobertas sobre os hormônios e suas funções na definição de características físicas consideradas femininas e masculinas invade o discurso público trazendo consigo também uma estigmatização que associavam a gordura a discursos de normatização de gênero e sexualidade. Exemplo disso é a ideia de que o déficit dos níveis de testosteronas estavam associados ao acúmulo de gordura no corpo e que estes poderiam medir tendências homossexuais, como argumenta Denise B. Santanna (2016), além de destacar a associação da gordura como “coisa de fêmea”.

Desde então, um argumento da natureza hormonal veio fortalecer a antiga hipótese de que haveria uma vocação mais feminina do que

masculina para engordar e, sobretudo, para adquirir celulite. O que deu margem a suposições do tipo: o organismo feminino seria de fato pouco sólido e carente de consistência; gordura e mulher seriam naturalmente macias e moles, misteriosas e turvas. Antigos estereótipos eram reafirmados em relação ao suposto “sexo frágil”. Viscosa e cada vez menos útil, a gordura transformou-se definitivamente em “coisa” de fêmea e não de macho (Santanna, 2016, p. 97).

Além disto, é relevante também destacar a associação dos corpos musculosos como corpos másculos, como um ideal de corpo masculino que também povoa o imaginário social, no qual, de acordo com Rego (2014), a hipertrofia muscular se configura em um “dispositivo de gênero”, utilizado, inclusive, por homens transgêneros para a produção de um corpo reconhecido socialmente como masculino. Portanto, em nosso contexto social, além dos significados dessa aparência física, as próprias atividades associadas à produção desse corpo musculoso cumprem um papel relevante para socialização masculina em diversos âmbitos, contextos nos quais a gordofobia se apresenta na interação com esses elementos que têm um impacto específico para homens gordos.

### **Masculinidades em disputa e elementos relevantes para a compreensão da ausência de protagonismo masculino no ativismo gordo**

Em sua pesquisa a respeito da política, identidade e construção de significados do ativismo gordo a autora Natalia Rangel (2018) aponta que o padrão de masculinidade de homens cisheterossexuais pode ser lido como um elemento que dificulta a identificação dos mesmos com os movimentos antigordofóbicos, uma barreira que se aprofunda ainda mais diante da relação histórica desses movimentos com debates em torno de questões de gênero e sexualidade. Relação está que também pude observar a partir de um levantamento histórico que realizei a respeito da trajetória de emergência dos movimentos de *fat liberation*, na década de 1960 nos Estados Unidos, até a consolidação de campos de ativismo e pesquisa gorda no Brasil (Santos, 2024).

Tendo a clareza de que os feminismos e a luta pelo direito ao corpo desse movimento faz parte dessa construção bem como a luta pelo direito de ser quem se é por parte do movimentos LGBTQ+, os aspectos que impedem maior participação dos homens heterossexuais como a construção das masculinidades em uma sociedade de dominação masculina (BOURDIEU, 2005) em que a sensibilidade é majoritariamente negada aos homens enquanto construção do ideal de macho alfa, parece ser um caminho para compreender melhor essa relação entre participação política no ativismo gordo e questões de gênero e sexualidade (Rangel, 2018, p. 141).

Portanto, foi também seguindo esta pista que minha hipótese de pesquisa se construiu e encontrou eco na realidade observada, diante da qual abordei tanto as expressões mais diretas de homofobia, quanto os ensinamentos que levam a dificuldade de expressão dos próprios sentimentos e do estabelecimento de diálogos sobre eles, enquanto elemento de constituição de masculinidade centrais no estabelecimento de barreiras no engajamento ativista gordo explícito nas narrativas analisadas.

A associação da vulnerabilidade emocional a uma atitude feminina, considerada como fraqueza, leva a busca da supressão da elaboração dos próprios sentimentos e dificuldade em demandar ajuda nestas questões, elementos que se apresentam como uma característica associada a legitimação de um padrão de masculinidade que se apoia na síntese difundida socialmente de que “homens não choram”. Neste sentido, Breno Rosostolato (2019) nos ajuda a compreender um conceito relevante para a abordagem desse fenômeno na construção de padrões de masculinidade, ao dialogar com o conceito psicossomático de alexitimia, enquanto condição psíquica caracterizada pela dificuldade em nomear os próprios sentimentos e sensações. O autor aborda esse fenômeno psicossomático a partir do seu encontro com a construção social de uma masculinidade hegemônica marcada por um estado de distanciamento emocional e de afeto fragmentado, atitudes que reforçam comportamentos nocivos para os próprios indivíduos e para aquelas e aqueles com os quais convivem.

Portanto, apresentarei um exemplo relevante nas narrativas compartilhadas no perfil que auxilia na compreensão de como esse padrão de masculinidade cisheteronormativo afasta esses homens do ativismo, diante da dificuldade de abordar suas próprias vulnerabilidades e questões emocionais provocadas pela gordofobia. O uso do humor autodepreciativo como um “escudo de proteção” e barreira de análise e compartilhamento das próprias dores foi um elemento de destaque na observação dos diálogos compartilhados nas *lives* do Canal do Preto Gordo, nas quais os interlocutores explicitaram como diante de ofensas gordofóbicas muito homens, desde suas infâncias, aprenderam que acionar o humor de forma autodepreciativa poderia ser uma saída considerada mais máscula para lidar com essa situação de vulnerabilidade.

Há diversos relatos de seguidores que afirmam ter aprendido a “se zoar primeiro”, fazer piadas sobre si mesmos para evitar que as ofensas vindas de terceiros se prolonguem ou mesmo para não ocuparem um local considerado inferior, enquanto vítimas, que se importam e demonstram seu desconforto diante da violência. O diálogo a seguir foi registrado em uma das *lives* do perfil, nele, ao mesmo tempo em que se explicita elementos que demonstram os impactos emocionais da gordofobia nos homens, que por sua vez precisam se “esconder” para poder expressá-los, há ao mesmo tempo uma naturalização da ideia de que esse mecanismo é uma “forma melhor” de lidarem com a gordofobia, uma forma mais “forte” do que a demonstrada pelas mulheres.

Convidado - Porque assim, o corpo, é mais assim, é mais mulher, homem é mais difícil. Mulher é mais encanada com essa questão de corpo, homem também é, mas homem ainda consegue lidar um pouco, que seja pelo humor, que seja, né? Ele se esconde na casca do humor, mas a mulher é mais... Porque mulher sofre duplamente, né? Porque a mulher tem a questão de ser julgada pela sociedade, né? Não é o corpo padrão, não é o corpo da Thais Araujo, não é o corpo da Iza, né? O cara, assim, a gente... “Ah não é o corpo do Denzel Washington, não é o corpo do Will Smith, vai fazer o que?”. Mas, o homem consegue lidar melhor, né? O homem lida melhor com a questão do corpo, a mulher não.

Administrador do perfil - Será mesmo?

Convidado - Não, é porque o homem, ele consegue entrar numa casca de autodefesa muito rápido, por exemplo, você sacanear um homem gordo preto, ele se defende de uma maneira mais ácida, mais sarcástica, nem que depois ele vá para o banheiro chorar.

Administrador do perfil - Ele se sabota para não sabotarem ele.

Convidado - Exatamente, ele se sacaneia primeiro pra o cara falar “Pow, não tive nem tempo de sacanear”, e aí perde a graça, mas depois ele vai chorar no banheiro, né? E a mulher não, não sei, parece que o gatilho dela... Não é que é mais lento, mas ela absorve mais, ela toma a porrada e meio que ela desestrutura, sabe? Pois é, cê vira e fala “Cê tá grávida?”, não ela tá gorda, aí já... [...] O cara não, ele fala “É, meu bebê, não sei que, parará”, entendeu? (Transcrição de trechos de live realizada em 9 de abril de 2022 no perfil @canal\_do\_preto\_gordo).

O convidado pontua o choro escondido, um sinal de que sim, aquela ofensa atinge emocional, mas também reforça em seu discurso que acionar o humor autodepreciativo e não demonstrar esses impactos publicamente se configuram como uma vantagem masculina em comparação com as mulheres que, segundo ele, se “desestruturam” diante desses ataques.

Portanto, é diante de aprendizados como esses que a própria percepção do ativismo antigordofóbico como algo inferior, associado majoritariamente as mulheres e aos homens que desviam do *script* do “homem de verdade”, se estabelece. A ideia de que se importar com esse tipo de violência demonstra fraqueza e por isso seria “coisa de mulher” ou “coisa de viadinho”, como também é relatado por outro interlocutor da pesquisa, o que sintetiza como padrões cisheteronormativos configuram barreiras de acesso e engajamento nesse campo do ativismo.

[...] eu trabalho só com homens, né? Então pra eles tudo é “mi mi mi”, é “viadinho”, é isso e aquilo. Porque como eu trabalho com segurança do trabalho eu sou muito mais sério no trabalho, raramente eu dou risada, por ter que ser assim mesmo, então eu corto muito, mas tu escuta piadinha o tempo todo. Ai porque é “mi mi mi”, “gordofobia não existe”, “isso aí é piada” (Transcrição de trecho de live em 23 de maio de 2021 no perfil @canal\_do\_preto\_gordo).

A argumentação de “gordofobia não existe” ou que verbalizar sobre a mesmo é considerado um “mi mi mi”, onomatopeia associado ao choro\lamento que é usada de forma pejorativa para acusar determinados debates de serem “vitimistas” e exagerados, é um exemplo relevante de como esses padrões de comportamento e pensamento associados a uma masculinidade hegemônica podem impactar na adesão de homens a essa luta, “[...] visto que, o reconhecimento público dos impactos da gordofobia envolve a análise e exposição de sentimentos, o reconhecimento da própria vulnerabilidade e em certa medida a busca por ajuda no enfrentamento dessas questões através da construção coletiva” (Santos, 2024, p 193).

No entanto, é relevante também situar que esses padrões não atingem apenas homens cisgêneros e heterossexuais, a pressão exercida por eles também impacta aqueles que fogem a essas normas, visto que as mesmas também povoam imaginários de diferentes sujeitos mesmo que de forma inconsciente, e que, muitas vezes a reprodução desses ideais também se configura numa ferramenta de busca por maior validação e proteção contra violências.

[...] eu tenho o preto gordo hétero que é homofóbico com preto gordo gay, que é transfóbico com o preto gordo trans. Que eu postei hoje aqui no canal, os 5 pretos gordos trans no Dia Nacional da Visibilidade Trans, é isso que acontece. Eu tenho a panelinha do preto gordo hétero que acha que não tem que se misturar com preto gordo porque ele é viado, vou logo no termo, entendeu? “Ele é viado e eu sou melhor do que ele” e o preto gordo viado, entendeu? “Eu sou cis, eu não sou essa imitação, isso não é preto gordo porque isso não tem piru”, fala logo assim do preto gordo trans, e aí? Quando tá todo mundo no mesmo barco, é todo mundo preto gordo (Transcrição de trechos de live em 30 de janeiro de 2022 no perfil @canal\_do\_preto\_gordo).

Ademais, no caso dos homens que são estigmatizados pela gordofobia, há também a busca pela incorporação de uma masculinidade padrão também dialoga com o que venho nomeando em minhas pesquisas a respeito da gordofobia como “estratégias de compensação”, práticas que

buscam destacar elementos que possam ser socialmente valorizadas como forma de evitar a estigmatização gordofóbica. No caso das mulheres em pesquisa anterior (Santos, 2021), observei isso a partir do reforço de padrões estéticos de branquitude e feminilidade hegemônica, enquanto na análise do caso de homens gordos, além desses reforços estéticos, há outras estratégias que também se direcionam para próteses externas ao corpo, como a posse de bens de consumo e posições de poder social (Gonçalves, 2021), além do reforço de padrões de comportamentos que reafirmam a virilidade e outras características másculas que parecem ser desqualificadas pela gordura.

Em uma perspectiva interseccional não podemos deixar de demarcar que a possibilidade de acionamento dessas próteses é também mediada pela classe e raça. Para homens negros mesmo diante da produção e reprodução de padrões de masculinidade, alcançar o patamar de uma masculinidade hegemônica ainda é uma missão interpelada por nossa constituição histórica colonial que os localiza enquanto “homens de segunda categoria”, e configura vantagens sociais assimétricas entre os homens de diferentes identificações raciais e étnicas, ainda mais quando configuradas também por elementos como classe, orientação sexual, deficiência e, como argumenta esta investigação, também pela gordofobia.

Por fim, considero relevante destacar diante de todo esse cenário também os avanços associados ao trabalho realizado pelo Canal do Preto Gordo, como uma iniciativa relevante de protagonismo masculino no ativismo antigordofóbico, e que apesar das contradições internas à comunidade, ou talvez exatamente pela presença delas, tem levantado pautas e reflexões importantes ao debate das próprias masculinidades.

### **Considerações finais**

O presente artigo se dedicou a compartilhar parte dos resultados de uma investigação etnográfica interessada nas lacunas sobre as presenças e ausências de homens junto às articulações antigordofóbicas, observando

o cenário brasileiro através do ativismo desenvolvido no campo virtual, que promove um espaço relevante de debates a respeito dessa violência e dos seus processos de resistência.

Na confirmação da hipótese de que os elementos que constituem um padrão hegemônico de masculinidade podem gerar barreiras na aproximação e engajamento desses indivíduos com o ativismo antigordofóbico, destacaram-se a aversão a expressões que fogem do padrão cisheteronormativo, elementos que são associados a feminilidade e homoafetividade, além do destaque ao fenômeno do uso do humor autodepreciativo acionado nas narrativas como maneira de não demonstrar vulnerabilidade.

Assim, concluo destacando como o presente estudo não se pretende como uma finalização dos questionamentos levantados, mas sim como uma contribuição para abertura de horizontes de pesquisa nesse campo que intersecciona masculinidades e gordofobia, que por sua vez é ainda marcado por certa escassez de pesquisas direcionadas a esse recorte. Portanto, espera-se que no compartilhar desses resultados, outras pontes de possibilidade de reflexões e diálogos sobre essas experiências possam ser estabelecidas, a fim de enriquecer tanto o campo dos estudos antigordofóbicos, como dos estudos das masculinidades, relevante para o desenvolvimento de pesquisas e iniciativas de ativismos mais críticos e comprometidos com a complexidade das nossas realidades.

## Notas

Clique sobre o número para retornar ao texto

1. Mestra em Ciências Sociais (UFRB), financiamento CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, [renataargolo@aluno.ufrb.edu.br](mailto:renataargolo@aluno.ufrb.edu.br).

## Referências

CAROBA, Pablo Vinicius Pizzelli. *Ursos ao vivo: masculinidades como práticas de si no contexto online*. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos feministas*, v. 21, n. 1, p. 241–282, 2013.

COSTA, Luisa et al. Ansiedade ou cisheteronormatividade? Um estudo de caso na clínica em psicologia sócio-histórica. *MOSAICO - Estudos em Psicologia*, p. 65–82, 2023.

GONÇALVES, Josiane et al. Investigação sobre gordofobia: estado do conhecimento em teses e dissertações. *Interfaces da Educação*, v. 11, n. 31, p. 363–387, 2020.

GONÇALVES, Juliana Soares. *Novas estéticas para estruturas antigas: tecnologias, próteses de gênero e textualidades do mandato de masculinidade*. 2021. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – PPGCOM, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

HENNEN, Peter Bear; BODIES, Bear. Bear Bodies, Bear Masculinity: Recuperation, Resistance, or Retreat? *Gender & Society*, v. 19, n. 1, p. 25–43, 2005.

JIMENEZ-JIMENEZ, Maria Luisa. *Lute como uma gorda: gordofobia, resistências e ativismos*. 2020. Tese (Doutorado em Estudos de Cultura Contemporânea) – Faculdade de Comunicação e Artes, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2020.

RANGEL, Natália Fonseca de Abreu. *O ativismo gordo em campo: política, identidade e construção de significados*. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

RANGEL, Natália Fonseca de Abreu. *Redes da internet como meio educativo contra a gordofobia*. 2017. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

REGO, Francisco Cleiton Vieira Silva do. *Hipertrofia muscular como expressão da masculinidade entre homens transexuais: masculinidades e ética antropológica*. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, Natal, UFRN, 2014, p. 1–20.

SANTOS, Renata Argolo dos. *Somos Muitas: Uma análise interseccional da vivência de mulheres gordas*. 2021. Monografia (Graduação no Bacharelado em Ciências Sociais)

– Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal da Bahia, Cachoeira, 2021.

SANTOS, Renata Argolo dos. *“Aqui o preto gordo pode”*: uma análise das conexões entre padrões de masculinidades e gordofobia através da etnografia do perfil de instagram “canal do preto gordo”. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Cachoeira, 2024.





# Masculinidades e discurso na telenovela brasileira: disputas de gênero em Pantanal<sup>1</sup>

LYEDSON ENRIQUE DA SILVA OLIVEIRA<sup>2</sup>

CECÍLIA ALMEIDA RODRIGUES LIMA<sup>3</sup>

Um dos formatos audiovisuais mais emblemáticos do Brasil, a telenovela pode ser compreendida como uma tecnologia de gênero (Lauretis, 1994; Lima *et al.*, 2025) que nos permite assimilar, discutir e atualizar noções de gênero, como as dimensões das masculinidades e feminilidades. Isso porque, por meio de personagens e situações melodramáticas, a telenovela brasileira encena construções simbólicas em torno de diferentes modos de ser homem e/ou mulher no Brasil, representando determinados comportamentos em detrimento de outros.

No que tange às masculinidades, esse gênero narrativo, tão caro à teledramaturgia nacional, deixou inúmeros exemplos memoráveis de tipos masculinos: galãs viris e sedutores, patriarcas autoritários, heróis corajosos, fortes e capazes. Essas representações estão, em grande parte, alinhadas ao que Connell (1995) nomeou de *masculinidade hegemônica*, um modelo normativo e aspiracional que sustenta e legitima a subordinação das mulheres (e de certos tipos de homens) à dominação masculina,

estando fortemente relacionado à dominação de classe (Connell, 1987). Entretanto, apesar de operar predominantemente pelo reforço e repetição de padrões, a telenovela brasileira é dialética: atualiza-se para acomodar pressões comerciais, corporativas e políticas, adequando-se ao *esprit du temps* da sociedade. Assim, também oferece representações de ideários emergentes e contra-hegemônicos, com personagens que se afastam do *ethos* masculino tradicional e exploram sensibilidades, vulnerabilidades e formas variadas de expressar a afetividade.

Nesse sentido, *Pantanal* (TV Manchete, 1990; TV Globo, 2022) é uma telenovela de grande sucesso que problematiza diferentes construções da masculinidade. Entre a versão original, de Benedito Ruy Barbosa, e o recente *remake* capitaneado por Bruno Luperi, neto do autor, repara-se que houve continuidades e deslocamentos. As duas versões da obra têm no centro as relações entre o pecuarista José Leôncio e seus filhos — especialmente Jove, criado no Rio de Janeiro e afastado do pai durante a maior parte da vida. Os conflitos entre pai e filho são atravessados por marcadores geracionais e territoriais (campo *versus* cidade), que materializam concepções distintas sobre o que significa ser homem. Se tais discussões já estavam presentes na primeira obra, a releitura contemporânea tornou mais explícito o debate em torno das masculinidades, explorando o potencial da trama como recurso comunicativo (Lopes, 2009).

O presente artigo tem como objetivo analisar como *Pantanal* articula compreensões plurais de masculinidade a partir da trajetória de Jove, de sua relação com José Leôncio e da interação com os demais peões da região pantaneira. O estudo adota uma abordagem qualitativa e comparativa, combinando análise textual e audiovisual das duas versões da telenovela. Para fins de comparação, foi analisado o arco inicial da trama, tanto do *remake* quanto da versão original, contemplando, ao todo, 27 capítulos. O *corpus* incluiu cenas em que as tensões entre os modelos de masculinidade são mais evidentes, observando aspectos narrativos, performáticos e discursivos, com foco particular em uma sequência específica, presente em ambas as versões: a festa feita em homenagem à

chegada de Jove no Pantanal. A análise é orientada principalmente pelos aportes teóricos de Connell (1995) sobre masculinidades hegemônicas e não-hegemônicas, buscando compreender de que modo *Pantanal* opera como uma tecnologia de gênero (Lauretis, 1994), proporcionando um espaço de mediação e aprendizado social sobre o ser homem no Brasil contemporâneo.

### **Masculinidades no discurso das telenovelas**

Segundo Foucault (2007), o discurso pode ser pensado como uma rede de enunciados e relações que define as condições de existência de determinados saberes e subjetividades. Para o autor, o discurso ultrapassa o âmbito do que é dito, incluindo também o que é silenciado, reprimido ou marginalizado — compondo um sistema que regula o que pode ser pensado, vivido e expressado. A partir das reflexões foucaultianas, Teresa de Lauretis (1994) propõe o conceito de tecnologia de gênero, ao considerar a mídia como uma das diversas instituições — ao lado da família, da escola ou da Igreja — responsáveis por produzir e difundir representações e entendimentos sobre gênero.

Nesse sentido, a televisão é uma esfera social que tem um poder significativo de construir sentidos simbólicos e discursivos, podendo ser considerada uma tecnologia de gênero (Lauretis, 1994; Almeida, 2007). As novelas incorporam em suas narrativas o cotidiano do seu tempo presente nas mais diversas dimensões — modos de viver, pensar, sentir e se relacionar, num contexto em constante transformação (Motter, 2000-2001). “Aspectos não claramente perceptíveis ou não percebidos ganham nitidez, traçados com firmeza na ficção, antes que se consolidem como mudanças já estabelecidas nas práticas sociais” (Motter, 2000-2001, p. 79).

Dessa forma, autores e produtores das telenovelas brasileiras procuram incorporar às tramas elementos culturais que acreditam ser familiares e bem recebidos pelo público, utilizando-se dessas referências como forma de estabelecer reconhecimento e adesão (Almeida, 2007). Ao fazê-lo,

acabam por selecionar e validar certas representações em detrimento de outras.

Os bens culturais industrializados e distribuídos pela mídia eletrônica têm a capacidade de produzir certas construções simbólicas, apropriando-se de elementos que já circulam na cultura que produz tais bens, mas os reforçam e ‘normalizam’, constituindo um discurso hegemônico sobre o gênero (Almeida, 2007, p. 178).

A novela pode ser então compreendida como uma tecnologia de gênero, na medida em que mobiliza discursos e imagens que constroem e tensionam significados sobre os gêneros. Essa dinâmica se evidencia na maneira como a narrativa articula diferentes discursos sobre os gêneros, não apenas por meio do que é dito explicitamente, mas também através do que é sugerido e visualmente expressado, revelando camadas simbólicas que ultrapassam o texto e se inscrevem nos corpos e nas relações entre as personagens e como seu discurso opera nesse tensionamento dentro da trama.

No tocante às masculinidades, Ortega (2019) pontua que os traços apresentados nas telas como ideais de sujeitos masculinos são transmitidos para a audiência e têm o potencial de serem assimilados. A depender do sucesso do personagem e da identificação dos telespectadores com ele, suas características são enxergadas como positivas ou negativas dentro de um determinado contexto social.

[...] ainda que se estimule a hiper-generalização dos tipos representados, as imagens propostas tendem a provocar nas mulheres, o principal alvo das telenovelas, sensações que podem ser de desejo ou de repulsa, dependendo do modelo proposto e de se ele é ou não é socialmente aprovado. Daí constituir-se em padrões de expressão do bem (legítimo) e do mal, do ponto de vista das instituições sociais (Silva *et al.*, 2006, p.7).

Por muito tempo, os homens representados nas novelas eram apenas aqueles fortes, viris e confiantes, que levavam uma arma na cintura

ou andavam a cavalo para afirmar sua masculinidade (Oliveira Júnior; Cancela, 2013). Tais personagens ainda são recorrentes, especialmente nas histórias de ambientação rural, como é o caso das duas versões de *Pantanal*. Mas, no decorrer das décadas, esses personagens passaram a coexistir com outros tipos sociais masculinos, como empresários bem-sucedidos, fortões desajeitados, garanhões incorrigíveis, entre tantos outros.

A partir de um extenso estudo que analisou o “galã” das telenovelas ao longo de seis décadas (1960-2010), Ortega (2019) identificou pontos em comum nos protagonistas masculinos. No geral, segundo o levantamento, os perfis dos galãs pouco variaram entre 1960 e 2010. A pesquisadora relata que neste período todos os galãs de novelas observados eram brancos, heterossexuais e cisgêneros, com faixa etária entre 20 e 40 anos. Com algumas exceções, eram de classe média ou alta e residiam em ambientes urbanos. Todos trabalhavam ou estudavam, e nenhum se dedicava aos afazeres domésticos. “Eles são a imagem da masculinidade hegemônica, aquela considerada modelar, exemplo a ser seguido e desejado” (Ortega, 2019, p. 151).

A masculinidade hegemônica, conforme Connell (2005), corresponde a um padrão de masculinidade associado à virilidade, à racionalidade e ao controle, passando pela repressão de características emocionais. Na prática, ela não é atingível de forma concreta, mas é um modelo a ser perseguido que legitima o patriarcado e a dominação masculina. Exerce, portanto, um efeito de controle sobre homens e mulheres (Vale de Almeida, 2018). Mais do que um conjunto de traços individuais, trata-se sobretudo de uma configuração social profundamente atravessada por relações de classe, na medida em que esse ideal é historicamente produzido e sustentado por grupos socialmente dominantes, funcionando como mecanismo de legitimação de hierarquias não apenas de gênero, mas também econômicas e sociais (Connell, 1987).

A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser

um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens (Connell; Messerschmidt, 2013).

Além da masculinidade hegemônica, considerando a cultura ocidental, Connell (1995) também admite outros tipos não-hegemônicos de masculinidade, hierarquicamente subalternas a este padrão normativo. Conforme a autora, as *masculinidades cúmplices* estão relacionadas aos homens que, embora não correspondam ao ideal de masculinidade hegemônica, não apenas o ambicionam, como usufruem dos privilégios masculinos e contribuem para a manutenção da dominação masculina. As *masculinidades subordinadas* referem-se a pessoas que identificam-se com o gênero masculino cuja expressão de gênero, afetividade e orientação sexual desafiam o padrão heteronormativo da masculinidade dominante, a exemplo dos homens gays, bissexuais e assexuais. Finalmente, as *masculinidades marginalizadas* são aquelas postas à margem por fatores que estão além das categorias de gênero e sexualidade, como classe social, raça ou etnia.

A masculinidade hegemônica é um consenso vivido. As masculinidades subordinadas não são versões excluídas, existem na medida em que estão contidas na hegemonia, são como que efeitos perversos desta, já lá estão potencialmente (como o “perigo” homossexual que a homosociabilidade comporta, ou o feminino que está sempre presente na sua forçada ausência dos universos masculinos). As transformações que puderem vir a acontecer na masculinidade serão criações de uma nova hegemonia [...] (Vale de Almeida, 2018, p. 162).

Por ser relacional, a construção de masculinidades transforma em masculinidades subalternas “aqueles com características de inferioridade no campo do poder: o empregado, nas relações trabalhistas, o negro, na relação de raças brasileira, o ‘caipira’, na relação geográfica, especialmente a mulher” (Ortega, 2019, p. 69). A masculinidade hegemônica costuma ser invisível para aqueles que a tomam como modelo a ser alcançado,

mas é profundamente percebida por quem sofre os impactos de suas violências e formas de dominação (Kimmel, 1998).

Na teledramaturgia brasileira, o estudo de Ortega (2019) conclui que as principais transformações nas formas de masculinidade nos galãs de telenovelas se deram nas relações homem-mulher. Isso porque as expressões da masculinidade se transformam continuamente, adequando-se às transformações socioeconômicas e culturais. Kimmel (1998, p. 106) considera que a masculinidade não pode ser compreendida como “uma essência constante e universal, mas sim como um conjunto de significados e comportamentos fluidos e em constante mudança”. Na mesma linha, Christofidou (2018) destaca que as masculinidades devem ser entendidas como multifacetadas, resultado dos processos históricos e sociais que as constróem. Assim, as lutas feministas, os movimentos LGBTQIAPN+ e negro são alguns dos fatores que contribuem com a noção de uma “masculinidade em crise”, na qual as concepções em torno do homem branco, escolarizado, cisgênero e heterossexual são confrontadas e ameaçadas.

Nesse sentido, nas telenovelas brasileiras, os protagonistas masculinos saíram de uma posição de dominância indiscutível para um questionamento do seu papel nas relações românticas, chegando a submeter-se às vontades das mulheres especialmente a partir dos anos 2000 (Ortega, 2019). Os galãs também passaram a falar sobre os próprios sentimentos e expressar afetividades, o que antes era reservado às personagens femininas.

Ortega (2019) considera que a chamada “crise” da masculinidade representa, em si mesma, uma forma de masculinidade, num momento em que homens buscam compreender e reposicionar seu papel diante das conquistas sociais de minorias sexuais, étnicas e de gênero. “No entanto, como verificamos nas representações ficcionais, podemos dizer que a masculinidade hegemônica ainda não perdeu seu lugar de destaque e relevância” (p. 154).

Embora o levantamento da pesquisadora considere folhetins até 2010, os principais apontamentos do estudo sobre os galãs de telenovelas per-

sistiram e ainda predominam nas novelas atuais. Apesar de exceções no que diz respeito a características étnicas e raciais, com um leve aumento de personagens negros, as expressões de gênero dos protagonistas masculinos continuam alinhadas aos padrões normativos da masculinidade hegemônica.

É assim que identificamos em *Pantanal*, especificamente a partir de Jove, um objeto oportuno para a análise da representação de masculinidades em telenovelas. Ao lado de José Leôncio, Jove é co-protagonista da trama, podendo ser considerado um dos galãs do folhetim. Apesar de reproduzir o perfil típico da masculinidade hegemônica — homem branco, heterossexual, cisgênero e, principalmente, herdeiro de uma grande fortuna —, ao chegar no *Pantanal*, Jove oferece um contraponto à aparência, ao comportamento e à visão de mundo dos homens da região, atraindo comentários homofóbicos por fugir à expectativa do “homem machão e viril” daquele universo. Assim, o personagem mobiliza discursos acerca de diferentes concepções sociais do ser homem, para além da relação homem-mulher. Em cenas e diálogos, há um esforço das duas versões da telenovela de questionar significados convencionais de masculinidade por meio das tensões atravessadas por marcadores sociais como território, faixa etária e expressão de gênero.

“O certo é que esses dramas nas novelas já não são lineares nem unilaterais mas, antes, bastante nuanceados e marcados por um movimento ambivalente de transgressão e conformismo” (Lopes, 2009, p. 28). Em *Pantanal*, o modo como os conflitos entre pai e filho se resolvem demonstra o caráter dialético e multifacetado das masculinidades. Ao longo de sua jornada, Jove entra em contato com uma identidade pantaneira, abraçando alguns costumes do universo do seu pai. José Leôncio também sai de uma postura rígida e autoritária a partir das vivências e aprendizados compartilhados com o filho. Assim, a telenovela explora seu potencial como tecnologia de gênero e como um recurso comunicativo (Lopes, 2009) que convida a audiência a refletir sobre sentidos emergentes, tradicionais e dissidentes em torno de identidades masculinas.

Na próxima seção, apresentaremos os procedimentos metodológicos. Em seguida, discutiremos os resultados da análise de como as duas versões de *Pantanal*, cada uma em seu tempo, problematizaram noções da masculinidade hegemônica a partir de Jove.

### **Procedimentos metodológicos**

O presente estudo adota uma abordagem comparativa entre as duas versões da telenovela, orientando-se por uma base teórica que articula os estudos de masculinidades e do discurso que fundamentam a perspectiva das masculinidades como construções discursivas, relacionais e performativas, influenciadas por fatores culturais, geográficos e históricos. Essa perspectiva permite observar como o texto midiático participa da manutenção e transformação de regimes de verdade sobre o ser homem no contexto da cultura brasileira. Buscou-se, assim, reconhecer recorrências enunciativas, marcadores simbólicos e linguísticos e processos de subjetivação masculina que emergem das duas versões da obra, centralizados na figura de Jove e sua expressão de masculinidade em suas duas versões.

Para isso, foram mapeadas 481 cenas de Jove ou cuja descrição mencionava o galã no *remake*, a partir de uma coleta no Gshow, site de entretenimento do Grupo Globo. Em seguida, foram selecionadas aquelas em que a questão do masculino e da sexualidade do personagem apareciam de forma explícita. Nesse momento da pré-análise, identificamos que, no *remake*, tais discussões se concentraram principalmente entre os capítulos 18, quando o jovem é recebido pelo pai no Pantanal, e o capítulo 35, quando José Leôncio e Jove brigam e este decide voltar ao Rio de Janeiro, levando a namorada Juma com ele. Nesse recorte, privilegiamos cenas emblemáticas, como o churrasco de recepção de Jove e seus desdobramentos. Isso inclui a discussão entre Jove e Alcides, na mesma festa, a sequência em que José Leôncio tenta forçar Jove a montar na sela de prata do avô, além dos diálogos em que pai e filho confrontam suas

visões de mundo. Trata-se de um conjunto significativo, pois materializa as divergências e expectativas em torno da masculinidade.

A partir desse primeiro mapeamento, buscamos capítulos ou trechos correspondentes da primeira versão da novela em repositórios digitais públicos, como YouTube e Facebook. Embora a novela original não tenha sido encontrada na íntegra, a pesquisa permitiu um nível de comparação entre os textos original e atualizado. Essa última etapa esteve especialmente concentrada na sequência de capítulos do churrasco de boas-vindas a Jove e os seus desdobramentos posteriores — que ocorrem entre o capítulo 17 ao 27 da novela original. A análise comparativa verificou de que modo as questões de masculinidade e sexualidade foram tratadas em cada um dos casos, levando em consideração dimensões visual/corporal, discursiva e comportamental/ideológica, como discutiremos a seguir.

### **“Eu sou um bicha”, “Eu sou homem-fêmea”: Jove de 1990 a 2022**

Tanto na versão de Benedito Ruy Barbosa quanto no *remake* de Pantanal, Jove passou a maior parte da vida no Rio de Janeiro acreditando que seu “pai peão” estava morto. Ao descobrir a verdade, viaja ao Pantanal para conhecê-lo. O reencontro entre pai e filho é afetuoso, mas também revela o contraste radical entre diferentes trajetórias, modos de enxergar e estar no mundo.

José Leôncio é caracterizado como um homem que valoriza o trabalho braçal, carismático e admirado, mas de “pavio curto”. É a representação do “homem macho” conservador que centraliza em si as decisões da família e dos negócios, e não está acostumado a ser contrariado. Reconhece como masculinos valores tradicionais como a virilidade e a força, e defende a continuidade da tradição rural.

Jove, por sua vez, foi criado em um ambiente urbano e num lar matriarcal, com a presença de três mulheres — mãe, tia e avó. É escolarizado e sensível, tendo a fotografia como paixão e profissão em potencial. Está em sintonia com as referências de um mundo moderno e cada vez mais

globalizado, menosprezando os valores do mundo rural, que considera retrógrados e antiquados. Embora semelhantes, cada uma das versões da novela explora formas distintas de demarcar essas diferenças. Cada Jove, à sua maneira, destoa do ambiente rural, dos peões de corpos largos e musculosos, rostos de contornos fortes preenchidos por barba e bigode, signos associados a uma masculinidade tradicional.

Em 1990, Jove foi interpretado pelo paulistano Marcos Winter, que tinha 24 anos à época. O personagem apresentava feições suaves e delicadas, com o rosto limpo, sem pêlos faciais. Os cabelos castanhos, curtos e lisos tinham um aspecto ligeiramente rebelde, com mechas claras e franja caindo pelo rosto. De porte magro e figurino despojado, Jove correspondia ao padrão estético dos galãs urbanos daquela década.

Mas o visual do personagem não é o único motivo a provocar distinção. Tomemos de exemplo a cena que marca a chegada dele à fazenda de José Leôncio, reproduzida de maneira similar nas duas versões. Como mencionado, na ocasião, o jovem herdeiro é recebido com um churrasco. Além de uma demonstração de acolhimento, o gesto de servir carne, símbolo da fartura e da força do campo, remete diretamente ao ofício de José Leôncio e à centralidade do gado na região. O rapaz causa estranhamento em pai e convidados ao pedir por um prato e talheres, em vez de comer a carne de pé e com as próprias mãos, como os demais. Quando ele senta para comer, com as pernas juntas e os movimentos contidos (Figura 1), alguns olhares e comentários homofóbicos começam a surgir.

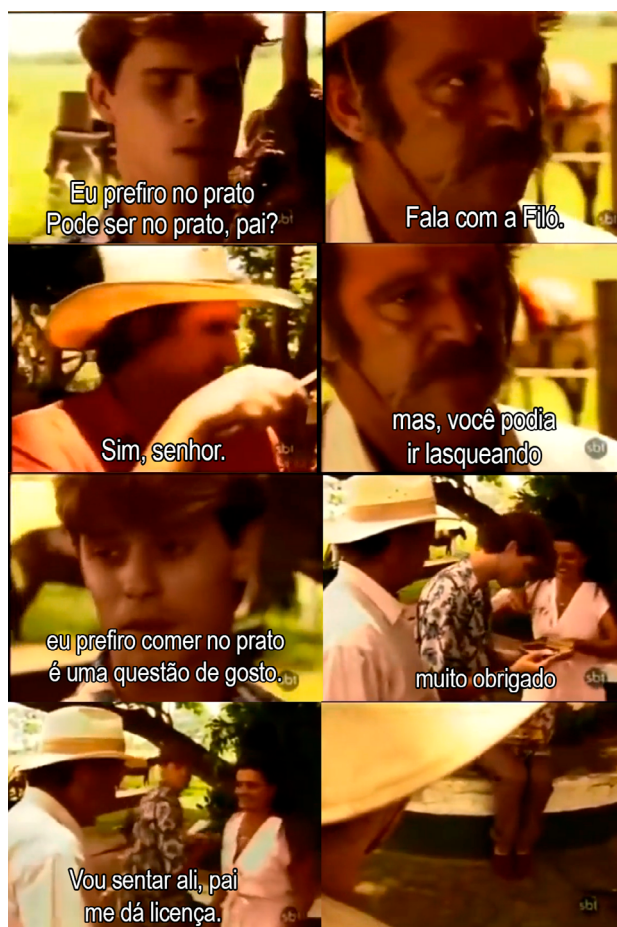


Figura 1: Cena do churrasco de boas-vindas para Jove em Pantanal (1990).

Fonte: repositórios digitais públicos.

O corpo de Jove, disciplinado por uma etiqueta urbana passa a ser alvo de práticas de exclusão e violência — sobretudo simbólica, mas também física. A partir daí, alguns peões das fazendas vizinhas começam a referir-se a Jove por apelidos pejorativos que reiteram estereótipos de feminilidade vinculados às masculinidades subordinadas — “bicha”, “florzinha”, “flozô” — para vergonha de Zé Leôncio.

Por exemplo: ainda durante a mesma festa, ele é provocado por Alcides, peão de uma fazenda vizinha, que o agride verbalmente e tenta forçar uma briga após Jove intervir para defender Guta, jovem também recém-chegada à região, de uma investida de assédio do próprio Alcides. Diante do conflito, Jove tenta resolver a situação pelo diálogo, mas o peão está claramente interessado em um embate físico. Ele recusa o chamado à violência, vira as costas e se afasta. Alcides, então, ri e desfere insultos homofóbicos direcionados a Jove, interpretando a reação do rapaz como sinal de covardia — pecado capital para um homem pantaneiro.

Em outras cenas da mesma sequência original, Jove nega uma dose de cachaça e revela ter medo de andar a cavalo, novamente decepcionando o pai e os demais homens do local. Diante desse desencontro de expectativas e da pressão para se comportar de um determinado modo, o personagem responde com uma postura irônica e debochada. Essa atitude sarcástica também contribui para que ele seja visto com desconfiança pelos demais habitantes do Pantanal, que cada vez mais questionam sua virilidade e sua heterossexualidade.

Isso se manifesta de forma explícita, por exemplo, na cena em que José Leôncio reclama do fato de o filho ter receio de cavalgar, sugerindo que, por isso, ele não seria “homem de verdade”. Admitir um medo e negar-se a enfrentá-lo não cabem na concepção de masculinidade de Leôncio. Jove, porém, responde o questionamento do pai com tranquilidade: “Se eu preciso montar em um cavalo para mostrar que sou macho, então aqui, na sua frente, eu assumo: eu sou um bicha”.<sup>4</sup>

Essas situações e diálogos se repetem ao longo das cenas analisadas, acionando o conflito entre distintas percepções de “civilizado” em contextos socioculturais diversos, e evidenciando como a masculinidade se constrói de modo relacional e cultural. Se em um contexto urbano Jove se aproxima do modelo hegemônico, na lógica pantaneira ele passa a ocupar o lugar do *outro*: aquele que é marcado pela diferença e hierarquizado como inferior em função de uma suposta feminilização. Nesse universo, seus trejeitos, preferências e modos de agir são lidos como sinais de uma

masculinidade subordinada; e, a princípio, o próprio personagem aceita essa atribuição, o que se observa tanto nos comentários homofóbicos que lhe são dirigidos quanto em sua autoidentificação irônica como “bicha” naquele ambiente.

Já no *remake*, o papel é vivido por Jesuíta Barbosa, ator pernambucano que se assume publicamente como bissexual — dado que, por si só, já sinaliza uma atualização importante ao modelo tradicional de galã de novelas. Preserva-se o aspecto despojado da versão original, mas com sutis ajustes: há adereços (um colar, um brinco em uma das orelhas) e um tratamento visual mais contemporâneo. Os cabelos, de comprimento médio, exibem cachos volumosos que enquadram um rosto fino, de traços suaves. De modo geral, o corpo é mais esguio, lânguido e andrógino que o de seu antecessor.

A releitura mantém o sentido geral da sequência do churrasco, mas introduz algumas atualizações. A mais radical delas talvez seja a recusa de Jove em comer a carne servida em sua festa de boas-vindas, apesar da insistência de Zé Leôncio (Figura 2). Primeiro, ele diz não gostar do sabor; depois, explicita que seus princípios ideológicos o impedem de consumir produtos de origem animal. Jove anuncia-se, assim, como representante de uma juventude cuja subjetividade é profundamente atravessada pela catástrofe ambiental e pela preocupação com o futuro. A revelação de que o jovem é vegano causa espanto e é tomada como desfeita ao modo de vida do pai. Mais do que isso: pode ser lida como uma forma de enfrentamento a uma prática — a carne assada, o churrasco — diretamente associada a performances de masculinidade hegemônica.

Carol J. Adams (2018) propõe um debate interessante ao relacionar o ato de comer carne à construção simbólica do universo masculino. Para a autora, o consumo de carne não é apenas uma prática alimentar, mas um gesto profundamente carregado de significados culturais e de poder. Comer carne, em muitas sociedades, está associado à virilidade, à força e ao domínio — características historicamente atribuídas ao ideal de

homem. Dessa forma, o ato em si torna-se uma metáfora da supremacia masculina e da naturalização das hierarquias de gênero, para a autora:

As mulheres, cidadãs de segunda classe, mais provavelmente comem o que numa cultura patriarcal se considera alimento de segunda classe: legumes, verduras, frutas e grãos, em vez de carne. O sexismo no consumo da carne recapitula as distinções de classe com o acréscimo de uma peculiaridade: permeia todas as classes a mitologia de que a carne é um alimento masculino e seu consumo uma atividade masculina (Adams, 2018, p. 58).



Figura 2: Cena do churrasco de boas vindas para Jove em Pantanal (2022).

Fonte: Globo

Nas duas versões, destaca-se o papel da violência como forma de expressão e afirmação da masculinidade no universo pantaneiro. Como visto, Jove é alvo de provocações e comentários homofóbicos por parte dos outros peões, o que evidencia como a virilidade é construída a partir da negação do outro e da necessidade constante de reafirmação.

A postura do personagem — que evita o confronto físico e declara ao pai posteriormente preferir o diálogo à violência — reforça seu distanciamento em relação ao modelo hegemônico. Essa recusa em aderir à lógica da força é interpretada pelos pantaneiros como sinal de fraqueza ou subordinação, uma vez que, naquele contexto, a violência funciona como prova de virilidade e meio legítimo de resolução de conflitos. Essa lógica opera pela tentativa de neutralizar a diferença e manter a dominação simbólica do masculino normativo pantaneiro. Como afirma Sabat (2010, p. 240),

Para garantir aos sujeitos modos de conduta socialmente adequados, é necessário potencializar o discurso hegemônico de modo a forçar uma identidade definitiva e de alguma forma tentar eliminar as “marcas” da diferença. Por isso, falar de identidade implica sempre falar de diferença.

Nas atualizações propostas pelo *remake*, observa-se uma suavização da violência simbólica de determinadas cenas por meio da escolha de termos distintos, que não são aleatórios. Embora os apelidos homofóbicos “frozô”, “florzinha” e “frango” permaneçam presentes no texto da nova versão, a palavra “bicha” não chega a ser pronunciada — termo que, no imaginário discursivo brasileiro, carrega um grau mais explícito de violência e estigmatização direcionada às masculinidades subalternas. A cena em que, no original, Jove “assume-se bicha” para Zé Leôncio teve seu diálogo modificado: em vez disso, o jovem demarca que não irá ceder às vontades do pai apenas para provar que é “macho”.

Aliás, nem mesmo o fato de estabelecer relações heterossexuais é suficiente para essa “prova” de masculinidade diante dos demais homens.

Mais adiante, quando inicia seu envolvimento com a “mulher-onça” Juma, os comentários dos peões sobre Jove se intensificam. Alguns chegam a ironizar uma inversão dos papéis de gênero no casal, sugerindo que Juma seria o “verdadeiro macho” da relação, pelo seu caráter xucro e pela sua capacidade de se defender sozinha. No *remake*, ao ouvir tais insinuações, Jove responde: “se a Juma é mulher-macho, eu sou homem-fêmea”.

Ao longo das duas narrativas, então, observa-se uma proposta de questionamento e de contraponto de noções hegemônicas de masculinidade através de Jove e suas interações com os demais personagens, promovendo reflexões sobre hierarquias de poder, vínculos afetivos e mudanças nas dinâmicas de gênero. Assim, a masculinidade hegemônica adquire sentido apenas quando contraposta a outras formas de expressão de gênero, como as masculinidades subalternas, marginalizadas ou cúmplices — aquelas que se alinham parcialmente ao modelo dominante, mas ainda assim reforçam a lógica patriarcal (Connell, 1995).

De modo complementar, podemos pensar na noção de masculinidades plurais (Aboim, 2016) que descreve o caráter múltiplo das masculinidades, que parte pelo atravessamento das tensões, disputas e negociações constantes. A trajetória de Jove, então, se aproxima dessa noção de pluralidade, pois ele não se limita a encenar um estereótipo rígido, mas transita entre diferentes referências de masculinidade, abrindo espaço para questionamentos e ressignificações em suas relações.

Essas cenas evidenciam de forma direta como as discussões de gênero atravessam a versão original da trama, evidenciando o papel de *Pantanal* como um produto cultural sensível ao seu tempo. Por meio de Jove, a novela articula diferentes leituras sobre o que significa “ser homem” em distintos contextos históricos, transformando o protagonista em um reflexo do seu *espírito do tempo* (Morin, 1997). Na versão de 1990, Marcos Winter constrói um Jove mais extrovertido, desbocado e provocador diante das normas patriarcais que regem o *ethos* pantaneiro. Nessa primeira fase da narrativa, o personagem rompe com os códigos tradicionais de masculinidade e, ao mesmo tempo, tensiona o olhar dos

demais personagens (e do público) sobre aquilo que se entende como força, coragem e virilidade.

O Jove do *remake*, ainda que não se autodenomine “bicha”, torna-se o reflexo de uma geração de masculinidades marcadas pela fluidez e pela reconfiguração dos papéis de gênero. Ele encarna uma masculinidade contemporânea, ou seja, espírito do seu tempo, que se permite transitar entre traços do masculino sem ter medo dos traços ditos e associados ao feminino.

Podemos, então, compreender sua representação como a de um “homem meio-bicha”, uma reiteração do conceito de “masculinidade bicha” proposto por Mateus Albuquerque (2023), entendida como “a característica que determinados homens têm de expressar, performar e materializar feminilidades sem deixar de pertencer a uma certa ideia de masculinidade” (Albuquerque, 2023, p. 20). No Pantanal, Jove é construído como esse sujeito intermediário — um homem cisgênero, branco e heterossexual que, embora inserido nesse campo normativo, apresenta uma performatividade de gênero (Butler, 2010) que é pensada e configurada como petenente no universo feminino. Assim, acaba por se distanciar da heteronormatividade.

Vemos então, que para além das diferenças individuais entre as versões do personagem, há em cada Jove a presença de um espírito do seu tempo, que traduz as mudanças nas formas de compreender e representar as masculinidades plurais ao longo das décadas. McCrindle e Wolfinger (2009) ressaltam como as gerações são moldadas pelos contextos históricos, sociais e tecnológicos em que estão inseridas, o que influencia diretamente seus comportamentos, aspirações e formas de interação com o mundo.

A chamada geração X, por exemplo, composta por indivíduos nascidos entre 1965 e 1980, vivenciou um período de transição tecnológica e cultural, marcado pelo fortalecimento da cultura pop televisiva, pelo início da informatização e pela valorização da estabilidade profissional. Essa perspectiva é refletida na versão de Marcos Winter que demonstra ambição e desejo de reconhecimento diante da fortuna recém-desco-

berta, reafirmando traços de um ideal masculino voltado ao sucesso e à legitimação familiar.

Já a geração Z, formada por sujeitos nascidos a partir da segunda metade dos anos 1990, emerge em um cenário profundamente digitalizado, no qual a conectividade e o acesso constante à informação moldam novas formas de consumo, trabalho e sociabilidade. Nesse contexto, a interpretação de Jesuíta Barbosa carrega uma conotação que torna Jove mais introspectivo e mais questionador, cujas ações revelam uma busca por autoconhecimento e por reconciliação afetiva — especialmente no vínculo com o pai.

Há outras similaridades entre as duas narrativas, especialmente no modo como o medo de Jove de montar a cavalo é utilizado como símbolo de fragilidade e inadequação frente ao ideal de masculinidade pantaneira. Esse temor, que se repete em ambas as versões, desperta no pai uma reação de vergonha e frustração, levando-o a questionar a virilidade do filho e até mesmo a considerar a possibilidade de deserdá-lo. A cena, consegue reforçar o embate central entre duas formas de ser homem: uma, marcada pela tradição e pela força bruta; outra, pela sensibilidade e pela recusa a performar a virilidade esperada.

Quando entra em confronto com Zé Leôncio, o Jove do *remake* tende a ser mais pedagógico e até paternalista em relação à versão original, com falas expositivas sobre modos de ser homem na sociedade patriarcal. Por exemplo: quando o pai questiona por que ele não reagiu às provocações físicas e verbais de Alcides, Jove afirma que a homossexualidade não seria uma ofensa para ele, argumentando que os insultos apenas revelam o quão preconceituoso e violento é Alcides. Ainda alfineta que, por consequência, essas características também se estendem a José Leôncio, já que ele se sentiu ofendido por esse tipo de xingamento.

No *remake*, Jove aproveita esses embates para criticar práticas de dominação de homens sobre mulheres e sobre outros homens, mas também para denunciar a violência como forma privilegiada de expressão masculina — o “ser homem” que só se comprova seja pelo consumo de

carne, pela imposição da força ou pela exibição de uma arma em mãos. Nesse gesto, ele funciona como um profetizador de outras possibilidades para o masculino, apontando caminhos discursivos que desestabilizam o imperativo da virilidade pantaneira. Nesse ponto, o *remake* aciona com mais vigor o potencial da telenovela enquanto recurso comunicativo (Lopes, 2009) assumindo um tom mais pedagógico: ao discutir de forma explícita a circulação modelos alternativos de masculinidade, ela inter-vém diretamente na disputa contemporânea por valores, sensibilidades e práticas do masculino.

Assim, ao observarmos as duas versões de *Pantanal*, é possível perceber que as masculinidades representadas por Jove traduzem as transformações históricas e culturais que marcam o imaginário social de cada época. Essa comparação revela não apenas a forma como a narrativa televisiva se atualiza diante das transformações histórico-sociais, mas também como as mudanças estruturais da sociedade influenciam a construção identitária dos sujeitos masculinos, reforçando a ideia de que as masculinidades são múltiplas, contextuais e historicamente situadas (Christofidou, 2018).

A masculinidade subalterna do personagem torna-se o centro das discussões na primeira parte da telenovela, em ambas as versões, dialogando diretamente com o espírito do tempo de cada período. Jove aparece como uma figura que rompe com a obviedade dos galãs tradicionais, sendo um protagonista construído a partir de uma perspectiva voltada à pluralidade das masculinidades. O melodrama, por sua vez, mostra-se uma potente tecnologia de gênero, capaz de tensionar e discutir masculinidades não hegemônicas. Assim, compreender a telenovela como um recurso pedagógico e midiático torna-se fundamental, uma vez que ela ainda exerce grande influência na formação de valores e na atualização de discursos sociais no Brasil.

## Considerações finais

O estudo evidencia como a narrativa televisiva, ao revisitar um clássico da teledramaturgia brasileira, atualiza discursos e sensibilidades sobre o masculino, tensionando os limites entre tradição, natureza, afeto e modernidade no imaginário nacional. *Pantanal*, assim, consegue funcionar como essa tecnologia de gênero que consegue debater as masculinidades não hegemônicas e esse espaço aberto de debate consegue extrapolar os limites da tela e entrar no mundo real.

A telenovela, nesse sentido, revela-se um potente recurso pedagógico e cultural. Este estudo, ao se debruçar sobre as particularidades da narrativa televisiva e sobre o papel desempenhado por Jove demonstra como o personagem é atualizado e reinterpretado à luz de novos contextos sociais e discursivos. A sequência de cenas do churrasco, presente nas duas versões, pode ser compreendida como um momento em que se condensam as tensões que atravessam a obra, explicitando o embate entre diferentes expectativas de masculinidade. As permanências e atualizações evidenciam como, de uma versão a outra, Jove se anuncia como um espelho de sua geração, refletindo as transformações nas formas de discutir e performar o masculino.

O comparativo entre as duas sequências evidencia, portanto, como *Pantanal* acompanha as mudanças históricas e culturais na construção das masculinidades plurais, reafirmando o poder da ficção televisiva em traduzir, questionar e ressignificar os modos de ser homem na sociedade brasileira e das disputas de gênero presente na trama. Um galã que se assume explicitamente como “bicha” ou como “fêmea” desafia a lógica dos protagonistas de telenovelas tradicionais.

No *remake*, percebe-se uma clara intenção de ampliar o caráter pedagógico da telenovela, tanto na construção da trama quanto na reformulação do próprio Jove. O personagem, mais do que um protagonista, assume o papel de mediador e educador simbólico dentro do enredo: suas falas e atitudes funcionam como um contraponto à rigidez dos personagens

pantaneiros, abrindo espaço para a reflexão sobre outras formas de masculinidade e convivência. Enquanto na versão original a tensão entre pai e filho se resolvia por meio da imposição, deboche e da violência, a nova leitura propõe o diálogo como caminho para o entendimento, suavizando inclusive algumas das agressões de gênero presentes anteriormente. Essa escolha narrativa reforça o potencial da telenovela como recurso pedagógico midiático, que ensina ao mesmo tempo em que entretém.

## Notas

Clique sobre o número para retornar ao texto

1. A presente pesquisa constitui um aprofundamento do trabalho apresentado no Intercom Nordeste 2025. Apesar de dialogar com a proposta inicial, este estudo apresenta avanços significativos em seu desenvolvimento teórico e metodológico. Além disso, o resumo expandido originalmente apresentado no congresso foi publicado nos anais do evento. Esta pesquisa é um recorte de uma investigação mais ampla realizada pela equipe da Universidade Federal de Pernambuco do Obitel Brasil (Lima et al., 2025), que analisou as representações de feminilidades e masculinidades no *remake* de *Pantanal*.
2. Graduando do curso de Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e-mail: lyedson.enrique@ufpe.br.
3. Professora do Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e-mail: cecilia.lima@ufpe.br.
4. Cena do capítulo 20 da novela.

## Referências

- ABOIM, S. *Plural masculinities: The remaking of the self in private life*. Abingdon: Routledge, 2016.
- ADAMS, C. J. *A Política Sexual da Carne: Uma Teoria Crítica Feminista-Vegetariana*. 2. ed. São Paulo: Alaúde Editorial, 2018.
- ALBUQUERQUE, Mateus de Melo. *Masculinidades bicha: quando os homens se colocam contra a hegemonia*. 2023. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.
- ALMEIDA, Heloísa Buarque de. Consumidoras e heroínas: gênero na telenovela. *Rev. Estud. Fem.* 15 (1). Abr 2007.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CHRISTOFIDOU, A. Men of dance: negotiating gender and sexuality in dance institutions. *Journal of Gender Studies*, 27(8), 943-956, 2018.
- CONNELL, R. W. *Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics*. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- CONNELL, R. W. Políticas de masculinidade. *Educação e Realidade*, 20(2), 185-206, 1995.
- CONNELL, R.W. Messerschmidt, J.W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(01), 2013.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2007.
- KIMMEL, M. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, 4(9), 103-117, 1998.
- LAURETIS, T. de. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, H. (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- LOPES, M. I. V. de. A telenovela como recurso comunicativo. *Matrizes*, v. 3, n.1, p. 21-47, dez./ago. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38239>. Acesso em: 25 fev. 2025.
- LOURO, Guacira Lopes. *O corpo estranho*. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MCCRINDLE, M. WOLFINGER, E. *The ABC of XYZ: understanding the global generations*. Sydney: University of New South Wales Press Ltd., 2009.

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo — vol. 1: neurose*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

MOTTER, Maria Lourdes. A telenovela: Documento histórico e lugar de memória. *Revista USP*, São Paulo, n. 48, p. 74-87, dezembro/fevereiro 2000-2001.

OLIVEIRA JÚNIOR, Edyr Batista; CANCELA, Cristina Donza. Imagens e representações de masculinidades nas telenovelas DOI 10.5216/o.v13i2.23414. *OPSIS*, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 189–211, 2014. DOI: 10.5216/o.v13i2.23414. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/Opsis/article/view/23414>. Acesso em: 3 nov. 2025.

ORTEGA, Daniela Afonso. *De Tarcísio a Cauã: masculinidades na telenovela*. 2019. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

SABAT, Ruth. *Filmes Infantis como máquinas de ensinar*. In: 25a Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, 2002, Caxambu (MG). Grupo de Trabalho Educação e Comunicação, 2002. p. 235-252.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. Gênero, masculinidade e poder: Revendo um caso do sul de Portugal. *Anuário Antropológico*, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 161–189, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6602>. Acesso em: 4 nov. 2025.

# A Performance Masculina em K-dramas: análise de Rainha das Lágrimas

ANA ROCHELE BARROSO MOURA<sup>1</sup>

O termo em japonês *dorama* origina-se da palavra *drama* do inglês. Foi no Japão, na década de 1950, que se estabeleceram as bases para o desenvolvimento dos dramas televisivos asiáticos, no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, quando o país buscava consolidar uma cultura nacional modernizada (Madureira; Mazur e Urbano 2014). Esse formato narrativo rapidamente se expandiu para outros países da Ásia, adaptando-se às especificidades culturais de cada um. É nesse cenário que surgem os K-dramas (dramas coreanos), assim como os C-dramas (chineses), Thai-dramas (tailandeses), dentre outros.

Desde o início, o romance assume papel central nessas narrativas. Segundo Ota Toru (2004), produtor da Fuji TV, os *trendy dramas*, considerados como a principal influência para os dramas modernos, tinham como objetivo dialogar com o público feminino na faixa dos 30 anos e, por essa razão, centravam-se no desejo heterossexual. Ota também destaca que uma característica marcante desse modelo é o “pacote de

cenário, elenco e música mais significativo do que a própria narrativa” (Ota, 2004, p. 70).

Em 2024, vinte dramas asiáticos figuraram entre as posições do Top 10 Brasil do *streaming* Netflix,<sup>2</sup> evidenciando a crescente adesão do público brasileiro a esse tipo de conteúdo. Além da expressiva audiência, a popularidade desses dramas os insere no debate midiático global, ao contribuírem para a construção de sentidos sobre identidade, cultura e gênero. Diante disso, o presente artigo propõe analisar a performance da masculinidade sul-coreana no K-drama Rainha das Lágrimas (2024). A escolha de um drama coreano se justifica pelo protagonismo da Coreia do Sul na exportação de produtos culturais asiáticos, por meio do fenômeno da *Hallyu* (Onda Coreana). A obra foi selecionada com base em seu índice de popularidade, de acordo com o ranking semanal da Netflix, serviço de *streaming* de relevante influência na disseminação de produções audiovisuais sul-coreanas no Brasil.

## Metodologia

Até o início de setembro de 2024, período de definição da obra para esta pesquisa, os *K-dramas* que permaneceram por mais tempo no Top 10 da Netflix Brasil foram: Meu Demônio Favorito (2023, de Kim Jang-han e Kwon Da-som), O Amor Mora ao Lado (2024, de Yoo Je-won) e Rainha das Lágrimas (2024, de Jang Young-woo e Kim Hee-won), com dez, nove e nove semanas de permanência, respectivamente. Entre eles, Rainha das Lágrimas foi selecionado pela adequação temática aos objetivos do estudo. A narrativa retrata um casamento, espaço social em que normas e papéis de gênero são constantemente tensionados e renegociados, possibilitando a observação de construções e representações da masculinidade no âmbito das relações afetivas. Além disso, o drama explora uma temática recorrente no gênero: a associação entre riqueza, poder e desempenho profissional, configurando-se como um objeto de

análise pertinente para discutir como masculinidades são representadas em contextos de classe alta e ambientes corporativos.

A obra, pertencente ao gênero comédia romântica, possui 16 episódios com duração média de 110 minutos. A narrativa acompanha os protagonistas Hong Hae-in (Kim Ji-won), CEO e herdeira do conglomerado Queens, e Baek Hyun-woo (Kim Soo-hyun), advogado oriundo de uma família de origem humilde. Ambos trabalham na empresa, a qual atua no setor varejista com foco na produção e comercialização de artigos de luxo. O casal vive uma relação marcada por conflitos, decorrentes de diferenças de personalidade, estilo de vida e expectativas quanto ao casamento e à carreira. O antagonista, Yoon Eun-sung (Park Sung-hoon), é um empresário de sucesso e ex-colega de faculdade do casal, que nutre uma paixão obsessiva por Hong Hae-in. O elenco de apoio é composto por membros das famílias dos protagonistas, que exercem influência significativa na formação de suas identidades e trajetórias, além de colegas de trabalho que interferem diretamente nas dinâmicas corporativas apresentadas na trama.

A metodologia adotada neste estudo é de caráter qualitativo e fundamenta-se na teoria da representação de Stuart Hall (2016), que compreende a representação como um processo ativo de produção de significados, mediado por discursos, práticas culturais e relações de poder. Nessa perspectiva, os *K-dramas* não apenas reproduzem modelos preexistentes de masculinidade, mas participam de sua negociação, legitimação e resignificação no cenário midiático e sociocultural. Além disso, esta análise dialoga com a noção de performatividade de gênero proposta por Judith Butler (2018), segundo a qual o gênero não é uma essência fixa, mas o resultado de atos repetidos que, ao se naturalizarem, criam a “convincente ilusão” de uma identidade estável. Tais performances são reguladas por normas, tabus e sanções sociais que delimitam o que é considerado aceitável ou desviante.

Com base nesses aportes teóricos, consideram-se centrais para a análise as masculinidades performadas por Baek Hyun-woo (protagonista),

Yoon Eun-sung (antagonista) e Hong Soo-cheol (irmão da protagonista). A construção desses personagens será examinada a partir de três espaços sociais, nos quais a masculinidade é constantemente produzida, negociada e reafirmada: o familiar, o romântico e o profissional. O procedimento metodológico consiste em uma leitura minuciosa da narrativa do K-drama, com foco na performance dos personagens masculinos. Tal abordagem possibilita um olhar crítico sobre a construção da masculinidade em produtos midiáticos sul-coreanos, ao passo que se articula com processos culturais e comunicacionais mais amplos.

### Fundamentação teórica

A expansão global dos K-dramas insere essas produções não apenas no campo do entretenimento, mas como instrumentos de construção e difusão de identidade cultural e nacional sul-coreana. Tal fenômeno é parte do movimento conhecido como *Hallyu*, que, desde o final dos anos 1990, se consolidou como uma estratégia de *soft power* articulada pelo Estado e por empresas midiáticas, no âmbito da indústria cultural. Albuquerque e Cortez (2015, p. 253) analisam o desenvolvimento da cultura pop nos países do Extremo Oriente e articulam o fenômeno à “construção de identidades nacionais e regionais, com base em um projeto que alia métodos baseados na lógica do mercado a objetivos políticos”. Assim, os K-dramas também vendem uma imagem da nação sul-coreana.

Uma das estratégias da *Hallyu* é o emprego da letra *K* como prefixo para atribuir novo significado a substantivos comuns, como em *K-food* e *K-beauty*, contribuindo para a exportação de “um estilo de vida que transformou a ideia de ‘ser sul-coreano’ na contemporaneidade em algo atrativo e desejável” (Mazur, 2018, p.19). Nesse sentido, funcionam como vitrines, combinando elementos tradicionais com a estética cosmopolita de Seul, consolidando imaginários turísticos e culturais. Essa articulação entre identidade nacional e mídia dialoga com o pensamento de Stuart Hall (2006), para quem as identidades culturais são formadas por meio

de compartilhamento de experiências coletivas e representações simbólicas. Dessa forma, pode-se dizer que os K-dramas exportam cultura ao mesmo tempo em que participam ativamente de sua própria construção simbólica.

Como aponta Schulze (2013), os dramas coreanos criam um universo cultural conhecido como *K-dramaland*,<sup>3</sup> no qual elementos verdadeiros se misturam com convenções ficcionais. Locais como a Torre Namsan, o Rio Han, cafeterias e bairros de Seul funcionam como signos recorrentes que constroem uma geografia afetiva reconhecida mundialmente pelos fãs. Esses elementos, ainda que presentes no cotidiano real, adquirem uma função simbólica nas narrativas, tornando-se parte de um imaginário compartilhado. No entanto, por se tratar de ficção, não correspondem fielmente a uma representação da sociedade sul-coreana. Schulze (2013) alerta que parte do que se vê nos dramas é apenas uma idealização, uma versão estetizada da vida, o que cria tensão entre autenticidade e ficção.

Em diálogo com essa perspectiva, pode-se pensar como públicos estrangeiros, mesmo sem contato direto com a Coreia, constroem imagens sobre o país a partir do consumo audiovisual. Figueiredo e Sousa (2019), ao estudarem fãs brasileiros de *K-dramas* e *K-pop*, argumentam que esses produtos midiáticos atuam como mediadores culturais, aproximando o público de uma cultura distante. Os referidos estudiosos afirmam que “fãs que nunca tiveram a oportunidade de conhecer a Coreia do Sul acabam construindo a imagem que possuem do país apenas por suas experiências provenientes dos vídeos de K-pop, dos dramas e dos programas de variedades” (Figueiredo e Sousa, 2019, p. 42). Dessa forma, as identidades nacionais são frequentemente moldadas por representações culturais e simbólicas, em consonância com Stuart Hall (2006), que as compreende como relacionais e continuamente negociadas no contato com o outro.

Além da identidade cultural e nacional, os K-dramas difundem representações específicas de gênero, família, amor e trabalho. Segundo Hall (2016, p.31, grifo do autor) “representar *envolve* o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos”. O

autor também declara que a representação “é a produção do significado dos conceitos da nossa mente por meio da linguagem” (2016, p. 34), ou seja, ao representarmos inevitavelmente deixamos escapar nossa própria forma de pensar, pois o processo envolve a escolha, consciente ou não, dos códigos utilizados para comunicar nosso pensamento. Portanto, ao circularem globalmente, essas representações se inserem em debates mais amplos sobre feminilidade, masculinidade e modelos de relacionamento, contribuindo para a construção simbólica de formas contemporâneas de gênero.

Neste ponto, torna-se pertinente discutir a performatividade de gênero segundo Judith Butler (2018). Para a autora, o gênero não é uma essência ontológica, mas o efeito de atos repetidos que se cristalizam ao longo do tempo como se fossem naturais. Como aponta Butler (2018, p. 242), a construção do gênero mediante atos performativos atende ao “objetivo estratégico de manter o gênero em uma estrutura binária”. Isso significa que masculinidades e feminilidades nos dramas não existem como verdades fixas, mas como ideais regulatórios. Quando esses atos são encenados em narrativas midiáticas, como os *K-dramas*, eles funcionam como dispositivos que reiteram e reforçam as matrizes de inteligibilidade cultural do que é ser homem ou ser mulher. Tais atuações, no entanto, não operam como escolhas voluntárias livres, mas estão sujeitas a sanções sociais, já que são compelidas por normas e proibições.

No caso específico dos *K-dramas*, a masculinidade muitas vezes se apresenta por meio da chamada masculinidade suave proposta por Sun Jung (2011) e popularizada na televisão sul-coreana através da figura do *kkonminam*.<sup>4</sup> Essa estética caracteriza-se por uma aparência delicada, emoção visível e cuidado afetivo, mas sem romper completamente com os traços da masculinidade hegemônica, revelando uma dinâmica analisada por Connell e Messerschmidt (2013) sobre masculinidade hegemônica, operando como um modelo dominante que organiza e hierarquiza os homens. Reinterpretada no contexto cultural sul-coreano e do mercado global, a masculinidade dos protagonistas de K-dramas se apresenta como

sensível, mas poderosa; de maneira delicada, mas financeiramente competente; romântica, mas invariavelmente inserida em (e beneficiada por) estruturas patriarcais. Dessa forma, essa construção de masculinidade produz fascínio e identificação, ao mesmo tempo em que naturaliza sua inserção em estruturas patriarcais, especialmente entre públicos femininos, que consomem esses conteúdos em escala global.

Desse modo, analisar os *K-dramas* envolve compreender como cultura, identidade nacional e gênero se articulam. A representação da masculinidade, especificamente, revela-se como campo estratégico para se observar as negociações entre tradição e modernidade, entre hegemonia e sensibilidade. A partir dessas questões, a próxima seção se dedica à análise da masculinidade no *K-drama* Rainha das Lágrimas, observando como os personagens masculinos constroem e performam suas identidades nos espaços familiar, amoroso e profissional.

### **Análise da performance masculina no k-drama**

O enredo de Rainha das Lágrimas centra-se no casamento entre Hong Hae-in e Baek Hyun-woo, marcado por disputas de poder, ambição e desgaste afetivo. Desde o primeiro episódio, o casamento é apresentado como uma aliança estratégica para manutenção do status da família Hong, mais do que como uma relação afetiva. A divergência entre momentos românticos e cenas de distanciamento evidencia a instabilidade conjugal e a crise emocional dos protagonistas.

A protagonista Hong Hae-in é caracterizada inicialmente como uma mulher fria, autoritária e ambiciosa, moldada por uma família rígida e movida por interesses financeiros. Contudo, a narrativa revela sua solidão e seu ressentimento, especialmente após o diagnóstico de um tumor cerebral raro que lhe concede apenas três meses de vida. Sua principal motivação é assumir a presidência do grupo Queens, promessa feita por seu avô mediante a entrada no “Clube do Um Trilhão”. Essa ambição abre espaço para a reaproximação do antagonista Yoon Eun-sung, ex-colega

de faculdade e investidor milionário, que retorna dos Estados Unidos disposto a ajudá-la, ao mesmo tempo em que manipula situações com o objetivo de desestruturar seu casamento e conquistar sua confiança e a da família Hong.

Em contraste, seu par, Baek Hyun-woo, é retratado como um homem sensível, calmo e altruísta. Oriundo de uma família humilde, mantém relações afetivas sólidas com seus pais e colegas de trabalho. Apesar de ocupar uma posição de prestígio como advogado do grupo Queens, o personagem mantém uma conduta prudente e empática, o que difere da postura autoritária e calculista da elite empresarial da família Hong.

As famílias dos três personagens principais constituem o núcleo secundário da trama e reforçam as diferentes concepções de poder, afeto e dever. Enquanto a família Hong simboliza o *chaebol*,<sup>5</sup> poderosa, fria e orientada por interesses financeiros, a família de Hyun-woo é retratada como simples, acolhedora e emocionalmente expressiva. Já a família de Yoon Eun-sung reforça expectativas rígidas de sucesso e status social. Esses ambientes familiares moldam a subjetividade dos personagens e tensionam seus comportamentos.

Além do protagonista e do antagonista, a narrativa apresenta uma terceira forma de masculinidade: Hong Soo-cheol (Kwak Dong-yeon), irmão de Hae-in. Ao contrário da irmã, ele é infantil, cômico e emocionalmente dependente. Sua imaturidade e falta de aptidão para os negócios o afastam do ideal de herdeiro masculino esperado pela família. Sua trajetória é marcada pela tentativa de afirmar-se enquanto “homem” e membro legítimo do poder familiar, configurando uma perspectiva relevante para compreender a multiplicidade de masculinidades presentes na obra. É a partir desse personagem que se inicia a análise.

### **Hong Soo-cheol**

O personagem é apresentado ao longo do drama como uma figura masculina marcada pela infantilização, pela comicidade e por uma fra-

gildade afetiva que o distancia do ideal hegemônico de masculinidade. Sua primeira aparição evidencia a falta de senso social e a incapacidade de se adequar às expectativas normativas do meio familiar e corporativo. Elementos visuais e discursivos reforçam a construção de uma masculinidade “desviada” do padrão dominante. No núcleo familiar dos Hong, sustentado por rígidas hierarquias de poder e pela centralidade do sobrenome como marcador de linhagem, Soo-cheol ocupa uma posição marginal. Em uma das reuniões familiares, ao recordar que lhe fora negado o direito de transmitir seu sobrenome ao filho, ainda que tal possibilidade seja cogitada para a descendência de sua irmã, expõe, ainda que de forma ingênua, as contradições do patriarcado e a seletividade de suas normas.

Esse episódio conecta-se às transformações legais e culturais da sociedade sul-coreana. Como aponta Cho Nam-joo (2019), o sistema *hoju*, que estabelecia o pai como chefe do registro familiar, foi abolido apenas em 2008, permitindo juridicamente que filhos recebam o sobrenome materno. Contudo, a prática permanece ainda pouco legitimada socialmente, evidenciando a persistência do patriarcado simbólico. É nesse contexto que se insere a construção da masculinidade de Soo-cheol, atravessada pela tensão entre afeto e inadequação. Embora imaturo, ele é representado como pai afetuoso e atento ao filho Geon-u, o que o aproxima do modelo de “masculinidade suave”, pautado no cuidado e na emotividade.

A configuração familiar desempenha papel central na constituição de sua masculinidade. Conforme argumentam Connell e Messerschmidt (2013), o gênero é produzido em relações sociais concretas. No caso de Soo-cheol, a figura materna exerce proteção excessiva após a morte do primogênito, enquanto o pai e o avô representam expectativas rígidas de autoridade, racionalidade e competência nos negócios da família. Em contrapartida, sua irmã Hong Hae-in é educada para a liderança e a autossuficiência, expressando desigualdades de gênero intrafamiliares. Diante disso, Soo-cheol internaliza a sensação de insuficiência, reiterada pela falta de reconhecimento paterno, ao contrário do valor atribuído ao protagonista Baek Hyun-woo por seu pai, que expressa orgulho pelo filho.

Essa mesma fragilidade se manifesta no âmbito conjugal. Seu casamento com Cheon Da-hye (Lee Joo-bin) configura uma das principais tentativas de afirmação de sua masculinidade. Soo-cheol projeta no casamento a possibilidade de reconhecimento social e familiar, diante de seu fracasso nas esferas profissional e familiar. Da-hye, por sua vez, exerce uma feminilidade performática, alinhada a posturas de docilidade, discrição e dedicação, elementos que posteriormente se revelam estratégicos. Essa duplicidade evidencia o pensamento de Butler (2018) sobre o gênero enquanto performance sustentada pela repetição de normas culturais. A personagem, na verdade, integra um plano articulado por Yoon Eun-sung para subverter a hierarquia da família Hong, e utiliza o afeto de Soo-cheol como ferramenta de manipulação. Nesse processo, a masculinidade de Soo-cheol é constantemente deslegitimada, revelando sua posição subordinada nas relações de poder.

Na esfera profissional, sua masculinidade é ainda mais fragilizada, quando comparada a de Baek Hyun-woo, que representa uma masculinidade competente e ética, e a de Yoon Eun-sung, associado à racionalidade estratégica e ao poder econômico. Nesse cenário, Soo-cheol figura como um sujeito incapaz de exercer autoridade. Sua tentativa de ascensão por meio do investimento em um *resort*, resulta em fracasso e contribui para a instabilidade do grupo Queens. Essa experiência pode ser entendida como o que Connell e Messerschmidt (2013) denominam de “masculinidade subordinada”, isto é, aquela que, embora masculina, não atende aos requisitos da masculinidade hegemônica, sendo, por isso, ridicularizada ou mesmo desvalorizada.

Contudo, apesar de tais limitações, o personagem apresenta desenvolvimento narrativo significativo. Desde o início, sua masculinidade associa-se ao afeto, ao cuidado e à vulnerabilidade emocional, elementos comuns no repertório de masculinidades representadas nos K-dramas. A ruptura ocorre quando Soo-cheol descobre a participação de Da-hye no golpe contra a família, bem como a existência de outro relacionamento e o fato de não ser pai biológico de Geon-u. Desprovido de capital social

e financeiro, Soo-cheol passa a viver com a família Baek em Youngdu-ri, onde inicia treinamento de boxe como tentativa de reconstrução identitária e aproximação de um ideal de masculinidade protetora.

Sua transformação culmina quando intervém para proteger Da-hye de uma situação de violência, ato que simboliza sua reconfiguração masculina. Nesse momento, atinge, ainda que tardiamente, uma validação social que lhe fora negada nas demais esferas da vida. A busca por validação e a maneira pela qual Soo-cheol a conquista evidenciam que apesar da masculinidade suave, cortês, gentil e emotiva ser desejada, ainda assim espera-se dos homens uma atitude viril, parafraseando uma entrevista presente em Jung (2011, p. 48, tradução nossa): “um homem quando uma mulher quer que ele seja um”.

### **Baek Hyun-woo**

O protagonista Baek Hyun-woo é introduzido em uma narrativa que enfatiza a discrepância entre aparência e realidade conjugal. Logo no início, os protagonistas descrevem o casamento como harmonioso e afetuosos, durante uma entrevista, para manter a imagem pública da família, enquanto as imagens revelam um casal distante, uma vez que não dorme no mesmo quarto, não se cumprimenta e tampouco partilha momentos cotidianos. Essa oposição evidencia a existência de uma performance social, na qual a imagem do matrimônio é preservada em detrimento da intimidade e de sentimentos autênticos.

Ao longo da narrativa, a construção simbólica dos personagens reforça suas diferenças. Hong Hae-in é frequentemente apresentada em ambientes rígidos, como a cozinha, utilizando objetos cortantes e tons de voz autoritários, enquanto Baek Hyun-woo aparece em momentos contemplativos e introspectivos, como no jardim. Sua masculinidade é representada predominantemente pela sensibilidade, visível em sua postura emocionalmente vulnerável. Assim como personagens clássicos do melodrama coreano, Hyun-woo chora, expressa dor e demonstra

afeto. Essa característica lhe rendeu, entre os espectadores e na mídia, o apelido de “Rei das Lágrimas”, popularizado inclusive em postagens da Netflix Brasil, que contabilizaram quarenta momentos de choro ao longo da trama.<sup>6</sup>

No âmbito familiar, a masculinidade de Hyun-woo é inicialmente subordinada à família Hong. Mesmo sendo genro, sua posição social e econômica o coloca abaixo dos demais membros, inclusive do cunhado mais jovem, contrariando a hierarquia etária tradicional sul-coreana. Essa dinâmica só se altera após o diagnóstico da doença de Hae-in, quando Hyun-woo passa a confrontar a autoridade da família para protegê-la. Nesse processo, a masculinidade sensível dá lugar à masculinidade protetiva, sem abandonar a dimensão emocional. A cena do javali simboliza essa virada: ao demonstrar força física durante uma caçada, Hyun-woo conquista o reconhecimento do sogro, que, após esse fato, o serve à mesa, gesto culturalmente associado ao respeito.

Em contraste, sua família de origem representa valores distintos. Os Baek são agricultores de uma pequena cidade, orgulhosos do sucesso acadêmico e profissional do filho mais novo. Hyun-woo, formado na Universidade Nacional de Seul e casado com uma herdeira, é o “orgulho da cidade”, como mostra a placa instalada na entrada do vilarejo. Apesar disso, o personagem sente-se pressionado, sobretudo quando comunica seu desejo de se divorciar e percebe que seus familiares receiam perder o apoio financeiro.

Sua performance romântica é marcada por gestos de cuidado, característica típica do gênero dramático coreano. A conquista amorosa de Hae-in é narrada por meio de símbolos como o guarda-chuva compartilhado, que a protege da chuva, o auxílio no trabalho e a preocupação cotidiana. Essas cenas reforçam a lógica da masculinidade protetiva, construída pela repetição de atos performativos, conforme proposto por Butler (2018). No entanto, a idealização do passado contrasta com o presente, no qual o protagonista deseja o divórcio, ressentido pelo distanciamento afetivo e pelo trauma da perda do filho. O luto é experienciado de forma distin-

ta por ambos. Hyun-woo se afunda na dor, dormindo no quarto vazio do bebê, enquanto Hae-in adota uma postura aparentemente racional, interpretada por ele como frieza.

Profissionalmente, Hyun-woo ocupa o cargo de diretor jurídico na empresa de sua esposa. Apesar de estar hierarquicamente abaixo dela, sua competência lhe garante respeito e legitimidade. Sua atuação diligente em disputas judiciais, assim como a aprovação do presidente Hong, reforçam a associação entre masculinidade e eficiência profissional. Contudo, o antagonista Yoon Eun-sung identifica essa força e a utiliza para desestabilizá-lo, vazando o acordo de divórcio elaborado por Hyun-woo antes de saber da doença de Hae-in. Esse episódio rompe a confiança da família Hong e marca o início de sua derrocada social e afetiva.

O desenvolvimento do personagem intensifica-se com a revelação da doença terminal de Hae-in. Prestes a entregar os papéis do divórcio, Hyun-woo muda de comportamento ao saber da condição da esposa. Inicialmente, sua mudança é motivada por interesses materiais, buscando garantir acesso ao testamento, adota uma postura cuidadosa e carinhosa apenas como estratégia. Entretanto, a presença do antagonista desperta ciúmes e o faz reconsiderar seus sentimentos. O medo de perder a esposa para outro homem marca o início de sua transformação genuína. A relação se reconstrói a partir de pequenos gestos de cuidado, aproximando novamente o casal.

A narrativa reforça uma lógica de gênero na qual a masculinidade de Hyun-woo só pode ser plenamente exercida quando a protagonista demonstra fragilidade. A doença de Hae-in permite que ele ocupe o lugar de protetor, enquanto ela abdica progressivamente de sua autonomia. A decisão pela cirurgia na Alemanha, que poderia causar perda total de memória, é tomada por Hyun-woo e pelos chefes de família, sem consultá-la. Quando Hae-in descobre, expressa pavor por “deixar de ser quem é”, mas, diante da insistência do marido, aceita-a. Assim, sua suposta frieza é reinterpretada como sofrimento reprimido, enquanto sua sensibilidade emerge apenas ao custo de sua autonomia. Ao renunciar

a si mesma “em nome do amor”, ela valida a masculinidade protetiva e sacrificial de Hyun-woo.

Dessa forma, o *K-drama* Rainha das Lágrimas constrói uma masculinidade que transita entre a vulnerabilidade emocional e a responsabilidade protetiva, configurando-se como um modelo híbrido entre o sensível e o tradicional. Conforme Connell e Messerschmidt (2013), a masculinidade não é uma essência fixa, mas um posicionamento relacional que se constitui por práticas e performances. A trajetória de Baek Hyun-woo ilustra precisamente essa lógica: ele performa, negocia e reconfigura sua masculinidade em função do olhar da esposa, da família e da sociedade, oscilando entre subordinação, cuidado e poder.

### **Yoon Eun-Sung**

A presença de Yoon Eun-sung na narrativa se estabelece de forma estratégica, inicialmente no âmbito empresarial, quando Hong Hae-in busca sua colaboração para viabilizar a abertura da marca Hercyna em seu shopping, com o objetivo de ingressar no “Clube do Um Trilhão”. Desde essa primeira interação, a construção do personagem revela traços de imposição e centralidade no próprio desejo, perceptíveis na maneira como retoma memórias universitárias e é confrontado por Hae-in, que afirma ter se afastado dele por ultrapassar limites de convivência. A narrativa reforça esse comportamento em cena posterior durante um evento de caça promovido pela família Hong. Ao perceber o interesse do patriarca Hong Man-dae pelo cachorro de um vizinho, Eun-sung oferece uma quantia exorbitante para adquiri-lo e, diante da recusa, reage com violência e ameaça, sendo impedido por Baek Hyun-woo. Esse episódio evidencia uma masculinidade pautada na posse, na incapacidade de lidar com a recusa e na crença de que poder econômico autoriza a dominação.

No âmbito familiar, sua identidade é marcada por uma origem ambivalente e por relações atravessadas por ressentimento. Eun-sung é filho de Mo Sul-hee, governanta da família e parceira do presidente Hong,

com quem planeja assumir o controle do grupo Queens. A maternidade de Sul-hee, no entanto, não se traduz em afeto. Ela enviou o filho para adoção nos Estados Unidos, experiência que o personagem interpreta como abandono e preterição. Essa vivência constitui uma masculinidade fragilizada, que converte vulnerabilidade em obsessão por Hong Hae-in e em aversão ao fracasso. Os embates entre mãe e filho ao longo do drama evidenciam relações pautadas em interesse e deslegitimação. Ao descobrir a doença de Hae-in, sua reação não é de empatia, mas de necessidade de protegê-la como forma de reafirmar seu papel masculino, transformando o cuidado em posse.

No campo profissional, Eun-sung é apresentado como um investidor internacional envolvido nas negociações entre Hae-in e a Hercyna. Hospedado em Queens Town, utiliza sua proximidade para manipular situações, instalar escutas no escritório do presidente Hong e incriminar Baek Hyun-woo. Embora se insira no ambiente empresarial como aliado, seu comportamento demonstra a fusão entre ambição econômica e desejo pessoal ao exigir como retribuição que Hae-in se divorcie de Hyun-woo e lhe permita ocupar o lugar dele ao seu lado. A masculinidade hegemônica se manifesta na convicção de que sucesso financeiro e influência social legitimam a reivindicação de afeto.

No campo romântico, sua performance se estabelece pela contraposição a de Baek Hyun-woo. Enquanto o protagonista expressa afeto por meio de cuidado, escuta e respeito, Eun-sung mobiliza estratégias de manipulação emocional e coerção. Ele não oferece elogios ou gestos afetivos, mas insiste em fragilizar a autoconfiança de Hae-in. Em cena significativa, após Hyun-woo salvar Hae-in de um javali selvagem, Eun-sung tenta desqualificar o ato, mas a protagonista afirma que a diferença entre eles reside no olhar: enquanto Hyun-woo a observava, Eun-sung estava preocupado em observar o outro. À medida que a trama avança, sua obsessão amorosa se intensifica, culminando em ameaças e súplicas desesperadas para ser correspondido.

O desenvolvimento do personagem demonstra que, embora sua trajetória esteja vinculada ao êxito empresarial, tornando-se presidente do grupo Queens temporariamente após aplicar um golpe, sua busca central permanece sendo a validação afetiva de Hong Hae-in. A masculinidade que performa depende do reconhecimento externo, sobretudo do olhar feminino, e sua frustração amorosa expõe a fragilidade desse ideal. Essa dinâmica aproxima-se da concepção de Butler (2018), ao entender o gênero como uma construção performativa sustentada por atos reiterados, e da ideia de Connell e Messerschmidt (2013) de que a masculinidade hegemônica é um modelo idealizado, raramente correspondido na prática, mas que organiza expectativas e comportamentos.

O ápice da narrativa ocorre na Alemanha, quando Eun-sung acredita que a cirurgia de Hae-in, com risco de perda de memória, representa sua oportunidade de recomeço ao lado dela. Ele incrimina Hyun-woo e o afasta, construindo uma realidade forjada na qual se apresenta como parceiro da protagonista durante sua recuperação. Quando Hae-in recupera a memória e reafirma seu amor por Hyun-woo, Eun-sung recorre à violência extrema, sequestrando a personagem e atropelando o protagonista. No confronto final, cercado pela polícia, tenta atirar em Hae-in para impedir sua recusa definitiva, mas Hyun-woo se coloca à frente e é atingido. A morte de Eun-sung, alvejado por policiais, simboliza a punição narrativa de uma masculinidade desequilibrada, marcada pelo excesso de controle e pela incapacidade de aceitar limites.

Em contraste, a figura de Hong Soo-cheol oferece outra nuance de masculinidade no drama. Representado como sensível, imaturo e emocionalmente transparente, ele encarna a masculinidade considerada excessivamente suave, frequentemente relegada ao papel cômico e nunca legitimada como ideal. Essa representação reforça a ideia de que a masculinidade desejada na narrativa reside em um ponto de equilíbrio entre força e afeto, controle e sensibilidade, como exemplificado por Baek Hyun-woo. O protagonista é construído como ideal por combinar competência profissional, respeito familiar, autocontrole emocional e

capacidade de proteção, preservando, ainda assim, os contornos tradicionais do papel masculino.

Desse modo, embora K-dramas aparentem propor um ideal masculino mais afetuoso, esses produtos narrativos continuam a reelaborar a masculinidade hegemônica sob uma estética romantizada. A figura do homem jovem, belo, bem-sucedido, emocionalmente disponível e protetor configura uma fantasia cultural que exige leitura crítica, especialmente no contexto brasileiro de recepção. Reconhecer a distância entre a ficção e a realidade sul-coreana, marcada por desigualdades de gênero, movimentos como o 4B<sup>7</sup> e tensões entre conservadorismo e modernidade, é essencial para compreender que, ainda que suavizada, a hegemonia masculina permanece estruturante nessas narrativas.

### **Considerações finais**

A análise do *K-drama* Rainha das Lágrimas evidencia como a representação da masculinidade em produções midiáticas sul-coreanas constitui um espaço de negociação entre tradição, modernidade e mercado global. Os personagens masculinos estudados, Baek Hyun-woo, Yoon Eun-sung e Hong Soo-cheol, demonstram que a masculinidade não é uma categoria homogênea, mas um conjunto de performances influenciadas por relações familiares, românticas e profissionais. Essas masculinidades são atravessadas por afetos, disputas de poder, expectativas sociais e hierarquias de classe, revelando um mosaico de posições possíveis dentro do imaginário dos K-dramas.

Ao mobilizar os conceitos de representação (Hall, 2016) e performatividade de gênero (Butler, 2018), tornou-se possível compreender que tais personagens não apenas espelham padrões sociais, mas contribuem para a construção de novos sentidos sobre a existência masculina. A presença de uma masculinidade suave, sensível, emotiva e cuidadora convive com traços de masculinidade hegemônica, tais como racionalidade, sucesso profissional e capacidade de proteção. Essa coexistência não elimina as

estruturas patriarcais, mas tensiona seus limites e permite que sensibilidades tradicionalmente associadas ao feminino sejam incorporadas ao repertório masculino sem romper com a ordem vigente.

A obra também reafirma a relevância do contexto sociocultural sul-coreano. Espaços como a família, o casamento e o ambiente corporativo funcionam como dispositivos de regulação da masculinidade, reforçando a centralidade do status, do controle emocional e da honra familiar. Ao mesmo tempo, personagens como Soo-cheol mostram que masculinidades divergentes podem adquirir reconhecimento social quando articulam afeto e virilidade, ainda que de forma tardia ou parcial. Isso evidencia tanto a permanência de expectativas tradicionais quanto a abertura para novos modelos de subjetividade masculina.

Por fim, a popularidade global de *Rainha das Lágrimas* e sua circulação entre o público brasileiro confirmam a capacidade dos K-dramas de mediar imaginários transnacionais sobre gênero, afetividade e identidade. Como produtos culturais, essas narrativas participam de debates contemporâneos sobre masculinidade, contribuindo para questionamentos e ressignificações no campo das representações midiáticas. Compreender como essas masculinidades são performadas e consumidas permite que se reflita sobre os modos pelos quais a mídia participa da construção simbólica de sensibilidades e relações de gênero no mundo globalizado.

## Notas

Clique sobre o número para retornar ao texto

1. Mestranda em Comunicação, UFF, anarochele9@gmail.com.
2. Disponível em: <https://www.netflix.com/tudum/top10/brazil/tv>. Acesso em: 16 set. 2024.
3. Na tradução literal, “Ilha do K-drama”.
4. Traduzido como “garoto flor”, o termo se refere a homens jovens que investem na aparência, muitas vezes apresentando traços andróginos, cabelos estilizados e um perfil romântico e sensível.
5. Samsung, Hyundai e LG são alguns exemplos de *chaebols*, um conglomerado de empresas sul-coreanas, que são normalmente regidos por famílias. Os conglomerados familiares foram importantes para o desenvolvimento econômico no país por apoiarem financeiramente as políticas durante o período ditatorial.
6. Disponível em: <https://www.facebook.com/reel/776750247893317>. Acesso em: 09 jan. 2025.
7. O movimento feminino sul-coreano prevê a recusa do namoro, do casamento, do sexo e dos filhos. A sigla corresponde respectivamente a *Bi Yeonae*, *Bi Sex*, *Bi Hon* e *Bi Chulsan*. O prefixo “Bi” atribui sentido negativo no idioma.

## Referências

ALBUQUERQUE, A; CORTEZ, K. Cultura pop e política na nova ordem global: lições do Extremo-Oriente. In: SÁ, Simone; CARREIRO, Rodrigo; FERRAZ,

Rodrigo (org.). *Cultura Pop*. Salvador: EDUFBA, p. 247-267, 2015.

BUTLER, J. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. In: *Caderno de leituras* n. 78, Chão da Feira, 2018.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. ISBN 978-85-200-0611-5

CHO, N. *Kim Jiyoung*, nascida em 1982. Tradução: Alessandra Esteche. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

CONNEL, R.; MESSERSCHMIDT, J. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21 (1): 424, janeiro-abril, 2013. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>.

FIGUEIREDO, D.; SOUSA, H. Serviços de streaming e a popularização de dramas asiáticos por fãs brasileiros. *Revista Acta Scientia*, v. 1, n. 1, jan./jun., 2019.

JUNG, S. *Korean Masculinities and Transcultural Consumption*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2011.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. ISBN 85-7490-402-3.

HALL, S. *Cultura e representação*. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016. ISBN 978-85-8006-195-6.

MADUREIRA, A.; MAZUR, D.; URBANO, K. Fãs, mediação e cultura midiática: dramas asiáticos no Brasil. In: Jornada Internacional GEMInIS, I, 2014, São Carlos.

MAZUR, D. *Um Mergulho na Onda Coreana: nostalgia e cultura pop na série de k-dramas “reply”*. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. URI <https://app.uff.br/riuff/handle/1/21493>.

OTA, T. Producing (Post-)Trendy Japanese TV Dramas. *In: IWABUCHI, Koichi. Feeling Asian Modernities: Transnational Consumption of Japanese TV Dramas.* Hong Kong: Hong Kong University Press, 2004.

SCHULZE, M. Korea Vs. K-Dramaland: the culturalization of k-dramas by international fans. *Acta Koreana*, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 367-397, Dezembro, 2013.



# Masculinidades y consumos culturales: ¿Qué lugar ocupa el deporte en la vida cotidiana de jóvenes argentinos en tiempos de neoliberalismo?

MARÍA LAURA SCHAUFLE<sup>1</sup>

El presente texto expone avances de un estudio cualitativo exploratorio sobre jóvenes y consumos culturales en la región del litoral argentino (Paraná, Entre Ríos) propiciado a través de un Proyecto de Innovación e Incentivo a la Docencia - Facultad de Ciencias de la Educación - Universidad Nacional de Entre Ríos, Argentina - realizado en las materias Lenguaje, Cultura y Sociedad de la Tecnicatura en Producción Editorial y Cultura y Sociedad de la Tecnicatura en Gestión Cultural entre 2024 y 2025.

A partir de la sistematización y análisis de entrevistas en profundidad realizadas por estudiantes, este texto aborda consumos culturales de jóvenes de entre 16 y 20 años vinculados al deporte. El objetivo de este abordaje es reflexionar sobre los sentidos que construyen respecto del deporte en tanto actividad cultural en relación a sus intereses, expectativas y percepciones. Este avance pretende constituir un insumo para el análisis cultural desde una perspectiva crítica que abarque las intersec-

ciones entre género y juventud en la construcción de conocimiento que permita comprender los sentidos que cobran los consumos culturales ligados al deporte en las vidas cotidianas de este segmento social. Asimismo, busca abrir posibilidades de análisis que incluyen a los consumos deportivos en tanto consumos culturales, abarcando prácticas deportivas, asistencia a eventos, prácticas de consumo en relación a la digitalización, la mediatización y el mercado financiero. Aquí pretendemos reflexionar acerca de las modalidades en que el género se entrelaza a las prácticas deportivas, las representaciones corporales y los consumos de medios y redes sociales digitales.

### **El consumo cultural en la intersección de la edad y el género**

El proyecto en el cual se enmarca este trabajo se ubica en el campo de estudios culturales (Williams, 1980, 2001), específicamente en los estudios de recepción y consumo (Morley, 1996), interpretando las prácticas culturales de consumo (Bauman, 2007) en el contexto de transformaciones políticas, económicas y tecnológicas más amplias dentro del capitalismo (Zuboff, 2020).

En tanto antecedentes, este trabajo se apoya en los datos proporcionados por las encuestas de consumos culturales realizadas en Argentina por el Gobierno Nacional en años anteriores (Encuesta Nacional de Consumos Culturales 2013-2023) y la Encuesta Nacional de Actividad Física y Deporte (2021), como puntos de partida para adentrarnos en las problematizaciones relacionadas con el deporte, las juventudes, la cultura digital y su interseccionalidad con la clase y el género.

Los jóvenes revisten un interés particular para la investigación social ya que en su vinculación con los medios y la cultura digital han provocado transformaciones sustanciales en las prácticas, intereses y valores de este sector social. Pero además, los jóvenes varones en tanto sector social formaron parte del foco político tras el triunfo del gobierno de ultraderecha antifeminista de Javier Milei en Argentina como principales

votantes de dicha propuesta (Andrino e Hidalgo, 2023; Aruguete, 2023). En Argentina a partir de los 16 años los jóvenes pueden votar. Para este estudio elegimos la franja entre 16 y 20 años, antes de la mayoría de edad y emancipación que sobrevienen a los 21 años. Ahora bien, entendemos con Schmuck (2014) que para estudiar las juventudes es necesario apartarse de una mirada que se base exclusivamente en la cuestión etaria para pensar a las y los jóvenes en sus contextos históricos y culturales específicos. Las juventudes se construyen socialmente y varían en cada sociedad y en diferentes períodos históricos, encontrándose condicionadas también por cuestiones como el género, la clase social y la región en que viven - en este caso, el Litoral, la ciudad de Paraná y alrededores de Entre Ríos. La condición de juventud es un producto histórico, resultado de relaciones sociales, y no se presenta del mismo modo en todos aquellos que conforman el grupo poblacional estadísticamente definido como joven, sino que existen diferentes y desiguales modos de ser joven.

El marco teórico para este trabajo implica una perspectiva en torno al género que busca analizar los consumos culturales relacionados a las identificaciones y performances de género en el deporte, a fin de explorar regularidades, emergentes y tensiones en dichas prácticas culturales. Entendemos aquí al género masculino como conjunto de roles, expectativas, imaginarios, actos, o actitudes asignados por una sociedad determinada, transmitido mediante la socialización (Bourdieu, 1999, Ordoñez, 2011). En tanto normas que dependen de la reiteración son por lo tanto intrínsecamente inestables y no pueden prever los efectos de su propia actualización (Butler, 2010).

El género es un elemento crucial de inteligibilidad en nuestra cultura, una marca distintiva, un organizador social que separa cuerpos, una sujeción, un ejercicio constante que tradicionalmente divide de manera binaria masculinidades de feminidades, desde prácticas que varían a lo largo del tiempo y también en diferentes espacios de la cultura. La categoría de género nos permite observar cómo las diferentes instituciones sociales, entre éstas el deporte, son producidas por presupuestos

genéricos, al mismo tiempo que participan en la producción de los mismos. En la perspectiva teórica de este trabajo el ‘ser varón’ implica una performatividad, un ejercicio, una práctica, un hacer, un actuar, que a partir de la repetición diferencia los sujetos de género.

Partimos de la idea de que el modo en que cada sujeto concibe y practica las relaciones de género está mediado por todo un sistema de representaciones que articula la subjetividad a través de prácticas sociales y formas culturales, y que en y a través de diferentes prácticas se construye una serie de posiciones de sujeto y modos de subjetividad, que producen efectos materiales concretos en la vida de las personas. Esas posiciones diferenciadas por género pueden o no, ser adoptadas por personas concretas, conforme a las identificaciones de género que realicen (Laudano, 2010). Por tanto, no pensamos aquí las identidades y las diferencias como categorías ya fijadas por un orden binario de afirmación y negación que no admite las interrogaciones y vacilaciones. Desde el punto de vista de la crítica cultural feminista (Richard, 2009) buscamos usar las asimetrías y los descalces de la perspectiva de género para sacudir los códigos de estructuración del sentido y de la identidad.

Además es preciso atender que estas masculinidades se intersectan con un régimen económico, político y cultural: el neoliberalismo. El desempleo juvenil, las relaciones laborales informales, el incremento de la pobreza en Argentina aquejan a este grupo etario que registra históricamente tasas de actividad y empleo más bajas que las de la población total (El Ancasti, 2025).<sup>2</sup>

Para este abordaje pensamos la clase social, así como el género y la juventud, no únicamente en función de las estructuras económicas sino también de los componentes culturales que la expresan (Alonso, 2003). En este marco, entendemos al consumo cultural en su relación con el querer, desear y anhelar, en una sociedad que otorga un papel preponderante al consumo en los procesos individuales y grupales de autoidentificación, y en la selección y consecución de políticas de vida individuales. Una forma de vida consumista se aprende a desear constantemente lo nuevo,

asentada en la no satisfacción que puede llevar incluso a la compulsión o la adicción a ciertos consumos, en un ciclo corto de promesa y frustración (Bauman, 2007). Aquí nos interesa atender a las agencias que los sujetos se atribuyen para establecer sus relaciones de consumo en torno al deporte.

## **Metodología**

Este trabajo se centra en un abordaje de entrevistas en profundidad (Bourdieu, 1999; Piovani, 2008) realizadas por estudiantes de las carreras de Tecnicatura en Gestión Cultural y Producción Editorial, en la materia ‘Lenguaje, Cultura y Sociedad’ y ‘Cultura y Sociedad’, de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de Entre Ríos, durante 2024 y 2025. Mediante este proyecto, a través de la docencia se promovió el desarrollo de la práctica de investigación empírica y cualitativa en las aulas. Hasta el momento fueron realizadas 59 entrevistas en profundidad en la región del Litoral argentino (Paraná, Entre Ríos y alrededores) mediante las cuales indagamos acerca de los consumos culturales cotidianos de varones de entre 16 y 20 años. Para la realización de las entrevistas reconocimos junto a los, las y les estudiantes los propios prejuicios y preconceptos acerca de la masculinidad y la juventud, en relación a los consumos culturales. Luego cada estudiante preparó una guía de preguntas que fue testeada con pares y reescrita en función de los objetivos del estudio.

Respecto de los entrevistados, se preservó el anonimato, la identidad y la integridad moral y cultural de los sujetos que participaron de manera informada y voluntaria, asegurando también la confidencialidad de sus respuestas. En este sentido, al requerirles su colaboración, se les explicó el marco institucional, los objetivos principales del estudio dentro de la materia, el carácter voluntario de la participación y las condiciones de anonimato y confidencialidad en el manejo de los datos recogidos. En la exposición de los resultados, se toman los resguardos necesarios para

preservar la identidad de las personas que participaron de la investigación. Para ello se escogieron seudónimos, respetando la edad de cada cual.

En este artículo nos centramos en un tópico recurrente en las entrevistas: el deporte. En un primer momento, el referente empírico en diálogo con el estado del arte y el marco conceptual anteriormente expuesto, ha permitido la elaboración de tópicos centrales relativos al consumo de deporte. En un segundo momento de reflexión y vinculación de las categorías emergentes con conceptos teóricos principalmente provenientes de la teoría cultural y datos de fuentes secundarias, se exponen algunas interpretaciones para el proceso de análisis. Para ello se identifican figuras discursivas, lo cual no supone apostar a la transparencia o correspondencia del discurso con la realidad, sino que implica detectar las afecciones que atraviesan los relatos (Barthes, 2011), en tanto capturas, con sus intensidades.

### **El deporte en tanto consumo cultural**

El deporte apareció como emergente reiterado en las entrevistas de consumos culturales realizadas entre 2024 y 2025. No se trató de un punto de partida teórico sino que conformó una parte privilegiada de las respuestas de los entrevistados a la pregunta acerca de sus consumos culturales.

Entendemos aquí el deporte como consumo y práctica cultural que enseña comportamientos, valores, formas de ser y estar en el mundo. En esta perspectiva, se concibe también como productor de marcas culturales y no un mero reproductor de las mismas. El deporte constituye una institución cultural atravesada por presupuestos y producción de sentidos relativos a los géneros. En tanto arena de construcción de género donde la masculinidad ocupa un lugar privilegiado, imprime una serie de exigencias para los actores involucrados, sean ellos atletas, hinchas o consumidores (Andrada Bandeira; Seffner, 2013). Lo masculino relacionado a valores como la fuerza, agresividad, trabajo, éxito, iniciativa,

celebra la competitividad, la rudeza y la dominación física. En el deporte el valor de la proeza demarca uno de los mayores ejes a través de los cuales los hombres se sitúan y clasifican a otros, así como la fuerza y la agresividad o también la astucia.

Aquí el mito de la fuerza viril (Chiricosta, 2023) presenta como contracara el mito de la fragilidad física de las mujeres en tanto herencia de esta ideología y base de la institucionalización de la diferenciación del deporte según género. Con estándares diferentes, los deportes son un espacio muy importante de construcción de la masculinidad y uno de los últimos bastiones del poder y la superioridad masculina (Ordoñez, 2011). Desde la temprana socialización infantil, pasando por los lazos compartidos y la formación identitaria creada por adolescentes varones, junto con los patrones de uso del tiempo libre de los hombres, el deporte ha sido de gran importancia para definir y diferenciar el significado de la práctica de la masculinidad.

Mientras el deporte se configura como una arena dominada por cuerpos masculinos, jóvenes y sin deficiencia, nos interesa aquí indagar sobre las masculinidades jóvenes en relación al deporte en tanto consumo cultural y sus relaciones con la reproducción de las performances de género de la masculinidad hegemónica, la dominación sobre lo femenino, sus vínculos con la salud, la idea del atleta como hombre ideal y las nuevas formas de masculinidad.

### **Practicantes y espectadores**

En una primera exploración de las entrevistas diseñadas para explorar los consumos culturales hallamos el deporte como una de las prácticas culturales prevaletentes en los jóvenes. La mención al deporte aparece como una regularidad.

Acerca del deporte en tanto consumo y actividad cultural, distinguimos tópicos discursivos en los dichos de los entrevistados sobre sus hábitos deportivos y de actividad física, y sus prácticas de consumo de

deporte. A través de la lente que ofrecen las categorías de género y juventud, y de una perspectiva situada en la región de Paraná y sus alrededores, auscultamos los sentidos construidos sobre el deporte, vinculados a cuestiones de recreación y entretenimiento, así como salud, estética, socialización.

Los deportes que aparecen mencionados son fútbol, rugby, Fórmula 1, UFC, basket, ‘peleas’, handball. Todos ellos masculinos. El fútbol masculino aparece como principal deporte, por defecto. Para el abordaje de las respuestas distinguimos dos aspectos: diferenciamos el deporte como consumo de espectadores, por un lado y como práctica, por otro.

### Espectadores

Para abordar la relación entre mediatización y deporte, comprendemos que la radio, la televisión y más recientemente las plataformas digitales fueron modificando y reconvirtiendo la manera en que los sujetos se relacionan con el deporte en su rol de espectadores y consumidores (Branz y Murzi, 2024). El deporte aparece como uno de los principales consumos en redes sociales, especialmente en *Instagram*, *YouTube*, *TikTok*.

A diferencia del deporte en medios masivos, el consumo en las plataformas es de carácter individual, principalmente en teléfonos y en situaciones de relax. El consumo en redes sociales se asocia al entretenimiento y en tanto modo de sustraerse al aburrimiento y al tedio vital.

Algunos admiten que el consumo de redes también funciona en detrimento de la propia práctica de deporte, al pasar tanto tiempo en las pantallas. Esto mismo sucede con los *e-sports*: videojuegos que proponen al usuario un vínculo más activo con la disciplina deportiva y lo coloca, virtual y temporariamente, en el rol de futbolista, entrenador o mánager.

Entre los consumos deportivos que mencionan no se encuentran los deportes femeninos. Algunos entrevistados distinguen lo que ven respecto al deporte o el ejercicio físico como ‘consumo para hombres’. Este consumo de deporte masculino se da especialmente en plataformas

gratuitas como *YouTube*. El consumo de deportes por medios masivos como la TV o la radio se asocia más a un consumo grupal o familiar: ver partidos ‘por la tele’ implica un espacio social.

En relación a lo geográfico, prefieren consumir deportes de las selecciones nacionales o del exterior, pero no siguen a deportistas locales, de Paraná o la región. El deporte que más nombran es el fútbol y la selección masculina de fútbol. En este consumo, “mirar a Argentina” significa un ritual familiar o entre amigos de asistir juntos a los partidos de la selección nacional masculina de fútbol por televisión. Además del fútbol nacional masculino muchos ven partidos de fútbol masculino europeo.

Ahora bien, el consumo de deporte masculino en redes no responde solamente al mero placer, varios entrevistados indican que lo consumen como información y conocimiento, para ver “lo que está ahora de moda”, como *Streamings* en canales de *YouTube* destinados a analizar jugadas, jugadores y equipos. Consumen reacciones, entrevistas y opiniones para formar una opinión propia informada que aparece como valor. ‘Informarse sobre deporte’ implica seguir al “periodismo futbolístico o deportivo”, “saber acerca de los clubes”.

Esta información resulta un valor en dos aspectos. El más tradicional tiene que ver con el deporte masculino como tema de conversación entre pares. El deporte parece ser el tema de interés privilegiado de conversaciones entre varones, entre amigos, en la escuela, en el club, en la facultad: “más que nada hablamos de los jugadores”, “por ejemplo, X jugador le pasó tal cosa con tal persona; viene de hacer un golazo en otro equipo; cuánto valió para que se vaya a tal equipo, el traspaso”, relata Javier, de 19 años.

Ahora bien, otro aspecto de la información es su valor para las apuestas *online*. El informarse acerca de deportes, clubes, deportistas tiene un objetivo más allá del tema de conversación. Las apuestas *online* se desarrollan en distintas plataformas: “Ahora hay un millón. *BetPlay* fue como el más famoso” dice Laureano, quien nos narra su evolución en las apuestas donde “Al principio apostábamos 100 pesos” y luego se daban

cuenta que no ganaban: “ponía 100 pesos, pero si le pegabas 45 partidos, te llevabas 100 pesos”. Laureano identificó un problema: “eso creo que es lo que te enfermaba” y decidió dejar de apostar, pero reconoce en otros que el problema continúa: “hasta el día de hoy tengo amigos que están así,... apuestan en la Liga de Taiwán y terminan un domingo a las 2 de la mañana viendo el partido de Taiwán para ver si ganan”.

El consumo de deporte en redes también aparece como motivación para la práctica, bajo la idea de superación e inspiración para sus propios entrenamientos. Eligen ver ciertos deportes porque los motiva. Aparece aquí la idea de figuras inspiradoras, junto con historias de superación y ascenso al éxito individual. Hernán, de 20 años, valora estas historias personales de varones deportistas por “la forma en que llegaron hasta ahora, hasta su objetivo, toda las fases que pasaron malas; vienen de muy abajo”. Resalta el esfuerzo y la dedicación como valores e indica entre sus inspiraciones a varones musculosos famosos: “me inspiran los físicos estéticos y todo eso como pueden ser en su época Arnold Schwarzenegger, ahora en estos momentos, Ramon Dino, Urs”.<sup>3</sup>

En cuanto al consumo editorial de deporte, para los jóvenes éste casi ha desaparecido frente al consumo digital. Cuando a algunos entrevistados se les preguntó si leían libros (en general), respondieron que no leen: “no soy de la rama de leer, no me gustan mucho los libros” dice Pablo, de 20 años. Pero agrega: “si me interesaría leer algo sería de personas famosas, deportistas. Biografías, por ejemplo, de Mascherano, me gustaría leer un libro de Messi y esas cosas”. Algunos han leído o preferirían leer libros de autoayuda o de “desarrollo personal”, para actividades como correr o para realizar otros deportes. Son “como una herramienta”, dice Hernán, para el ejercicio físico: “me ayudó muchísimo a la respiración, a la resistencia. Ahí sí me superé como corredor, por ejemplo. Se notó el cambio de hábitos también”.

En estos relatos se cuelean las nociones de fan y de hinch. En las respuestas, los fans se relacionan con la mediatización y se implican en una relación a distancia con el equipo. Federico expone esta distancia

mediatizada al hablar de “los argentinos que se hicieron hinchas del Barcelona por Messi”, “veía la Champions e iba hinchando por distintos equipos y me quedé con los que más me gustaban”. Este tipo de fanatismo incluso se relaciona al consumo estético: “me gustaba mucho la camiseta de algunos”. En tanto fans siguen a sus equipos mediante plataformas digitales, quizás a diferencia de quienes componen las hinchadas y asisten a eventos deportivos. Esto puede deberse a que en la región de Paraná y Entre Ríos no hay equipos de fútbol masculino de primera división, los clubes son menores y además la asistencia a los partidos tiene un costo económico que muchas de las plataformas no tienen.

Un entrevistado cuenta que va con la familia a ver al equipo local de fútbol, donde la principal actividad grupal es “arengar al equipo”, a diferencia de la asistencia en casa donde se conversa. En la cancha “no hablamos tanto por el disturbio que hay en el ambiente”, dice Javier. La asistencia a eventos futbolísticos locales no es gratuita pero sí es accesible, dice Lisandro, de 19 años: “Ir a ver a Patronato<sup>4</sup> es algo bastante accesible.” Otro entrevistado asocia el deporte con los eventos futbolísticos masculinos, tanto así que cuando se le pregunta por la asistencia a eventos deportivos dice: “Voy casi todos los sábados a verla a mi vieja jugar al fútbol pero así a eventos deportivos casi nada”. Su madre jugando al fútbol en equipo no califica para él en tanto evento deportivo.

Un tópico que reaparece es la ilusión por un equipo de fútbol masculino: “me encantaría poder verlo levantar una copa”, dice Manuel, de 20 años. Lo deportivo se asocia a la pasión. La ‘hinchada’ aparece como modo de relación social. Ahora bien, luego de la adolescencia, varios hablan de un decrecimiento de la pasión con el paso de los años: “Ya no me apasiona tanto como antes”, alega Federico. “Ya no lo tomo tan en serio como antes”, dice Pedro, de 20 años.

El fútbol masculino es comprendido como “parte de la cultura argentina”: “no solamente me gusta verlo y jugarlo, sino que es algo que lo sentís”; “ser parte de tu equipo e hinchar por tu selección. Es algo que me encanta, algo que te hace argentino”, indica Federico. Quizás el deporte

sea entre los jóvenes el principal baluarte de nacionalismo. En este sentido mirar “cuando juega Argentina”, significa mirar la selección de fútbol masculino. Esto no sucede de igual manera con el deporte femenino, salvo cuando éste se tiñe también de nacionalismo: “el deporte femenino no me interesa por ahí tanto como sí me interesa el deporte masculino... a menos que sea Selección Argentina porque están representando a mi país”, dice Javier. Asimismo en el fanatismo, el nacionalismo y la hinchada se vislumbra una atadura emocional que se deriva del legado familiar. Ser hincha se hereda: soy “De River por mi padre”, dice Javier.

### Practicantes

En el deporte como práctica de los jóvenes, en las entrevistas se destacan los grupales como fútbol,<sup>5</sup> basket, rugby, handball. Y otros más de tipo individual como los deportes de contacto y artes marciales: kickboxing, boxeo, Muay Thai, K1. También entienden como deporte prácticas más individuales como ir al gimnasio o salir a correr. La práctica deportiva aparece como manera de sustraerse a las redes y pantallas.

Aquí también se presenta el deporte como mandato familiar. Julio, de 17 años remarca que fue su familia la que le indicó en primer lugar “qué deporte hacer o qué deporte no hacer”. Carlos, de 20 años, habla de esta transferencia del gusto por determinado deporte: “la actividad que más me gusta es principalmente el rugby, en menor medida el básquet. El rugby porque mi familia básicamente está más arraigada a él. El básquet por mi que mi papá lo practica.” Por su parte Pedro, de 20 años, dice: “mi familia también me inculcó mucho el fútbol y eso me llevó a que sea una pasión”. No obstante, si bien cuentan que el deporte es una pasión inculcada por la familia o una actividad que les mandaron a hacer, a la vez hablan de su libertad de elección: “siempre fui muy libre”, “lo sentí como una elección propia”, dice Pedro; “es 100% gusto y decisión propia” ratifica Carlos.

Respecto de la práctica del deporte destacan como valores la competitividad y el rendimiento, donde hablan de una supremacía del deporte masculino frente al femenino: “siento que es más competitivo”: “el hombre, el deportista masculino, no va a jugar, va a ganar, él siempre quiere ser el mejor, siempre quiere estar mejor que los otros, siempre quiere él ganar, los otros no le importan”; “No conozco una persona que vaya a jugar competitivamente un partido y diga yo vengo a jugar para divertirme, no, todos quieren ganar, nadie quiere perder, todos quieren ser mejor que el otro, siento que está bien” sostiene Javier. El mismo entrevistado comprende ésto como una presión: “Quiero ser mejor que el otro. Quiero ganarle al otro. Y es una presión que no cualquiera la puede llegar a tolerar, hay muchas personas que han dejado”.

La cuestión de la competitividad se une a la de la autoexigencia: “son estándares que me pongo yo. Soy muy exigente con el deporte”, dice Maximiliano, de 20 años. En estos relatos suele aparecer el sueño del deporte como carrera profesional, ligada al éxito individual: “me encantaría poder llegar a ser un peleador profesional. También sería un sueño que me vean en la UFC, porque es la mayor liga de deporte de contacto que puede existir”, dice Camilo, de 20 años. Por su parte, Hernán también sueña con una carrera deportiva en el Muay Thai aunque reconoce sus limitaciones: “para especificarse en este deporte, seguir la flecha del avance, hay que ubicarse en otro país, que es Tailandia. Y bueno, es una barrera tanto de dinero como de ubicación. Está en la otra punta del mundo Tailandia”. Ante lo cual adapta su sueño: “Ya fue, entrenar acá y bueno, poder llegar al nivel máximo acá en Argentina, y chau”.

Con el paso del tiempo, Maximiliano se dio cuenta que, en su carrera futbolística, no podía competir con otros a quienes sí les llegaban ofertas por *Instagram*. Y decidió relegar el fútbol: “sabiendo que ya no es el momento de poder vivir profesionalmente del fútbol ya lo dejo más secundario”. En este punto de los itinerarios vitales empieza a considerarse el deporte como *hobby*, como rutina del tiempo libre, atado a la dedicación horaria de su ocupación principal, por ejemplo, el estudio.

Los jóvenes hablan de los cambios en la dedicación al deporte con el paso del tiempo, con la entrada a la Universidad. Ante la pregunta por cuánto tiempo le dedicaba a la práctica deportiva, Carlos, de 20 años responde: “Actualmente poco menos de 6 horas semanales. Cuando era mas chico sí le dedicaba más horas de mi vida”. En cambio, Julio de 17 años, que aún se encuentra en la secundaria dice: “juego al fútbol, acá en el club de Oro Verde y a eso es a lo que más le dedico. Y le dedico una hora y media y cuatro días a la semana”.

El deporte aparece en menores de 18 años como manera de sustraerse a la escuela secundaria. Javier añora los tiempos en que el deporte le permitía justificar sus faltas en el colegio. Vemos entonces cómo el deporte se ubica en un lugar privilegiado frente a la enseñanza secundaria pero esta ecuación cambia al entrar a la Universidad. Sin embargo, se mantiene en un lugar jerárquico: “lo primero es el deporte. Salir a correr, jugar al fútbol, al gimnasio”, dice Maximiliano, de 20 años. La dedicación deportiva cambia al entrar a la universidad, donde comienzan a hacer deporte “de manera más recreativa”, como dice Pedro. Si en la adolescencia el entretenimiento deportivo se relaciona a apartar el tedio o el aburrimiento, en la entrada a la adultez a partir del ingreso a la Universidad o al mercado laboral, se transforma en una forma de sostener el día a día.

En cuanto a los deportes más individuales y principalmente las prácticas de gimnasio, éstas se asocian a la dimensión de lo estético, la autoestima, junto a un patrón de diseño corporal masculino. En las entrevistas se encuentra tanto una presión y como un gusto por lo estético y el diseño corporal masculinista. Aparecen incluso algunos chistes sobre la gordura y la salud como argumento para la práctica. Mateo, de 20 años, admite que sentía que tenía “que estar más grandote”, físicamente.

A diferencia de los deportes grupales, el gimnasio en tanto actividad individual evita el compromiso comunitario y la inconstancia no es un problema. Aquí aparece la cuestión de la disciplina y la autodisciplina. Diego habla de la necesidad de que lo estén “presionando para ir y cumplirlo”. Destaca la necesidad de seguimiento de alguien frente a la

dificultad de la autodisciplina. Mateo expone su aburrimiento ante las rutinas del gimnasio, la falta de iniciativa para ir, pero “cuando estoy, me encanta”. Otro problema de los gimnasios para los jóvenes es la cuota mensual, dice Diego de 19 años: “me gustaría ir al gimnasio, pero bueno a veces por cuestiones de tiempo o en su mayoría económicos, no estoy pudiendo ir”. Admite que podría entrenar solo, pero su deseo imaginario se vincula al gimnasio: “por ahí pienso y digo ¿qué necesidad de ir al gimnasio? Cuando uno puede hacerlo ahí en la casa, salir al parque, pero es como que lo que me está pidiendo por ahí la mente es un gimnasio”. Los entrevistados hablan de los ‘beneficios’ tanto ‘mentales como ‘físicos’ del gimnasio, para la salud, el sentirse mejor y evitar el sedentarismo.

Yago, de 20 años dice que empezó el gimnasio porque: “quería cambiar un poco, cambiar de aires”. El gimnasio se presenta como un ambiente otro y como una posibilidad de transformación para los jóvenes. Se destaca aquí el gusto, la necesidad de desconectar, de despejarse, y la sociabilidad en ese ámbito: “vos sentís que te estás haciendo un bien cuando estás en el gimnasio”, “te sentís pleno”, “qué linda sensación”, indica Mateo. Y resalta que si bien es un esfuerzo, “también es momento de descanso” de la rutina, “Además, hay un plus que estás escuchando música, como un ambiente lindo”.

El gimnasio aparece como la actividad más compatible con los estudios, adaptable a sus rutinas. Pero además, si bien la mayor parte de las justificaciones de los practicantes de deportes tienen que ver con la salud individual del cuerpo y la salud mental, se encuentra en ellos la importancia de la sociabilidad masculina. Muchos cuentan que empezaron la actividad con un amigo y que se vuelve más aburrido y forzoso cuando implica una constancia meramente individual. El deporte se asocia a la socialización y la amistad masculina. Hacer deportes “te ayuda a abrirte más... a socializar, a compartir más con familia o amigos”, dice Pablo, de 19 años. Este valor se encuentra incluso en la práctica de gimnasio, que deja de ser tan individual, como cuenta Elías, de 20 años: “están mis compañeros, mis amigos, voy de paso los veo, charlamos un rato, hacemos

ejercicios, todo juntos”. El deporte funciona como un espacio de socialización de género, donde reina el compañerismo. “Yo me muevo con las mismas personas desde que nací más o menos, que jugamos el mismo deporte juntos. Son el mismo grupo de 20 años”, dice Matías, de 20 años.

Las entrevistas también sacan a la luz los prejuicios de género. Mateo alega: “me gusta mucho bailar, creo que eso muchas veces no lo hago por prejuicio”. Javier retoma la idea de los deportes grupales masculinos y se queja de algunos estereotipos masculinos asociados a cada uno: “en rugby está la teoría de que tienen que ser violentos, que les guste ir a chocar, que sean fuertes, que no tengan miedo. Lo mismo pasa en el básquet, que sean rápidos, que sean altos, que son todos tranquilos, suaves, lo mismo pasa en el fútbol que tienen que ser lindos, tienen que ser chispa porque sino no llegan a lograr nada. Y siento que no...en experiencia personal no son tan así como dicen, me ha pasado de jugar al rugby y tener compañeros muy buenos, muy tranquilos... Siento que está mal planteado por la cultura”. El universal deportivo se presenta como masculino.

## **Reflexiones**

Tanto espectadores como practicantes de deportes asocian el consumo de deporte a la diversión, al pasarla bien, al vivir emociones, a la felicidad y a tener una ocupación del tiempo. No obstante, éstas no son las únicas aristas que fundamentan la elección del deporte como consumo cultural. Para reflexionar acerca de los relatos recogidos en las entrevistas distinguimos una serie de figuras para abordar la relación entre juventud, masculinidad, consumo cultural y deporte.

## **Consumidores digitales y apostadores**

Grandes sectores de la juventud en Argentina enfrentan un panorama complejo que se ve marcado por la crisis económica, la inflación, el desfinanciamiento de las universidades públicas y la falta de empleo que caracteriza al gobierno de Javier Milei. Para muchos jóvenes, estos

factores generan una sensación de incertidumbre, donde la dificultad para acceder a estudios superiores, encontrar empleo digno y alcanzar una independencia económica parece un sueño cada vez más lejano (Muchart, 2025).

El consumo digital de deportes puede relacionarse con la crisis económica argentina ya que el sector joven, históricamente precarizado, reconduce sus consumos deportivos a ambientes mediatizados cuando la participación de eventos deportivos supone un costo mayor, más aún para jóvenes que viven en Paraná y deben viajar para ver a sus equipos de preferencia en otras provincias, especialmente en Buenos Aires.

Pero además, el consumo deportivo de jóvenes ligados mayormente a los estratos medios encuentra barreras por las condiciones laborales, no sólo con respecto al salario o remuneración que puedan percibir, sino también por la cantidad de tiempo dedicado al trabajo o al estudio. En este sentido la crisis económica se relaciona con el consumo digital, con la mediatización del consumo deportivo que se populariza y teje nuevos anhelos, como el de volverse millonario con apuestas *online*, para lo cual deben mantenerse consumiendo información deportiva de los diversos clubes (Branz; Murzi, 2024).

De esta manera los cambios que se introducen por las tecnologías de la comunicación también arrastran modificaciones en el disfrute y en las nociones de ocio y de entretenimiento (Wittib, 2025). Las plataformas y los *e-sports* han ganado una creciente influencia en la manera en que se imagina, interpreta y vivencia el deporte para los jóvenes. Si bien el hecho de ser simpatizante de un equipo en tanto identidad comunitaria y el disfrute por el juego mismo son las dos razones más habituales que mueven a las personas a mirar espectáculos deportivos, a partir de la pandemia COVID19 emergieron diferentes plataformas virtuales de apuestas deportivas que ofrecen la posibilidad de jugar dinero en cualquier evento deportivo que se practique alrededor del mundo.<sup>6</sup> Si nos centramos en los sentidos y valores que los sujetos le dan a su práctica vinculada a las apuestas, Branz y Murzi (2024) destacan que las apuestas deportivas son

un elemento de sociabilidad entre los jóvenes y son interpretadas como una forma lúdica de estar juntos y divertirse, que al mismo tiempo puede otorgarles un ingreso de dinero.

Las apuestas median y transforman la manera en que los jóvenes vivencian y observan un espectáculo deportivo. Mientras se extiende un imaginario acerca de que la búsqueda y el análisis de información deportiva son garantía de éxito en las apuestas, se ubica el ganar apuestas tanto como una recompensa y auto-gratificación a saber de deportes, como una forma de obtener reputación entre pares. Los jóvenes ya no sólo miran deportes en tanto entretenimiento sino que se informan, consumen estadísticas y ven a otros jóvenes *streamers* apostar a través de *YouTube*, con una dedicación que tensiona la relación con el ocio. Ahora bien, entre los entrevistados encontramos una conciencia de que en las apuestas se pierde más de lo que se gana. Sobre las representaciones de los jóvenes sobre la práctica de apuestas *online* es posible notar también el reconocimiento de algunas trayectorias personales de jóvenes apostadores derivan en vínculos problemáticos con el juego.

### Hinchas y fans

La noción de hinchada se liga especialmente a clubes de fútbol y a equipos masculinos. Otros estudios culturales acerca del fútbol han hablado ya de la performatividad de género esperada para el hincha, desde un heterosexismo compulsivo y la estética popular como normatividad (Andrada Bandeira; Hijós, 2018), para este trabajo entendemos las manifestaciones de la hinchada como aspecto de pertenencia a una cierta sociabilidad. En los entrevistados se entrelazan las nociones de hincha y de fan, despegándose de la tradicional figura de hincha que asiste al estadio cada semana y acercándose más a una idea de consumidores digitales y de símbolos estéticos como los colores del equipo y de productos como camisetas.

Un entrevistado relata que asiste cada fin de semana a ver a su mamá jugar al fútbol pero no entiende esta actividad como la de hinchas, ni tampoco como fan. Mientras un código masculino se asocia a manifestaciones públicas de las emociones futbolísticas relativas a rituales como cantar, gritar, donde los estadios de fútbol fueron producidos históricamente como lugar de socialización entre varones (Andrada Bandeira; Seffner, 2013), no cabe aquí el concepto para alentar y acompañar deportes y equipos femeninos.

Los entrevistados hablan de la ilusión y la pasión por sus clubes de fútbol y de sus experiencias de pertenencia. Expresan sentimientos y sensibilidades en relación a un sentido de comunidad deportiva: hablan de la intensidad que se vive en los estadios, en las tribunas, con las hinchadas. Asimismo hablan de una comunidad afectiva mayor ligada al deporte que se expresa en el nacionalismo, caracterizado como masculino y futbolístico.

## Ídolos

Para los entrevistados los ídolos deportivos son masculinos, asociados a atributos y narrativas románticas<sup>7</sup> como el honor y el nacionalismo, y por otro a la competitividad, la meritocracia, valores asociados al capitalismo. En este entramado tiene lugar el mito de la fuerza viril (Chiricosta, 2023) que declara a los varones más fuertes que las mujeres. Si bien es posible pensar que la media de los varones es más fuerte que la media de las mujeres, se trata de una narración mítica que performa cuerpos y géneros, resultado de largos procesos socioculturales que han impactado y moldeado incluso la materialidad de los cuerpos y que han configurado relaciones de género marcadas por la asimetría y la violencia. Entre los ídolos se encuentra el atleta como hombre ideal, especialmente son nombrados futbolistas de la selección masculina nacional y referentes famosos de la musculación.

## Los gym bro locales

Las tendencias del mercado y las novedades del sistema capitalista neoliberal han ganado terreno a través de propuestas privadas en el campo del deporte y la actividad física. Elegimos para esta figura la noción de *gym bro* en tanto término que se utiliza para describir a aquellos hombres que pasan gran parte de su vida diaria dedicada al gimnasio y a su estilo de vida saludable (Reyes, 2023). No obstante, estas tendencias están sujetas a las tensiones y negociaciones entre lo local y lo global.

En las prácticas de gimnasio, encontramos no sólo la mítica del ser fuerte sino la del atractivo físico. La apariencia física y las alusiones a la belleza de los hombres son ponderadas a partir de una aspiración compartida de poseer un cuerpo con voluminosa musculatura (Facchini, 2006; Lopez, 2021), junto a la fascinación con el cuerpo de otros hombres, propia de una cierta homoerótica (Enguix, 2012).

La actividad deportiva que más aparece luego del fútbol es la asistencia a gimnasios. Entre los más jóvenes, el espacio social del club se posiciona como lugar preponderante de práctica deportiva, pero en el caso de quienes han logrado terminar la secundaria y continúan estudiando aumenta significativamente la práctica en gimnasios. Una sociedad neoliberal y de consumo promueve la práctica deportiva como actividad individual a través de gimnasios comerciales y no de clubes sociales. No obstante, la regularidad en la asistencia a los gimnasios demuestra una relación difícil con la disciplina, cuando se trata sólo de autoexigencia y se desalientan los espacios de sociabilidad grupal. Incluso en una actividad hiperindividualizada, la constancia y el placer se asocia a los vínculos y la comunidad de encuentro (masculino) en esos ambientes.

## La comunidad de varones frente al individualismo

La comunidad de varones estuvo históricamente asociada a los clubes deportivos en tanto espacios recreativos para la práctica de diferentes

deportes, en tanto lugar de esparcimiento y sociabilidad, entrelazado por el espíritu competitivo (Andrada Bandeira; Hijós, 2018).

Una noción de comunidad no deja de estar presente incluso en los consumos digitales individuales o en las prácticas deportivas individuales como el gimnasio. Y esa comunidad tiene género: es una comunidad masculina joven que alterna tiempos de virtualidad con la presencialidad. Se trata asimismo de una comunidad afectiva: el deporte permite y performa la demostración de afectos públicamente entre pares, fomentando la amistad masculina, o la noción de camaradería, privilegiando una valorización y disfrute del ocio entre varones.

### **La masculinidad insospechada**

Las entrevistas hablan de la masculinidad hegemónica (Connell, 2020) en el deporte. Las revisiones que introdujo la nueva ola del feminismo en nuestros modos de actuar, al fomentar debates y discursos sobre género no se encuentran sedimentadas en las percepciones de los varones jóvenes sobre el deporte.

El deporte en Argentina ha sido un espacio de visibilidad predominantemente masculina, con un discurso normativo que asocia a los cuerpos femeninos a la fragilidad y a las limitaciones físicas. Continúa prevaleciendo una idea de dominación sobre lo femenino, donde el deporte practicado por mujeres o disidencias es prácticamente invisible (Barreto Januário; Goellner; Vimieiro, 2025). Las narrativas recolectadas en las entrevistas a los jóvenes reproducen exclusiones, marginalizando o subestimando su participación en los deportes.

El mundo deportivo se caracteriza por una estructura institucional competitiva y jerárquica, donde los efectos de la producción de masculinidades en el deporte hacen sentir sus efectos más allá de los sujetos directamente envueltos en su práctica (Andrada Bandeira; Seffner, 2013). Aunque los entrevistados entienden que en los deportes sólo una pequeña

minoría llegará a ser parte del mundo profesional, su práctica y consumo no dejan de sostener una producción imaginaria de la masculinidad.

### **Consideraciones finales**

En tiempos de neoliberalismo y gobiernos de ultraderecha consideramos significativo cuestionarnos acerca de los consumos culturales de las juventudes y masculinidades, atravesadas por un escenario consumista.

En un principio nos preguntamos si las alteraciones que acarrió la Cuarta Ola del Feminismo habían permitido nuevas discursividades sobre género en el deporte y si los varones colocaban nuevas cuestiones al respecto. No hallamos casi reflexiones o preguntas sobre el género sino más bien una preocupación por el propio cuerpo en términos de estética y salud, de afirmación de identidades masculinas a través del deporte, del lugar de la competencia y las nuevas formas de heroísmo relativas a la meritocracia definida como autoexigencia individual.

Los discursos sobre el deporte en tanto consumo cultural de jóvenes varones suponen al fútbol masculino como centro y en segundo lugar aparece la asistencia a gimnasios. Los relatos en las entrevistas presentan paradojas: por un lado, la pasión deportiva, por otro, la razón instrumental. Por un lado el individualismo en la práctica, por otro la necesidad de comunidad de pares varones. En las narrativas conviven la idea de mérito con la importancia de lo social, el individualismo y la comunidad, la importancia del esfuerzo y del tiempo libre, el orden y el aburrimiento, la disciplina y el placer, la trascendencia, la demostración social de superioridad, el éxito, y el prestigio social, la ambición, la competencia, la búsqueda de reconocimiento social y el lazo social y la necesidad de pertenencia.

## Notas

Clique sobre o número para retornar ao texto

1. Dra. en Comunicación Social. CONICET, Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de Entre Ríos, Argentina, e-mail: laura.schaufler@uner.edu.ar.

2. Las brechas de género también se reproducen en la población juvenil y ello se comprueba en que el 45% de los varones jóvenes que dijo tener trabajo mientras que solo el 34% de las mujeres jóvenes tuvo empleo (El Ancasti, 2025).

3. Ramon Rocha Queiroz (Río Branco, 9 de febrero de 1995), más conocido como Ramon Dino, es un fisicoculturista brasileño, campeón del Mister Olympia en la categoría Classic Physique en 2025 y subcampeón en 2022 y 2023. Urs Kalecinski es un fisicoculturista alemán, apodado “The Miracle Bear” (El Oso Milagroso), nacido en 1998 que ha emergido como una figura prominente en la categoría Classic Physique.

4. El Club Atlético Patronato de la Juventud Católica es una asociación civil deportiva de la ciudad de Paraná, provincia de Entre Ríos, fundada el 1° de febrero de 1914. Su deporte principal es el fútbol, participa de ligas locales como la Liga Paranaense de Fútbol y en ocasiones llegó a disputar un torneo de Primera División. <https://capatronato.com/about/>.

5. Según los datos relevados en la Encuesta Nacional de Actividad Física y Deporte (2021), el fútbol se confirma como el deporte más practicado en Argentina (fundamentalmente por varones: 56,2%, contra 19,8% en el caso de las mujeres), y como práctica dominante para varones jóvenes. Los hábitos deportivos y la práctica de actividad física están vinculados con los antecedentes culturales de nuestro país, esto es, la importancia y el lugar que ocupa, por ejemplo, el fútbol y los clubes sociales. (Hijos & Murzi, 2023).

6. Hacia mediados de 2022 el juego online se legalizó en la gran mayoría de las provincias argentinas e implicó el desembarco de casas de apuestas globales al mercado local (*Bet365*, *Bplay*, *BetWarrior*, entre otras). Se trata de una actividad atractiva desde el momento en que promete recompensar con dinero un saber sobre deportes en un país con alto consumo de espectáculos deportivos. Además, se despliega en un momento de crisis económica con altos índices de inflación que naturalizaron en los argentinos la necesidad de poner en circulación constantemente su dinero para que no pierda valor (Branz y Murzi, 2024).

7. Entendemos al Romanticismo como movimiento cultural, originado en Alemania y en Reino Unido a finales del siglo XVIII, que confiere prioridad a los sentimientos frente a la razón.

## Referências

ALFARO MORENO, Rosa Maria. Ciudadanos y culturas mediáticas: ocultos en la formalidad democrática. *Mediaciones Sociales*, 3, 351-391, 2008.

ALONSO, María Esther. Nuevas recetas masculinarias en las revistas femeninas. *Revista Confluencia*, 1, 3, 2003.

ANDRADA BANDEIRA, Gustavo y HIJÓS, Nemesia. El club es mi vida: los significados de las emociones en el fútbol brasileño y argentino en diferentes contextos etnográficos. *RELACES*, 28, 10, 52-66, 2018.

ANDRADA BANDEIRA, Gustavo; SEFFNER, Fernando. Futebol, gênero, masculinidade e homofobia: um jogo dentro do jogo. *Espaço Plural*, XIV, 29, 246-270, julio-diciembre, 2013.

ANDRINO, Borja; HIDALGO PÉREZ, Montse. Mapa | ¿Quién ha votado a Milei? Así son sus apoyos por edad, género o territorio. *El País*, noviembre, 2023.

ARUGUETE, Natalia. Milei, los jóvenes y su impacto en el tablero de la derecha argentina”, *Página12*, enero, 2024.

BARRETO JANUÁRIO, Soraya M. B.; GOELLNER, Silvana V.; VIMIEIRO, Ana Carolina S. C. (In)visibilidades e Dissidências no Esporte: Representações de Gênero em Jogo. *Revista Estudos Feministas*, 33, 2, 2025.

BARTHES, Roland. *El discurso amoroso*. Madrid: Paidós, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida de Consumo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Comprender. *La miseria del mundo*, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1999.

BRANZ, Juan Bautista; MURZI, Diego. Apuestas deportivas online y jóvenes en Argentina: entre la sociabilidad, el dinero y el riesgo”, *Ludopédio*, mayo, 2024.

BUTLER, Judith. *El género en disputa*. Barcelona: Paidós, 2010.

CONNELL, Robert William. *Masculinities*. London: Routledge, 2020.

EL ANCASTI (Sin AUTORÍA). Los jóvenes, votantes mayoritarios de Milei, sufren con su modelo el drama de la desocupación, *El Ancasti*, junio, 2025.

ENGUIX, Begonya. Cultivando cuerpos, modelando masculinidades. *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*. LXVII, 1, 147-180, 2012.

FACCHINI, Mónica. La imagen corporal en la adolescencia: ¿es un tema de varones?. *Archivos argentinos de pediatría*, 104(2), 177-184, 2006.

HIJÓS, Nemesia; MURZI, Diego. Hábitos deportivos y práctica de actividad física en la última década en Argentina. Análisis a partir de las Encuestas Nacionales de Actividad Física y Deporte de 2009 y 2021. *Educación Física y Ciencia*, 4, 25, 2023.

LAUDANO, Claudia. Mujeres y medios de comunicación: Reflexiones feministas en torno a diferentes paradigmas de investigación”. En CHAER, Sandra y SANTORO, Sonia (comps.), *Las palabras tienen sexo II*, Buenos Aires: Artemisa Comunicación, 40-54, 2010.

LOPEZ, Julia. Presión social: el ideal de belleza exige músculos a los varones y delgadez a las mujeres. *UNCUYO*, noviembre, 2021.

MINISTERIO DE CULTURA DE LA NACIÓN. *Encuesta Nacional de Consumos Culturales* (2013-2013).

MORLEY, David. *Televisión, audiencias y estudios culturales*. Buenos Aires: Amorrortu, 1996.

MUCHART, Alejandra (2025) La juventud en Argentina: retos y esperanzas en la construcción de futuro, *MDZ*, mayo, 2025.

OBSERVATORIO SOCIAL DEL DEPORTE. Encuesta Nacional de Actividad Física y Deporte, 2021.

ORDOÑEZ, Angélica. Género y deporte en la sociedad actual. *Polémika*, 3, 7, 2011.

PIOVANI, Juan Ignacio. La entrevista en profundidad. En: MARRADI, Alberto; ARCHENTI, Nélica; PIOVANI, Juan Ignacio. *Manual de Metodología en Ciencias Sociales*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

REYES, Andrea. El “gym-bro”, una pieza imprescindible si vas al gimnasio: de qué se trata. *Mundo Deportivo*, 2023.

RICHARD, Nelly. La crítica feminista como modelo de crítica cultural. *Debate Feminista*, 40, 2009.

SCHMUCK, Maria Emilia. Juventudes en plural, territorios en transformación. Hacia un estado del arte de los estudios sobre juventudes rurales en Argentina. *Revista Brasileira de Pós Graduação em Ciências Sociais*, 38-56, 2014.

WILLIAMS, Raymond. La cultura es algo ordinario. *The Raymond Williams Reader*. Sin Datos de lugar. Sin datos del editor, 37-62, 2001.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Barcelona: Península, 1980.

WITTIB, Andrés Crisis económica y nuevas formas de ocio: los actuales refugios del entretenimiento. *El Grito del Sur*, abril, 2025.

ZUBOFF, Shoshana. *La era del capitalismo de la vigilancia*. Barcelona: Paidós, 2020.





# “Ninguém vai definir o que eu preciso ser”: reflexões sobre os processos de subjetivação e emancipação política do ex-jogador Richarlyson<sup>1</sup>

RAFAELA SOUZA<sup>2</sup>

OLÍVIA PILAR<sup>3</sup>

O esporte, em especial algumas modalidades (como o futebol), é uma prática cultural que reproduz masculinidades e feminilidades (Mühlen; Goellner, 2012), o que faz com que representações de gênero sejam (re)construídas em um jogo de oposição entre o que é socialmente considerado adequado para pessoas definidas como homens e como mulheres a partir do sexo biológico. Tais representações estão presentes na separação em aulas de Educação Física por modalidades mais “adequadas” aos meninos e às meninas (Souza Júnior; Darido, 2002), nos aparatos legais de proibição de modalidades como o futebol para as mulheres (Bonfim, 2019) e nos cânticos heterossexistas (Bandeira, 2017) presentes nos estádios que colocam a heterossexualidade como a norma, hierarquizando o Outro (aqui, o rival) a partir de um suposto desvio dessa norma.

Especificamente sobre tais cânticos ainda frequentes em estádios ao redor do país, ainda que esses discursos sejam direcionados às torcidas rivais, de certo modo, eles também regulam os comportamentos dos

jogadores do próprio time. Bandeira e Seffner (2013) apontam que esse distanciamento de um personagem antagônico — o rival — é comum na construção da própria identidade, ou seja, o que uma pessoa torcedora é se relaciona com a reafirmação do que ela não é. Para os autores, o principal valor cultivado e utilizado como forma de hierarquização e antagonismo entre esse “nós” e “eles/os outros” vem justamente da virilidade, relacionada com atributos como força e agressividade, além da atribuição de práticas sexuais ligadas a uma “passividade” e ao ato homoerótico, sempre direcionadas aos clubes rivais (Bandeira; Seffner, 2013). De modo semelhante, Mandelli (2023, p. 161) aponta que “atribuir aspectos reconhecidos como femininos aos rivais é um modo de imputar ao oponente a ideia de fraqueza e inferioridade, estabelecendo, supostamente por meio do antagonismo esportivo, o binarismo de gênero-sexualidade”.

Assim, se tudo isso que é tido como negativo só pode acontecer na torcida rival, tais discursos também regulam o que os jogadores do próprio time podem ou não fazer. Aqui, nos parece que tais práticas torcedoras atuam em um movimento duplo de regulação, refletindo a heteronormatividade e demarcando um distanciamento a tudo que foge dessa norma. Ainda que, muitas vezes, tais atos sejam vistos como “piadas” ou como algo que faz parte do jogo, concordamos com Pinto (2017, p. 27) de que essas “brincadeiras” não são aceitas por torcedores e jogadores, “por evocarem grupos sociais vistos como inferiores naquele universo, mais precisamente as mulheres e as pessoas LGBT”.

Podemos considerar a trajetória de Richarlyson como um exemplo dessa regulação, tendo em vista que o jogador de futebol multicampeão teve que lidar, ao longo de sua carreira, com suposições e questionamentos a respeito de sua sexualidade. Trabalhos anteriores já apontaram como, especialmente a mídia jornalística e as culturas torcedoras, atuaram de forma vigilante a respeito de um suposto desvio da heteronormatividade do atleta, seja pelas suas roupas ou pela sua forma de comemorar gols (Bandeira; Seffner, 2013; Pinto, 2017; Camargo, 2018; Júnior, 2021). Neste

trabalho, buscamos analisar como o atleta fala sobre tais situações, a fim de compreender como ocorre o processo de subjetivação e emancipação política do jogador Richarlyson através de seus posicionamentos acerca da homofobia que sofreu durante seus anos como jogador de futebol. Para isso, organizamos este trabalho da seguinte forma: primeiro, recuperamos brevemente a trajetória de Richarlyson para, em seguida, descrever os conceitos de subjetivação e emancipação política acionados. Posteriormente, detalhamos o desenho metodológico utilizado para analisar as falas do ex-jogador em um podcast.

### **Muitas conquistas e pouco reconhecimento: contextualização da trajetória de Richarlyson**

Richarlyson Barbosa Felisbino é um ex-jogador de futebol que atuou como volante e lateral esquerdo em diversos clubes, como Atlético Mineiro, Chapecoense, Fortaleza, Guarani e São Paulo. Apesar de ter sido um atleta com grandes conquistas nas equipes em que passou, a carreira de Richarlyson parece ter ficado mais marcada pela suposição sobre a sua sexualidade do que pelos aspectos esportivos. Especialmente no São Paulo, clube em que conquistou títulos importantes como o tricampeonato brasileiro, Richarlyson sempre teve em sua sombra, seja pela imprensa, pela torcida são-paulina ou torcidas rivais, seja por dirigentes de outros clubes, certa vigilância sobre sua performatividade de gênero (Bandeira; Seffner, 2013; Pinto, 2017; Camargo, 2018). Para além desse aspecto de dúvida sobre sua sexualidade, vale mencionar que Richarlyson é um homem negro, o que complexifica a análise pensando nas expectativas e ideais da masculinidade negra (Ribeiro, 2020).

De modo geral, ao longo de sua carreira, havia uma suposição e um questionamento sobre a sua orientação sexual, principalmente pela sua performance em campo, já que ele “comemorava gols com a ‘dança da bundinha’, considerada preconceituosamente ‘esquisita’ por parte da torcida, que passou a considerá-lo ‘homossexual’” (Camargo, 2018, p. 3).

A torcida são-paulina, à época, não reconhecia o jogador como ídolo e não gritava seu nome, além da cobertura midiática relacionada ao jogador, que também colocava suas atitudes em campo e em fora dela sob suspeição, na medida em que tal “abordagem, em geral, tinha algo de caricato e que visava deliberadamente exacerbar a imagem de um personagem que não se adequava ao padrão esperado do jogador ‘macho’ e viril” (Pinto, 2017, p. 33).

Se dentro da própria torcida o atleta já sofria tais perseguições, torcidas rivais também não deixavam de levantar suspeitas sobre a possível homossexualidade de Richarlyson, tendo sido, inclusive, “acusado” de ser homossexual por um dirigente do Palmeiras. Em outro caso envolvendo o mesmo clube, ao ser cogitado como possível reforço do Palmeiras, em 2011, uma torcida organizada do clube organizou um protesto repudiando a contratação, levando uma faixa que dizia: “A homofobia veste verde” (Bandeira; Seffner, 2013; Pinto, 2017). Vale ressaltar que todas essas situações aconteceram sem que Richarlyson tivesse falado sobre sua orientação sexual. Somente em 2022, já aposentado dos gramados, Richarlyson falou abertamente sobre o assunto pela primeira vez e se assumiu bissexual em entrevista ao podcast “Nos Armários dos Vestiários”,<sup>4</sup> uma série jornalística sobre a homofobia no futebol, produzida pela *Feel The Match* e pelo GE (Grupo Globo).

A entrevista teve grande repercussão na mídia esportiva e nas redes sociais, o que dialoga com o que Camargo (2018, p. 1) chama de “certo frenesi acerca de revelações sobre sexualidades e práticas sociais de atletas no mundo profissional do esporte”. Segundo o autor, a “saída do armário” tem sido destaque especialmente durante os Jogos Olímpicos de Verão, com reportagens sobre o crescente número de atletas assumidamente LGBTQIA+ a cada nova edição dos Jogos. Lima e Soares (2025), ao recuperarem pesquisas sobre a “saída do armário” no meio esportivo — chamado pelos autores de *outing*<sup>5</sup> —, apontam que esse processo é marcado por estigmas e preconceitos, como pedidos de desculpas, revelações com tom sensacionalista, anúncios discretos e até com certo tom

de vergonha. Os autores também destacam que muitos atletas não vivem o esporte de forma plena justamente por viverem dentro do armário, especialmente pelo medo de perda de patrocínio e de popularidade. Para além disso, Lima e Soares apontam que a revelação da sexualidade de atletas é “ancorada em atos de fala, ou seja, entrevistas” (Lima, Soares, 2025, p. 4) — como é o caso de Richarlyson.

Para além da repercussão na mídia, alguns clubes em que ele atuou fizeram postagens nas redes sociais em tom de homenagem após o episódio em que ele se revela bissexual, como São Paulo e Atlético Mineiro. Tais postagens foram criticadas por parte das torcidas especialmente pelo reconhecimento tardio do status de ídolo, além de terem uma recepção um pouco mais positiva em relação à época em que o atleta ainda defendia as cores dos dois clubes já que, conforme apresentamos brevemente, ele também não tinha certo reconhecimento pelas torcidas dos times em que atuou (Souza, 2023).

Assim, essa contextualização demonstra como a carreira do jogador foi marcada por especulações e certa vigilância sobre sua vida sexual, especialmente porque alguns de seus gestos e performances se afastavam dos ideais da masculinidade hegemônica. Conforme apontam Connell e Messerschmidt (2013), existe uma certa hierarquia entre as masculinidades, tendo em vista que “certas masculinidades são socialmente mais centrais ou mais associadas com autoridade e poder social do que outras” (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 261). Além disso,

As masculinidades hegemônicas podem ser construídas de forma que não correspondam verdadeiramente à vida de nenhum homem real. Mesmo assim esses modelos expressam, em vários sentidos, ideais, fantasias e desejos muito difundidos. Eles oferecem modelos de relações com as mulheres e soluções aos problemas das relações de gênero. Ademais, eles se articulam livremente com a constituição prática das masculinidades como formas de viver as circunstâncias locais cotidianas. Na medida em que fazem isso, contribuem para a hegemonia na ordem de gênero societal (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 24).

Nesse sentido, para Louro (2000), a masculinidade hegemônica é construída e reiterada não só como uma oposição à noção de feminilidade, mas também como uma oposição a todas as formas de masculinidade que se afastam dessa ideia de hegemonia. No caso dos homens cis, por exemplo, qualquer sugestão ou indício de atração por alguém do mesmo sexo é tida como algo anormal ou que requer um exercício de exorcisação. Assim, ser uma pessoa do gênero masculino implica na “combinação de uma heterossexualidade compulsória associada à homofobia e à misoginia. Os corpos dos garotos devem proclamar sua rejeição a qualquer traço de homossexualidade. Seus corpos também não podem sugerir nada de feminino” (Louro, 2000, p. 69-70). E, no caso do atleta, ao menor desvio dessas expectativas, presume-se automaticamente que ele não seja heterossexual, em um movimento de retirada forçada do armário.

Atualmente, Richarlyson integra o quadro de comentaristas de transmissões esportivas do Grupo Globo e, sempre que necessário, fala abertamente sobre o assunto, destacando como foi perseguido ao longo de sua carreira por situações não só de homofobia, mas também de racismo. Um exemplo disso é a participação do ex-jogador no podcast “Boteco do Chula” de Aloísio Chulapa,<sup>6</sup> que analisamos neste trabalho. A maior parte do episódio gira em torno de suas conquistas como jogador, de sua trajetória e sobre seu trabalho recente como comentarista esportivo do Grupo Globo. No entanto, em determinado momento, Richarlyson retoma os episódios de homofobia vivenciados ao longo de sua carreira, demonstrando como a sua performatividade que desviava das expectativas em relação aos jogadores de futebol, tiveram impactos no seu reconhecimento como ídolo, na seleção brasileira e na sua própria vivência pessoal e familiar.

### **Ser sujeito autônomo: breve panorama sobre as perspectivas de subjetivação e emancipação política**

Antes de adentrarmos na análise das falas de Richarlyson no podcast Boteco do Chula de Aloísio Chulapa, cabe trazer um panorama geral do que consideramos, para este trabalho, como subjetivação e emancipação política. Tomemos como base a pesquisa de Danica Cal (2013) sobre as possibilidades de subjetivação e emancipação política de indivíduos afetados pelo trabalho infantil doméstico. Para tanto, Cal (2013, p. 25), ancorada em Rancière (1998), destaca que “a subjetivação é um processo que deve criar um hiato entre o corpo e suas habilidades laborais e a construção de um olhar crítico sobre a situação vivida”, em outras palavras, é preciso se afastar da identidade que lhe foi imposta, criticar essa posição e assim se tornar sujeito.

Nesse sentido, considera-se que a subjetivação e emancipação política dos indivíduos estão conectadas “à natureza de seus atos e à reconfiguração de uma ordem sensível que classifica os sujeitos segundo a serventia, a visibilidade e a capacidade de ingressar na ordem do discurso” (Cal, 2013, p. 25). Ou seja, o tornar-se um sujeito com autonomia não é dado de forma natural, mas conquistado e constituído em uma sociedade que codifica sujeitos a partir dos lugares em que ocupam socialmente. Esse processo, também, caracteriza que o sujeito passa a partilhar um mundo comum com aqueles que, anteriormente, não o fazia. Não se trata, também, de afirmar uma nova identidade ou daquela que lhe foi imposta, mas criar uma tensão sobre a situação e o contexto.

A partir de Rancière (2004, p. 21), Cal (2013) apresenta três formas que caracterizam a lógica da subjetivação política: 1) o negar da identidade que foi imposta socialmente, já que “tal identidade fixa é que nos fornece nomes exatos, rótulos precisos que servem para que sejamos adequados a um espaço e a um tipo de trabalho” (Cal, 2013, p. 26); 2) uma demonstração dessa negação que leva a uma interação comunicativa, e que “ainda que na maioria das vezes não conduza ao diálogo, tem

o importante papel de sinalizar um dano e de sensibilizar a sociedade para sua existência” (Cal, 2013, p. 26); e, por fim, 3) “a subjetivação política instaura um lugar comum para o questionamento de uma suposta igualdade democrática” (Cal, 2013, p. 26), esse lugar seria a expressão da crítica produzida pelos indivíduos a essa suposta igualdade.

Por fim, cabe apontar que “o sujeito emancipado é aquele que faz circular o sentido, que comunica o movimento de sua subjetivação e que se constitui como ‘ser de palavra’ (Rancière, 2004)” (Cal, 2013, p. 25), um sujeito que elabora críticas às suas condições sociais e, de alguma forma, as evidencia.

### **Desenho metodológico**

A partir disso, para refletirmos sobre a forma pela qual Richarlyson se apresenta como um sujeito político e como ele toma a palavra sobre a própria trajetória, utilizamos a metodologia projeto de fala de Charaudeau (1996), conforme a proposta de Cal (2013), para analisar falas do atleta em uma participação no podcast Boteco do Chula de Aloísio Chulapa.<sup>7</sup> Para Cal (2013), o uso de tal metodologia pressupõe quatro objetivos comunicativos que são acionados pelo sujeito nesse processo de subjetivação e emancipação política, a saber: factivo, informativo, persuasivo e sedutor.

Segundo a autora, o objetivo factitivo está ligado a uma “manipulação do outro” a fim de fazer com que esse outro aja a seu favor. Em relação ao objetivo informativo, a autora destaca que ele “tem a finalidade de *transmitir um saber* e consiste em *fazer saber* ao outro algo que este parecia ignorar. O sujeito falante, nesse caso, tem o papel de prover informação” (Cal, 2013, p. 28). Já o objetivo persuasivo busca fazer com que o outro acredite no seu discurso a partir da racionalidade, ou seja, “o papel do sujeito persuasivo é provar o verdadeiro” (Cal, 2013, p. 28). Por fim, Cal define o objetivo sedutor como aquele que tem como objetivo agradar o outro por meio de qualificações e avaliações.

Após a escuta e decupagem do episódio, identificamos algumas falas de Richarlyson que dialogam com os quatro objetivos comunicativos propostos por Charaudeau, conforme apresentamos nos próximos tópicos. Além disso, recuperamos a participação do jogador no podcast *Nos Armários dos Vestiários*, em 2022, a fim de entender se e como o posicionamento da época se aproxima das falas de agora e com a metodologia empregada no trabalho.

### **Fazer fazer ou em fazer dizer (factitivo)**

Conforme Cal (2013) destaca, o primeiro objetivo comunicativo proposto por Charaudeau (1996) está ligado a uma manipulação e “consiste, para o sujeito falante, em *fazer fazer* ou em *fazer dizer* qualquer coisa a um outro, seja ordenando, se ele tem uma posição de poder, seja sugerindo, se ele não a possui” (Cal, 2013, p. 31, grifos da autora). No caso do ex-jogador, identificamos que, ao evidenciar a forma como não é reconhecido pelos clubes com o status de ídolo, Richarlyson demonstra como a performance de ideais ligados à masculinidade hegemônica é mais importante do que os aspectos esportivos, como títulos e vitórias. Dialogando com o objetivo factitivo, entendemos que ele utiliza sua fala para ordenar/sugerir que a instituição faça algo em seu favor (reconhecê-lo como ídolo), inclusive destacando como seus feitos em campo não são comuns ao afirmar, por exemplo, que: “Eu sou campeão mundial e tricampeão brasileiro... quantos conseguiram isso no São Paulo? E por quê? É por causa do atleta? Não, porque eu ganhei tudo. Então, a gente sabe o porquê e eu não tenho problema nenhum em falar que é machismo”.<sup>8</sup>

Além disso, Richarlyson destaca que em 2007, ano em que ele considera como o melhor momento da sua carreira, a possibilidade de ser convocado para a Seleção Brasileira de Futebol Masculino, um marco na trajetória de qualquer atleta, foi ofuscada por essa vigilância e suposição de sua sexualidade. Ele relembra o episódio em que um dirigente do Palmeiras chegou a “acusá-lo” de ser homossexual em um programa

de TV, o que inclusive levou a uma ação judicial que acabou reforçando ainda mais a existência da cultura heterossexista no futebol (Bandeira, 2013; Pinto, 2017).

### **Fazer saber (informativo)**

Ao mesmo tempo em que cobra indiretamente esse reconhecimento pelos clubes em que passou e pela própria Seleção, entendemos que Richarlyson evidencia como o machismo e a homofobia são reiterados no universo do futebol, inclusive dando nome a tais opressões quando conta que: “No meu melhor, foi uma montanha russa de estar lá em cima profissionalmente, mas ao mesmo tempo ter que cuidar dos meus familiares, porque piadinhas começaram a surgir nas redes sociais, pela questão do machismo que a gente sabe que existe no meio do futebol”. É nesse tipo de posicionamento que identificamos o objetivo informativo que, conforme Cal (2013) aponta, é quando o sujeito traz informações sobre questões que o outro parece ignorar, ou seja, como o próprio nome já diz, “o sujeito falante tem o papel de prover informação” (Cal, 2013, p. 28).

Como apontamos no objetivo anterior, ele também reitera que o apagamento da sua trajetória no São Paulo é fruto do machismo presente no futebol, ao mesmo tempo em que afirma não acreditar em uma possível mudança nesse cenário: “Não tem como a gente mentir, [o futebol] é machista até hoje. Muitos me perguntam se mudou. Não e infelizmente não vai mudar. Não mudou nada depois do podcast [Nos armários dos vestiários], continuou a mesma coisa”. Ao mesmo tempo, chama a atenção como Richarlyson utiliza apenas o termo machismo para nomear as violências que sofreu ao longo de sua trajetória, ainda que as duas opressões andem lado a lado e possuam o patriarcado como base estrutural comum. Vale destacar que, durante o episódio do Nos Armários dos Vestiários, o atleta utilizou o termo “homofobia” diversas vezes. Além disso, Richarlyson chegou a citar um dado sobre a violência contra pessoas LGBTQIA+

no Brasil — como o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo<sup>9</sup> — o que também se relaciona diretamente com o objetivo informativo.

### Fazer crer (persuasivo)

Seguindo a partir do objetivo persuasivo, fica evidente como tais vivências de Richarlyson apresentam um passo além da informação dos problemas, buscando provar que tal problema é verdadeiro. Identificamos que o ex-jogador faz isso em diversos momentos da participação no podcast, seja ao contar sobre o episódio envolvendo o dirigente do Palmeiras, seja pela falta de reconhecimento da sua trajetória esportiva, seja pela perseguição que sofria pelas redes sociais. Em vários momentos, ele fala abertamente sobre como se preocupava com a sua família, especialmente seus pais, que tinham que lidar com essa constante suposição:

Eu estava muito mais preocupado com os meus pais, porque imagina se meu pai sai no meio da rua e alguém brinca com ele. O que não é ruim, porque você ser homossexual não é ser diferente de ninguém, desde que respeite. E isso que é importante, mas eu não sabia como seria a reação do meu pai, às vezes pra ele poderia ser uma coisa ruim, ele poderia ficar chateado, triste, e minha mãe também. Então, eu pensava muito mais nisso e eu tinha que conciliar tudo. (Trecho da fala de Richarlyson no episódio do podcast Boteco do Chula).

Nessa fala, fica evidente como a opinião da família era muito importante para Richarlyson, algo que não é incomum na trajetória de “saída do armário” de qualquer pessoa LGBTQIA+, seja ela uma figura pública ou não. Ainda que ele não fosse uma pessoa assumida, a simples suposição poderia decepcionar as figuras paterna e materna do ex-jogador, especialmente em um contexto como o futebol. Como destacam Kveller e Nardi (2022), a revelação da homossexualidade não tem impacto apenas na vida de quem se assume, mas também em todos em volta, como familiares e amigos. Desse modo, ainda que Richarlyson já se entendesse na época como um homem bissexual, é importante ressaltar que a decisão de permanecer ou não no armário é complexa e, na maioria das vezes,

violenta, o que faz com que muitas pessoas LGBTQIA+ desenvolvam estratégias como o silenciamento que, “alinhado aos discursos heterossexistas, faz com que homens gays cresçam em comunidades sem vivências compartilhadas [...], o que contribui para que esses indivíduos cresçam construindo suas identidades a partir de fragmentos” (Silva, 2023, p. 4).

Em outros momentos, ele destaca como essa preocupação com a família era o mais importante e como ele passou por tais situações sozinho: “Eu chegava em casa e chorava muito, me perguntava por que comigo? Eu nunca fiz nada pra ninguém, por que eles querem me atacar? E eu não conseguia entender. [...] Eu tinha que conviver com tudo isso e ser forte, continuar no meu objetivo que era a Seleção”. Conforme aponta Soares e colegas (2016), o choro só é algo aceitável no futebol quando este está relacionado à alegria de uma vitória, em caso de lesão ou em uma derrota “sofrida”, especialmente em casos de superação na carreira, por exemplo: “em outros momentos, o choro deverá ser interditado, a fim de não ser confundido com ‘descontrole’, ‘covardia’, ‘medo’ ou qualquer conduta que ‘abale’ os significados viris atribuídos aos atletas” (Soares; Mourão; Monteiro; Santos, 2016, p. 1155). Desse modo, a tentativa de esconder esse choro e sofrer sozinho dialoga com a forma com que o jogador sempre precisa ser visto como uma pessoa forte e nunca demonstrar medo ou qualquer fragilidade — mesmo diante de casos de violência simbólica.

Para além da expectativa de que jogadores brancos e não brancos não demonstrem vulnerabilidade, vale destacar que, ainda que Richarlyson não fale sobre questões raciais nesse episódio, a forma com que ele assume essa posição de ter que ser sempre forte dialoga diretamente com as imagens de controle<sup>10</sup> que recaem sobre homens negros, já que as masculinidades negras “encontram suas bases em uma complexa re-atoalimentação das imagens negativas sobre a aparência, o corpo e a cor da pele, dos ideais de hipermasculinidade, força e poder” (Ribeiro, 2020, p. 129).

Esse imaginário de que ele sempre precisava ser forte está presente durante toda a fala analisada, sempre com um tom de que ele tinha que

passar por tais situações sem reclamar e continuar entregando sempre o melhor em campo. Ainda que qualquer atleta tenha que se esforçar para alcançar bons resultados, no caso de Richarlyson isso aparece como uma forma de naturalizar as opressões vivenciadas por ele, o que ignora o caráter heterossexista de tais situações. Assim, ele parece reconhecer que sempre precisava entregar muito mais em campo para tentar diminuir tais cobranças em relação a sua performance extracampo. Destacamos, ainda, como esse esforço constante permanece na carreira atual dele, agora como comentarista, que precisa sempre estar se atualizando antes dos jogos em que participa. Essa percepção de ter que se esforçar mais do que os demais também esteve presente durante a participação de Richarlyson no podcast do Grupo Globo:

Todo dia eu tinha que mostrar algo diferente, e isso sempre falei. Um erro meu era peso cinco. [As pessoas] me atacavam mesmo, parecia uma matilha de lobos. E eu sabia, nunca fui craque, nunca fui tecnicamente incrível, mas era inteligente de saber o que eu poderia fazer para sempre estar à frente dos demais. Eu voltava uma semana antes das férias, porque eu corria na ladeira por uma vaga no time, enquanto os outros estavam no plano (Trecho da fala de Richarlyson no episódio do podcast *Nos Armários dos Vestiários*).

### Fazer agradar (sedutor)

Por fim, com a “finalidade de controle do outro, mas, desta vez, buscando agradá-lo” (Cal, 2013, p. 28), entendemos que as falas de Richarlyson vão além da afirmação e comprovação de que o futebol é um ambiente machista e homofóbico. Ao falar sobre sua vivência, o ex-jogador elogia parte da torcida dos clubes que, apesar de todas essas questões, reconhece que ele foi um grande jogador: “Eu sou muito grato pelo carinho que eu recebo da grande torcida do São Paulo e também da grande parte da torcida do Atlético, que são os dois times que eu defendi por mais tempo”. Segundo Cal (2013), o objetivo sedutor está ligado ao registro das experiências do sujeito, mas a partir de uma estratégia de exaltação

de qualificações, avaliações e julgamentos, ainda que essas experiências estejam ligadas a situações de dominação. Considerando a importância que a torcida tem dentro do âmbito do futebol, nos parece que Richarlyson consegue identificar e compartilhar experiências positivas com parte das pessoas que se identificam com os clubes em que ele atuou.

Outro ponto que dialoga com esse objetivo diz respeito à própria coragem de Richarlyson em falar abertamente sobre sua orientação sexual. Conforme Cal (2013) destaca, essa tomada de voz para relatar a própria experiência demonstra um engajamento com o processo político, o que também contribui para novas formas de mundo. Assim, ainda que Richarlyson afirme que não acredita em uma possível mudança no contexto machista e heterossexista do futebol, ao compartilhar tais experiências — de modo geral, sobre sua carreira como atleta e não apenas as questões ligadas à sua sexualidade —, ele fortalece a sua própria identidade e também permite que outras pessoas se identifiquem com sua trajetória.

Ainda que essa tomada de voz seja apenas após a sua aposentadoria, consideramos que esse processo é importante para contribuir com novos debates sobre a presença da homofobia no futebol, especialmente porque ele ainda é uma figura pública e do meio esportivo. Esse é um movimento que merece destaque por ser oposto à época em que ainda atuava, já que ele chegou a parar de conceder entrevistas para não falar sobre esse assunto, conforme um trecho de sua fala ao *Nos Armários dos Vestiários*: “Todas as pautas eram maldosas comigo, queriam arrancar algo de mim. [...] Chegou a um ponto que eu parei de dar entrevistas, porque a pauta era a mesma sempre”.

Para além disso, identificamos um movimento semelhante à autodefinição que, segundo Collins (2016; 2019), é um processo de “tomada de voz” de mulheres negras que definem a si próprias ao rejeitar imagens de controle e estereótipos sobre elas e “valida o poder das mulheres enquanto seres humanos” (Collins, 2016, p. 104). Aqui, consideramos pertinente retomar tal concepção porque Richarlyson também busca se autodefinir, seja ao afirmar que nunca deixou de usar roupas coloridas,

roupas apertadas ou com brilho quando ainda era jogador, seja ao dizer que “ninguém vai falar o que eu tenho que fazer, o que eu preciso ser ou como eu preciso ser”. Ou seja, ele traz a própria experiência para o centro do debate, rejeitando atributos ligados à masculinidade hegemônica que pressupõem que ele deve se vestir e se comportar de determinadas formas por ser um jogador de futebol.

### **Considerações finais**

Neste artigo, buscamos analisar falas de Richarlyson, ex-jogador de futebol profissional que atuou por diversos clubes como São Paulo e Atlético Mineiro. Nosso principal objetivo foi observar e compreender como ele se subjetiva e se emancipa politicamente a respeito da homofobia presente no futebol, especialmente após a sua entrevista ao podcast *Nos Armários dos Vestiários*, em 2022, quando ele se assume bissexual publicamente.

Para tanto, apresentamos o contexto do futebol no Brasil, especialmente o futebol de homens, marcado por uma lógica normativa, machista e heterossexista (Bandeira, 2017), com uma constante hierarquização das masculinidades hegemônicas (Connell, 2005). Além disso, recuperamos brevemente o histórico de *outing* de atletas (Soares; Lima, 2023) a fim de ilustrar como esse processo é perpassado por uma série de violências e estigmas. Em relação ao desenho metodológico, utilizamos o projeto de fala (Charaudeau, 1996), a partir da abordagem proposta por Cal (2013), para apreender se e como a participação de Richarlyson no podcast se relaciona com os quatro objetivos comunicativos: o factitivo (fazer fazer), o informativo (fazer saber), o persuasivo (fazer crer) e o sedutor (fazer prazer).

A partir da análise apresentada, consideramos que Richarlyson, em sua participação nos dois podcasts, consegue dar a ver os problemas enfrentados, bem como se posicionar como um sujeito com poder de fala, especialmente no âmbito do futebol. Dessa forma, ele utiliza os

mecanismos do projeto de fala propostos por Charaudeau (1996), ou seja, manipular, informar, persuadir e seduzir, e questiona suposições e expectativas em relação à performance de jogadores de futebol, que devem estar sempre dialogando com os ideais da masculinidade hegemônica. Durante toda a sua trajetória, Richarlyson transitou entre esses ideais, ora tensionando-os, com roupas, adereços, poses e comemorações que desafiavam a norma, ora dialogando com tais expectativas, especialmente por ser um jogador que atuou como volante e lateral — posições historicamente reconhecidas pela raça, força e intensidade.

Conforme Cal (2013, p. 32) sustenta, podemos “entender a subjetivação como um conjunto de ações que produz uma instância e uma capacidade de enunciação que reconfiguram o campo da experiência, transformando a repartição de papéis, funções e lugares dos sujeitos e das visões de mundo em litígio”. Ou seja, um sujeito emancipado é o que fala sobre o movimento de sua subjetivação, evidenciando os problemas e tecendo críticas a eles. Dessa forma, ainda que, a partir de algumas falas, Richarlyson rejeite uma posição de defensor da luta contra a LGBTfobia no futebol, nos parece que o próprio ato de fala e de existência do ex-jogador em si já é um ato político e uma tentativa de ingresso na ordem do discurso. Portanto, ele lança luz sobre os problemas que enfrentou ao longo de sua carreira como jogador, fala sobre sua experiência e critica o machismo e a homofobia presentes no futebol, além de contribuir para o debate sobre a permanência de tais violências no esporte.

## Notas

Clique sobre o número para retornar ao texto

1. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001.
2. Doutoranda e Mestra em Comunicação Social, PPGCOM/UFMG, e-mail: souzacrafa-ela@gmail.com.
3. Doutora e Mestra em Comunicação Social, PPGCOM/UFMG, e-mail: oliviapilar.pesquisa@gmail.com.
4. Pelo direito de ser quem é: Richarlyson declara bissexualidade em podcast inédito sobre homofobia no futebol. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/noticia/2022/06/24/pelo-direito-de-ser-quem-e.ghhtml>. Acesso em: 22 out. 2025.
5. Segundo os autores, “*outing* refere-se ao ato de revelar a orientação sexual ou identidade de gênero de uma pessoa a partir de seu ponto de vista, dentro de seu próprio escopo discursivo, ou também sem o seu consentimento — em forma de denúncia ou de revelação” (Soares; Lima, 2023, p. 3).
6. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qYosrIohWN8>. Acesso em: 24 jun. 2025.
7. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qYosrIohWN8>. Acesso em: 24 jun. 2025.
8. Importante ressaltar que, apesar de se tratar de uma forma de homofobia, o jogador reconhece essa violência como machismo.
9. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/01/20/mortes-violentas-de-pessoas-lgbtqia-na-ba-2023.ghhtml>. Acesso em 27 out. 2025.
10. “Imagens de controle” é um conceito cunhado por Patricia Hill Collins (2019) para definir representações diversas que recaem sobre sujeitos e que são utilizadas para justificar e naturalizar opressões interseccionais, ou seja, opressões de raça, gênero, sexualidade e outros marcadores que se cruzam.

## Referências

- ANDERSON, Eric; BULLINGHAM, Rachael. “Openly lesbian team sport athletes in an era of decreasing homophobia”. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 50, n. 6, p. 647-660, 2015.
- BANDEIRA, Gustavo Andrada; SEFFNER, Fernando. Futebol, gênero, masculinidade e homofobia: um jogo dentro do jogo. *Espaço Plural*, Toledo, v. 14, n. 29, p. 246-260, 2013.
- BANDEIRA, Gustavo Andrada. *Do Olímpico à Arena: elitização, racismo e heterossexismo no currículo de masculinidade dos torcedores de estádio*. 2017. 342f. Tese (Doutorado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- CAL, Danila Gentil Rodriguez. Comunicação e Subjetivação Política: o caso do trabalho infantil doméstico. *revista Fronteiras — estudos midiáticos*, Unisinos, São Leopoldo (RS), v. 15, n. 1, p. 24-33, 2013.
- CAMARGO, Wagner Xavier. O armário da sexualidade no mundo esportivo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 1, 2018.
- CHARAUDEAU, Patrick. 1996. Para uma nova análise do discurso. In: A. CARNEIRO (org.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro, Oficina do Autor, p. 5-41.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com o outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, nº 1, Florianópolis, jan/abril, 2016.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CONNELL, Raewyn W., MESSERSCHIMDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, janeiro-abril/2013.
- JÚNIOR, José Aelson da Silva. Torcer, retorcer, distorcer e distorce: Notas sobre futebol, homofobia e pertencimento. In: VIEIRA, Mauriceia Silva de Paula; ALMEIDA, Patrícia Vasconcelos (Org.). *Por Palavras e Gestos: a Arte da Linguagem*. 1ed. v. 3. Curitiba: Artemis, 2021.
- KVELLER, Daniel; NARDI, Henrique. Performance, performatividade, perchatividade: repensando nós conceituais nos estudos queer. *Cadernos pagu*, n. 66, p. 1-15, 2022.

LIMA, Cecília Almeida Rodrigues; SOARES, Thiago. Outing midiático no voleibol: performance, voleifãs e paradoxos da visibilidade lésbica. *Revista Estudos Feministas*, v. 33, n. 2, 2025.

MANDELLI, Mariana Carolina. Corpos, identidades e amizades: práticas torcedoras de mulheres transgêneras no futebol de homens. *FuLiA/UFMG*, Belo Horizonte, v. 8, n. 3, p. 155-175, 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. *Educação & Realidade*. Porto Alegre: FACED/UFRGS, v. 25, n. 2, p. 59-75, jul/dez 2000.

MEIRINHO, Daniel; CARRERA, Fernanda. Masculinidades negras nas artes visuais: Performances contemporâneas e suas narrativas de incômodo, fuga e fabulação. *Galáxia* (São Paulo, online), v. 48, p.1-26, 2023.

MÜHLEN, Johanna Coelho Von; GOELLNER, Silvana Vilodre. Jogos de gênero em Pequim 2008: representações de feminilidade e masculinidades (re)produzidas pelo site Terra. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, Florianópolis, v. 34, n. 1, p. 165-184, 2012.

PINTO, Maurício Rodrigues. *Pelo direito de torcer*: das torcidas gays aos movimentos de torcedores contrários ao machismo e à homofobia no futebol. 2018. 126f. Dissertação (Mestrado em Ciências) — Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RIBEIRO, Milton. “Eu decido se ‘cês vão lidar com king ou se vão lidar com kong” homens pretos, masculinidades negras e imagens de controle na sociedade brasileira. *Humanidades & Inovação*, v. 7, n. 25, p. 117-134, 2020.

SILVA, Raphael Castilho Bueno. *O jogo está fechado?* Conexões entre a epistemologia do armário e a performatividade de gênero no futebol, a partir da série “Ted Lasso”. Anais do XLVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), Vitória, 2025.

SOARES, João Paulo Fernandes; MOURÃO, Ludmila; MONTEIRO, Igor Chagas; SANTOS, Doiara Silva dos. O choro do capitão: notas sobre performatividade de gênero e masculinidades no futebol profissional. *Movimento*, v. 22, n. 4, p. 1149-1162, 2016.

SOUZA, Rafaela Cristina de. *Performances e ações práticas*: Análise da recepção de torcedores em postagens de Atlético e São Paulo após a entrevista de Richarlyson ao podcast “Nos Armários dos Vestiários”. Anais do XLVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), Belo Horizonte, 2023.

SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de; DARIDO, Suraya Cristina. A prática do futebol feminino no ensino fundamental. *Motriz Revista de Educação Física*, v. 8, n. 1, p. 01-09, 2002.



POSFÁCIO

## Após três décadas

MATEUS DE MELO ALBUQUERQUE<sup>1</sup>

Na conversa que deu origem ao Capítulo 01 desta coletânea, realizada com a professora Raewyn Connell, em maio de 2025, eu lhe questioneei, em um dado momento, acerca do aniversário de 30 anos da obra *Masculinities*: “Após três décadas, qual é a principal contribuição que você espera que o livro tenha feito?”. A resposta de Connell centrou-se especialmente na sua esperança de que o livro pudesse ter dado *uma forma*, não em um sentido definitivo — de tornar estática uma disciplina que quanto mais se dispõe a ser mutante, mais ganha —, mas que tal “forma” surgisse como um manifesto capaz de agregar as críticas, combates e desafios ao patriarcado como a “condição das nossas vidas”, conforme escreveu a professora no texto que gentilmente nos cedeu para esse livro.

De certo modo, uma das contribuições de *Masculinities* é a própria coletânea que agora se encerra — apenas para que venham outras em seguida. As pessoas pesquisadoras que contribuíram para a composição desta obra, a partir de diversos lugares da América Latina, sentem a ressonância de um livro lançado em 1995 que colocou um ponto de partida

mais estruturado do que as tentativas anteriores, ainda limitadas — não por má vontade das pessoas que tentaram, mas pelas próprias condições de seu tempo —, na área de pesquisa para a qual agora temos dedicado as nossas carreiras. As tentativas que já eram feitas desde a década de 1970, em diversos países anglófonos, de construir o campo dos estudos dos homens como uma área do conhecimento, precederam e contribuíram para o movimento realizado por Connell.

Mas por que estudar homens e masculinidades? De certo, cada pessoa só pode responder por suas próprias motivações pessoais, mas a contribuição que a nossa obra pretende fazer, para agregar na elaboração de uma resposta epistemológica ao questionamento, é a de afirmar que pensar masculinidades está no centro dos problemas sociais que perpassam nosso contexto sócio-cultural e político, mas também na solução. Seja do ponto de vista das telenovelas brasileiras, ou das violências escolares: as masculinidades estão lá. Nos esportes, ou nas produções audiovisuais coreanas: vemos masculinidades. Falamos, discutimos, combatemos, admiramos e subvertemos masculinidades *todos os dias*. E é por ver essas relações, de modo estrutural, em todas as esferas da vida e do corpo social em que estamos que, mesmo após três décadas, estudar masculinidades continua em relevância.

A minha jornada pessoal com os estudos da masculinidades teve início há uma década, quando a minha própria masculinidade estava colocada em cheque, quando ela era, ao mesmo tempo, perturbadora e problemática (*troubling*, para chegar mais próximo dos termos butlerianos). Minha pesquisa se iniciou quando eu percebi que não era o homem que sempre havia esperado me tornar e quando esse campo de estudos se mostrou pra mim como uma possibilidade de pesquisa, de atuação profissional, e de autoconhecimento. Durante minha graduação, mestrado e doutorado, entender as dinâmicas que homens desenvolvem entre si e com outras pessoas, especialmente considerando nuances de sexualidade, produção e reprodução social, tem sido uma tarefa árdua, mas certamente recompensadora. A publicação desta coletânea é parte disso.

Nesta caminhada pelos estudos das masculinidades, eu tive uma companhia ímpar: a professora Soraya Barreto Januário, pioneira nos estudos luso-brasileiros sobre masculinidades na publicidade, que foi responsável por me introduzir a esse campo do conhecimento e que abriu, na apresentação, a obra que eu agora encerro. Esse momento é, sobretudo, a comemoração de tudo que pudemos produzir, no âmbito do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco, acerca dos estudos das masculinidades, desde que nossos caminhos se cruzaram, 10 anos atrás.

Agradeço, em nome das pessoas que organizaram essa coletânea, a Raewyn Connell, Ana Rochele Barroso Moura, Bruno Latini Pfeil, Cecília Almeida Rodrigues Lima, Evandro Almeida Farias Filho, Isabella do Amaral Mendes, Lyedson Enrique da Silva Oliveira, Maria Emilia Sardelich, María Gabriela Córdoba, María Laura Schaufler, Marlos Dick Hermes, Olívia Pilar, Pol Iryo, Rafaela Souza e Renata Argolo dos Santos, por terem cedido os seus textos para a publicação. No fim da sua resposta sobre a minha pergunta acerca das contribuições do livro *Masculinities*, Connell confessou que tem a expectativa de que outras pessoas “levem o campo adiante”, e aqui estamos. O grau da nossa contribuição coletiva para isso, apenas as próximas três décadas dirão.

## Notas

Clique sobre o número para retornar ao texto

1. Estudante de Doutorado em Comunicação, UFPE. Bolsista da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE). E-mail para contato: mateus-meloalb@gmail.com.

A presente obra foi realizada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil /CAPES),  
por meio de recursos do PROAP alocados ao  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM)  
da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)



**Carolina Cavalcanti Falcão** é professora Adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Jornalista, mestre e doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), instituição onde desenvolveu pesquisa de pós-doutorado em Direitos Humanos (2020-2022), com conclusão da pesquisa na Universidade de Seattle (EUA, de junho a agosto de 2022), financiada pelo SUSI Fellowship do Departamento de Estado Americano.

**Danyelle Alves da Paixão** é doutoranda em Comunicação (UFPE). Bacharel em Relações Públicas (UFAL). Integrante do Núcleo de Estudos Críticos de Feminismos, Gênero, Consumo e Capitalismo - Fegeccap (UFPE/ CNPq).

**Mateus de Melo Albuquerque** é estudante de Doutorado em Comunicação, UFPE. Bolsista da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE).

**Paloma de Castro** é doutoranda em Comunicação pelo PPGCOM da UFPE com período sanduíche na Deakin University, Austrália (Bolsista Capes). Mestra em Comunicação e Publicitária pela mesma instituição. Integrante do Núcleo de Estudos Críticos de Feminismos, Gênero, Consumo e Capitalismo - Fegeccap (UFPE/ CNPq) e membra da Rede de Mulheres Pesquisadoras de Futebol.

**Soraya Barreto Januário** é Pós-doutorado na McGill University, Institute of Gender, Sexuality and Feminisms (IGSF), Montreal, Canadá. Doutora em Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Publicitária e professora do Departamento de Comunicação da UFPE. Professora dos Programas de Pós-Graduação e de Comunicação (PPGCOM) da UFPE. Pesquisadora em temáticas ligadas aos Estudos de Gênero, Feminismos, Esportes e Mídia.

*Esta coleção abriga coletâneas temáticas, abrangendo fenômenos, perspectivas teóricas e estudos em Comunicação e áreas afins.*

OLHARES  
SIVASIS {  
TRANSVERSAIS

